

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

Larissa Fallone Ferreira

Elementos para uma leitura afrodescendente da paisagem minerária,
Bairro do Veloso, Ouro Preto-MG (2006-2021)

Belo Horizonte
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

Larissa Fallone Ferreira

Elementos para uma leitura afrodescendente da paisagem minerária,
Bairro do Veloso, Ouro Preto-MG (2006-2021)

Belo Horizonte
2022

Larissa Fallone Ferreira

Elementos para uma leitura afrodescendente da paisagem minerária,
Bairro do Veloso, Ouro Preto-MG (2006-2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientador: Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

F383a

Ferreira, Larissa Fallone.

Elementos para uma leitura afrodescendente da paisagem minerária, Bairro do Veloso, Ouro Preto (2006-2021) [manuscrito] / Larissa Fallone Ferreira. - 2022.

220 f. : il.

Orientador: Myriam Bahia Lopes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura Paisagística -Teses 2. Paisagem cultural - Proteção - Teses. 3. Patrimônio Cultural - Teses. I. Lopes, Myriam Bahia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 712



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) ALUNO(A) Larissa Fallone Ferreira, nº de matrícula 2019712215, DO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos vinte e oito dias, do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas, por meio de videoconferência, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Elementos para uma leitura afrodescendente da paisagem minerária, Bairro do Veloso, Ouro Preto/MG (2006-2021)", requisito para a obtenção do grau de Mestre na área interdisciplinar de concentração em "Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável". Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) professor(a) doutor(a) Myriam Bahia Lopes, após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final pediu para o(a) aluno(a) iniciar a apresentação do trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença do(a) mestrando(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

☒ (X) Aprovação

☐ () Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata.

☐ () Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. Beatriz Alencar D'Araújo Couto

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Janete Flor de Maio Fonseca

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof. Dr. Benedito Tadeu de Oliveira

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes - Orientadora

PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2022.

Homologado pelo Colegiado do Programa dos cursos de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável:

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota - "Ad Referendum"

Subcoordenador do PPG-ACPS

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por Beatriz Alencar D Araujo Couto, Professora do Magistério Superior, em 03/03/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Myriam Bahia Lopes, Professora do Magistério Superior, em 03/03/2022, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Benedito Tadeu de Oliveira, Usuário Externo, em 04/03/2022, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Janete Flor de Maio Fonseca, Usuário Externo, em 04/03/2022, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Leonardo Barci Castriota, Coordenador(a) de curso de pós-graduação, em 04/03/2022, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1284380 e o código CRC DCE4205F.

Para os meus antepassados que me permitiram estar aqui hoje. Àqueles dos quais conheço um pouco a história, mas especialmente aos que não tive oportunidade de conhecer. “Quanto mais longe eu for, mais longe vocês vão comigo...”

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer quem me possibilitou fazer este mestrado. À minha tia e madrinha Maria de Lourdes Ferreira, que me incentivou e me apoiou na escolha de largar o emprego no Escritório Técnico do IPHAN de Serro e vir para Belo Horizonte. Foi ela quem me concedeu condições financeiras para realizá-lo sem bolsa, enquanto trabalho em empregos que me permitem conciliar trabalho e estudos. Obrigada por acreditar e me impulsionar nos meus sonhos!

À memória da minha mãe, que me ensinou desde pequena que os estudos são nossa maior riqueza. Ao meu pai, que me incentivou desde sempre a realizar o mestrado: agradeço a torcida e espero que ele o inspire a fazer o seu mestrado em história.

À Myriam Bahia Lopes, minha orientadora, por me apresentar tantos autores incríveis que levarei para a vida. Pela paciência, pela leitura minuciosa deste texto, pelo aprendizado, muito obrigada.

Esta pesquisa começou a ser realizada em 2016, em meu Trabalho de Final de Graduação na UFOP. Gostaria de novamente agradecer a Sidnéa Santos que me apresentou as narrativas históricas afrodescendentes. Também ao Eduardo Evangelista e ao Douglas Aparecido, que sempre estiveram dispostos a partilhar seus conhecimentos comigo.

Esta dissertação foi construída por muitas mãos. Agradeço aos atores que me ajudaram a construir a narrativa que apresento aqui, concedendo o seu valioso tempo para conversar comigo: Ana Amaral, André Macieira, Angelo Oswaldo, Alex Brito, Benedito Tadeu, Douglas Aparecido, Eduardo Evangelista, Kedson Geraldo, Lia Motta, Luiz Cláudio Viana, Sérgio Neves. A pesquisa não seria a mesma sem a contribuição de cada um de vocês.

Agradeço especialmente ao meu colega de mestrado do PPG-ACPS, Luiz Cláudio Viana, que me abriu tantas portas no Veloso, me levou para fazer outra trilha na Serra, sendo sempre generoso e muito gentil. Muito obrigada, Luiz!

Quero agradecer também aos que me inspiraram e me impulsionaram a fazer este mestrado, professores que eu admiro muito e tenho o maior orgulho de ter vivenciado as suas aulas: Alice Viana, Fernanda Alves de Brito Bueno, Luiz Fernando Rispoli, Leandro Benedini Brusadin, Monique Sanches e Sandra Maria Nogueira.

Faço um agradecimento especial aos professores que participaram da banca de qualificação desta pesquisa: Maria Cristina Simão e Leandro Benedini Brusadin. Agradeço pelas observações pertinentes e pela leitura respeitosa e atenta do texto.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pelos diálogos criados, por fomentarem discussões tão pertinentes à nossa sociedade. Em especial a Cristiane Souza Gonçalves, Flávio Carsalade, Leandro Benedini Brusadin, Maria Cristina Villefort, Mariana Salgado e Myriam Bahia Lopes.

Aos meus colegas de mestrado que foram essenciais para vivenciar os processos acadêmicos com mais leveza. Sou muito grata por ter convivido com pessoas tão competentes e talentosas: Félix Aragão Neto, Isabelle Viana Coelho, Lourenço Kallil Tomaz, Mário Soares Júnior, Raíssa de Keller e Costa e Vanessa Taveira de Souza. Em especial a Mariana Rabelo de Farias, pela amizade que construímos, pelas trocas que foram essenciais na produção do texto, pela escuta, e por toda a reciprocidade. Me sinto uma pessoa de muita sorte por ter encontrado seres admiráveis nesta trajetória.

Aos meus colegas, amigos e familiares que me inspiram e me apoiam a seguir carreira acadêmica como professora. Principalmente aqueles que estiveram presentes nesta pesquisa, me incentivando com palavras ou ações, de modo especial à Ana Paula Faloni, Andressa Santos, Angélica Cabral, Daniel Athias, Dênis Barros, Gabriela Araújo, Luciana Vitorino, Marana Duarte, Melissa Cabral e Stephanie Rodrigues.

Agradeço às minhas escolhas feitas no passado. É muito gratificante ter conseguido chegar até aqui em meio à pandemia.

RESUMO

Esta pesquisa visa apreender como as narrativas históricas são relevantes nas leituras da paisagem e do patrimônio no contexto da cidade de Ouro Preto-MG, no lugar denominado Serra de Ouro Preto, especificamente no Bairro São Cristóvão, o Veloso. Há alguns anos, agentes sociais pesquisam as pessoas que foram escravizadas na Costa Ocidental da África, que possuíam conhecimentos a respeito de técnicas extrativistas minerais e trabalharam na exploração das encostas da Serra de Ouro Preto. Para estudar o lugar que abriga vários vestígios da mineração setecentista, adotamos a leitura da paisagem como ato subjetivo e político. As ruínas presentes no Veloso nos levam a indagar sobre o futuro do passado da mineração e como as gerações posteriores dialogam com os seus antepassados. A pauta das questões que direcionam a pesquisa gravita entre as noções de paisagem, narrativas históricas e patrimônio cultural. As referências da bibliografia associadas às entrevistas com os moradores do bairro, os agentes sociais e agentes públicos, além da vivência de sete anos em Ouro Preto impulsionam a pesquisa. As narrativas históricas sobre as estruturas remanescentes da mineração do século XVIII apresentadas pelos agentes sociais modificam a leitura dominante e convergente da paisagem de Ouro Preto. As narrativas afrodescendentes recompõem a leitura que fazemos desse lugar. A leitura plural e polêmica da paisagem se apresenta como possível exercício democrático para decisões de gestão pública urbana.

Palavras-chave: Paisagem, Patrimônio, Mineração, Serra, História, Negros Mina, Ouro Preto.

ABSTRACT

This research aims to learn how historical narratives are relevant in the readings of the landscape and heritage in the context of the city of Ouro Preto-MG, in a place called Serra de Ouro Preto, specifically in neighborhood São Cristóvão, or Veloso. Some years ago, social agents have been researching people who were enslaved on the West Coast of Africa, who had knowledge of mineral extractive techniques and worked in the exploitation of the slopes of Serra de Ouro Preto. In order to study the place that houses several traces of eighteenth-century mining, we adopted the reading of the landscape as a subjective and political act. The ruins present in Veloso make us wonder about the future of the mining past and how later generations dialogue with their ancestors. The agenda of the questions that guide the research gravitates between the notions of landscape, historical narratives and cultural heritage. The references of the bibliography associated with the interviews with the residents of the neighborhood, the social agents and public agents, in addition to the experience of seven years in Ouro Preto impulse the research. The historical narratives about the remaining structures of the 18th century mining presented by the social agents modify the dominant and convergent reading of the landscape of Ouro Preto. Afro-descendant narratives recompose our reading of this place. The plural and controversial reading of the landscape is presented as a possible democratic exercise for urban public management decisions.

Keywords: Landscape, Heritage, Mining, Mountains, History, Black Mines, Ouro Preto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carta Hipsométrica do Município de Ouro Preto	27
Figura 2 – Foto Panorâmica da Serra de Ouro Preto	28
Figura 3 – Mapa da localização da Serra de Ouro Preto com seus respectivos bairros	29
Figura 4 – Descarte de resíduos sólidos em estruturas da antiga mineração do Veloso	30
Figura 5 – Mapa do risco geotécnico e áreas mineradas na Serra de Ouro Preto ...	32
Figura 6 – A Serra do Veloso à esquerda, a cidade de Ouro Preto e o Pico do Itacolomi ao fundo.	33
Figura 7 – Localização das lavras de mineração e estruturas da mineração presentes na Serra	37
Figura 8 – Mapa com o limite administrativo do Bairro do Veloso	39
Figura 9 – Evolução da Ocupação no Bairro do Veloso (1950-2014).....	40
Figura 10 – Ocupação no Bairro do Veloso em 2020	41
Figura 11 – Edificação construída sobre estrutura de um antigo mundéu.....	42
Figura 12 – Modelo realizado por Teixeira em conjunto de mundéus do Bairro Veloso, ilustrando a ocupação sobre a ruína	42
Figura 13 – Modelo realizado por Teixeira em conjunto de mundéus do Veloso, ilustrando a ocupação com a Capela e com a Associação de moradores sobre a ruína	43
Figura 14 – Estrutura de pedras que funcionam como embasamento para residências e drenagem da água pluvial do bairro	44
Figura 15 – Tipologia edilícia presente na Serra de Ouro Preto – Bairro do Veloso.	46
Figura 16 – Tipologia edilícia presente na Serra de Ouro Preto – Bairro do Veloso.	46
Figura 17 – Via com traçado irregular e declividade acentuada	48
Figura 18 – Estruturas revitalizadas e transformadas em espaços turísticos – Mina Du Veloso	49
Figura 19 – Rua Padre Rolim, principal via de acesso e de comércio	50
Figura 20 – Kombi com verduras na Rua Prof. Alberto Barbosa	51
Figura 21 – Um dos becos existentes no Bairro	52
Figura 22 – Uma das escadarias do Bairro	52
Figura 23 – Guarda-corpos presentes em algumas vias com declividade elevada, juntamente com a drenagem pluvial.....	53

Figura 24 – <i>Lavage du minerais d'or, près de la montagne Itacolomi</i>	55
Figura 25 – Imagem aérea da Serra do Veloso identificando as estruturas da mineração ligadas aos serviços de talho a céu aberto.....	55
Figura 26 – “Mundéos”, por W. L. von Eschwege.....	56
Figura 27 – Trabalho no interior de uma mina de ouro em Ouro Preto, em 1888	58
Figura 28 – Vista a partir da área de preservação ambiental do Bairro do Veloso ...	59
Figura 29 – Média das rendas das pessoas responsáveis, homens e mulheres, juntamente com a razão de dependência, considerando os microdados do IBGE de 2010	60
Figura 30 – Dados a respeito das pessoas e situação de domicílios por raça no Brasil	62
Figura 31 – O caminho tronco e os arraiais de Vila Rica.....	74
Figura 32 – O Império Ashanti e a Costa do Ouro.	78
Figura 33 – Representação de Moritz Rugendas de uma mulher vinda da região da África denominada “Mina”.	79
Figura 34 – Costa Ocidental Africana – do golfo de Biafra até a Senegâmbia.	80
Figura 35 – O bairro do Veloso e suas construções que, majoritariamente, não seguem os padrões recomendados pelas normas do IPHAN e da PMOP	96
Figura 36 – Zoneamento Urbano de Ouro Preto com delimitação não administrativa do Bairro do Veloso	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCAN – Alumínio Canadense S/A

AP – Área de Preservação

APARQ – Área de Preservação Paisagística, Arqueológica e Ambiental

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DEGET – Departamento de Gestão Territorial

DER – Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto

IGA – Instituto de Geociências Aplicadas – Instituto Geotécnico de Ouro Preto

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

PDM – Plano Diretor Municipal

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZPAM – Zonas de Proteção Ambiental

SUMÁRIO

1– INTRODUÇÃO	16
1.1. Estrutura para o desenvolvimento da pesquisa	20
1.2. Estruturação dos capítulos	22
2 – A SERRA DE OURO PRETO: O BAIRRO DO VELOSO	25
2.1. Contexto socioambiental	26
2.1.1. <i>Ambiente e as ruínas deixadas pela mineração do século XVIII</i>	54
2.1.2. <i>População</i>	59
3 – AS NARRATIVAS HISTÓRICAS	63
3.1. A história repensada, uma narrativa ouro-pretana	63
3.2. Uma Narrativa Histórica	71
3.3. Narrativas do Tombamento	86
3.3.1 <i>As narrativas de tombamento no Veloso</i>	91
4 – A PAISAGEM	104
4.1. A paisagem do sujeito político	106
4.2. As políticas públicas e a paisagem	111
5 – CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE – ENTREVISTAS	122
ENTREVISTA 1	123
ENTREVISTA 2	135
ENTREVISTA 3	143
ENTREVISTA 4	152
ENTREVISTA 5	160
ENTREVISTA 6	169
ENTREVISTA 7	178
ENTREVISTA 8	184
ENTREVISTA 9	193
ENTREVISTA 10	206

ENTREVISTA 11.....212

1– INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte da necessidade de analisar os variados estratos de um território, para que se possa apreender suas especificidades, sendo esse o ponto de partida para um planejamento urbano mais abrangente e para tomadas de decisões de interesse público. Para analisar os variados estratos de um local, buscamos a utilização dos estudos sobre a paisagem, considerando as abordagens contemporâneas do termo em áreas do conhecimento como geografia e filosofia, encontrando nessas leituras um caminho potencial para a realização das análises territoriais.

Fazer leituras a respeito da paisagem é um caminho para se construir uma perspectiva acerca do território investigado, buscando a caracterização desse conforme os estratos escolhidos. A definição desses estratos presentes na paisagem é relevante, considerando que dificilmente um território será caracterizado de forma integral, pois todas as leituras da paisagem partem de recortes culturais, políticos e subjetivos de quem a lê.

Conforme será apresentado ao longo da pesquisa, a paisagem é aqui entendida como uma visão ampliada do lugar, pois é parte indissociável do sujeito que a observa, o qual traz as suas vivências e memórias para lê-la (COLLOT, 2013). Ela é uma experiência criada por meio de um sistema de memórias, crenças, sentidos (CORBIN, 2022). A paisagem considera as narrativas dos diversos agentes sociais, de pessoas que vivenciam os locais das mais variadas maneiras, portanto, pode ser um bom instrumento a ser considerado nos estudos que visem a criação de políticas públicas que possam afetar positivamente os habitantes que compõem e constroem essas paisagens.

As narrativas e vivências dos sujeitos influenciam diretamente na leitura da paisagem, portanto elas devem ser consideradas para a sua caracterização e para futura tomada de decisão pública. Partindo desse entendimento, escolhemos o Bairro São Cristóvão, que chamaremos aqui de Bairro do Veloso¹, na Serra de Ouro Preto, em Minas Gerais, para demonstrar como as narrativas históricas podem influenciar as leituras da paisagem, possuindo alto potencial para a tomada de decisões públicas, considerando que auxiliam na visão abrangente dos territórios e de suas especificidades. A escolha

¹ Chamaremos o Bairro São Cristóvão de Bairro do Veloso, ou apenas Veloso, considerando que esse é o seu antigo nome e a forma como ele é referido pela maioria da população ouro-pretana.

do local se deu pelas discussões sociais, patrimoniais e políticas que as outras narrativas históricas pesquisadas por agentes sociais da Serra têm fomentado. Essas narrativas nos fazem questionar como a paisagem da cidade de Ouro Preto-MG vem sendo institucionalizada e preservada desde a década de 1930.

Portanto, a escolha de estudar a Serra de Ouro Preto, e, em especial, o Bairro do Veloso, acontece pela relevância patrimonial e histórica do local que abriga vestígios da exploração mineral setecentista. Ainda hoje não existe nenhuma política que vise a preservação dessas estruturas presentes no bairro, ao contrário do que vem acontecendo no Morro da Queimada, por exemplo. Além disso, o bairro possui pessoas, que aqui chamamos de agentes sociais, que estão difundindo o discurso histórico a respeito da tecnologia afrodescendente² aplicada nas estruturas da mineração existentes na Serra de Ouro Preto, o qual consideramos essencial para se repensar a leitura dessa paisagem do ponto de vista patrimonial. Também consideramos a abertura e acolhimento da pesquisa por parte da população e dos atores sociais do Bairro São Cristóvão desde 2016, principalmente pela Sidnéa Santos, Eduardo Evangelista e Douglas Aparecido, sendo esse um requisito essencial na escolha do local que serve como base para esta pesquisa.

É justamente pelas narrativas trazidas por meio dos agentes sociais da Serra que definimos o recorte temporal desta pesquisa a partir de 2006, pois foi nesse ano que as pessoas³, que hoje trabalham nesse território e difundem as narrativas afrodescendentes, começaram a buscar informações a respeito das estruturas remanescentes da mineração do século XVIII existente na Serra de Ouro Preto. A produção desta pesquisa acontece com a colaboração, em um ambiente de troca e produção acadêmica com esses pesquisadores/atores locais. Juntos estamos desenvolvendo artigos que tratam da interdisciplinaridade no estudo desse nesse território.

Além da escolha do local estar diretamente relacionada com as questões tratadas acima, consideramos que o Veloso não possui visão direta a partir da Praça

² Utilizamos a palavra afrodescendente para tratar da descendência direta da África, considerando que as pessoas que foram escravizadas e detinham o conhecimento da mineração vieram do continente africano.

³ As pessoas citadas aqui são o engenheiro civil Eduardo Evangelista, idealizado da Mina Du Veloso e a historiadora Sidnéa Santos.

Tiradentes e de outros pontos referências de visada a partir do “centro histórico”⁴, ao contrário do Morro da Queimada, que faz parte da composição da “moldura” do núcleo setecentista. Esse fato pode levantar outros questionamentos: Por que a Serra sempre foi tratada como uma moldura? O Morro da Queimada tem tido maior visibilidade apenas por compor a moldura do casario setecentista ou também pelos acontecimentos que ali ocorreram e que foram bastante difundidos dentro da história tradicional da cidade de Ouro Preto⁵? Como essas ruínas têm servido para a releitura que fazemos da história oficial?

Tais questionamentos se fazem presentes quando observamos que a cidade de Ouro Preto abriga uma parte relevante da história da colonização do Brasil, sendo considerada Patrimônio Cultural Nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e Patrimônio Mundial, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Há ali uma grande produção de pesquisas sobre sua paisagem, principalmente aquela institucionalizada após o tombamento a nível federal, em 1938. Todavia, o que se propõe neste trabalho é abordar “uma outra paisagem” das muitas presentes nesse território, aquela que alguns agentes sociais locais chamam de “A Outra Ouro Preto”, que tem como características a ocupação irregular⁶ pela população de baixa renda, a presença de muitas estruturas remanescentes da mineração do século XVIII, as quais estão sendo negligenciadas há anos pelos setores da administração pública.

O contexto traz questões relevantes para que possamos entender uma outra narrativa da história da mineração pouco apresentada dentro da história oficial, a qual conta que a mineração em Vila Rica se constitui e cresce a partir da violência perpetrada por Portugal, que trouxe milhares de negros de sua terra natal na África e os forçou a trabalhar em regime de escravidão na Serra de Ouro Preto, não apenas por questões já conhecidas do tráfico transatlântico, mas porque eles detinham o conhecimento de técnicas extrativistas. Insta salientar que foram essas pessoas trazidas da África que

⁴ A expressão “centro histórico” é utilizada por muitos estudiosos, nos documentos gerados pelos Órgãos de Preservação e pelas pessoas da cidade para se referir ao espaço que possui o maior acervo da época setecentista, compondo essa região os bairros: Centro, Antônio Dias, Padre Faria, Lajes, Rosário, Pilar, Cabeças e Água Limpa.

⁵ Os acontecimentos históricos dizem respeito ao incêndio nas casas de Pascoal Silva, após a sedição de 1972 que tinha como objetivo criar uma composição para o poder local, sem que houvesse a necessidade de romper com o governo de Portugal. Porém, a história foi contada e difundida de forma bastante romantizada no século XIX (LOPES, 2008).

⁶ A discussão a respeito do assunto e do termo seria longa, portanto, não a faremos aqui. Para maiores informações ver: Calil (2015), Silva (2014), Maricato (2002) e Ronilk (1995).

também edificaram a cidade de Ouro Preto; porém, aqui nos deteremos no tema da mineração.

As estruturas da mineração remanescentes na Serra de Ouro Preto foram o ponto de partida para os atores sociais buscarem essa narrativa histórica. Desde 2006 eles estão se mobilizando econômica e socialmente para recontar essa história. Contudo, a difusão de tal conhecimento ainda é feita paulatinamente e muitas dessas estruturas presentes na Serra de Ouro Preto, em especial no Bairro São Cristóvão, estão sendo apropriadas e, em alguns casos, danificadas pela população que ali habita. Essa situação demonstra algumas das problemáticas existentes e a necessidade de nos questionarmos sobre como essas outras narrativas da história estão modificando a leitura da cidade de Ouro Preto? Como essa paisagem e o patrimônio estão sendo lidos pela população e pelos agentes públicos?

Observando as abordagens contemporâneas da paisagem, do patrimônio e da história, dentro do contexto da cidade de Ouro Preto, pretendemos questionar a história que vem sendo produzida. Trazemos para o primeiro plano a vontade da população negra ouro-pretana em compreender suas origens, o que Pierre Nora (1993) apresenta como sendo uma necessidade intrínseca de todos os indivíduos, obrigando cada grupo a redefinir sua história.

Cabe ressaltar, ainda, conforme nos apresenta a filósofa, jornalista e feminista Djamila Ribeiro⁷ (2017), que todos temos “lugar de fala” para problematizar a constituição racista da nossa sociedade, considerando a urgência e relevância do assunto. Porém, devemos saber de qual lugar social falamos, considerando que o lugar que ocupamos socialmente nos permite ter experiências distintas. Compreender nossos privilégios, sejam eles de ordem econômica, racial ou de gênero, é essencial para tratar de temas bastante importantes para a sociedade, como esse que abordamos nesta dissertação.

Desenvolvemos esta pesquisa a partir de um local de privilégio branco, de uma arquiteta e urbanista, com uma visão acadêmica e patrimonial que tem sido modificada com o aprofundamento das narrativas e temas aqui apresentados. Entendemos a urgência em se abordar o assunto e a necessidade da nossa constituição de sujeitos em constante construção antirracistas. Salientamos que se outra pessoa se dispuser

⁷ Apresentar brevemente os filósofos escolhidos para compor a narrativa desta dissertação foi uma atitude considerada essencial, uma vez que os contextos sociais em que estão inseridos e sua própria história influenciam na forma como veem o mundo e direcionam suas teorias.

a escrever esta mesma dissertação o fará de forma diversa, considerando que em ciências sociais aplicadas não é possível escrever dissociando-se de sua cultura, de suas vivências e memórias.

Buscamos compreender como a leitura da paisagem está intimamente ligada às vivências de cada indivíduo. Também como as narrativas, que são trazidas pelos atores sociais da Serra, podem modificar essa leitura, principalmente a respeito do patrimônio cultural, pelos habitantes da cidade, pelos estudiosos e instituições. Com uma interpretação contemporânea sobre paisagem, visamos apreender como essas narrativas modificam ou têm a potencialidade de modificar a forma com que as pessoas interagem com esse território, podendo servir como base para as tomadas de decisão pública.

1.1. Estrutura para o desenvolvimento da pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizaremos revisão bibliográfica e historiográfica, a fim de compreender as outras narrativas trazidas pelos agentes sociais da Serra de Ouro Preto, e, para isso, recorreremos a autores como Walter Benjamin (1985), Jeanne Gagnebin (1982, 1999 e 2006), Michel Certeau (1982), Keith Jenkins (2017), Aimé Césaire (2020) e Pierre Nora (1993). Essa outra camada histórica foi apreendida em conversas realizadas em 2016 com os agentes sociais da Serra de Ouro Preto⁸, sendo parte do trabalho final de curso da autora, e norteia a construção da perspectiva histórica desta dissertação. Utilizamos alguns discursos presentes dentro da história oficial, conforme fazem os agentes sociais da Serra. Para compreensão dos diversos aspectos do contexto territorial e da legislação vigente, utilizaremos análise documental de fotos, mapas, leis e portarias existentes disponibilizados em arquivos públicos, pessoais e na Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP).

Em relação às questões do patrimônio cultural institucionalizado, o qual aqui entendemos como aquele que foi acautelado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir da década de 1930 e possui como principais referências a preservação de bens de interesse nacional que tinham valor de “excepcionalidade”, geralmente relacionados a construções e conjuntos urbanos do período colonial que remetiam à cultura do colonizador. Serão utilizados os estudos

⁸ Os agentes sociais que apresentaram à autora essas narrativas em 2016 foram: Eduardo Evangelista, Sidnéa Santos, Douglas Aparecido e André Castanheira.

de autores que tratam dessa institucionalização do patrimônio no Brasil como Ulpiano Menezes (2009) e Márcia Chuva (2020). Também aproveitamos para a construção desta parte da dissertação a vivência de sete anos na cidade de Ouro Preto e a experiência de trabalho no Escritório Técnico de Ouro Preto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nos anos de 2015 a 2017. As pontuações são apresentadas analisando as diretrizes presentes no território que regulamentam as intervenções na área protegida, o Processo de Tombamento número 0070-T-38 e do Processo de criação da Portaria de Normatização n. 312/2010.

Para a realização da discussão sobre a teoria da paisagem, faremos uma revisão bibliográfica acerca do tema, abordando os seus aspectos sensíveis, conforme nos é apresentado por Alain Corbin (2022) e Michel Collot (2013), Luisa Bonesio (2003), Yu-fu Tuan (2012) e políticos, como exibido por James Duncan (1980) e Denis Cosgrove (1998). Utilizaremos ainda as conversas que foram realizadas com alguns atores sociais da região e com agentes públicos, a fim de observar como as narrativas históricas influenciam na leitura dessa paisagem.

Foram realizadas onze entrevistas, com agentes sociais do Bairro do Veloso, alguns líderes comunitários e agentes da administração pública, sendo possível apreender a modificação da leitura da paisagem por meio das vivências do sujeito (CORBIN, 2019), bem como analisar de que forma os agentes públicos estão observando a região após o contato com a outra narrativa histórica.

As entrevistas foram transcritas nos anexos, pois não foi possível utilizar todo o material obtido e ele é muito rico em informações a respeito do Veloso e da visão patrimonial e de gestão territorial dos agentes do poder administrativo e do bairro. Pretendíamos realizar entrevistas com mais pessoas do bairro, porém, devido ao encaminhamento da pandemia de SARS-CoV2⁹, tal metodologia não foi possível de ser efetuada. Como as entrevistas nos foram concedidas com muita disponibilidade dos participantes e devido ao farto conteúdo ali presente, optamos por acrescentá-las aos anexos, permitindo que outros pesquisadores tenham acesso a esse material.

As entrevistas foram feitas de forma pré-estruturadas, sendo as perguntas adaptadas conforme o entrevistado. Para a construção dessas questões, partimos do

⁹ A pandemia do novo coronavírus acontece desde 2020 no Brasil, e desde 2019 no mundo, e é causada por uma “nova cepa do vírus (2019-nCoV) que foi notificada em humanos pela primeira vez na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China” (FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ, 2021).

pressuposto de que as narrativas históricas modificam a leitura que fazemos da paisagem e que a Serra de Ouro Preto sempre foi lida como a moldura do centro histórico. Tal método direcionado parte do entendimento de que a entrevista “não significa uma conversa despretensiosa e neutra” (NETO, 2002, p. 57); ao contrário, ela tem a intenção de fomentar diálogos e narrativas que colaborem para afirmar ou contrariar aquilo que foi pressuposto.

Os entrevistados são agentes sociais da Serra e que possuem relação direta com a comunidade do Veloso, sendo a maioria moradores do bairro, e também com o movimento preto de Ouro Preto. Já os agentes sociais do administrativo foram escolhidos por terem trabalho no Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto, na Prefeitura Municipal e na Câmara Municipal de Ouro Preto.

Os agentes que conversaram conosco estão diretamente ligados aos assuntos aqui tratados, seja na produção da narrativa histórica ou na gestão do patrimônio cultural de Ouro Preto. Salientamos que os entrevistados autorizaram a utilização do material produzido para fins acadêmicos e a inclusão da transcrição da entrevista nos anexos deste trabalho, conforme recomendação da Resolução da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais n. 01/2020, de 02 de setembro de 2020, que definiu critérios para a dispensa de aprovação das pesquisas feitas na Escola de Arquitetura da UFMG no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

A transcrição das entrevistas foi feita de forma manual, utilizando a linguagem coloquial dos autores, sendo excluídos alguns vícios de linguagem para que o texto ficasse mais fluente; também empregamos os três pontos para indicar pausa durante a fala do entrevistado. Três entrevistados solicitaram acesso ao texto para que fizessem leitura e correção após a transcrição; foram eles Angelo Oswaldo, Benedito Tadeu e Lia Motta. Os demais entrevistados concordaram que a conversa fosse transcrita conforme áudio. Ademais, nas citações diretas das entrevistas, não utilizaremos o termo *sic* por uma questão ética, tendo em vista que tudo o aquilo o que foi dito é inteligível.

1.2. Estruturação dos capítulos

O primeiro capítulo é dedicado a apresentar o local estudado nesta dissertação, o Bairro do Veloso, na Serra de Ouro Preto. Situamos esse território dentro do seu contexto físico, tratando das questões geológicas ali presentes, como alta instabilidade geotécnica resultante de questões físicas e antrópicas (SOBREIRA,

2014), bem como a estruturação do bairro sobre as ruínas da mineração. Compreendemos, conforme os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), que, assim como em outros locais de ocupação espontânea, a região possui uma população vulnerável socioeconomicamente.

No segundo capítulo, apresentamos uma outra referência histórica, que é a base para a modificação da leitura da paisagem da região abordada. Consideramos tanto a discussão historiográfica utilizada, quanto a narrativa histórica que vem sendo pesquisada pelos agentes sociais da Serra de Ouro Preto. Assim como esses, buscamos aqui legitimar essa narrativa histórica por meio da leitura dos textos dos viajantes que estiveram na região nos séculos XVIII e XIX, de livros de história bastante difundidos que recontam a história de Ouro Preto¹⁰ e de novas pesquisas a respeito da história da África. Ressaltamos que escrevemos a partir de uma formação como arquiteta e urbanista; não tivemos a intenção de recontar a história por meio de fontes primárias, ou de fazer novas descobertas a respeito dos fatos. Deixaremos isso para aqueles que têm conhecimento e competência para fazê-lo, os historiadores.

Considerando a dificuldade em encontrar essa outra camada histórica, o conceito de “cacos da história” utilizada pela historiadora suíça, domiciliada no Brasil, Jeanne Marie Gagnebin (1982), em seu Livro “Walter Benjamin, os cacos da história”, é bastante importante para esta dissertação, uma vez que se procurou juntar os “pedaços” dessa visão da história aqui tratada, por meio das narrativas espalhadas na história oficial e em fontes que ainda estão sendo pesquisadas por historiadores.

Ainda no segundo capítulo abordamos questões acerca da institucionalização do patrimônio ao longo da história da cidade de Ouro Preto, visando compreender como o tombamento foi formulado e as narrativas privilegiadas por meio dele.

No terceiro capítulo, analisamos como a vivência e leitura da paisagem estão intimamente ligadas com as relações sociais existentes, sendo ela uma interação do homem, do tempo, do espaço, da natureza e da cultura, podendo ser investidos significados coletivos e individuais (COLLOT, 2013). Essa visão permite abordar a importância da sensibilidade e da subjetividade, das memórias pessoais para a leitura do espaço, nos possibilitando observar como as variadas narrativas afetam as pessoas que estão nela inseridas e leem essa paisagem. Pontuamos o contexto

¹⁰ Vasconcellos (2011); Fausto (2013); Burton (2001); Eschwege (2017); Mave (1812); Spix e Martius (2017), entre outros.

político da paisagem, a sua produção e leitura direcionada conforme os interesses das classes sociais (DUNCAN, 1980), buscando compreender como ela pode ser um conceito norteador para as tomadas de decisões públicas.

Acreditamos que as narrativas que estão sendo trazidas são essenciais para a criação de outras leituras dos sujeitos que vivenciam a paisagem de Ouro Preto. Elas estão modificando a forma como as pessoas que vivem ali, os agentes públicos e turistas observam esse local, portanto, elas devem ser consideradas e fomentadas nas tomadas de decisão pública, principalmente aquelas que visem a preservação das ruínas e a melhoria na qualidade de vida das pessoas que habitam esse lugar.

2 – A SERRA DE OURO PRETO: O BAIRRO DO VELOSO

Este capítulo é dedicado à apresentação do local escolhido para ser estudado nesta dissertação, o Bairro São Cristóvão, em Ouro Preto-MG. A escolha desse território se deu por suas complexidades socioambientais e culturais, como a presença de estruturas da mineração do século XVIII, o alto risco geotécnico, a ocupação espontânea irregular, a alta vulnerabilidade social e a falta de políticas públicas habitacionais e preservacionistas. Questões que fomentam diálogos e indagações no nível acadêmico, político e social, possibilitando abordar temas como a paisagem, a história e o patrimônio.

Serão tratados os principais desafios e potencialidades da região, e, para isso, utilizaremos pesquisas já realizadas no bairro, sendo a grande maioria ligada à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Para demonstrar as questões sociais, utilizaremos análise de fotos realizadas em visitas ao local, além de estudos que caracterizam a vulnerabilidade presente na Serra de Ouro Preto por análise dos microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A caracterização aqui apresentada abrange ainda a vivência e leitura da paisagem local que acontece de forma esporádica desde 2015, e conta com a utilização de narrativas presentes em produções acadêmicas e aquelas concedidas em entrevistas e conversas por moradores do Bairro e agentes sociais¹¹.

Para o entendimento das questões ambientais da região, também utilizaremos referências bibliográficas que abordam o assunto, não havendo a intenção de criar dados, e, sim, apresentar aqueles já levantados por profissionais qualificados da área, a fim de que o leitor compreenda a complexidade e a fragilidade da camada geológica tão importante para a constituição dessa paisagem. Também serão apresentados os procedimentos exploratórios ocorridos no século XVIII, que tanto modificaram a constituição do solo local, bem como as estruturas deixadas por essa mineração.

¹¹ Os agentes sociais aqui citados são aqueles que começaram em 2006 a pesquisar a história afrodescendente ligada à mineração das encostas da Serra de Ouro Preto, as quais hoje ocupam espaços de liderança e/ou participam de movimentos políticos para a melhoria da qualidade de vida da população, além de fomentarem a visibilidade das ruínas da mineração do século XVIII. Os principais agentes estão ligados à Mina Du Veloso, localizada no Bairro do Veloso, e realizam ativamente ações relacionadas ao tema.

2.1. Contexto socioambiental

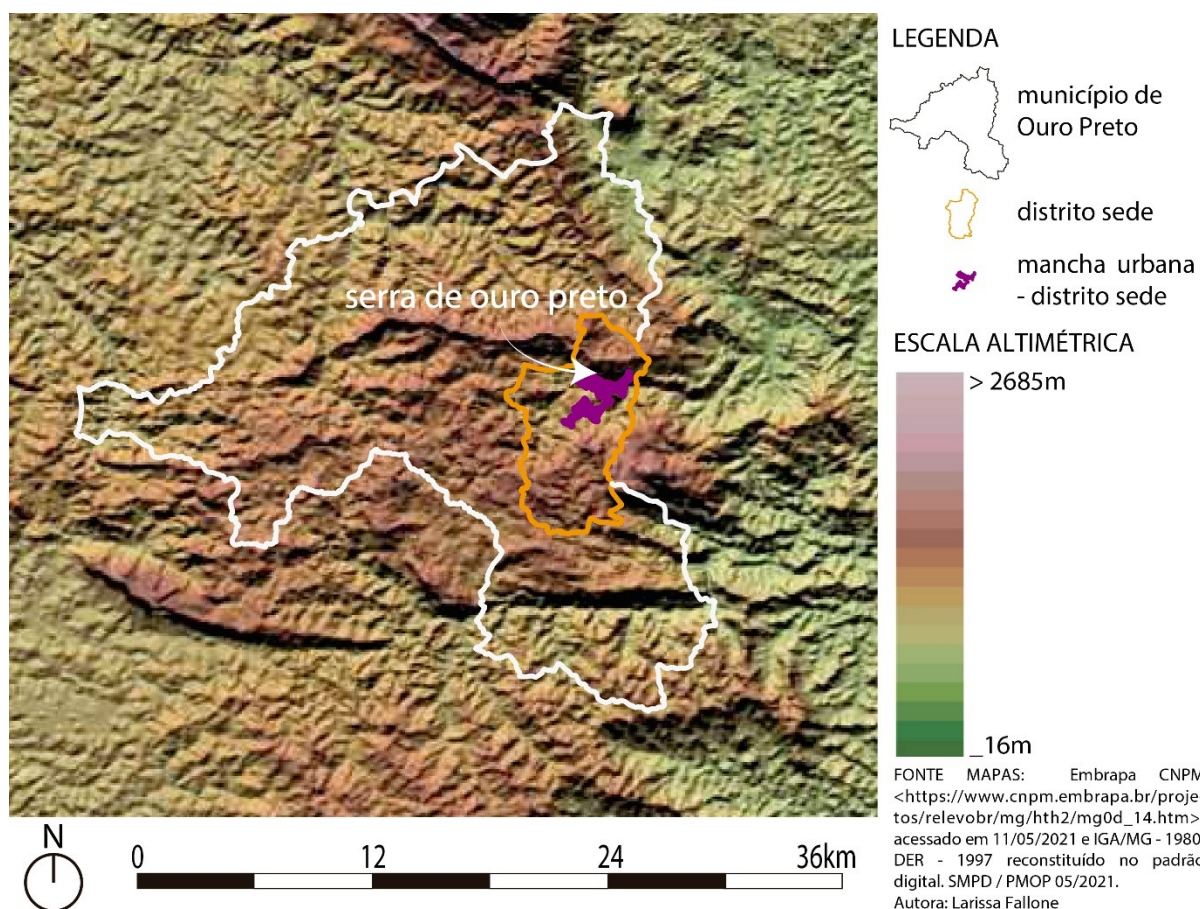
Antes de apresentarmos especificamente o Bairro do Veloso, passaremos de forma geral pelo local onde ele está inserido, a encosta da Serra de Ouro Preto, que possui muitas complexidades ambientais e socioeconômicas, em toda sua extensão, sendo de extrema importância para a constituição da cidade, conforme nos apresenta Eduardo Ferreira, engenheiro civil, servidor público federal, idealizador e empresário responsável pela Mina Du Veloso, um dos agentes sociais do Bairro, o Du do Veloso: “a Serra que é essa grande estrutura geológica que é o patrimônio primeiro, onde estava a riqueza que deu origem a todo o processo de ocupação do território.”¹²

A Serra de Ouro Preto está inserida na base sul de uma estrutura regional conhecida como o Anticlinal de Mariana, a qual possui uma grande complexidade estrutural, com formação aurífera. A região é divisora de duas grandes bacias hidrográficas de importância regional, a Bacia do Rio Doce e a Bacia do Rio das Velhas, abrigando ainda muitas espécies de plantas endêmicas e nascentes de água que formam os principais rios da região, incluindo o Rio Doce, demonstrando a relevância ambiental deste território (SOBREIRA; FONSECA, 2001).

A altitude da Serra varia de 1060m nas partes mais baixas a 1400m na parte mais alta (SOBREIRA; FONSECA, 2001 e OLIVEIRA, 2010). Ela é a principal paisagem montanhosa ao norte da cidade de Ouro Preto-MG, como pode ser observado na Carta Hipsométrica apresentada na Figura 1, compondo o cenário preservado do conhecido “centro histórico”. Abriga hoje a maioria dos bairros periféricos da cidade, que foram se formando principalmente a partir da década de 1950; o Veloso é um deles.

¹² Entrevista do Eduardo Evangelista Ferreira – Engenheiro Civil, servidor público federal, empresário e idealizador da Mina Du Veloso, ator social do bairro do Veloso – concedida à autora, em 02 de março de 2021. Anexo – Entrevista 05, p. 139.

Figura 1 – Carta Hipsométrica do Município de Ouro Preto



Fonte: Autora (2021).

Esses bairros presentes nos “morros” da Serra de Ouro Preto podem ser observados na Figura 2 e na Figura 3. Eles estão elencados de oeste para leste: Passa Dez de Cima, São Cristóvão (Veloso), São Francisco, São Sebastião, Morro da Queimada, Alto da Cruz, Morro São João, Morro Santana, Piedade e Taquaral. Cada qual tem sua particularidade e tradição, porém todos possuem características comuns, como a ocupação informal, as áreas de risco e suscetibilidade geotécnica, carência de transporte público, precariedade no saneamento básico e na segurança pública. Questões típicas vivenciadas nas periferias de muitas cidades brasileiras, não sendo diferente na cidade patrimonializada (FERREIRA, L., 2017).

Figura 2 – Foto Panorâmica da Serra de Ouro Preto



Fonte: Autora (2021).

A situação de frágil resistência geotécnica do local se dá pela formação geológica da região, composta por “metassedimentos de idade paleoproterozóica (filitos, xistos e formação ferrífera)” (SOBREIRA, 2001, p.7) e essas composições de solo apresentam “foliação metamórfica marcante, descontinuidades planares (falhas e fraturas), influenciando no fraco comportamento geotécnico” (SOBREIRA, 2001, p. 7). Concomitante com a existência de um solo frágil do ponto de vista geotécnico, já propício a eventos de deslizamento e escorregamentos de terra, a Serra passou por processos exploratórios durante o período da mineração do ouro do século XVIII, que influenciaram e corroboraram para o agravamento da suscetibilidade geotécnica do local (SOBREIRA, 2001).

Devido aos processos antrópicos realizados durante o período de extração do ouro, a constituição do solo, o aumento das solicitações de cargas e a forma como são realizados os cortes para a implantação de novas edificações (SOBREIRA; FONSECA, 2001 e SANTOS, 2017), o risco e suscetibilidade geotécnica da Serra de Ouro Preto é muito alto. Em 2016, foi realizado um relatório, a pedido do Ministério de Minas e Energia, pela empresa governamental Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM do Serviço Geológico do Brasil, denominado: “Ação emergencial para reconhecimento de áreas de alto e muito alto risco a movimentos de massa e enchentes – Atualização de Mapeamento”. No estudo foram realizadas proposições para estabilização das encostas que possuem risco geotécnico em Ouro Preto, e o Bairro do Veloso possui alguns locais citados. O relatório também incluiu a cidade na lista dos 31 municípios brasileiros com maior risco de deslizamento de terra, demonstrando a fragilidade do solo presente nesta região (CPRM, 2016).

Figura 3 – Mapa da localização da Serra de Ouro Preto com seus respectivos bairros



Fonte: Autora (2020).

Foram apresentadas no relatório questões que são relevantes para que se possa asseverar o risco que o adensamento populacional nessa região pode causar. O trecho a seguir trata de situações presentes no Bairro do Veloso:

Apesar dos condicionantes geológicos serem de fundamental importância na gênese de processos de movimento de massa, verifica-se em campo que, frequentemente, as instabilizações de taludes e encostas são causadas ou potencializadas por intervenções inadequadas nos terrenos, como, por exemplo, a execução de taludes de corte verticalizados sem contenção e lançamento de aterros muitas vezes heterogêneos contendo lixo e entulho. (CPRM, 2016, p. 16)

O adensamento da região fragiliza ainda mais o solo, bem como o descarte de resíduos sólidos em antigas estruturas da mineração que influenciam no escoamento das águas pluviais, conforme pode ser observado na Figura 4. Essas dinâmicas presentes no território que somadas à desinformação e a falta de políticas para a conscientização da população contribuem para o aumento do risco geotécnico da região (CPRM, 2016).

Figura 4 – Descarte de resíduos sólidos em estruturas da antiga mineração do Veloso



Fonte: Autora (2021).

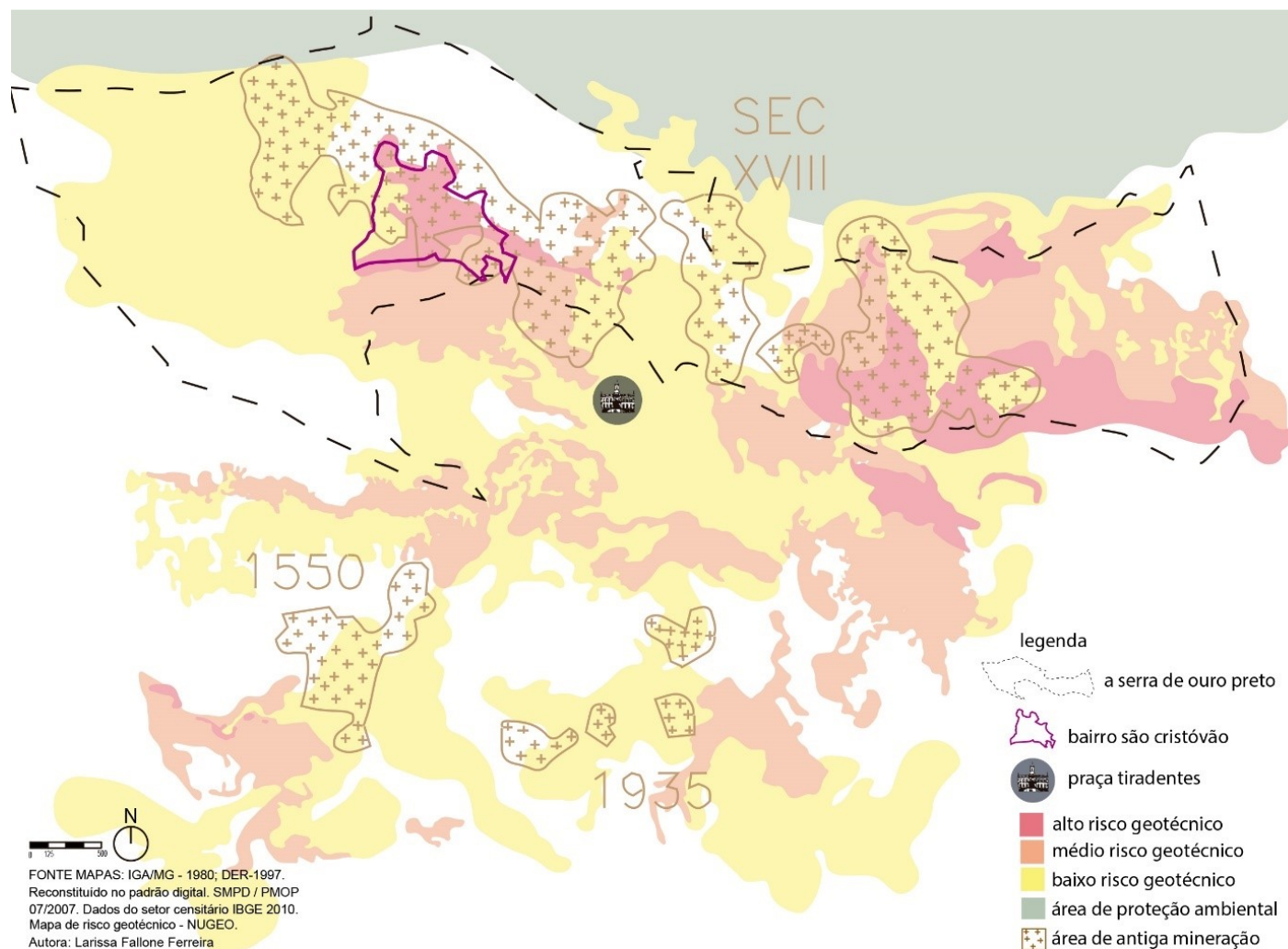
A situação de risco e suscetibilidade geotécnica se agrava quando observamos o estudo realizado em 2014 pelo Instituto Geotécnico de Ouro Preto – IGEO que confirmou a carência da população em compreender o que são áreas de risco e quais

seriam suas implicações. A pesquisa foi realizada em todos os bairros da Serra de Ouro Preto e demonstrou que a vulnerabilidade geotécnica é elevada com a desinformação, considerando que a grande maioria dos entrevistados não sabiam identificar sinais físicos de que o terreno está se movimentando e quem acionar em casos de emergência (GOMES *et al.*, 2016).

O mapa a seguir, apresentado na Figura 5, situa as áreas da antiga mineração do século XVIII, que se sobrepõem às áreas de riscos geotécnico, demonstrando a influência dos procedimentos exploratórios no solo da região. As áreas da antiga mineração foram retiradas do mapa criado por Leandro Oliveira (2010). O levantamento de risco geotécnico foi realizado por Michel Fontes, em 2011, sendo disponibilizado pela Defesa Civil de Ouro Preto-MG em 2021. A delimitação da Serra de Ouro Preto foi realizada com base nos setores censitários do IBGE e a delimitação do Veloso foi feita pelo mapa da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP). Como as bases dos mapas sobrepostos possuem fontes diversas, há pequenas divergências na compatibilização, porém, tal fato não influencia na leitura qualitativa dos dados aqui apresentados.

Quando observamos a abrangência do risco geotécnico na cidade de Ouro Preto, em especial na Serra de Ouro Preto e no Bairro do Veloso, percebemos o quão grave é a situação das pessoas que habitam esses espaços e que não possuem informações a respeito da situação de suscetibilidade geotécnica. A declividade da Serra do Veloso e os sulcos decorrentes da mineração podem ser observados na Figura 6, a Serra está mais à esquerda.

Figura 5 – Mapa do risco geotécnico e áreas mineradas na Serra de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Figura 6 – A Serra do Veloso à esquerda, a cidade de Ouro Preto e o Pico do Itacolomi ao fundo.



Fonte: Autora (2021).

Mas quais motivos levariam as pessoas a ocuparem esses locais em que correm riscos? Para analisar como se deu esse processo de ocupação das encostas da Serra de Ouro Preto, devemos compreender que processo de ocupação das cidades brasileiras foi produzido por meio de uma lógica de mercado, focando na produção e desenvolvimento da indústria capitalista. Conforme nos apresenta Milton Santos (2003), geógrafo brasileiro, também advogado, jornalista e escritor, a urbanização foi um processo que aconteceu graças à difusão do capital e à população que migrou para as cidades durante a época de êxodo rural brasileiro. Constituiu mão de obra barata, fazendo ela própria parte do capital que gira nas cidades, disponível para ser explorado:

A população urbana que lota estas cidades em rápido crescimento constitui mão-de-obra barata e, por sua mera presença, garante o estabelecimento de um estoque de capital fixo que é indispensável a uma maior lucratividade de empreendimentos industriais. (SANTOS, 2003, p. 23)

Assim como Milton Santos, a professora, arquiteta e urbanista Ermínia Maricato (2002), também nos apresenta o entendimento do planejamento urbano brasileiro a

partir dessa lógica capitalista e colonial, que visa atender aos interesses econômicos daqueles que detêm o poder, perpetuando espaços e cidades desiguais, considerando que o poder público deixa a população à “mercê” do mercado, ou seja, não cria políticas públicas que possibilitem melhorar as formas de habitar da população com baixo poder aquisitivo. Em Ouro Preto, a cidade informal tem se estruturado pela ausência do poder público na regulamentação e aplicação das legislações vigentes, permitindo e legitimando a ocupação informal, perpetuando o planejamento urbano que visa os interesses daqueles com maior poder aquisitivo.

A história da cidade de Ouro Preto será tratada de forma mais aprofundada no segundo capítulo, porém aqui já pontuamos que o início da ocupação atual dos bairros da Serra de Ouro Preto, portanto, do Bairro do Veloso, aconteceu durante o processo de industrialização da cidade na década de 1950, com a retomada da mineração, devido à extração de alumínio pela mineradora Alumínio Canadense S/A (ALCAN). As pessoas com menor poder aquisitivo passam a se estabelecer nos morros sobre as antigas áreas mineradas (SALGADO, 2010).

A partir da década de 1950, a população procura na cidade de Ouro Preto oportunidades de emprego e melhor qualidade de vida, porém não recebe aporte do Estado para se estabelecer (SALGADO, 2010). A maioria das pessoas que buscaram o Bairro do Veloso como local de moradia nessa época era migrante de distritos, como Cachoeira do Campo, Rodrigo Silva e Antônio Pereira (COSTA, 2011). Da mesma maneira que ocorreu no restante do país, não houve uma política pública que resolvesse a questão da habitação de interesse na cidade de Ouro Preto e, ainda hoje, não há.

O direito à moradia está previsto na Constituição Federal de 1988, porém a população de baixa renda enfrenta muitas situações adversas para exercê-lo, como a irregularidade fundiária, a distância dos centros urbanos – no caso de Ouro Preto, a distância se dá pela precariedade no transporte público e pela diferença altimétrica entre o centro e “os morros” –, a periculosidade, a instabilidade geotécnica, a insalubridade, o desconforto ambiental, a precariedade construtiva, entre outras circunstâncias (SANTOS, 2017). Essa dinâmica de ocupação de áreas periféricas das cidades, que aconteceu de forma mais intensa durante o êxodo rural brasileiro e que acontece ainda hoje, é o que Milton Santos (2003) chama de planejamento urbano capitalista.

A cidade de Ouro Preto não esteve isenta do planejamento urbano capitalista. As pessoas passaram a ocupar a Serra de Ouro Preto a partir da década de 1950 pela impossibilidade financeira de habitar outros espaços. Ocupar os morros foi a solução para a maioria das famílias que se instalou nesses locais, que na atualidade continuam sendo adensados e sofrendo especulação imobiliária (BUENO, 2019).

Não há uma política pública eficaz que possibilite às pessoas o direito à moradia em um local sem riscos ou suscetibilidade geotécnica na cidade de Ouro Preto. Tal fato pode ser observado na Lei Complementar n. 29, de 28 de dezembro de 2006, que instituiu o Plano Diretor Municipal, o qual prevê Zonas de Interesse Social sobre áreas de alto risco geotécnico. Também nunca foram implementados os programas, previstos na referida lei, de remanejamento de pessoas em áreas de risco e de regularização fundiária, e tal situação preocupa moradores e estudiosos do local.

Devido à ausência de fiscalização e de uma política pública habitacional efetiva, os espaços da Serra de Ouro Preto continuam sendo ocupados. Esse adensamento é apresentado nas falas de alguns entrevistados, como o já citado Eduardo Ferreira, que acredita na criação do “Plano Municipal de Redução de Risco” para barrar o “crescimento desenfreado que está tendo na Serra de Ouro Preto”¹³, e também de Luiz Cláudio Viana, turismólogo, mestrando no PPG-ACPS, morador do Bairro do Veloso, que relata a impossibilidade dessa situação se perpetuar:

Mas hoje eu acredito que a cidade de Ouro Preto crescer pra Serra não tem mais jeito mais. Continuar urbanizando e expandindo essa malha urbana da área de Ouro Preto pra Serra, eu acho que o pessoal já começa a desafiar até a própria física, porque a gente vê umas estruturas saindo, para e pensa “não vai dar certo”, mas o pessoal, por falta de opção faz. [...] às vezes você tem três, quatro casas ali, mas é tudo da mesma família – é muito difícil a gente ver uma pessoa que começa a construir e coloca telhado nas casas, elas sempre deixam uma laje, para quando os filhos dela vier fazer em cima.¹⁴
(grifo nosso)

A situação de risco relatada por Luiz Viana em entrevista, é reiterada quando observamos o contexto ambiental, conforme apresentamos no início do capítulo. Devemos compreender que, além das dinâmicas sociais que se acontecem no bairro, como a construção de pavimentos para abrigar os membros da família, existe um

¹³ Entrevista do Eduardo Evangelista Ferreira – Engenheiro Civil, servidor público federal, empresário e idealizador da Mina Du Veloso, ator social do bairro do Veloso – concedida à autora, em 02 de março de 2021. Anexo – Entrevista 05, p. 146.

¹⁴ Entrevista da Luiz Cláudio Alves Viana – Turismólogo, mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG e um dos agentes sociais do Veloso – concedida à autora, em 11 de março de 2021. Anexo – Entrevista 04, p. 136.

processo recorrente de especulação imobiliária. Algumas pessoas cercam as terras devolutas para depois vendê-los por baixos preços, o que é visto como uma prática problemática na região. Essa situação de especulação nos é explicada pela professora, arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (1995), tendo em vista que os espaços de nossas cidades são vistos e utilizados como uma mercadoria a ser consumida individualmente.

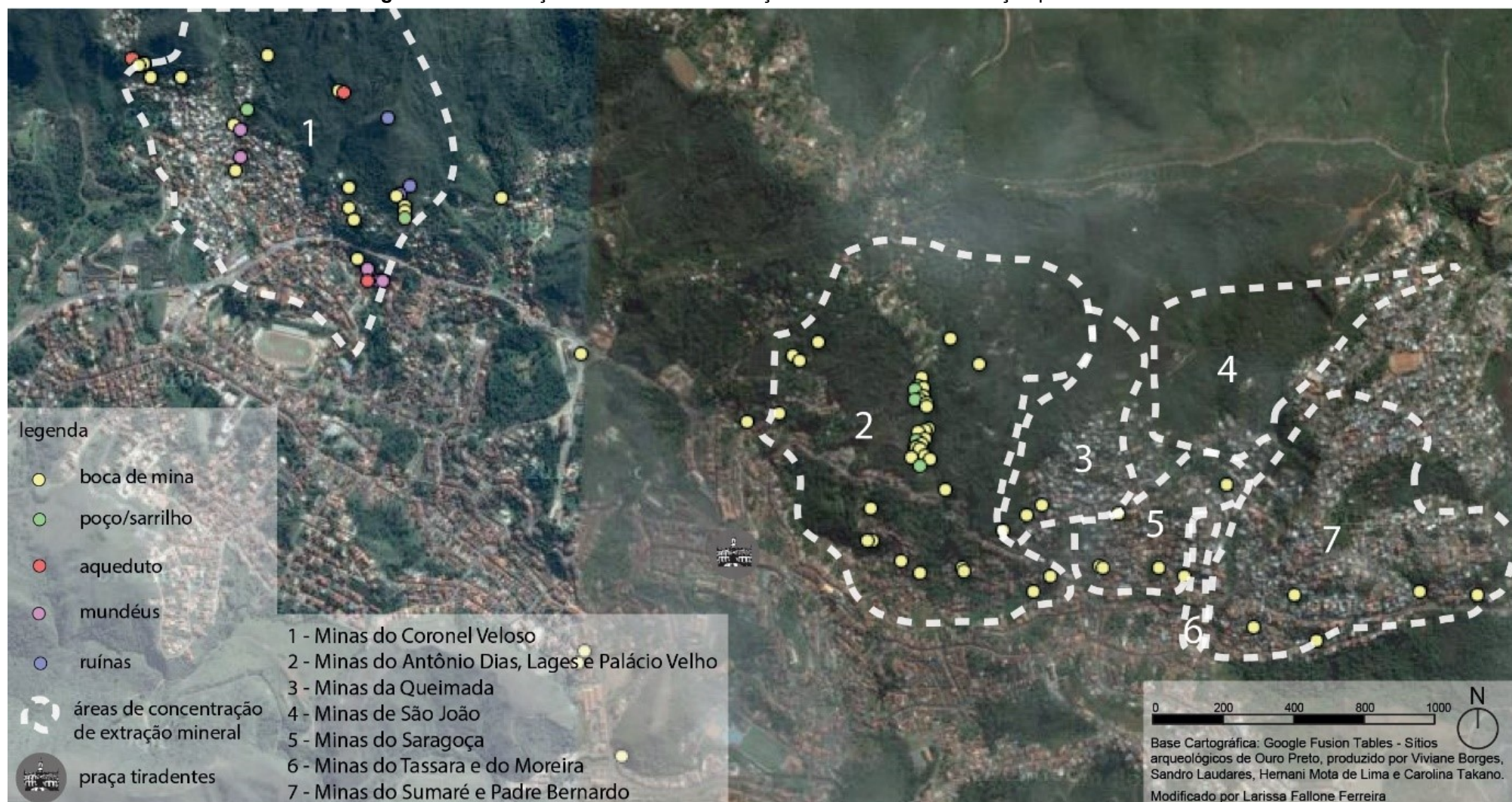
[...] o próprio espaço urbano é uma mercadoria cujo preço é estabelecido em função de atributos físicos (tais como declividade de um terreno ou qualidade de uma construção) e locacionais (acessibilidade a centros de serviços ou negócios e/ou proximidade a áreas valorizadas da cidade). (ROLNIK, 1995, p. 63)

A especulação imobiliária, que está diretamente relacionada com a produção da cidade feita pelo planejamento urbano capitalista, cria “cercas, fronteiras imaginárias” (ROLNIK, 1995, p. 41), como pode ser observado na cidade de Ouro Preto, que possui “o centro histórico” e “os morros”. Essa segregação é parte da construção da cidade capitalista, a qual prioriza as dinâmicas de mercado e os interesses dos mais abastados. Toda Serra de Ouro Preto está inserida no contexto dos “morros” e a definição do Bairro do Veloso como local a ser estudado neste trabalho se deu pela pouca visibilidade desse bairro a partir do “centro histórico”, o que resulta em “fronteiras imaginárias” ainda maiores do que aquelas vivenciadas pelos bairros que possuem maior visibilidade, que são denominados como a “moldura do centro histórico”¹⁵.

A escolha do Bairro do Veloso se deu pela necessidade de tratar de outros espaços da Serra para além do Morro da Queimada, o qual já possui produções e ações legais sobre o território. Propomos observar os outros lugares desse território que também abrigam muitas estruturas remanescentes da mineração. O Veloso possui a segunda maior concentração de ruínas minerárias do século XVIII, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 7, na área de “concentração de extração mineral 1” denominada “Minas do Coronel Veloso”.

¹⁵ Termo muito utilizado no Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico da cidade de Ouro Preto, n. 70-T-38, de 16 de fevereiro de 1938, para tratar dos morros que compõem a paisagem da cidade.

Figura 7 – Localização das lavras de mineração e estruturas da mineração presentes na Serra



Fonte: Borges, Laudares, Lima, Takano (2015), modificado pela autora (2020).

O mapeamento das antigas estruturas da mineração vem sendo desenvolvido dentro do Departamento de Engenharia de Minas da UFOP, coordenado pelo professor Hernani Lima. É possível visualizar a grande quantidade dessas estruturas presentes na Serra de Ouro Preto, sendo que majoritariamente as ruínas catalogadas neste estudo estão no “Morro da Queimada” e na região das “Minas do Coronel Veloso”.

Para que seja possível compreender espacialmente o local, apresentamos na Figura 8 o mapa com os limites dos bairros, evidenciando o Bairro do Veloso. Salientamos que ainda não há um limite administrativo georreferenciado para os bairros do Distrito Sede da Cidade de Ouro Preto, portanto, optamos por utilizar como limite para definição dos bairros nesta pesquisa o mapa disponibilizado pela Secretaria de Obras e Urbanismo da Prefeitura de Ouro Preto, em março de 2021.

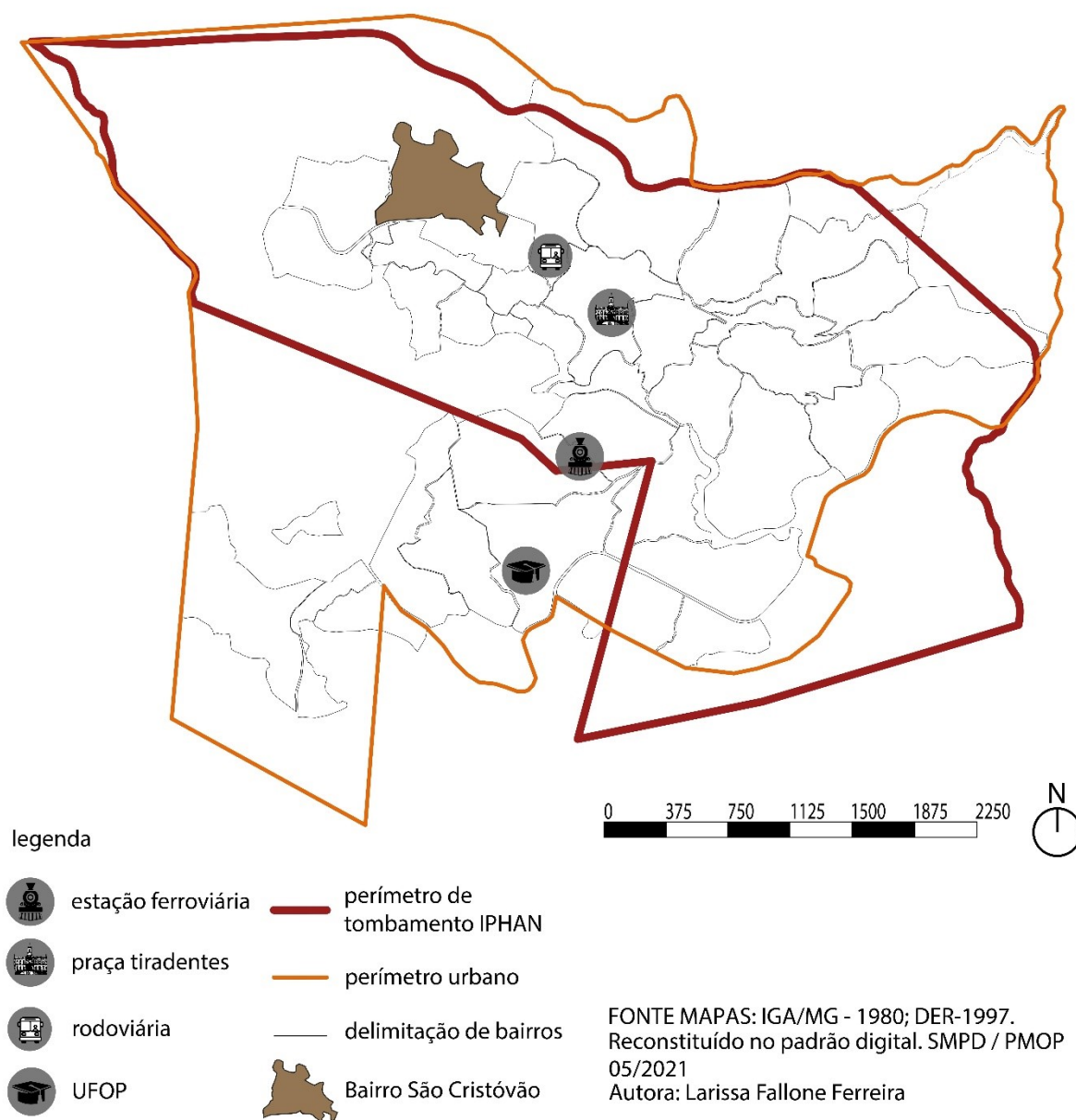
O Bairro do Veloso foi ocupado durante o período da extração do ouro. A região era conhecida como o “Morro dos Ramos”, devido ao primeiro proprietário das terras Antônio Ramos dos Reis, e posteriormente como “Veloso”, pois as minas foram vendidas para o sócio de Antônio Ramos, em 1761, o minerador e mestre de obras, Coronel José Veloso do Carmo (REIS, 2007). Em 1964 o nome do Bairro foi alterado para São Cristóvão, por meio do sancionamento da Lei Municipal n. 77, de 10 de setembro de 1964 (FERREIRA, E., 2017).

Como já dito, o bairro teve a indústria como seu indutor de crescimento a partir da década de 1950, sendo mais adensado a partir da década de 1960, devido à implantação da estrada de acesso a Ouro Preto, vinda de Belo Horizonte. A evolução do adensamento do Bairro pode ser observada na Figura 9, por meio da análise feita pela arquiteta e urbanista Laura Teixeira, em 2015, no seu trabalho final de graduação, em que nos é apresentada, por intermédio de imagens de satélite, a evolução urbana desde a década de 1950 até 2014. Em amarelo são representadas as edificações, sendo possível perceber o adensamento ao longo dos anos, e em vermelho foram localizados os conjuntos de mundéus¹⁶ – estruturas de pedra utilizadas na mineração

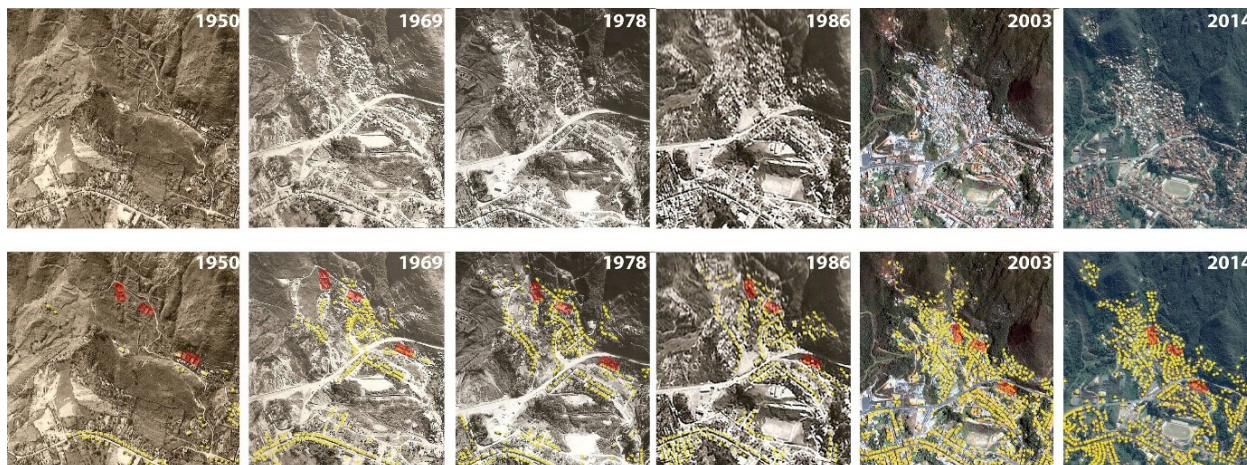
¹⁶ Eschwege descreve os mundéus da seguinte forma: “[...] são grandes reservatórios retangulares ou semicirculares, construídos de pedras ligadas por argamasas de barro e areia, e de acordo com o espaço disponível. Arrimam-se geralmente no flanco da montanha, ou são cavados ao sopé da mesma, e possuem de 40 a 60 palmos de largo sobre 15 a 25 de altura. Eles são dispostos em série, um ao lado do outro, com pequena diferença de nível, tudo de acordo com o local e o material a ser lavado.” (ESCHWEGE, 2011, p. 279)

– presentes no bairro, que foram apropriados e transformados em novas edificações (TEIXEIRA, 2015).

Figura 8 – Mapa com o limite administrativo do Bairro do Veloso



Fonte: Autora (2020).

Figura 9 – Evolução da Ocupação no Bairro do Veloso (1950-2014)

Fonte: TEIXEIRA (2015, p. 6).

Seguindo a metodologia aplicada no trabalho de Teixeira (2015), apresentamos uma imagem de satélite de 2020 na Figura 10, sendo possível asseverar que o adensamento do bairro continua acontecendo ainda que de forma mais difusa e lenta do que aquele que ocorreu entre a década de 1980 e os anos 2000. A comprovação, por meio das imagens e dos discursos até aqui apresentados, demonstra a situação problemática de risco vivenciada pelas pessoas que moram no Veloso, considerando que o adensamento corrobora para o aumento dos esforços sofridos pelo solo, potencializando a suscetibilidade geotécnica (SOBREIRA, 2014).

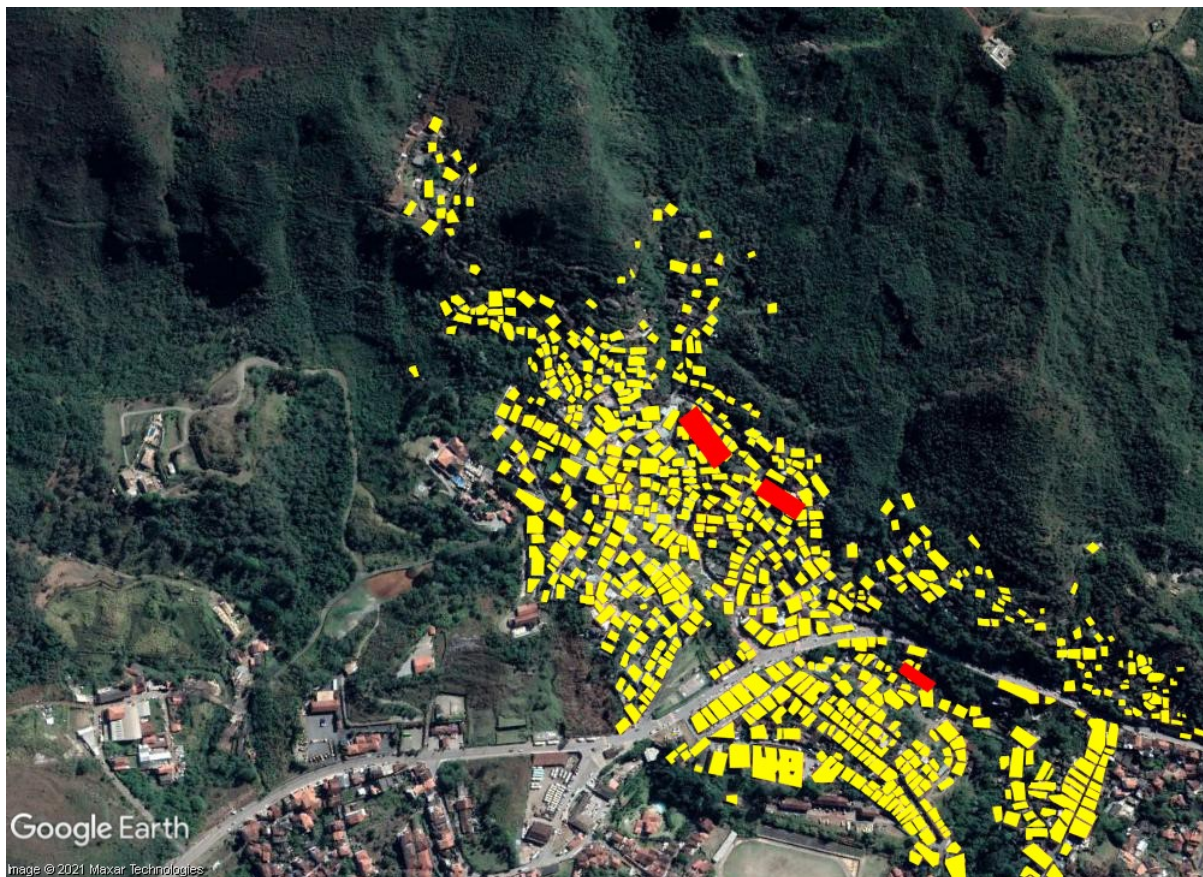
Um outro aspecto que nos permite perceber o crescimento do bairro é a comparação dos dados atuais disponibilizados pela Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Ouro Preto em 2021 com aqueles levantados por Eduardo Ferreira em 2017:

Em 2017, os dados fornecidos pela prefeitura municipal a respeito da quantidade de imóveis em cada categoria na área de estudo é a seguinte: 110 terrenos, 1216 residências, 2 repúblicas, 78 comércios, 43 serviços e nenhuma indústria. No total são cadastrados 1449 imóveis. Os bairros São Cristóvão e Passa Dez de Cima estão agrupados no mesmo setor censitário da secretaria da fazenda municipal. (FERREIRA, E., 2017, p. 43, grifo nosso)

Atualmente, conforme informações do Setor de Tributos Imobiliários da Secretaria da Fazenda de Ouro Preto, o bairro conta com 1521 cadastros imobiliários, incluindo terrenos e edificações, não sendo possível aferir a quantidade detalhadamente devido à mudança do sistema que foi implementado atualmente. Ainda assim, com essa informação, é possível observar o crescimento de 72 imóveis que foram registrados na PMOP entre 2017 e 2021. Ainda que pareça pouco, demonstra que a ocupação continua acontecendo e sendo legitimada pelo poder administrativo municipal. Além

disso, não foram criadas políticas de preservação das estruturas da antiga mineração, as quais continuam sendo apropriadas.

Figura 10 – Ocupação no Bairro do Veloso em 2020



Fonte: Autora (2021).

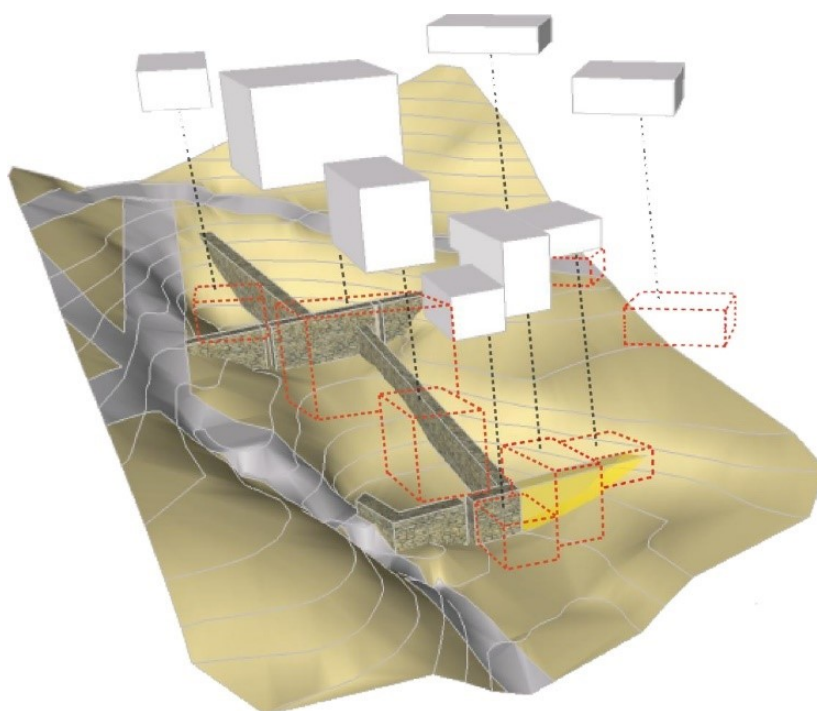
Muitas das estruturas remanescentes da mineração foram sendo ocupadas ao longo dos anos, como pode ser observado na Figura 11 e na Figura 12. Teixeira (2015) nos apresenta um estudo, por meio de levantamento *in loco*, da forma como os mundéus existentes no bairro foram utilizados como paredes e embasamentos de novas residências, além de terem contribuído para a ordenação do bairro.

Figura 11 – Edificação construída sobre estrutura de um antigo mundéu



Fonte: TEIXEIRA (2015, p. 16).

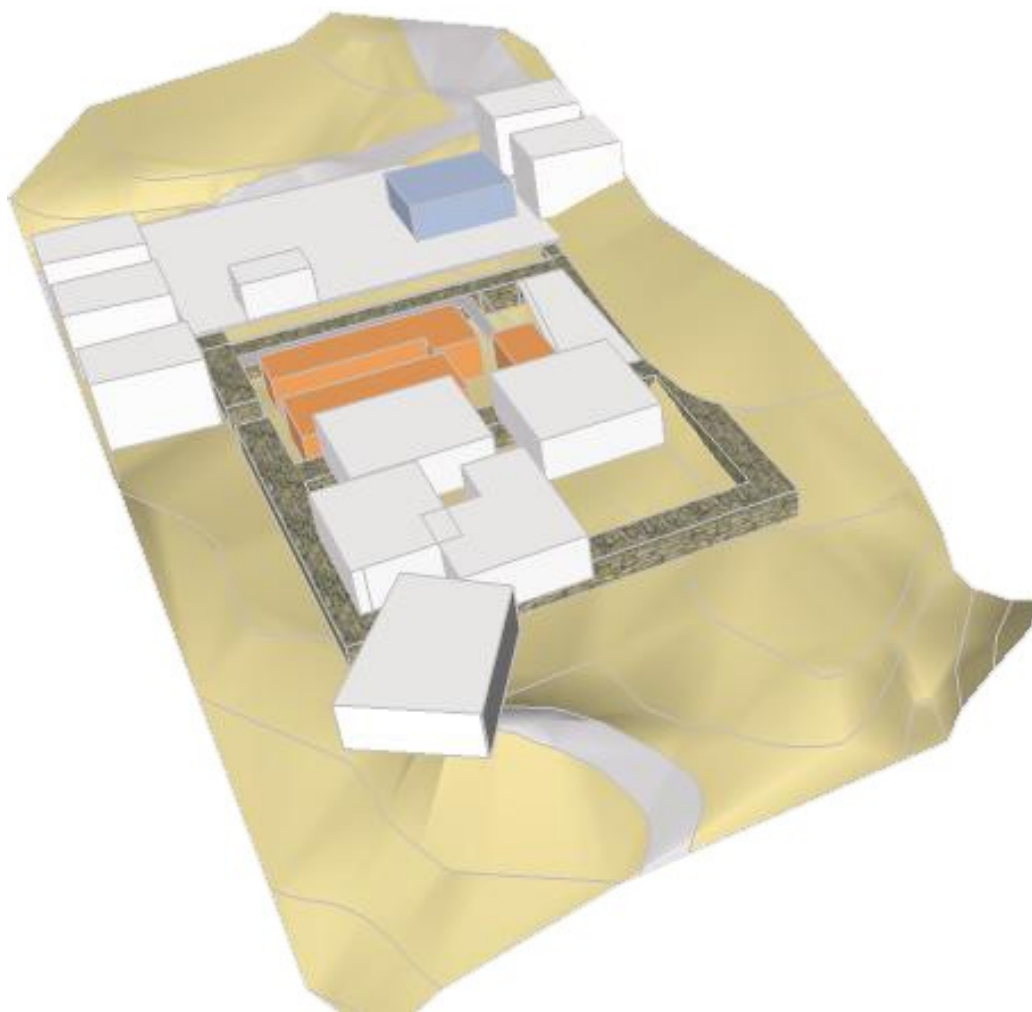
Figura 12 – Modelo realizado por Teixeira em conjunto de mundéus do Bairro Veloso, ilustrando a ocupação sobre a ruína



Fonte: TEIXEIRA (2015, p. 23).

Existem estruturas remanescentes dos mundéus que foram apropriadas para uso religioso e institucional, como a Capela de São Cristóvão, que está construída sobre um dos mundéus. Ao seu lado está a sede da Associação de Moradores do Bairro São Cristóvão, que também utiliza parte da estrutura. Tal situação também foi inventariada e representada por Teixeira (2015), conforme pode ser observado na Figura 13, sendo o volume azul a representação da Capela e o volume laranja a representação da Associação. A forma como a autora coloca espacialmente a ruína e sua apropriação nos permite observar a escala da mineração do século XVIII e compreender como as novas edificações foram se apropriando dessas extensas estruturas.

Figura 13 – Modelo realizado por Teixeira em conjunto de mundéus do Veloso, ilustrando a ocupação com a Capela e com a Associação de moradores sobre a ruína



Fonte: TEIXEIRA (2015, p. 40).

Existem muitas outras ruínas de pedra dentro do bairro que foram fotografadas durante as visitas realizadas no local, conforme apresentado na Figura 14. A grande

maioria delas não possui catalogação, como pode ser observado nos dados do ICMS Cultural do Município de Ouro Preto. O esforço para inventariar essas estruturas parte majoritariamente de ações acadêmicas, como o trabalho de Teixeira (2015) e de Eduardo Ferreira (2017) e não de Órgãos de preservação ou do poder administrativo municipal. Em entrevista Eduardo Ferreira nos fala sobre sua visão a respeito do assunto:

Para você ter uma ideia, se a gente pegar lá esse ICMS Cultural, que é dado para quem faz as preservações de patrimônio, Ouro Preto sempre se gaba de ser primeira na lista de “inventariamento”, mas a gente não tem nenhum bem ligado à história da mineração, lá você vai ter inventariado até o prego da cadeira que D. Pedro sentou, sabe?! Mas você não vai ter lá inventariado o complexo de mineração, por exemplo, do Veloso, então essa visão distorcida precisa mudar, esse é o desafio, e incluir isso no patrimônio da cidade, no sistema de preservação.¹⁷ (grifo nosso)

Figura 14 – Estrutura de pedras que funcionam como embasamento para residências e drenagem da água pluvial do bairro



Fonte: Autora (2021).

¹⁷ Entrevista do Eduardo Evangelista Ferreira – Engenheiro Civil, servidor público federal, empresário e idealizador da Mina Du Veloso, ator social do bairro do Veloso – concedida à autora, em 02 de março de 2021. Anexo – Entrevista 05, p. 146.

Toda a ocupação urbana do bairro foi sendo criada sobre essas ruínas. Não apenas as edificações, mas também a malha urbana utilizou das estruturas já existentes, como os aquedutos, para a criação das vias e mundéus, como vimos, para edificação de casas. Como nos apresenta Luiz Cláudio Viana, a planta da mineração do século XVIII foi um caminho para o desenho urbano do bairro:

Os aquedutos, alguns deles, pelo nivelamento, pela posição, hoje são ruas, então deu esse traçado de via urbana aqui dentro do bairro. Os mundéus da forma que eles eram feitos, aqueles quadrados, um do lado do outro, o primeiro loteamento do bairro foi dentro de um mundéu, então, na verdade, a morfologia urbana do Veloso começa dentro dessa estrutura de mineração, dentro dessa planta de mineração. Então hoje eu consigo identificar que essas estruturas elas não só da mineração lá do século XVIII, mas como elas são hoje o próprio ordenamento urbano do bairro.¹⁸ (grifo nosso)

Além da ocupação sobre a antiga planta da mineração, uma outra característica formal do bairro são as tipologias edilícias que possuem estruturas em concreto armado, com até três pavimentos, sendo na maioria das vezes rebocadas e pintadas. As coberturas são geralmente feitas de laje com telhas cerâmicas ou telhas de fibrocimento (FERREIRA, L., 2017), conforme observado na Figura 15 e na Figura 16. Diversamente de outras ocupações informais presentes em áreas urbanas no país que possuem edificações feitas de materiais mais frágeis, como madeira e papelão (MORAIS *et al.*, 2016), as edificações no Veloso possuem uma melhor qualidade construtiva quando comparadas àquelas, porém dispõe de problemas recorrentes de ventilação, luminosidade, acessibilidade, comuns a esses locais, e, principalmente, o alto risco geotécnico.

¹⁸ Entrevista da Luiz Cláudio Alves Viana – Turismólogo, mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – UFMG e um dos agentes sociais que trabalharam na Mina Du Veloso – concedida à autora, em 11 de março de 2021. Anexo – Entrevista 04, p. 132.

Figura 15 – Tipologia edilícia presente na Serra de Ouro Preto – Bairro do Veloso



Fonte: Autora (2017).

Figura 16 – Tipologia edilícia presente na Serra de Ouro Preto – Bairro do Veloso



Fonte: Autora (2017).

Ainda que a região tenha alto risco geotécnico e não seja adequado para a ocupação, o poder público municipal, por meio do clientelismo, atuou para que o bairro se consolidasse, uma vez que implementou a infraestrutura urbana com o asfaltamento e aberturas das vias, o abastecimento de água, esgotamento sanitário, implementação de iluminação pública, entre outros (CALIL, 2015). Segundo Eduardo Ferreira (2017), em sua dissertação, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto asfaltou em 2013 as principais as vias do bairro, seus becos, vielas, o que auxiliou na mobilidade urbana, considerando o traçado bastante íngreme e irregular, como pode ser observado na Figura 17.

Embora o poder público municipal tenha levado condições básicas para a ocupação da região, o local está longe de se ver livre das adversidades já citadas anteriormente vivenciadas nas ocupações irregulares. Algumas áreas no interior do bairro são inacessíveis por ambulâncias, serviços de coleta de lixo e mercadoria, justamente pela disposição do traçado urbano. Além disso, em alguns pontos o sistema de drenagem pluvial é inexistente e/ou insuficiente, gerando riscos de deslizamento de massa, inundações, mal cheiro, entre outros (FERREIRA, E., 2017).

O incentivo do poder público que leva infraestrutura e realiza a coleta de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na região, portanto legitima a ocupação, mas não cria uma política pública habitacional e de gestão de riscos geotécnicos, corrobora para o agravamento do risco vivenciado pela população. Além disso, a ausência de uma política de acautelamento das estruturas remanescentes da antiga mineração do século XVIII permite que essas continuem sendo apropriadas pela população, não sendo preservadas para as presentes e futuras gerações. Há relatos de demolições, construção de residências utilizando o embasamento das estruturas em pedra e a utilização como estábulo¹⁹.

¹⁹ Entrevista de Luiz Cláudio Alves Viana – Turismólogo, mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – UFMG e um dos agentes sociais que trabalharam na Mina Du Veloso – concedida à autora, em 11 de março de 2021. Anexo – Entrevista 04.

Figura 17 – Via com traçado irregular e declividade acentuada



Fonte: Autora (2021).

Há ainda estruturas que são revitalizadas e transformadas em espaços turísticos, como é o caso das minas turísticas presentes na região; a principal do bairro é a Mina Du Veloso, observada na Figura 18, idealizado por Eduardo Evangelista, um dos agentes sociais da região, já apresentado anteriormente. No local é transmitido para seus visitantes e para os moradores da região as narrativas a respeito das estruturas da mineração presentes na Serra, que foram construídas com tecnologia e conhecimento trazidos pelos africanos, conforme será apresentado mais à frente.

Figura 18 – Estruturas revitalizadas e transformadas em espaços turísticos – Mina Du Veloso



Fonte: Autora (2021).

A Mina Du Veloso é o principal indutor de turismo para o bairro, que possui caráter majoritariamente residencial. A Rua Padre Rolim é a principal via de acesso ao bairro e para quem chega a Ouro Preto de Belo Horizonte pela Rodovia dos Inconfidentes, a BR-356. O transporte público atende apenas essa via e é ali que se concentra a maioria do comércio local, como pode ser observado na Figura 19 (FERREIRA, E., 2017).

Figura 19 – Rua Padre Rolim, principal via de acesso e de comércio



Fonte: Autora (2021).

Como não há muitos comércios no interior do bairro, fazendo com que as pessoas tenham que descer ladeiras íngremes para acessar os serviços na Rua Padre Rolim, comerciantes criam pontos de comércio oferecendo a mercadoria dentro de veículos, como esse observado na Figura 20. Uma Kombi com verduras no largo da Rua Prof. Alberto Barbosa, a qual visa atender a demanda da população por comércios mais próximos a suas residências. Na imagem nota-se, à direita, um dos mundéus que foi utilizado como embasamento para a construção de residências. Tal situação reforça o entendimento da dificuldade de acesso a serviços básicos vivenciada pela população do bairro que reside nas áreas mais altas e a ocupação sobre as ruínas da mineração do século XVIII.

Figura 20 – Kombi com verduras na Rua Prof. Alberto Barbosa



Fonte: Autora (2021).

Além da Rua Padre Rolim, o bairro conta com três principais vias de acesso, a Rua Manganês, a Rua Professor Brito Machado e a Rua José de Araújo Dias, todas elas são distribuídas a partir da primeira. As ruas do bairro são tortuosas e íngremes, com sistemas de drenagem insuficientes. Além disso o bairro possui muitos becos e vielas, conforme

Figura 21, os quais na maioria das vezes são acessados apenas por pedestres. Também possui escadarias que conectam ruas e dão acesso a residências, como pode ser observado na Figura 22. Como a declividade de algumas vias é muito alta, foram instalados nesses locais guarda-corpos, para auxiliar os transeuntes e evitar quedas em épocas de chuva, conforme Figura 23.

Figura 21 – Um dos becos existentes no Bairro



Fonte: Autora (2021).

Figura 22 – Uma das escadarias do Bairro



Fonte: Autora (2021).

Figura 23 – Guarda-corpos presentes em algumas vias com declividade elevada, juntamente com a drenagem pluvial



Fonte: Autora (2021).

Conforme observado, o Veloso possui muitas adversidades encontradas em outras regiões de ocupação espontânea em nosso país e está em constante adensamento. Essa ocupação aconteceu sobre a “planta de mineração do século XVIII”, termo apresentado por Luiz Viana²⁰, o que torna ainda mais complexas as discussões a respeito da ocupação informal e da urgência do poder público em criar políticas de habitação e preservação nesse território. No próximo subcapítulo compreenderemos os processos de exploração que essa região sofreu e as ruínas deixadas pela

²⁰ Entrevista de Luiz Cláudio Alves Viana – Turismólogo, mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – UFMG e um dos agentes sociais que trabalharam na Mina Du Veloso – concedida à autora, em 11 de março de 2021. Anexo – Entrevista 04, p. 132.

mineração que foram essenciais para a formação do bairro e para a leitura da história por meio de uma outra narrativa.

2.1.1. Ambiente e as ruínas deixadas pela mineração do século XVIII

Neste subcapítulo, serão apresentados os processos minerários que aconteceram na Serra de Ouro Preto, na região do Veloso, no século XVIII, que influenciaram ativamente na suscetibilidade sofrida pelo solo. Utilizaremos bibliografias a respeito do assunto, visando expor o funcionamento de tais estruturas que fazem parte da composição dessa paisagem.

O leitor que observou as devastações sofridas nos últimos anos pela mineração do século XXI, pode imaginar que no século XVIII não era muito diferente. Os processos exploratórios realizados na Serra de Ouro Preto – desmontes hidráulicos e escavações de minas – (SOBREIRA, 2014), tinham como único objetivo o lucro, sendo feitos de forma predatória, produzindo um passivo ambiental muito alto, corroborando para que a geologia local, que já era bastante propensa a deslizamentos, se tornasse ainda mais suscetível.

Os processos de exploração foram muito bem representados pelo naturalista alemão Johann Moritz Rugendas em sua viagem pelo Brasil entre 1821 e 1823, conforme Figura 24. Na imagem é possível observar a exploração nos rios, por meio do “ouro de aluvião”, a mineração subterrânea com a perfuração da encosta, bem como a utilização da canoa e os couros dos bois que eram usados para o beneficiamento minerário (FERREIRA, E., 2017).

O bairro do Veloso possui muitas estruturas da antiga mineração; ali houve o processo exploratório de talho a céu aberto, também conhecido como desmonte hidráulico, e a criação de galerias subterrâneas. Eduardo Ferreira (2017) apresenta em seus estudos uma imagem aérea, que pode ser observada na

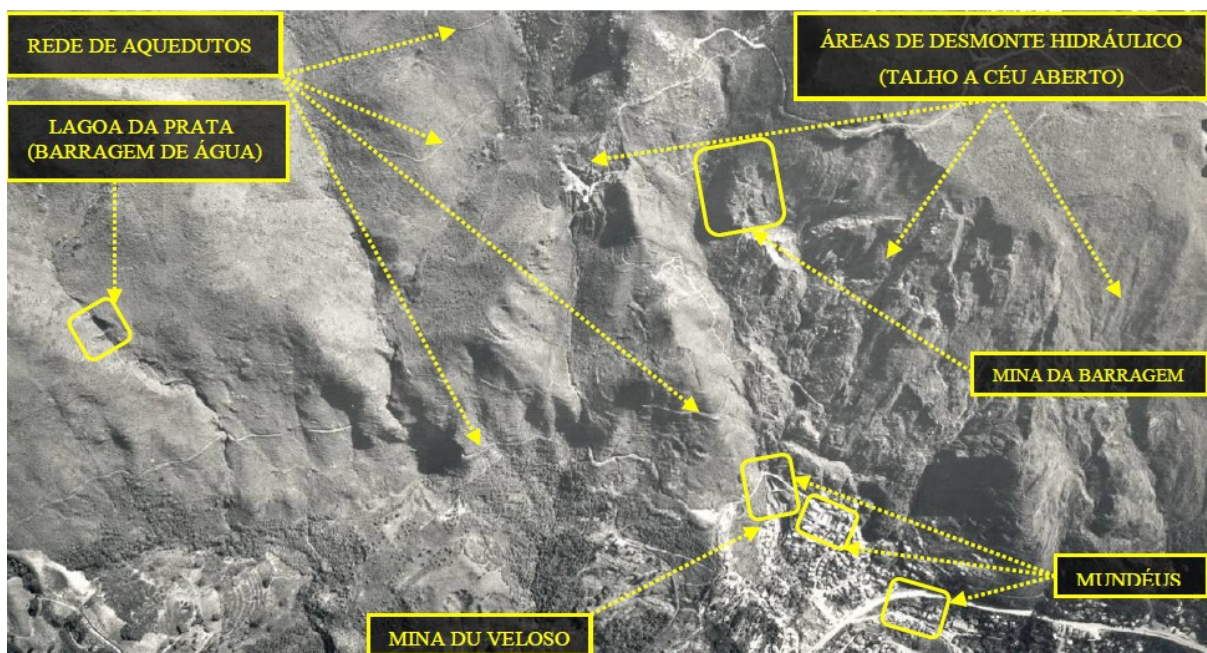
Figura 25, localizando as estruturas ligadas ao desmonte hidráulico presentes na região, a qual o autor chama de “Serra do Veloso”.

Figura 24 – *Lavage du minerai d'or, près de la montagne Itacolomi*



Fonte: RUGENDAS (1825, p. 215).

Figura 25 – Imagem aérea da Serra do Veloso identificando as estruturas da mineração ligadas aos serviços de talho a céu aberto.



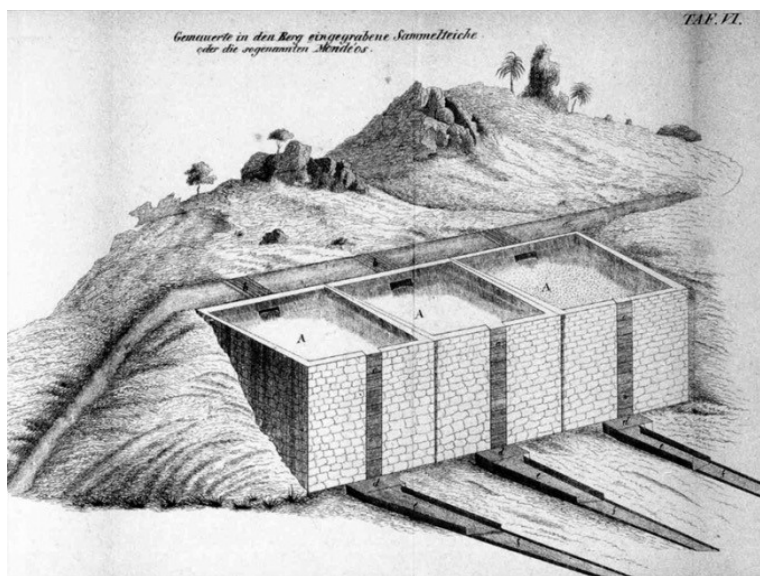
Fonte: FERREIRA, E., 20017, p. 70.

A mineração por meio do desmonte hidráulico acontece a partir da criação de aquedutos construídos nos flancos da encosta que transportam a água pluvial ou de

nascentes para um ponto do terreno, o encharcando e provocando grandes erosões e deslizamentos. Tal processo exploratório deixou marcas visíveis na paisagem. O solo do desmonte, rico em ouro, desce sobre a encosta e é armazenado em grandes estruturas feitas de rocha, chamadas mundéus – os quais podem ser observados na Figura 26 – para posteriormente passar pelo processo de apuração na bateia ou nas canoas (FERREIRA, E., 2017). O método foi descrito pelo naturalista alemão, considerado por muitos como o primeiro geólogo brasileiro, Wilhelm Ludwig von Eschwege (2011) quando esteve nas Lavras do Coronel Veloso:

[...] o método de exploração chamado de talho aberto, além de ver com seus próprios olhos como a rocha, desagregada à força pelas águas, é recolhida a quatro grandes mundéus e como as pedras são fragmentadas pelos escravos, pulverizadas e, em seguida, lavadas. A mais, observa ainda a lavagem da formação aurífera nos mundéus e o processo de apuração final do ouro. (ESCHWEGE, 2011, p. 315, grifo nosso)

Figura 26 – “Mundéus”, por W. L. von Eschwege



Fonte: Eschwege (1833).

Esse método exploratório pode ser considerado bastante impactante quando observado na paisagem, conforme também nos apresenta Eschwege (2011) em sua descrição:

Vê, também, o morro rasgado e lavado pela água e os grandes blocos de rocha a rolar impetuosamente pelo morro abaixo, a um pequeno impulso, oferecendo à vista um novo aspeto geológico, até então oculto pelas massas despenhadas. (ESCHWEGE, 2011, p. 315, grifo nosso)

O relato do naturalista alemão nos permite imaginar a paisagem da Serra durante a exploração no século XVIII, cheia de terra cortada e lavada, sem nenhuma

vegetação, mostrando as suas feições geológicas, imagem que alguns atores sociais comparam com o processo exploratório que aconteceu em Serra Pelada no Pará, no final do século XX. Esse procedimento exploratório reverbera até hoje na paisagem, que possui marcas desses deslizamentos, como observado na

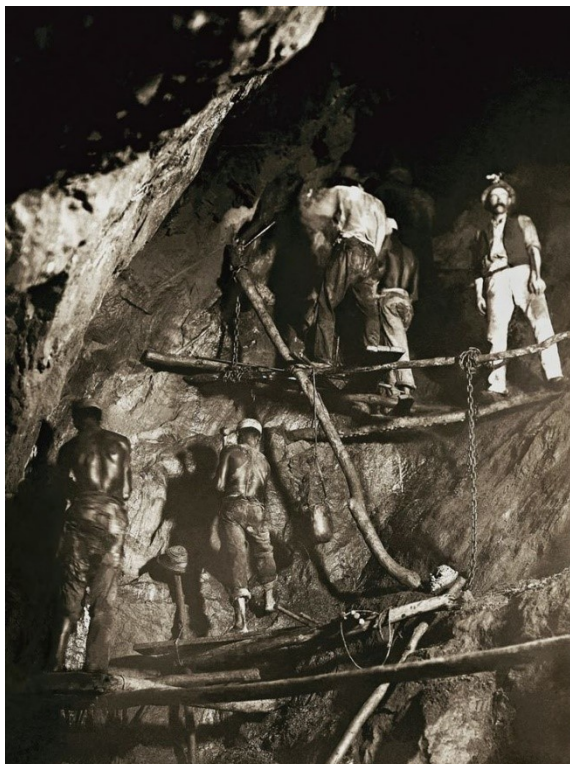
Figura 25.

O outro processo exploratório utilizado na Serra do Veloso é a perfuração de minas, as quais foram realizadas com tecnologia afrodescendente. As minas possuem grandes extensões, algumas com mais de 30 metros, e aberturas com vãos avantajados no interior da montanha, na região do Bairro do Veloso foram levantadas 45 galerias (FERREIRA, E., 2017).

As técnicas utilizadas na exploração das minas eram rudimentares, as condições de trabalho muito árduas e sem qualquer tipo de segurança, como pode ser observado na Figura 27. Foram construídas casas próximas às minas e mundéus, chamadas “cafuas” (ESCHWEGE, 2017, p. 317). Essas estruturas construídas com canga, rocha muito comum no local, eram utilizadas pelos escravizados e pelos senhores das minas para dormirem e vigiarem as minas durante a noite (FERREIRA, L., 2017).

Outras estruturas remanescentes da época da mineração são os sarilhos, os quais eram utilizados como canais profundos que tinham função de iluminação e ventilação no interior das antigas minas (SOBREIRA, 2014). Na atualidade, os sarilhos são locais onde ocorrem acidentes com crianças e adultos, que ao andarem na região correm o risco de caírem nesses buracos profundos. Além disso, a população vem utilizando-os como descarte de lixo, o que gera um grande dano ambiental e um maior risco geológico, pois prejudica o escoamento da água da chuva (CRPM, 2016).

Figura 27 – Trabalho no interior de uma mina de ouro em Ouro Preto, em 1888



Fonte: Marc Ferrez – Coleção Gilberto Ferrez – Acervo Instituto Moreira Salles.

As feições geológicas e arqueológicas influem diretamente na consolidação da paisagem do bairro na atualidade. Determinando aspectos de cheios e vazios, conforme observamos na Figura 28 – Vista a partir da área de preservação ambiental do Bairro do Veloso, uma vez que não há ocupação apenas em locais onde a declividade é muito elevada. Além disso, nos permite visualizar que essa paisagem é resultado da ação antrópica do século XVIII e da atualidade.

O Bairro do Veloso é um local que possui ocupação recente que aconteceu e continua acontecendo sobre as ruínas da antiga mineração do século XVIII. Além de todos os enredamentos ambientais presentes nesse território, também existe a camada complexa da preservação e promoção dessas ruínas.

Entender que essas estruturas são parte de uma história que vem sendo recontada, que foram a base para o início da ocupação e estão diretamente ligadas ao Veloso, nos permite afirmar que é necessária uma criação de política pública para a proteção e promoção delas. Além disso, é indispensável fazer uma análise social do bairro, a

fim de observar quem são essas pessoas que estão nesse espaço, que produzem essa paisagem.

Figura 28 – Vista a partir da área de preservação ambiental do Bairro do Veloso



Fonte: Autora (2016).

2.1.2. *População*

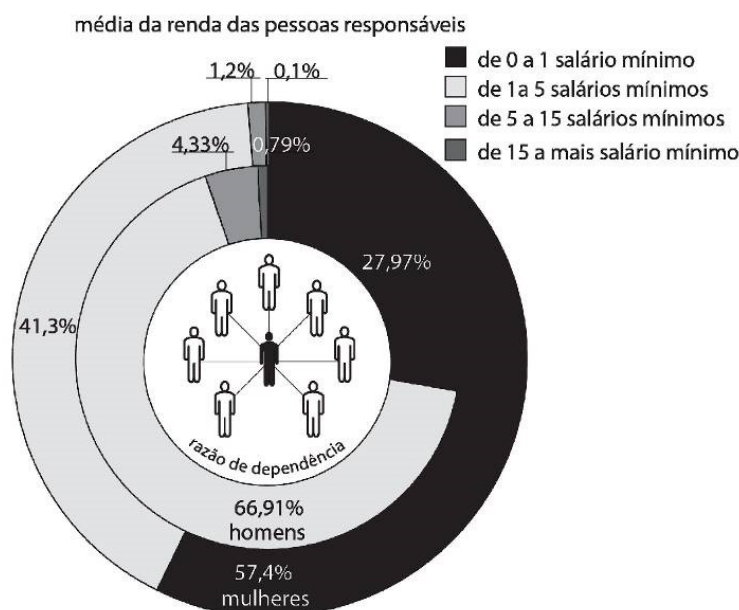
Para caracterizar a população local, utilizamos a pesquisa que desenvolvemos em 2017, a partir dos microdados do Censo do IBGE 2010 e de pesquisas realizadas pela mesma instituição. Todavia, a convivência com agentes da região e uma leitura qualitativa do espaço nos permite afirmar que a maioria das pessoas que buscou o Veloso como moradia possuía recursos financeiros reduzidos, muitas vezes comprando terrenos públicos que foram cercados e vendidos com preços abaixo do mercado (FERREIRA, L., 2017).

Quando observamos a ocupação do bairro demonstrada no capítulo anterior, as questões vivenciadas como dificuldade de acesso ao transporte público e ao saneamento básico, a baixa qualidade de moradia e principalmente o alto risco e suscetibilidade geotécnica, podemos aferir a situação de vulnerabilidade que a população vivencia de forma qualitativa. Ainda assim, decidimos por apresentar dados visando uma análise quantitativa que corrobora com o discurso aqui apresentado a respeito dessa parte constituinte da paisagem.

Na pesquisa que realizamos em 2017 a partir dos microdados do IBGE foi levantada a situação de vulnerabilidade de toda a região que abarca a Serra de Ouro Preto,

considerando os 20 setores censitários presentes nessa área, incluindo o Bairro do Veloso. Para a análise, foram elencadas relação da renda das pessoas responsáveis por domicílio, com a razão de dependência dessa renda, como observado no infográfico abaixo – Figura 29 (FERREIRA, L., 2017).

Figura 29 – Média das rendas das pessoas responsáveis, homens e mulheres, juntamente com a razão de dependência, considerando os microdados do IBGE de 2010



Fonte: FERREIRA, L. (2017, p. 44).

A pesquisa levantou o número de salários-mínimos recebido pelos responsáveis dos domicílios, dividido em homens e mulheres. Percebemos que em toda a Serra de Ouro Preto a renda varia majoritariamente de um a cinco salários-mínimos e a razão de dependência desse salário é de sete para um, o que quer dizer que a média de pessoas que dependem do salário dos responsáveis pelos domicílios é alta. Vale ressaltar que a média de mulheres chefes de família que não possuem rendimento ou que recebem menos que um salário-mínimo é maior do que a média de homens na mesma situação, demonstrando uma vulnerabilidade ainda maior, considerando as questões de gênero vivenciadas pelas mulheres em nosso país (FERREIRA, L., 2017).

Além do gênero, devemos refletir sobre as questões de raça presentes nessa paisagem, principalmente quando se pretende tratar das outras narrativas históricas por um viés afrodescendente. A população da cidade de Ouro Preto possui 66% de pessoas autodeclaradas negras ou pardas (IBGE, 2010) e que as desigualdades sociais fixadas na colônia ainda persistem.

Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em junho de 2020, demonstrou que houve um crescimento de 25%, entre 2009 e 2015, de pessoas negras e pardas nas instituições de ensino superior, enquanto o crescimento populacional foi ampliado em 5% (IPEA, 2020), o que demonstra avanços, mas ainda é uma representante da desigualdade racial. Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE, em 2018, 55,8% da população brasileira era autodeclarada negra ou parda e apenas 55,6% tinham acesso ao ensino superior, ficando abaixo da população branca que representava 43,1% da população brasileira e 78,8% tinham acesso ao ensino superior (IBGE, 2018).

O acesso à universidade vem acontecendo também na região da Serra de Ouro Preto e talvez essa seja uma das portas para a difusão da história que está sendo recontada na cidade, uma vez que os agentes sociais que estão divulgando essa história estudaram em universidades públicas, e conforme nos apresenta Luiz Viana, a forma como as pessoas que estão analisando seus próprios territórios muda de acordo com o acesso à Universidade:

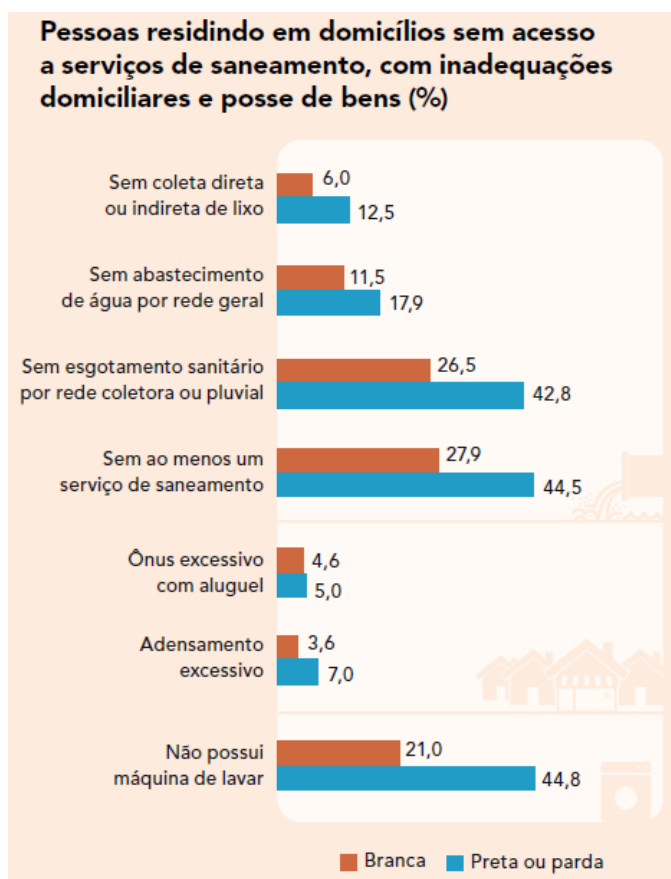
[...] tenho observado que de uns anos para cá o pessoal tem tido muito acesso ao IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais) e à UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), então eles deixam de ser estudados, para poder estudar o lugar deles, sabe?! E isso acontece aqui no Veloso, acontece no Morro Santana, na Piedade, Taquaral... está acontecendo no geral... e aí o pessoal está entrando em diversas áreas... entrando no turismo, na educação, nas engenharias, medicina, o pessoal está conseguindo de certa forma, acessar. Eu acho que isso é o primeiro passo. E aí depois que eles acessam, que eles começam a identificar o local deles de fato, dentro dessas diversas áreas acadêmicas... eu acredito que o olhar deles muda né?! E é exatamente por essa gama de pessoas que estão tendo acesso a essas informações e moram nesses lugares, eu acho que elas junto com a comunidade como um todo, são peças-chave para poder fazer esse movimento, né?!²¹ (grifo nosso)

Esses acessos são essenciais para a mudança nos discursos e na criação de políticas públicas, pois a desigualdade racial em nosso país ainda é grande, conforme a pesquisa de 2018 do IBGE, em que são apontadas outras desigualdades de cor e raça, como a violência, comparando a taxa de homicídios que é três vezes maior entre os jovens negros do que entre jovens brancos; a baixa representação política, considerando que 24,4% dos deputados eleitos são negros ou pardos (IBGE, 2018), entre tantas outras. Uma delas nos possibilita aferir por meio quantitativo o que observamos na maioria dos assentamentos da Serra de Ouro Preto, em especial no

²¹ Entrevista de Luiz Cláudio Alves Viana – Turismólogo, mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – UFMG e um dos agentes sociais que trabalharam na Mina Du Veloso – concedida à autora, em 11 de março de 2021. Anexo – Entrevista 04, p. 133.

Bairro do Veloso: a questão da moradia precária e em situação de irregularidade fundiária ser mais frequente entre a população negra ou parda, como pode ser observado no gráfico da Figura 30.

Figura 30 – Dados a respeito das pessoas e situação de domicílios por raça no Brasil



Fonte: IBGE, 2018, p. 5.

A população que não possui condições de adquirir uma moradia na cidade formal recorre aos morros e assentamentos precários – a cidade informal. A exclusão sofrida por essas pessoas acontece em vários aspectos, na forma de habitar, no mercado de trabalho, na história com viés europeu aprendida nas escolas, e no desconhecimento e não acautelamento das estruturas que representam as técnicas empregadas pelos africanos nas encostas da Serra de Ouro Preto.

O próximo capítulo é dedicado a essa outra narrativa histórica que vem sendo recontada pelos agentes sociais da Serra de Ouro Preto, e que nos permite compreender a relevância de se observar as estruturas da mineração do século XVIII presentes na Serra por meio de outras perspectivas, como forma de apresentar uma outra das minhas leituras históricas, tão importante para a construção da cidade de Ouro Preto-MG e para a população negra ali presente.

3 – AS NARRATIVAS HISTÓRICAS

O entendimento a respeito da história que norteia a construção deste capítulo não é amplamente difundido em faculdades de arquitetura e esse é um dos principais motivos de apresentarmos aqui alguns teóricos que escrevem sobre a escrita da história. Geralmente o ensino da história é feito como se essa fosse indiscutível e finalizada; tal compreensão não se aplica neste trabalho, pelo contrário, compreendemos que a história está em constante modificação e construção. A releitura da história é um dos pontos focais para as mudanças nas leituras que fazemos a respeito da vida e, conseqüentemente, da paisagem.

A história é aqui compreendida como uma leitura do passado, estando essa leitura diretamente relacionada ao presente de quem a produz. Na dissertação, nos apoiamos nos textos de Walter Benjamin (1985), Jeanne Gagnebin (1982, 1999 e 2006), Michel Certeau (1982), Keith Jenkins (2017), Jacques Le Goff (2008) e Pierre Nora (1993). E indicamos o viés da história que vem sendo produzida pelos agentes sociais da Serra de Ouro Preto e por pesquisadores que estudam o local.

As leituras trazidas em narrativas pelos agentes sociais buscam, nos autores que escreveram sobre a história da cidade de Ouro Preto e do Brasil, a história afrodescendente muitas vezes silenciada na história oficial. Para a pesquisa dessas narrativas, utilizamos os trabalhos de Alberto Costa e Silva (2011), Marina de Mello e Souza (2008) e Aldair Rodrigues (2021). Destacamos a noção de decolonialidade que nos é apresentada por Aimé Césaire (2020).

Posteriormente, questionamos acerca da patrimonialização das estruturas remanescentes da mineração presentes no Veloso, verificando como essas estruturas foram tratadas ao longo da história pelo órgão de preservação federal, o IPHAN, e como são vistas pela Instituição na atualidade. Utilizamos teóricos como Márcia Chuva (2020) e Ulpiano Menezes (2009) que escrevem a respeito da patrimonialização. Também fazemos uso das narrativas trazidas em entrevistas, fontes primárias a respeito do tombamento e diretrizes de preservação disponíveis para consulta digital na plataforma do Sistema Eletrônico de Informações – SEI do IPHAN.

3.1. A história repensada, uma narrativa ouro-pretana

A cidade de Ouro Preto é lida por meio de um viés negro pouco presente na história oficial. Tomaremos como base filósofos e historiadores que trataram dos usuais

ausentes da história. Enfatizamos os estudos do filósofo judeu alemão Walter Benjamin, que viveu na Alemanha de Hitler e encontrou no suicídio uma forma de fugir da perseguição nazista e das barbáries dos campos de concentração. Benjamin construiu uma concepção de história que criticava a historiografia tradicional produzida pela classe dominante (GAGNEBIN, 1982).

Nessa direção e contra o determinismo na história, esse autor nos auxilia a pensar o tempo não linear, por meio do enfoque em narrativas silenciadas. Destaca a necessidade de se refletir sobre a forma como produzimos a história para melhor compreendê-la e abrir o leque de possibilidades do futuro:

[...] como pensar o tempo da história? Como fundar uma historiografia que não faça do presente o resultado previsível de um desenvolvimento necessário, mas que saiba revelar o possível – o que foi um dia possível no passado, e o que é possível hoje? (GAGNEBIN, 1982, p. 22)

Jeanne Marie Gagnebin, filósofa suíça, professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisadora das teorias de Walter Benjamin, apresenta a história como algo inacabado, que está diretamente ligada com o nosso presente, pois a forma como lemos o passado relaciona-se com as vivências daqueles que escrevem sobre o passado, que constroem a história. Gagnebin (2018), por meio da teoria de Benjamin, nos apresenta a necessidade de observarmos o passado a partir do presente e escrever a história para o presente, nos permitindo, assim, ter uma outra perspectiva do futuro:

Se o lembrar do passado não for uma simples enumeração oca, mas a tentativa, sempre remada, de uma fidelidade àquilo que nele pedia um outro devir, [...] então a história que se lembra do passado também é sempre escrita no presente para o presente (GAGNEBIN, 2018, p. 97).

O historiador inglês Keith Jenkins também traz essa compreensão a respeito da história em seu livro “A História Repensada” (2017), que inspirou o título desta subseção. A história é produzida no presente como uma leitura do passado. Destacamos a necessidade de se construir outras formas de produção da história, que revelem a violência das relações sociais no Brasil e a urgência de se produzir narrativas históricas mais plurais e democráticas. Assim como a história inacabada formulada por Gagnebin (1999), o autor propõe que observemos a história como algo em constante releitura. Analisamos as narrativas da história oficial de forma crítica, desconstruindo o seu desenho:

[...] Leve em conta que a “história” é na realidade “histórias”, pois nesta altura já deveríamos parar de pensar na história como se ela fosse uma coisa simples e óbvia, e reconhecer que existe uma multiplicidade de tipos de história, cujo único traço em comum é que pretendem investigar “o passado”. (JENKINS, 2017, p. 20)

Partimos da compreensão da pluralidade na história, de “histórias” como num palimpsesto de textos e de leituras. E pesquisamos os registros de uma perspectiva ausente da história oficial.

O historiador francês Michel Certeau nos apresenta o entendimento que a construção da história é subjetiva e que devem ser levados em consideração as pessoas que a estão produzindo, os locais de poder que elas ocupam, as instituições que representam. O autor afirma que é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente” (CERTEAU, 1982, p. 71).

É interessante indicar que os agentes sociais da Serra possuem uma análise desse lugar, como uma forma de legitimar conhecimentos afrodescendentes que foram silenciados na história oficial. Para Certeau (1982) essas interpretações da história são comuns e remetem às subjetividades dos autores:

[...] toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor. (CERTEAU, 1982, p. 67)

Portanto, nenhuma pesquisa histórica poderia estar distanciada dos sujeitos e seus interesses. E mostra como a história se tece de restos, daquilo que sobreviveu à usura do tempo. Ler o silêncio não é tarefa simples. E nos arriscamos a extrair e a interpretar informações que circulam na literatura que denominamos de “oficial²²”. Fizemos a leitura desses documentos por outro viés, apresentando novas questões que a história dominante não poderia ter contemplado, visto que elas punham em xeque a solidez de seu tecido argumentativo. Para o historiador contemporâneo francês Jacques Le Goff, em seu livro “História e Memória” (2008), nenhum documento é escrito ou interpretado de forma imparcial; sempre há uma relação direta com o sujeito que executa a ação, não sendo possível existir imparcialidade durante a leitura para a

²² A história oficial escrita sobre Ouro Preto que é ensinada nas escolas tem por base os estudos de Sylvio de Vasconcellos, Boris Fausto, Richard Burton, entre tantos outros.

produção da história, e tão pouco se construir uma “memória coletiva bruta” (LE GOFF, 2008, p. 427).

Le Goff (2008) defende que os documentos deixados para se fazer a pesquisa histórica, dentro de arquivos ou livros, são criados a partir de relações de poder: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2008, p. 536). Devemos sempre analisar com cautela aquilo que foi escrito e o que foi silenciado, pois, de forma consciente ou inconsciente, teve uma finalidade por parte daqueles que produziram o documento, por isso “Não existe um documento objetivo, inócuo, primário” (LE GOFF, 2008, p. 535) e na grande maioria das vezes, a intenção é contar a história dos vencedores.

Alguns autores como Jenkins (2017) e Le Goff (2008) entendem que a história é feita por pessoas, que possuem pensamentos e vivências diversas, ocasionando que os mesmos documentos possam ser interpretados de formas variadas, dependendo do sujeito que se propõe a escrever. Jenkins faz uma comparação com a paisagem e suas leituras, considerando que, assim como as paisagens, cada qual poderia ler o mesmo texto e interpretá-lo de forma diversa:

Sociólogos e historiadores diferentes interpretam de maneira distinta o mesmo fenômeno, por meio de outros discursos que estão sempre mudando, sempre sendo decompostos e recompostos, sempre posicionados e sempre posicionando-se, e que por isso precisam que aqueles que os usam façam uma autocrítica constante (JENKINS, 2017, p. 29).

Para o historiador e filósofo francês, também judeu, Pierre Nora: “Nos tempos clássicos, os três grandes produtores de arquivos reduziram-se às grandes famílias, à Igreja e ao Estado” (1993, p. 15 e 16). Assim como Benjamin, Nora possui o entendimento dessa construção histórica feita pelos vencidos. Apresentar essas outras histórias poderia nos possibilitar repensar os silêncios presentes em nossa sociedade e dizer muito sobre ela, como aponta Jeanne Marie Gagnebin:

A tarefa da crítica materialista será justamente revelar esses possíveis esquecidos, mostrar que o passado comportava outros futuros além deste que realmente ocorreu. Trata-se, para Benjamin, de resgatar do esquecimento aquilo que teria podido fazer nossa história uma outra história. A empresa crítica converge, assim, para a questão da memória e do esquecimento, na luta para tirar do silêncio um passado que a história oficial não conta (GAGNEBIN, 1982, p. 60, grifo nosso).

Portanto, o que se aborda aqui não é a história que vem sendo contada há décadas. Consideramos que a história é formada de modo subjetivo, e a maneira como ela vem sendo escrita acaba por contar a “história dos vencedores” (Gagnebin, 1982, p. 62). É relevante ressaltar que essa aparente universalidade está presente no nosso cotidiano e deixa à margem tantos grupos, como apresenta o jornalista, ativista e filósofo indígena Ailton Krenak (2020) em seu livro “O Amanhã não está à venda”, fazendo com que pareça existir uma “humanidade” na qual todos estariam inclusos, quando na realidade, não estão:

Esta é a sub-humanidade: caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes. Existe, então, uma humanidade que integra um clube seleta, que não aceita novos sócios. [...] Eu não me sinto parte dessa humanidade. Eu me sinto excluído dela. (KRENAK, 2020, p. 5).

Muitos daqueles que foram essenciais para a formação da nossa sociedade, que construíram nossas cidades, nossa economia, nossa cultura, são marginalizados pela história construída sob o olhar dos vencedores e que é tida como universal. Essa humanidade, que exclui as pessoas que não fazem parte dela, se reflete em muitos aspectos sociais e espaciais na contemporaneidade, influenciando diretamente na leitura que se faz da paisagem. À vista disso, é essencial olhar para a história por meio desses outros vieses, para compreender as relações que se fazem presentes em nossa sociedade.

Os documentos que utilizamos para fazer essa outra leitura da história que aqui apresentamos foram produzidos pelos vencedores; porém pretendemos olhar para eles e relê-los a partir da ótica afrodescendente, buscando nas entrelinhas do discurso as informações que a história oficial não deu enfoque. É isso que os agentes sociais da Serra de Ouro Preto estão fazendo desde 2006, pesquisando nos acervos constituídos informações a respeito das tecnologias da mineração afrodescendente aplicadas às encostas. Essa movimentação pode ser compreendida com o que Benjamin defendia ser possível fazer com a história: “operar uma espécie de condensação que permita ao presente reencontrar, reativar um aspecto perdido do passado, e retomar, por assim dizer, o fio de uma história inacabada, para tecer-lhe a continuação[...]”. (GAGNEBIN, 1982, p. 71).

Walter Benjamin critica o historicismo alemão em suas teses “Sobre o conceito de História” (1940). Levando em conta o contexto político de seus textos, o autor considera que a produção histórica dominante era feita de forma a aparentar universal,

buscando a dominação (GAGNEBIN, 2018). A possibilidade de dominar a memória e o esquecimento é um dos grandes anseios dos grupos que dominaram e dominam as sociedades (JENKINS, 2017). Por isso, a importância de filtrar as informações presentes nos documentos que lemos e vislumbrar as vivências do historiador na leitura que fazemos:

A falta de autorreflexão conduz de fato ao positivismo da interpretação, latente na pesquisa histórica burguesa: a certeza de que seu interesse é unicamente “científico” leva o historiador a negligenciar o peso de seu próprio presente na análise. O historiador burguês não questiona nem sua posição, nem a maneira pela qual a história nos foi contada e transmitida, e ainda menos, a maneira pela qual ela se realizou (GAGNEBIN, 1982, p. 64).

Pensar um resultado não previsível do passado é visualizar de forma crítica as bases da nossa história oficial, construída por narrativas majoritariamente brancas e europeias, como aquelas apresentadas pelos viajantes europeus que descreveram o que viram e registraram²³ durante as suas viagens pela então Colônia Portuguesa. Repensar essa história também parte do ímpeto de encontrar dentro dela algumas narrativas que passaram despercebidas, ou tiveram menos visibilidade.

Portanto, é necessário atentarmos para aquilo que foi deixado “no canto” pela história oficial. Jeanne Gagnebin (2006) nos apresenta a importância de “[...] apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer.” (GAGNEBIN, 2006, p. 54, grifo nosso). Gagnebin (2006) assevera que, para Benjamin, esses silêncios são resultantes de sofrimentos daqueles que foram silenciados e dos “anônimos”, “aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não existe” (GAGNEBIN, 2006, p. 54). A partir desse enquadramento, refletimos sobre o quanto a história afrodescendente tem sido silenciada ao longo dos anos.

Assim como na maioria das sociedades colonizadas, a história oficial brasileira fez muitos anônimos e reforçou estruturas colonialistas. Essas estruturas são vistas ainda hoje nas relações de poder, de trabalho, cujas vítimas são os negros, amarelos e índios (CÉSAIRE, 2008). Aimé Césaire, escritor, dramaturgo, político e o autor do livro

²³ Quando falamos dos registros feitos pelos viajantes devemos ter em mente, para a análise desses discursos, o que Aimé Césaire (2020) chama de “coisificação” que a colonização gera: tudo aquilo que não é advindo do colonizador é depreciável: os modos de viver das colônias são vistos com inferiores pelos colonizadores. Essa visão que “coisifica”, que coloca a Europa como a referência ideal, está presente nas narrativas feitas pelos viajantes que estiveram no Brasil Colônia.

“Discurso sobre o colonialismo” (2008), escrito em meados do século XX, nos apresenta uma crítica a respeito da história feita pelos brancos europeus, a qual silencia as outras raças com uma “falsa objetividade”, uma crítica semelhante aquela apresentada por Benjamin (1940) em relação ao historicismo alemão. Césarie aponta que esses historiadores possuíam uma “paixão cruel ao negar às raças não brancas, singularmente às raças melanianas, todos os méritos, sua monomania para monopolizar em benefício próprio toda glória.” (CÉSARIE, 2008, p. 47).

Esses outros olhares para a história que foi silenciada estão sendo possíveis porque houve a vontade dos agentes sociais da Serra de Ouro Preto que passaram a pesquisar o tema. Esses mesmos agentes estão tendo oportunidades distintas daquelas vivenciadas por seus antepassados. Uma vez que outros grupos sociais estão ocupando espaços que eram majoritariamente compostos por homens brancos, ainda que essa nova conformação social aconteça lenta e gradualmente. Tais mudanças estão acontecendo pela existência de políticas públicas que fomentam o acesso às Universidades e aos locais de poder, possibilitando o questionamento a respeito de sua própria história.

A sociedade brasileira possui grandes desigualdades sociais, de raça e de gênero, portanto, observar essas partes silenciadas da histórica é essencial para o melhor entendimento da nossa pluralidade social, servindo também como forma de empoderamento dos mais diversos grupos.

Pierre Nora (1993) nos apresenta, em seu texto “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, que a busca pela sua própria história é uma necessidade inerente a todos os indivíduos:

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens (NORA, 1993, p. 17, grifo nosso).

É possível depreender o interesse de alguns atores sociais negros ouro-pretanos moradores do Bairro do Veloso em recontar a história de seus antepassados e investigar suas origens, conforme apresentado por Nora (1993). Também há nesse discurso histórico um meio de criar outra visão a respeito da cidade de Ouro Preto,

que não seja apenas a versão europeizada e branca. Esse outro olhar nos possibilitaria ler os monumentos, a preservação e a patrimonialização para além do “centro histórico”. Essa outra camada histórica é necessária para a criação de outros olhares culturais, considerando a segregação socioespacial presente na cidade, a qual pode ser observada tanto em dados sociodemográficos, quando por meio de uma vivência empírica no local.

Essa necessidade de se criar um elo com o outro também é exposta por Keith Jenkins (2017), o qual entende que os grupos e classes tentam reescrever as suas “autobiografias coletivas” (JENKINS, 2017, p. 42). Isso é bastante significativo quando se observa que a procura por recontar a sua própria história vem da vontade da população negra ouro-pretana em compreender suas origens, reconhecendo que existe um ímpeto em buscar seu passado e tentar aprender com ele, como nos mostra Gagnebin (1982):

Cada geração recebe assim uma “tênue força messiânica” (Tese II), porque cabe a cada presente resgatar o próprio passado; não apenas *guardá-lo* e conservá-lo, mas também *libertá-lo*. Esse duplo aspecto do conceito de salvação (*Rettung*) é fundamental na filosofia da história benjaminiana: o trabalho do historiador materialista é arrebatá-lo ao esquecimento a história dos vencidos e, a partir daí mesmo, empenhar-se numa dupla libertação: a dos vencidos de ontem e de hoje (Gagnebin, 1982, p. 73).

Nora, Jenkins e Gagnebin acreditam que a busca pela nossa história é algo inerente a nós. Partindo dos conceitos trazidos por Gagnebin (1982), quando afirma que existe uma “missão” para cada geração em libertar os vencidos do passado e do presente, reafirmamos que olhar a história por outros aspectos poderia nos fazer repensar nossa sociedade presente e futura, e ainda que a história não esteja diretamente ligada aos nossos antepassados, ela ajuda a construir a nossa (Jenkins, 2017). Repensar essa história que nos foi contada nos permite observar a sociedade por outros vieses, observar a nós mesmos e nossas crenças, possibilita nos “libertar”:

Desconstruirmos as histórias de outras pessoas é pré-requisito para construirmos a nossa própria, de maneira que dê a entender que sabemos o que estamos fazendo [...]. (JENKINS, 2017, p. 51)

Buscamos por meio desse olhar direcionado para a história oficial dar ênfase à história dos afrodescendentes que construíram e mineraram a cidade Ouro Preto, por meio das narrativas trazidas pelos agentes sociais da Serra. Salientamos que não

pretendemos recontar toda a história de Ouro Preto²⁴ em detalhes, mas pontuar essas narrativas pelo viés afrodescendente que estão sendo apresentadas e que influem diretamente na leitura que todos nós, negros ou não, fazemos da paisagem desse lugar.

3.2. Uma Narrativa Histórica

Destacamos a história que vem sendo narrada por historiadores locais²⁵ e pesquisada por africólogos, e que trata dos conhecimentos e técnicas afrodescendentes aplicados na extração minerária da cidade de Ouro Preto.

A decadência, no século XVII, da exportação de açúcar, incentivou a exploração do interior da Colônia pelos bandeirantes, devido ao anseio da Metrópole em descobrir outras riquezas para exploração. O incentivo dado pelo governo português aos bandeirantes paulistas possibilitou que muitos territórios, até então não conhecidos, fossem devidamente invadidos, ou “colonizados”. A região, que foi desbravada pelos bandeirantes, onde encontraram riquezas que seriam mineradas, é composta hoje pelos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (FAUSTO, 2013).

O interior do Brasil ficou anos sem ser explorado pela Metrópole, pois Portugal não havia encontrado o desejado ouro presente nas colônias espanholas. Portanto, extraía da Colônia apenas produtos vegetais como pau-brasil e a cana-de-açúcar. A dificuldade de desbravar o interior se dava por questões físico-geográficas – Minas Gerais, por exemplo, possui o relevo bastante acidentado, com vegetação densa – e sociais: os indígenas que habitavam a região eram guerreiros, se defenderam da invasão que aconteceu, até serem suprimidos e escravizados pelos exploradores (FAUSTO, 2013).

É indispensável ressaltar que a visão de antropofagia dos índios está diretamente relacionada à leitura colonizadora que os europeus faziam desse espaço. Wilhelm Ludwig von Eschwege descreve o interior da colônia portuguesa com essa visão colonizadora do local, mas que é capaz de nos informar sobre essa paisagem: “Matas

²⁴ A história da cidade de Ouro Preto está presente em livros escritos pelos viajantes que visitaram o Brasil ainda na época da colônia, como Wilhelm Ludwig von Eschwege (2011), John Mave (1812), entre outros, e em livros como “Vila Rica” (2011), de Silvio de Vasconcellos.

²⁵ Os historiadores locais são também os agentes sociais da Serra de Ouro Preto que estão buscando essa narrativa histórica pelo viés negro, dentro da história oficial. Eles começaram a pesquisar sobre a história da tecnologia da mineração em Ouro Preto a partir de 2006 e estão diretamente ligados à Mina Du Veloso, e trabalham ou já atuaram no local. Destacamos aqui algumas dessas pessoas: Eduardo Ferreira, Sidnéa Santos, Douglas Aparecido, André Castanheira, Luiz Cláudio Viana, entre outros.

impenetráveis, escarpas abruptas, correntes impetuosas, e, mesmo, índios antropófagos constituem forte obstáculo ao invasor que tentar penetrar na Província, escalando a serra do Mar.” (ESCHWEGE, 2011, p. 40).

O começo da exploração do ouro no país acontece no final do século XVII, quando os bandeirantes paulistas encontraram o metal precioso na região onde hoje é o Estado de Minas Gerais, iniciando assim o processo de imigração para o interior da colônia. Segundo o arquiteto e historiador Sylvio de Vasconcellos (2011), os primeiros exploradores da região de Ouro Preto foram os irmãos Camargos, Antônio Dias de Oliveira e Padre João de Faria Fialho. Contudo, novas pesquisas historiográficas apontam que já existiam pessoas minerando a região quando esses “primeiros exploradores” chegaram e teriam vindo da região de Taubaté, cidade hoje no Estado de São Paulo (ESCHWEGE, 2011).

Aqueles que chegavam para minerar a região não tinham a intenção de consolidar uma vida naquele local, mas, sim, de enriquecer. Todavia, devido à abundância de ouro, muitos foram se estabelecendo no local e formando o arraial, como descreveu o naturalista e viajante francês August Saint-Hilaire:

Os paulistas, no início de suas expedições à cata do ouro, nenhum estabelecimento fixo formou nas regiões que lhes prodigalizavam riquezas. Quando encontravam ouro em algum lugar, no mesmo levantavam, às presas, pequenas cabanas, e quando o preciso metal se esgotava, iam para diante. Certas localidades, porém, eram tão ricas, que nas mesmas por mais tempo permaneciam, construindo e formando aldeias, muitas das quais, com o correr dos tempos, tomaram-se cidade. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 170, grifo nosso)

Segundo Saint-Hilaire (2002), entre as pessoas que chegaram até a Vila para minerá-la, estavam criminosos, desertores, nos possibilitando pensar nas relações hostis que existiam na sociedade do ouro no século XVIII: “Todos os vícios, parece, tiveram morada na região das minas. Todas as paixões desencadearam-se ali; ali se cometeram todos os crimes.”²⁶ (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 171). A citação trazida pelo naturalista francês pode ser considerada condizente com a sociedade do ouro, uma vez que o espaço da mineração sempre foi um local de muitas disputas e de poder, e continua sendo, na atualidade.

²⁶ É necessário ler os textos dos viajantes compreendendo a sua origem colonizadora, pois observa-se uma visão de mundo que coloca o modo de viver europeu como o principal para aquela época. Sendo possível afirmar que há um sentimento de superioridade na forma de descrever “o novo mundo” e os seus habitantes. Ainda assim, suas contribuições são relevantes para a construção de outras narrativas históricas.

As pessoas livres que chegavam à Vila estavam em busca de enriquecimento, sendo a sociedade mineradora formada por europeus, paulistas, ciganos, judeus, brasileiros do norte e pelos negros escravizados, trazidos à força da costa sudoeste da África, em grande número, os quais possuíam conhecimento de mineração e eram obrigados a trabalhar em regime de escravidão (VASCONCELLOS, 2011). Saint-Hilaire fala sobre a presença dos africanos, como forma de tornar o trabalho dos “aventureiros brasileiros e portugueses” mais hábil:

Quando se soube que o ouro abundava na primeira dessas províncias, nuvens de aventureiros brasileiros e portugueses instalaram-se em seu território. Esses homens, com o intuito de tornar seus trabalhos mais rápidos e mais fáceis, cercavam-se de escravos africanos, e numerosos mestiços não tardaram em aumentar uma população já relativamente considerável. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 211)

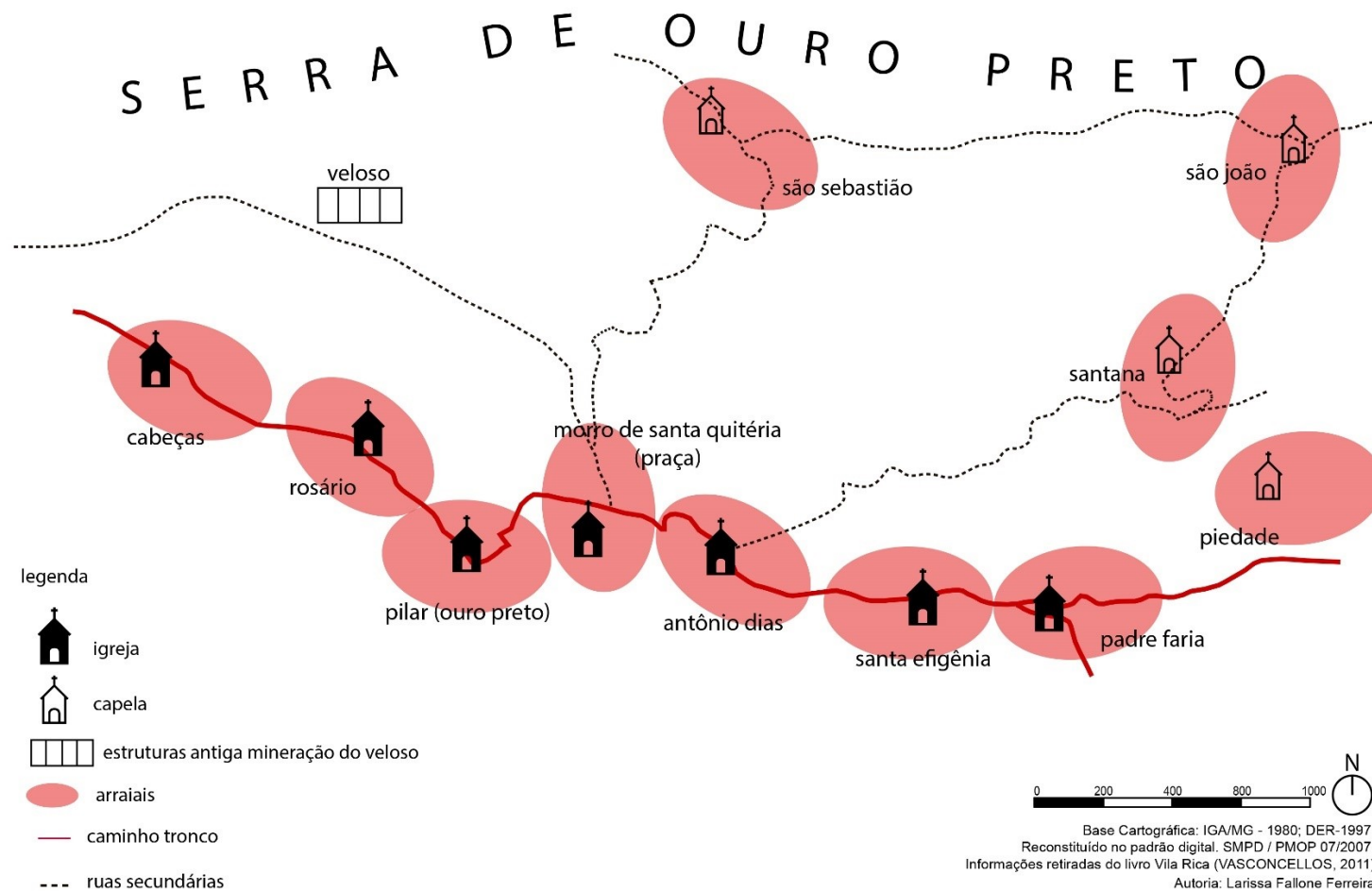
O ouro atraiu grande contingente de pessoas, motivadas pela extração na região. A cidade foi se edificando, mesmo possuindo um relevo bastante acidentado e que pode ser considerado inapropriado para a ocupação urbana, devido à constituição do seu solo, que possui muita propensão para escorregamentos de massa²⁷. A vila se formou por meio de arraiais que se ligavam por um caminho que hoje é chamado “Caminho Tronco” (VASCONCELLOS, 2011), conforme pode ser observado no mapa do caminho tronco e os arraiais de Vila Rica, apresentados na Figura 31. Também representamos os mundéus do Veloso, que já faziam parte da paisagem de Vila Rica no século XVIII e que habitualmente não são representados em mapas que fazem a releitura do mapa original de Silvio de Vasconcellos (2011, p. 78).

Os principais arraiais existentes no início do século XVIII eram: o de Ouro Preto, ao redor da Basílica de N. S. do Pilar, o de Antônio Dias, ao redor da Matriz de N. S. da Conceição e o de Padre Faria, ao redor da Capela do Padre Faria, próximo à Matriz de Santa Efigênia. Esses arraiais surgiram a partir da extração do ouro dos rios (VASCONCELLOS, 2011). Mais tarde, se consolidaram aqueles a partir da mineração na Serra de Ouro Preto, como Morro de Pascal e Silva, Ouro Podre, Ouro Fino, Santana, Pau Doce e dos Ramos onde hoje é o Bairro do Veloso (LOPES, 2008b), entre outros. Todos esses assentamentos se tornariam a Vila Rica de Ouro Preto.

²⁷ Para maiores informações a respeito do solo ouro-pretano vejam-se, entre outros: Sobreira (2014), Sobreira e Fonseca (2001) e Oliveira (2010).

Figura 31 – O caminho tronco e os arraiais de Vila Rica

O CAMINHO TRONCO E OS ARRAIAIS DE VILA RICA



Fonte: Autora (2021), dados de Sylvio de Vasconcellos (2011)

Os arraiais foram crescendo no entorno de suas capelas até se encontrarem na Praça do Morro de Santa Quitéria, instituída por volta de 1740, hoje conhecida como Praça Tiradentes. Nesse local foram edificadas as Instituições, como o Palácio dos Governadores e a Casa de Câmara e Cadeia, onde se consolidou o centro administrativo (VASCONCELLOS, 2011).

Em 1711, o arraial foi elevado à categoria de Vila, e, no ano seguinte, nomeada Vila Rica de Ouro Preto, sendo criado a partir de então um arcabouço político, econômico e de infraestrutura para o território. Com o desenvolvimento, foram oficialmente elaboradas leis para a mineração nas serras de Minas Gerais, incluindo a “Serra de Vila Rica” (ESCHWEGE, 2011, p. 72), como era chamada a Serra de Ouro Preto.

É a partir do início do século XVIII que os exploradores passam a pesquisar ouro nas serras e minerá-las, assim como fica proibido edificar nas mesmas, pois essas deveriam ser destinadas apenas para a extração do rico mineral que gerava grandes lucros para a Metrópole (ESCHWEGE, 2011). Havia nos morros a presença de comércio ambulante de negros e negras de tabuleiros, comércio esse que foi proibido por editais pelo governo local, a fim de evitar motins (LOPES, 2008a).

A lavagem do ouro nos córregos era muito comum, porém aos poucos esse tipo de extração foi ficando escassa. Diante disso, os mineradores passaram a extrair ouro da Serra de Ouro Preto, utilizando o método de “talho aberto”. Tal método, conforme já descrito no capítulo anterior, consiste em direcionar a água para uma parte do terreno, fazendo com que o mesmo desmorone e a lama seja direcionada para os mundéus. Quanto mais forte a pressão da água, maior a exploração.

As lavras do Coronel Veloso utilizavam principalmente esse tipo de técnica. A metodologia era bem mais arriscada para os negros que ali trabalhavam do que a mineração nos rios – ainda que essa também causasse mortes devido às correntezas e às baixas temperaturas da água –, pois era um processo bastante invasivo na encosta, fazendo com que as pessoas acabassem sendo soterradas devido aos desmoronamentos (SPIX e MARTIUS, 2017; ESCHWEGE, 2011).

Por volta de 1707, a mineração passa a exigir um conhecimento mais específico, considerando a necessidade de se escavar minas que “demandava um sistema de sustentação feito com estacas, sobretudo se tratando de uma formação onde predominavam as rochas friáveis.” (GONÇALVES, 2004, p. 9). Segundo a professora

e historiadora Andrea Lisly Gonçalves, é provável que a vinda de africanos da Costa da Mina tenha sido influenciada pela necessidade dessa mineração mais técnica:

Há testemunhos da época que confirmam que os negros Mina eram preferidos pelos mineradores, e não apenas por eles, mas também pelos moradores da capitania de Minas Gerais, que se ocupavam da cultura de mantimentos. Na informação prestada ao Rei de Portugal por Tomás Francisco Xavier, por volta de 1752, o autor registra a “estimação dos mineiros aos negros da Costa da Mina, porque se acham mais aptos para o trabalho”. (GONÇALVES, 2004, p. 10)

Os viajantes e os historiadores que escreveram a história oficial passam superficialmente pela questão das técnicas empregadas pelos negros na mineração e pela necessidade dos conhecimentos dessas pessoas trazidas da Costa Ocidental Africana para minerar o ouro nas encostas ouro-pretanas. Pesquisas feitas pelos agentes sociais colocam em pauta as narrativas dos viajantes que tratam do assunto, como o naturalista alemão, que pesquisou e trabalhou na mineração em Minas Gerais, Eschwege (2011). O autor afirma que os negros trazidos da Costa da Mina possibilitaram modificações e melhorias nas técnicas de extração de ouro:

Somente mais tarde, aprendendo com a prática, principalmente depois da introdução dos primeiros escravos africanos, que já na sua pátria se tinham ocupado com lavagem do ouro, e de cuja experiência o natural espírito inventivo e esclarecido dos portugueses e brasileiros logo tirou proveito, foi que os mineiros aperfeiçoaram esses processos de extração. (ESCHWEGE, 2011, p. 251, grifo nosso)

Os portugueses chegaram à Costa do Ouro em 1471 e conheceram os povos que praticavam o comércio do ouro e moedas, além de possuírem o domínio de técnicas de mineração e metalurgia. Vislumbraram os reinos de Asebu, Fetu, Aguafo e Fante, e encontraram esses locais com pessoas cheias de adornos de ouro. A partir de então, passaram a praticar o comércio com esses povos que trocavam os adereços de ouro e o ouro em pó por artigos de cobre e de ferro, conchas, vidro, tecidos (SILVA, 2011). Segundo relatos, era visível a grande quantidade de ouro que o Império Ashanti, ou Axante, possuía, o que deixava os portugueses impressionados:

Quando souberam dos barcos portugueses, os grandes de Samá (ou Shama) foram até a praia. Com um pano a passar por entre as pernas e a amarrar-se, enrolado, à cintura (o tradicional danta dos axantes), traziam, de ouro, vários colares ao pescoço, e grossas argolas nos braços e nos tomoselos, e arriéis nas orelhas, e uns cilindros pequeninos a prender as pontas dos cabelos e das barbas. Talvez a língua segurasse o seu bastão cerimonial recoberto de ouro também trabalhado com invenção e beleza. (SILVA, 2011, p. 156)

O Império Ashanti, onde hoje é a região da República de Gana, na África, praticava a produção e comércio do ouro e moedas desde antes da chegada dos europeus na região (SILVA, 2011). Os povos que habitavam a África já possuíam experiência com a mineração e metalurgia do ouro. Como cita o africanólogo Aberto Costa e Silva, sobre o Estado Bono que existia desde o século XIII:

Esse reino, o mais antigo que se conhece entre os acãs, não foi apenas um importante mercado do ouro, mas um grande produtor do metal amarelo, cuja extração e tráfico seria apanágio dos reis. Estes deixaram fama de riqueza e poder, um poder que parece ter-se infiltrado pela espessura das matas tropicais, com o controle dos caminhos que levavam aos garimpos e às minas e com a conquista de muitos dos campos auríferos. (SILVA, 2011, p. 154)

Os Acãs, Fantes, Bonos, Monus, Aguafos, entre outros povos, se encontravam espalhados na região onde hoje é a Costa do Marfim e Benim, na África Ocidental (SILVA, 2011). O mapa apresentado na Figura 32 foi desenhado em 1896, pelos britânicos, sendo possível compreender onde estavam distribuídos no território esses povos que eram habituados com a tecnologia da mineração.

A mineração na Costa do Ouro africana também era realizada por meio de pessoas escravizadas, povos como os “sereres, jalofo, tucolores, bambaras, dogons, songais, grunces ou gurúnsis, fulas, sossos, hauçás, mossis, baribas e gente de incontáveis pequenos grupos” (SILVA, 2011, p. 155). Escravizados para trabalhar nas minas e nos rios à procura de ouro. As técnicas empregadas na África eram as mesmas daquelas aplicadas no Brasil. A descrição da profundidade e a ligação das minas é bem parecida com aquelas encontradas em Ouro Preto:

Muitas dessas minas eram formadas por poços estreitos, que não ultrapassavam, em geral, os nove metros de profundidade, mas podiam alcançar até 30m, e se ligavam uns aos outros por galerias horizontais. (SILVA, 2011, p. 155)

Figura 32 – O Império Ashanti e a Costa do Ouro.

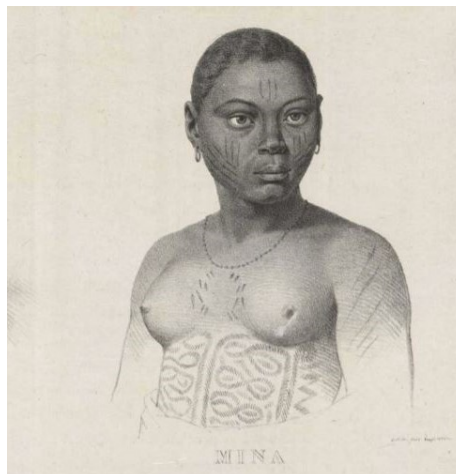


Fonte: DALGLEISH (1896, s.n.)

Historiadores como Costa e Silva (2011), Rodrigues (2021) e Gonçalves (2004) têm comprovado que os negros trazidos para minerar as encostas e rios no início da extração mineral vinham da África Ocidental. Costa e Silva indica que havia “uma preferência pelos escravos que provinham de áreas auríferas como Bambuk, Burê, o Gâmbia, Zamfara, Kangoma, Lobi e o país acã” (SILVA, 2011, p. 646).

As pessoas trazidas desta região eram aqui chamadas de “Negro Mina” – uma Negra Mina foi representada em um desenho do pintor alemão Moritz Rugendas (1835), conforme Figura 33. O governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, solicitou a vinda dessas pessoas para serem introduzidas na mineração no interior da colônia. O argumento utilizado por ele foi o de que os negros da Costa da Mina eram “mais vigorosos e davam sorte”, quando na realidade o motivo do tráfico de escravizados dessa área era o conhecimento existente em “catar o ouro nos rios e cavar os túneis das minas” (SILVA, 2011, p. 646). Com o passar dos anos da mineração, após já terem ensinado aos portugueses suas técnicas, pessoas escravizadas passaram a ser trazidas de territórios onde hoje são as repúblicas do Congo e de Angola (SILVA, 2011).

Figura 33 – Representação de Moritz Rugendas de uma mulher vinda da região da África denominada “Mina”.



Fonte: RUGENDAS (1835, p. 128)

Conforme nos apresenta o historiador e professor Aldair Rodrigues (2021), que pesquisou a respeito dos negros presentes na sociedade escravagista de Mariana-MG, a “Nação Mina” está ligada a diversos grupos vindos da África Ocidental, podendo se estender do golfo de Biafra, próximo ao Gabão, até a Senegâmbia, conforme Figura 34. Segundo o autor, a classificação das origens dos negros que chegavam da África era “extremamente maleável e guardava uma ampla variedade de significados.”

(RODRIGUES, 2021, p. 323). O autor afirma, ainda, que a maioria das pessoas trazidas para realizar a mineração eram da Baía de Benim, “os nagôs, e, sobretudo, povos falantes de gbe (fons, ládanos, couranos, cobus e savalous)” (RODRIGUES, 2021, p. 349), pessoas escravizadas provavelmente nas guerras Daomeanas²⁸. Tal informação é bastante relevante e vai de encontro com as pesquisas anteriores aqui apresentadas, pois afirma que as chances de as pessoas escravizadas advirem da Costa do Ouro Africana, a atual Gana, eram muito baixas.

Figura 34 – Costa Ocidental Africana – do golfo de Biafra até a Senegâmbia.



Fonte: Autora (2021), dados de Aldair Ribeiro (2021)

Os autores aqui apresentados indicam que os Negros Mina de Benim (RODRIGUES, 2021) ou de Gana (SILVA, 2011) eram os preferidos para exercer o trabalho de mineração. Eles possuíam conhecimentos específicos que os Negros Angolas, da África Centro-ocidental, não tinham.

Rodrigues (2021) nos apresenta documentos que comprovam a preferência dos povos minas na mineração de Mariana-MG por meio de textos de José Torres, presentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Neles, há informações de que os povos trazidos para trabalhar nas minas eram os “Couranas, Arrdas [Ardas], Foois [Fons], Lequimes [Lucumis], Jaquas [Jaquens], Ayos [Oyos], próprios para o trabalho das Minas” (RODRIGUES, 2021, p. 350).

²⁸ Guerras do Reino de Daomé, região onde hoje é a República do Benim (RODRIGUES, 2021).

Tanto Rodrigues (2021) quanto Gonçalves (2004), encontraram em suas pesquisas a maior presença de Negros Mina em cidades de Minas Gerais, o que corrobora com a afirmação anterior sobre as pessoas trazidas do sudoeste africano, da Costa da Mina. Infelizmente, as pesquisas recentes não foram feitas especificamente sobre a cidade de Ouro Preto. Portanto, ainda não são capazes de afirmar de onde vieram especificamente as pessoas trazidas para minerar essa região, mas nos permite supor que elas também são provenientes da Costa da Mina.

Todavia, é necessário maior investigação a respeito do assunto. A busca por esses registros fomenta o empoderamento das pessoas que vivenciam esse espaço e possuem relações com a narrativa afrodescendente, como vem acontecendo no Bairro do Veloso.

As técnicas trazidas da Costa Ocidental Africana foi uma importante contribuição para minerar o ouro na Serra de Ouro Preto. A pouca difusão de tal fato se dá pelo silenciamento desse viés histórico, que pode ser observada pela inexistência de políticas públicas de salvaguarda das ruínas da mineração.

O apogeu da riqueza proporcionada pela extração do ouro, em Ouro Preto, aconteceu em meados do século XVIII. Os agentes da Serra, assim como alguns historiadores, defendem que a mineração do ouro, em Vila Rica, foi essencial para o crescimento não apenas da cidade, mas com repercussões mundiais como a Revolução Industrial na Inglaterra, que foi financiada direta e indiretamente com a dívida de Portugal com a Coroa Inglesa, após o déficit econômico gerado pelo Tratado dos Panos e Vinhos de 1703 (FERREIRA, E., 2017).

Os negros em Vila Rica representavam majoritariamente a população local e exerciam principalmente os trabalhos braçais, desde aqueles realizados no interior e exterior das minas, a construção das edificações, da malha urbana, até os trabalhos dentro das casas. A quantidade de negros diminui drasticamente com a proibição do tráfico negreiro, em 1850, pela Lei Eusébio de Queirós. E também pelas condições precárias em que eram expostos, fazendo com que possuíssem baixa expectativa de vida, com estimativas de seis a doze anos (SALGADO, 2010).

Durante seus dias de apogeu, entre 1723 e 1753, o censo deu 2.400 casas e 30.000 habitantes, dois terços dos quais eram escravos; em 1800, a população já havia caído para 19.000 a 20.000 habitantes. Em 1865, os brancos eram seis para um negro, agora são sete para um, e tudo mostra que o clima não é favorável ao africano (BURTON, 2001, p. 424).

Como apontado pelo explorador e orientalista britânico, Richard Burton (2001), o clima não era favorável para os escravizados, em nenhum aspecto, considerando que eles estavam em situação de extrema vulnerabilidade e ainda assim resistiam. Saint-Hilaire (2002) também traz em seus relatos a questão populacional da comarca de Ouro Preto, que possuía muitas pessoas escravizadas devido à mineração, sendo essa informação constante nos relatos dos viajantes. Os mineradores buscavam sempre por mais pessoas escravizadas para tentar aumentar os seus lucros, porém, a grande maioria não resistia à situação precária e ao labor desumano:

[...] de Ouro Preto é o lugar do Brasil onde os minerais foram com maior ardor explorados; que para a extração do ouro é empregado número muito maior de escravos do que para a cultura das terras e a criação de gado, labores a que os paulistas se entregavam; e que, enfim, na referida época, havia, em Ouro Preto, para 7.847 homens e 4.832 mulheres brancas, 33.961 negros e 15.187 negras apenas. [...] a mineração já não rendia tanto como a cana-de-açúcar e o milho, os brancos, que não esperavam mais enriquecer com facilidade, retiraram-se para outras regiões; uma infinidade de negros morreu sem descendência, e, em 1813, isto é, num espaço de 39 anos, a população local ficou diminuída de 6.409 almas – um pouco mais de 1/13. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 218, grifo nosso)

A exploração do ouro em Vila Rica gerou muitas litígias, mortes e fome. Segundo Eschwege, houve uma exploração ambiciosa nas Lavras do Coronel Veloso, fazendo com que ela se tornasse inutilizável e que pouco material pudesse ser extraído em meados do século XIX, com as tecnologias da época, sendo esse um reflexo da decadência do ouro na região. Os naturalistas alemães, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philip von Martius, estiveram em Vila Rica no início do ano de 1818 e também escreveram sobre a extração do ouro que ali acontecia:

A mina, onde justamente nos achávamos, pertencente ao coronel Veloso, é uma das mais antigas e produtivas. [...] Os antigos donos haviam sempre explorado esta mina com algumas centenas de escravos e obtido lucros colossais; atualmente, parece bastante esgotada, de sorte que apenas se conservam ali poucos faiscadores, e o trabalho é arrendado a pretos libertos, por uma pataca diária. A esse modo de tirar ouro de uma mina aberta chama-se minerar a talho aberto. (SPIX E MARTIUS, 2017, p. 271)

A grande quantidade de ouro extraído da Serra de Ouro Preto durante o século XVIII possibilitou desenvolvimento econômico da vila e fez com que ela se tornasse a capital de Minas Gerais, em 1818, mesmo com a diminuição da exploração do ouro e poucas lavras ativas no final do século XVIII e início do XIX (LOPES, 2008b). Com a elevação à capital, a vila passa a ter progressos na infraestrutura urbana, com a instalação rede telefônica e ferroviária, e passa a contar com mais investimentos na educação. Sendo implantado o Colégio para Educação de Meninas, em 1828, a Escola de Farmácia e

Bioquímica, em 1839, a Escola Normal, em 1873, e a Escola de Minas, em 1876 (SALGADO, 2010).

Ouro Preto cresceu, e se consolidou como capital de Minas Gerais. Existiam ideias de higienização e modernização das cidades que passam a serem implantados no país, e a cidade recebeu projetos de modernização, que podem ser acessados no Arquivo Público de Ouro Preto. Porém, nenhum deles foi implementado, ficando apenas no papel, justamente pela força e vontade política de criar uma cidade moderna para ser a nova capital do estado. Com isso, seguindo os princípios modernos da época, a capital foi transferida para então Curral Del Rei, atual Belo Horizonte, em 1897 (LOPES, 2008b).

Segundo os relatos de alguns viajantes, Ouro Preto já estava passando por um processo de esvaziamento e empobrecimento, devido à diminuição da extração do ouro: “as minas que produziram longamente essa imensa riqueza, tornaram-se gradualmente menos abundantes [...]” (MAVE, 1812, p. 176, tradução nossa).

Eschwege (2011) também escreve sobre a situação de decadência das cidades auríferas da Província de Minas Gerais, em meados do século XIX. A transferência da capital corroborou para o esvaziamento da cidade de Ouro Preto, que teve um grande contingente da população emigrada durante esse período, mas esse processo já vinha ocorrendo desde o início do século XIX.

Comece-se por Vila Rica, percorra-se a estrada e visitem-se os sítios mais importantes de outras regiões! Por toda parte se verão somente casas miseráveis e em ruínas, e mesmo ruas inteiras, que atestam uma prosperidade e uma população que não existem mais. (ESCHWEGE, 2017, p. 519, grifo nosso)

A historiadora e professora da Universidade Federal de Ouro Preto, Janete Fonseca (2016), nos apresenta uma visão crítica a respeito dessa historiografia tratada pela narrativa dos viajantes estrangeiros. Trazendo o entendimento que os argumentos a respeito da decadência da cidade de Ouro Preto serviram aos interesses daqueles que desejavam efetuar a mudança da capital, os mudancistas. Houve muita resistência de pessoas que não desejavam a mudança da capital, os não mudancistas, inclusive a produção de projetos urbanísticos que previam a modernização da cidade. Ainda assim, ela foi transferida para Belo Horizonte e “A antiga Vila Rica sacralizou-se como a cidade memória dos mineiros, assim como dos brasileiros” (FONSECA, 2016, p. 98).

A transferência da capital, o esvaziamento da cidade e a inviabilidade de continuar a exploração do ouro não impossibilitou que ela se consolidasse como o principal centro acadêmico e educacional do estado (BUENO, 2019). No final do século XIX e início do século XX, muitas casas no centro que estavam abandonadas são apropriadas por estudantes, e se tornam repúblicas estudantis, e por famílias de imigrantes europeus que chegavam ao Brasil com o incentivo do governo brasileiro. Foi justamente pela emigração da população da cidade que ela permaneceu sem grandes modificações, mantendo preservadas as edificações coloniais e as estruturas da mineração.

Houve, ainda, no final do século XIX, o ímpeto por parte de membros da Escola de Minas em minerar novamente a Serra de Ouro Preto, porém tal ação não foi consolidada e os terrenos devolutos e abandonados passaram a pertencer ao Município de Ouro Preto a partir de 1892 (LOPES, 2008b).

A sociedade do final do século XIX e início do século XX possuía teorias racistas²⁹ e isso pode ser observado pelos relatos dos viajantes, principalmente naquilo que alguns escrevem a respeito da “miscigenação” vista como algo pejorativo, como, por exemplo, Auguste Saint-Hilaire e Richard Burton. “A população da França, como a de toda a Europa ocidental, é perfeitamente homogênea – uma só raça de homens e não existem escravos. O mesmo, infelizmente, não ocorre no Brasil.” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 220).

Houve uma grande movimentação no fim do século XIX para “embranquecer” o Brasil. Com isso, chegam ao país, a partir de 1870 até meados do século XX, para substituir a mão de obra escrava, europeus que passavam por dificuldades na Europa e buscavam melhorias de vida, principalmente italianos, portugueses, espanhóis e alemães (FAUSTO, 2013).

Na década de 1920, os modernistas, artistas que participaram da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, como Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Blaise Cendrars, saíram em busca da “Redescoberta do Brasil”. Os artistas buscavam a criação de uma “identidade nacional”. Visitaram Ouro Preto, em 1924, e visualizaram ali o “Estilo Nacional”, por isso, passaram a incentivar a sua preservação (SALGADO, 2010).

²⁹ Para uma bibliografia a respeito, vejam-se, entre outros: Dávila (2006) e Marques (1994).

Os artistas qualificaram a cidade como um modelo a ser contemplado com os “ideais de preservação”. Era uma boa solução para o discurso da época encontrar uma cidade quase europeia, que continha traços de brasilidade. Essa visão de uma identidade nacional que faz referência à Europa converge na busca pelo branqueamento da população brasileira que estava presente nas propagandas do Estado Novo (1937-1945) – as crianças representadas nessas propagandas eram sempre brancas, o que não condizia com a realidade presente na sociedade brasileira.

Com a política do Estado Novo de Vargas, que visava a criação de uma identidade nacional e tinha como base o nacionalismo, Ouro Preto foi decretada Monumento Nacional, em 1933, sendo que em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que tinha como objetivo preservar o patrimônio histórico e artístico brasileiro (BUENO, 2019). O Estado Novo e seus representantes buscavam criar uma história para o país, e quanto mais europeizada, melhor. Essa afirmação pode ser vista refletida no desconhecimento das tecnologias africanas presentes nas ruínas da Serra de Ouro Preto, além da escassez de pesquisa ao longo dos anos que se sucederam.

Por mais que o discurso apresentado pelos modernistas visasse “incluir” todas as camadas culturais que compunham a sociedade brasileira, aspirando “universalizar” a cultura, não foi o que ocorreu. As referências existentes em relação à Serra de Ouro Preto, em especial a Serra do Veloso, durante a passagem dos modernistas pela cidade são ínfimas quando comparadas com a atenção dada ao centro histórico, demonstrando o desconhecimento e/ou desvalorização dessas estruturas.

A mineração volta a ser um indutor do crescimento da cidade em 1934, com a implantação da mineradora Elquisa, que em 1950 passa a ser Alumínio do Brasil S/A (ALCAN) (SILVA, 2014), realizando a exploração mineral de alumínio. O desenvolvimento industrial possibilitado pela mineração e também pela fábrica de tecidos transferida para o bairro Padre Faria em 1962 (MENDES, 2016), induziu a vinda de muitos trabalhadores que moravam nos distritos para a cidade (FERREIRA, L., 2017).

Além disso, Ouro Preto se consolidou durante a década de 1940 como um centro educacional. Em 1944 foi fundada a Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP), atualmente o Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto (IFMG), e, em 1969, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

O crescimento da cidade de Ouro Preto, assim como a grande maioria das cidades brasileiras, esteve acompanhado de um planejamento urbano capitalista, o qual visava os interesses do capital e não a qualidade de vida das pessoas que estavam saindo do campo e indo para a cidade participar do processo de industrialização (SANTOS, 2003).

A região central da cidade não possuía muitas oportunidades de ocupação e os preços ali eram mais altos, por isso Serra de Ouro Preto passou a ser ocupada pelas pessoas que chegavam dos distritos para trabalhar e participar do processo de industrialização da cidade, causando um problema de instabilidade e risco, considerando as condições geológicas do local (SOBREIRA, 2001).

As encostas da Serra de Ouro Preto, local que a população passou a ocupar a partir da década de 50, e continua ocupando na atualidade, sofre com riscos de desabamentos em decorrência da alta instabilidade geotécnica, resultante da declividade natural e formação geológica local, agravadas pela intrusão da exploração mineral oitocentista. A estabilização desse local ainda é muito precária, mesmo que os flancos tenham atingido um equilíbrio por meio de “movimentação de massa e processos erosivos” (SOBREIRA, 2001, p. 7).

O patrimônio da mineração também está em constante risco, tanto pelo crescimento desordenado dos assentamentos, quanto pelo desconhecimento por parte da população e das autoridades, fazendo com que a política pública existente no local seja aquela que não atende de forma efetiva as necessidades da população. Uma política pública reversa, conforme será explicitado no terceiro capítulo. No próximo subcapítulo, apresentaremos algumas questões patrimoniais que perpassam pelas ruínas presentes na Serra.

3.3. Narrativas do Tombamento

As narrativas históricas despertam e potencializam a necessidade de salvaguardar as ruínas da mineração oitocentista do Bairro do Veloso, pois elas têm potencial para modificar a leitura que fazemos da história e da paisagem. Buscamos analisar quais foram as políticas públicas institucionalizadas para proteger essas ruínas. E na atualidade, quais são os instrumentos disponíveis para a sua proteção.

Para responder a essas questões, utilizaremos o Processo SEI IPHAN 01450.002839/2010-27 que contém todos os documentos que tratam do Processo de

Tombamento do Conjunto Arquitetônico da cidade de Ouro Preto, n. 70-T-38, realizado em 16 de fevereiro de 1938. Nesse Processo SEI estão inclusas as discussões da década de 1980 sobre a rerratificação do tombamento e inclusão do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Também recorremos à Portaria IPHAN n. 312/2010, que regulamenta as intervenções dentro do perímetro tombado do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, as setorizações presentes no Plano Diretor Municipal (PDM) – Lei Municipal Complementar n. 29, de 28 dezembro de 2006, e as entrevistas realizadas com agentes sociais e da administração pública de Ouro Preto. Como referências teóricas utilizamos as reflexões de Márcia Chuva (2020) e Ulpiano Bezerra (2009).

Entendemos que o discurso da preservação patrimonial no Brasil foi criado por técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³⁰ – SPHAN, que mais tarde se tornou o IPHAN. Esses técnicos que instituíam o que seria ou não preservado para as presentes e futuras gerações tinham uma visão eurocêntrica.

A despeito do discurso dos modernistas mencionar uma identidade nacional plural, que abarcasse a variedade de grupos étnicos e culturais da sociedade brasileira, portanto negros, indígenas, amarelos, brancos, entre outros, os bens tombados o foram por seu valor de “excepcionalidade”, de “obra de arte”, sendo majoritariamente ligados à história da cultura branca europeia.

O tombamento da cidade de Ouro Preto no Livro do Tombo de Belas Artes se estrutura sob uma perspectiva estética. O valor da paisagem só veio a ser discutido dentro do processo de tombamento posteriormente, levando-se em conta os preceitos apresentados pela Carta de Veneza de 1964. Nessa leitura dos Conjuntos Urbanos Tombados, o entorno é parte essencial da cidade, e no tombamento de Ouro Preto ele é denominado de moldura do centro histórico e é representado pelas serras que circundam a cidade ao norte e ao sul.

³⁰ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 1937, por meio da Lei n. 378, com o objetivo de “promover, em todo o Paiz (sic) e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937). O Serviço foi dirigido por Gustavo Capanema, que era ministro da Educação e Saúde Pública durante o Estado Novo do presidente Getúlio Vargas. A sua criação foi influenciada pela movimentação dos modernistas na busca pela preservação do patrimônio nacional.

A defesa da moldura se faz presente no IPHAN, como podemos destacar na entrevista concedida pelo arquiteto e urbanista Benedito Tadeu, doutor em restauração, ex-chefe do Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto e servidor público da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Benedito cita a frase de Briane Bica para definir a paisagem³¹ de Ouro Preto: “A cidade de Ouro Preto e a paisagem são irmãs siamesas”³², defendendo que qualquer intervenção no entorno da cidade de Ouro Preto, inclusive nas edificações já existentes, modificariam a leitura do todo.

Desde a década de 1980, reflexões internacionais são feitas a respeito dos conjuntos urbanos, da impotência do poder público em impedir o crescimento das cidades e a modificação do entorno das mesmas. A utopia das cidades que seriam mantidas intocadas e não cresceriam passa a cair por terra, como escreveu Lia Motta, em julho de 1988, no processo de tombamento:

[...] e admitindo-se a cidade como um organismo socialmente construído que se transforma e se adapta no tempo, não mais apenas como obra de arte, é necessário rever os atos de tombamento, assim como as medidas de preservação. [...] (IPHAN, 1938b, p. 25)

Quando observamos as estruturas presentes na Serra e as narrativas que elas contêm, percebemos que a preservação dessa área precisa de maiores estudos e visibilidade, tanto nas Instituições, como o IPHAN, como na comunidade. As discussões e pesquisas devem ser consideradas na criação das normativas para esse lugar. E fomentar discussões a respeito de sua importância, que, em nossa análise, ultrapassa o consenso de moldura essencial para a leitura do valor do tombamento da cidade.

Lia Motta, arquiteta e urbanista, doutora em urbanismo, técnica do IPHAN desde 1977, disse acreditar que a forma como o patrimônio é valorado no Brasil, a visão da excepcionalidade, vem sendo construída pela Instituição desde a década de 1930, fazendo com que as pessoas também tenham uma visão sobre o que é patrimônio a partir desse recorte temporal feito pelos técnicos do IPHAN³³:

³¹ O termo paisagem neste contexto é apresentado pelo entrevistado como o entorno do centro histórico, as Serras que os circundam, não tendo relação com o entendimento de paisagem que apresentaremos no próximo capítulo.

³² Entrevista da Benedito Tadeu de Oliveira – Arquiteto e Urbanista, ex-chefe do Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto e servidor público da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – concedida à autora, em 11 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 10, p. 185.

³³ Entrevista da Lia Motta – Arquiteta e Urbanista, técnica do IPHAN desde 1977 – concedida à autora, em 22 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 09.

O IPHAN construiu um modo de ver o patrimônio, desde a década de 30, dizendo que o patrimônio é essa área nobre de Ouro Preto, são as cidades históricas coloniais, e depois ampliou para outros estilos. Aceitou o ecletismo, *Art Déco* e tal, porque são valorizados pela historiografia da arquitetura de influência europeia, e isso compromete o pensamento das pessoas. Eu me pergunto se as pessoas de Ouro Preto quando olham para o morro não dizem “Afinal, o que vão valorizar aí?!” Porque o valor de patrimônio ainda não está relacionado ao que a Constituição adotou em 1988, como sendo referência de memória, identidade e ação. O valor de patrimônio que está na cabeça dos brasileiros é esse valor do excepcional, do belo, do colonial, ao que tem estilo.³⁴

Esses técnicos que promoviam a valoração e acautelamento da cidade de Ouro Preto são chamados de “especialistas do patrimônio” por Márcia Chuva, arquiteta e urbanista e servidora do IPHAN. No início das políticas de preservação no Brasil, na década de 1930, os agentes do patrimônio, geralmente arquitetos, eram os responsáveis por realizar o tombamento. Os bens acautelados tinham suas referências de valoração diretamente ligadas à perspectiva estética eurocêntrica. Entendia-se que o valor de tais bens eram inerentes aos mesmos (CHUVA, 2020).

Uma leitura unívoca do patrimônio nacional se formou nas primeiras décadas de atuação do órgão, que contou com a presença de intelectuais consagrados ligados a diferentes vertentes do modernismo brasileiro, dentre os quais o escritor Mário de Andrade e o arquiteto Lucio Costa. Nesse contexto, o barroco e a arquitetura colonial das cidades históricas da região de Minas Gerais tornaram-se a primeira referência da imagem da nação, tendo sido então tombado um vasto conjunto de bens desse tipo ou nele referenciados. (CHUVA, 2020, p. 4)

Assim como Chuva, Motta também nos apresenta, em entrevista³⁵, esses agentes que participaram do processo de tombamento e preservação da cidade de Ouro Preto. A visão desses agentes a respeito das estruturas da mineração presentes na Serra era muito diversa da que possuímos hoje. Não havia a valorização e o entendimento arqueológico:

É claro que Juscelino estava de braços dados com Oscar Niemeyer, que por sua vez estava de braços dados com Lúcio Costa, e com o Rodrigo, então era toda uma noção do moderno e do antigo que não incluía uma coisa arruinada, aquilo não era visto como tendo um potencial arqueológico, de conhecimento fantástico, como vemos hoje.³⁶

A visão a respeito do que é patrimônio, digno de ser preservado para as gerações presentes e futuras muda a partir da Constituição de 1988, que institui o processo

³⁴ Entrevista da Lia Motta – Arquiteta e Urbanista, técnica do IPHAN desde 1977 – concedida à autora, em 22 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 09, p. 181.

³⁵ Entrevista da Lia Motta – Arquiteta e Urbanista, técnica do IPHAN desde 1977 – concedida à autora, em 22 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 09.

³⁶ Entrevista da Lia Motta – Arquiteta e Urbanista, técnica do IPHAN desde 1977 – concedida à autora, em 22 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 09, p. 187.

participativo para a preservação do patrimônio nacional. A população é incluída ao lado do IPHAN como parte essencial da preservação. Os “especialistas do patrimônio” tiveram que começar a rever seus conceitos a respeito do valor daquilo que seria tombado. Para além do valor excepcional, o bem a ser tombado também deveria ser reconhecido pela população. E qualquer bem poderia ser tombado se tivesse valor para determinado grupo social.

Em entrevista, Lia Motta nos disse que, a partir dos anos 2000, o patrimônio foi sendo repensado e que é a partir da atual geração de arquitetos que a diversidade de grupos sociais é incluída na preservação³⁷. Contudo, esses debates estão sendo desenvolvidos a passos curtos. Os processos participativos para o patrimônio material ainda são restritos. Enquanto os processos de dossiês de registros do patrimônio imaterial possuem maior participação social e indicam um caminho a ser seguido.

Temos muito o que discutir a respeito do patrimônio que foi institucionalizado e como ele reflete estruturas elitistas da nossa sociedade. Os bens que foram tombados na cidade de Ouro Preto a partir da década de 1930 são testemunhos da força do império e da cultura europeia, estando em sua grande maioria no “centro histórico”. Hoje, discutimos a preservação para além desse centro e desses bens acautelados, buscando uma visão de decolonialização do patrimônio, voltada para uma política de reparação histórica³⁸. O ator social, poeta, artista plástico, produtor cultural e bacharel em filosofia Douglas Aparecido nos traz justamente essa visão a respeito daquilo que foi acautelado dentro da cidade de Ouro Preto, e a urgência em pensarmos para além desses bens:

Então, às vezes, as instituições, elas têm dificuldade de reconhecer esses patrimônios, porque para eles não tá num ambiente “consagrado” e ele tá colocado em um ambiente inferior, inclusive. Considerando a maneira como historicamente esse legado dos povos africanos é abordado. Então eu acho que a questão é bem profunda neste sentido, assim, é necessário haver uma quebra de paradigma, de perspectiva, com relação a olhar para essas estruturas e para esse patrimônio... *E aí* precisa iniciar um processo de valorização efetiva e reconhecimento efetivo do legado africano nesta construção deste mundo moderno e talvez a gente ainda não tenha tido um avanço efetivo nesse processo por conta disso, porque, por mais que tenham

³⁷ Entrevista da Lia Motta – Arquiteta e Urbanista, técnica do IPHAN desde 1977 – concedida à autora, em 22 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 09.

³⁸ O termo “reparação histórica” aqui se refere às ações que possam mitigar injustiças cometidas no passado contra grupos sociais ou comunidades. Portanto, uma política que vise também valorar bens que tenham representatividade para as pessoas negras, indígenas e outros que tiveram menos ou nenhuma visibilidade quando tratamos de preservação de bens culturais ao longo dos anos.

acontecido esforços nesse sentido, acho que ainda falta fôlego, falta esse mergulho de falar “não, o buraco é mais embaixo”.³⁹

Como citado por Chuva (2020), os processos de tombamento são ações políticas, frutos de escolhas, que implicam na visibilidade ou invisibilidade de grupos dentro da sociedade. Por esse motivo, as práticas de preservação aplicadas no patrimônio são hoje objetos de reflexão historiográfica⁴⁰. Houve, a partir da década de 1930, um processo de criação de identidade nacional, que foi muitas vezes associada com elementos arquitetônicos e religiosos que remetiam à Europa, a patrimônios construídos e com valor “excepcional”, silenciando todas as outras esferas que constituem a nossa cultura.

Assim como as narrativas históricas e a paisagem, o patrimônio é uma seara de disputas. Aquilo que é valorado ou não faz parte da criação dos discursos e dos poderes existentes em nossa sociedade. Portanto, pensar nas ruínas como bens a serem valorados é também uma forma de romper com o discurso colonial, de institucionalização de patrimônios com vertente apenas estética. Chuva (2020) nos fala dessa preservação como um campo sim de disputa, mas também como um direito.

Por isso mesmo, patrimônio não é um dado, é uma conquista, é um direito. Como apontado por Ulpiano Meneses, os valores são atributos históricos, se transformam e devem ser pensados em um campo de lutas por direitos conquistados através do patrimônio e/ou um campo de lutas por direito ao patrimônio. Nessa concepção, há mudanças conceituais estruturais que, no meu entender, promovem rupturas com a colonialidade do saber e uma virada decolonial. (CHUVA, 2020, p. 29)

3.3.1. *As narrativas de tombamento no Veloso*

O reconhecimento das ruínas como patrimônio é um direito daqueles que reivindicam a visibilidade e valoração efetiva pelo Estado. Quando observamos o que foi “eleito” para ser preservado na cidade de Ouro Preto nos deparamos com um patrimônio que visou preservar uma cidade colonial barroca, sempre observando as encostas como molduras do centro histórico. Vemos isso em diversos documentos presentes no Processo de Tombamento de Ouro Preto.

³⁹ Entrevista do Douglas Aparecido da Silva – Poeta, artista plástico e produtor cultural, bacharel em filosofia, um dos atores que trabalharam na Mina Du Veloso – concedida à autora, em 09 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 06, p. 150.

⁴⁰ Para maiores informações, veja: Chuva (2020) e Amaral (2015).

Em 1986, Augusto Telles fala da importância de utilizar os preceitos da Carta de Veneza de 1964 a respeito da preservação da moldura que circunda a cidade e forma a sua paisagem. Essa informação foi encaminhada para o então Secretário da SPHAN, Angelo Oswaldo, e a demanda de ratificar o tombamento da cidade para além do Livro de Belas Artes, incluindo o Conjunto Urbano no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no livro do Tombo Histórico.

Ainda na década de 1980, há uma busca para se definir a área preservada da Serra de Ouro Preto. Augusto Telles, por meio de Telex (telegrama), em 1986, solicita à Diretoria Regional do IPHAN a demarcação da área da Serra que seria de interesse para a preservação da moldura do centro histórico, com o intuito que não ocorresse ali um processo exploratório de mineração:

[...] em uma primeira etapa carácter urgência marcação geodésica área desde cumeada serra até fundo vale interesse moldura paisagem cidade a partir levantamento aerofotogramétrico. (IPHAN, 1938a, p. 24)

No estudo solicitado por Silva Telles, em 1986, a cumeada da Serra do Veloso é citada como um ponto de referência, “[...] direção noroeste até à crista da SERRA DO VELOSO, ponto local conhecido como PEDRA AMOLAR; deste ponto segue-se pela cumeada da SERRA DO VELOSO, também conhecida como SERRA DE OURO PRETO”. A Serra do Veloso é reconhecida no processo de tombamento como toda a extensão da Serra de Ouro Preto. Salientamos que as citações para a delimitação de um perímetro de tombamento na Serra do Veloso têm como principal motivação a preservação da moldura do centro histórico. As ruínas ali presentes são citadas de forma esporádica e não como algo a ser efetivamente preservado em sua integralidade.

A proteção das ruínas não foi pensada e, segundo Lia Motta, em entrevista, era comum que os próprios agentes do patrimônio utilizassem as pedras remanescentes das estruturas da antiga mineração do século XVIII para as construções modernas, conforme trecho transcrito a seguir:

Não sei se você conhece a história... Que Juscelino mandava pegar pedras daquela parte da cidade, que até hoje está mais visível, das ruínas do Morro da Queimada, para fazer as arquiteturas modernas, aquelas pedras rústicas. [...] Então era assim, o que se dizia é que iam caminhões para pegar as

pedras e levar para as construções modernas para os projetos do Juscelino Kubitschek.⁴¹

Para corroborar as informações apresentadas por Motta de retirada e utilização de pedras não apenas pelos agentes do patrimônio, mas pelos moradores na construção de edificações do Bairro do Veloso, apresentamos o relato do presidente da Associação de Moradores do Bairro do Veloso, servidor público da UFOP, Sérgio Neves:

Quando eu era menino, a gente ajudava a construir as casas... A gente tirava pedra do muro pra ajudar a construir as casas, alguns muros nem existem mais por causa disso. Hoje a gente vê como uma lembrança de um passado histórico e de pessoas que viveram aqui, que têm uma história aqui e que construíram uma vida aqui e que às vezes a gente descende delas, eu não sei se a gente tem alguma ligação, algum antepassado nosso que viveu aqui também.⁴²

Muitas dessas estruturas foram sendo reutilizadas pela população e pelo próprio IPHAN. Apenas em 1987, no parecer técnico que visava embasar a justificativa do perímetro da área tombada, feito por Cláudio Augusto de Magalhães Alves, há o registro dos vestígios presentes na Serra da antiga mineração do ouro, mas também reafirmando a região como uma moldura do núcleo urbano tombado.

A paisagem circundante integra e emoldura esse núcleo [...] Hoje em processo de reocupação, diante da desordenada expansão urbana da cidade, guarda a serra de Ouro Preto, para a história, ao lado do testemunho simbólico, pelos fatos de que foi palco, a documentação material contida no expressivo depósito arqueológico existente em seu solo (minas desativadas, vestígios de antigos serviços de mineração, “mondéus” e canais para transporte de águas) e nos vestígios de suas ruínas arquitetônicas e primitivas capelas. Se não bastasse sua significação histórica, outros aspectos recomendam sua preservação paisagística e natural por sua importância para a proteção do meioambiente local e regional. (IPHAN, 1938b, p. 5 e p. 6, grifo nosso)

O intuito de preservar o Conjunto Urbano Tombado e sua moldura estão sempre presentes no discurso preservacionista da cidade de Ouro Preto. Foram feitos, desde a década de 1970, estudos para a criação de normas que intervissem no território, e atualmente existe a Portaria n. 312, criada em 2010, que estabeleceu parâmetros para as novas construções e reformas nas edificações da cidade. A normativa auxiliou nas tomadas de decisão do Escritório Técnico, possibilitado uma gestão mais dinâmica da

⁴¹ Entrevista da Lia Motta – Arquiteta e Urbanista, técnica do IPHAN desde 1977 – concedida à autora, em 22 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 09, p. 175.

⁴² Entrevista do Sérgio Geraldo Neves – Funcionário público federal da UFOP e presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão, desde 2017 – concedida à autora, em 15 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 08, p. 164.

preservação da cidade, ainda que haja muitas críticas a respeito da mesma, principalmente no que tange aos projetos de edificações que aludem a construções coloniais.

Nos dias atuais, a Serra é vista por alguns agentes entrevistados como uma moldura importante para o centro histórico, o que não deixa de ser uma realidade, quando observamos o valor do tombamento da cidade; porém, muito tem sido observado a respeito das ruínas presentes na região como um todo, que vai desde o Passa Dez até o Gogó em Mariana. A Serra do Veloso tem ganhado maior visibilidade justamente pela disposição e empenho dos agentes sociais em buscar recursos e difundir as narrativas que teceram.

O Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM do IPHAN iniciou o processo de revisão da Portaria IPHAN n. 312/2010, de normatização do território do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, em 2010. Durante esse processo, a importância das molduras verdes para o centro histórico é reiterada e pouco se fala em relação às ruínas presentes na Serra de Ouro Preto, demonstrando o desconhecimento a respeito das estruturas da mineração do século XVIII.

De modo semelhante, muitos taludes permanecem vegetados nas encostas visíveis desde a APE, em parte porque correspondem a terrenos inclinados, cuja ocupação é difícil de ser feita, mesmo que intentada de forma irregular. E o fato de áreas vegetadas remanescerem nas encostas, além de permitir estabilização do solo (caso o substrato já não seja rocha firme) e evitar possíveis desmoronamentos, conforma uma moldura ou ambiência bucólica e de beleza cênica para os monumentos do conjunto tombado, favorecendo sua legibilidade. (IPHAN, 2010b, p. 423, grifo nosso)

Essa visão da serra apenas como necessária para a “beleza cênica” dos monumentos existentes no centro histórico, ainda que recorrente, vem mudando ao longo dos anos, como alega o arquiteto e urbanista, ex-chefe do Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto e atualmente Diretor Geral de Fiscalização e Aprovação do IPHAN, André Macieira, a respeito da mudança da sua visão, colocando o Bairro do Veloso no mesmo plano das igrejas barrocas para a leitura da paisagem da cidade de Ouro Preto.

É engraçado, porque em termos de paisagem, em termos visuais, ela não tem nenhuma coadjuvância, ela tá no mesmo plano. Você entra pela cidade vindo de Belo Horizonte, por exemplo, você vê tanto a Igreja do Carmo,

quanto você vê o São Cristóvão, em termos visuais ela tem o mesmo protagonismo.⁴³

O protagonismo que o entrevistado cita comparando a Igreja do Carmo com o Bairro Veloso pode ser entendido como a visibilidade de quem chega na cidade de Ouro Preto. Porém, vemos, por meio das políticas de patrimônio aplicadas na cidade, que não existe essa leitura que coloca os dois locais em um mesmo patamar. Nessas políticas de preservação, muitas vezes, o Veloso não é visto, sendo referido sempre como a moldura da paisagem do centro histórico.

Contudo, a fala do arquiteto nos apresenta um entendimento de patrimônio mais abrangente e é por esse motivo que a normativa está passando por processo de revisão no IPHAN. Ressaltamos que o Órgão passa por dificuldades, considerando as altas demandas e seu reduzido corpo técnico, situação vivenciada há alguns anos, além dos cortes decorrentes do governo atual. Acreditamos que são necessárias políticas que permitam a gestão dos bens acautelados pelo Estado, uma vez que o tombamento não é garantia de preservação, conforme também nos falou André Macieira:

A minha crítica é em relação a nossa capacidade de gestão, só fazer uma lei mais restritiva não é garantia. Só tomar não é garantia de preservação.⁴⁴

Podemos observar o que acontece com as estruturas remanescentes da mineração que estão dentro do perímetro de tombamento do IPHAN e que não são efetivamente preservadas. Apesar da Portaria que define as intervenções, os processos de ocupação e construção sem aprovação do IPHAN e da Prefeitura Municipal de Ouro Preto são recorrentes em todo Bairro do Veloso, assim como no restante da Serra de Ouro Preto, conforme vimos no primeiro capítulo.

A discrepância das construções com as normativas existentes pode ser averiguada nas imagens já apresentadas do Bairro do Veloso e na Figura 35. Conforme a Portaria IPHAN n. 312/210, o bairro está inserido em uma AP01, a qual possibilita a construção de edificações de até 12m, com coberturas de telhas cerâmicas coloniais, vetadas a

⁴³ Entrevista do André Henrique Macieira de Souza – Arquiteto e Urbanista, Chefe do Escritório Técnico de Ouro Preto, de 2014 a 2021. Atualmente é Diretor de Aprovação e Fiscalização da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Brasília – concedida à autora, em 25 de fevereiro de 2021. Anexo – Entrevista 02, p. 113.

⁴⁴ Entrevista do André Henrique Macieira de Souza – Arquiteto e Urbanista, Chefe do Escritório Técnico de Ouro Preto, de 2014 a 2021. Atualmente é Diretor de Aprovação e Fiscalização da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Brasília – concedida à autora, em 25 de fevereiro de 2021. Anexo – Entrevista 02, p. 118.

construção de terraços, não sendo permitida a inserção com trama estrutural vazada, com elementos estruturais aparentes, como pilotis, vigas, pilares. Os vãos devem manter os ritmos e proporção de cheios e vazios, e as alvenarias devem ser pintadas em cores claras. Tais preceitos não são seguidos pela maioria dos moradores da região, considerando o caráter de informalidade da cidade nesses locais.

Figura 35 – O bairro do Veloso e suas construções que, majoritariamente, não seguem os padrões recomendados pelas normas do IPHAN e da PMOP



Fonte: Autora (2021).

Essas dinâmicas de ocupação do território acontecem há mais de 50 anos e, segundo Benedito Tadeu, no início do século XXI a Serra de Ouro Preto estava passando por um processo intenso de ocupação, fazendo com que a Unesco chegasse a cogitar a retirada do título de Patrimônio Mundial conferida a Ouro Preto em 1980, caso as autoridades não tomassem providência a respeito da ocupação que acontecia e a descaracterização que se apresentava no contexto da cidade tombada.

Foram realizadas intervenções para a melhoria da gestão do Conjunto Tombado e uma delas foi a elaboração da IPHAN n. 312/2010. Essa criou áreas de preservação com normas de construção a serem seguidas. O Veloso está inserido na Área de Preservação – AP01 e Área de Preservação Paisagística, Arqueológica e Ambiental

– APARQ. A primeira possui critérios já citados anteriormente; a segunda é uma área de interesse ambiental paisagístico e arqueológico, justamente pelas estruturas remanescentes da mineração do século XVIII. Portanto, o Órgão também legitima o conhecimento e a importância dessas estruturas, porém não possui nenhum tipo de inventário, mapeamento completo e institucional para reconhecimento das mesmas, como nos disse André Macieira em entrevista, muito menos uma política de preservação. Isso reflete como uma forma de silenciamento pelo poder público dessas estruturas e das narrativas históricas que elas possuem.

As áreas do centro histórico apresentam dificuldade de gestão e a área delimitada como APARQ está em constante ocupação irregular, tanto em suas áreas verdes, quanto sobre as ruínas remanescentes da mineração. Ainda que as estruturas estejam dentro do perímetro tombado, a proteção das mesmas não é feita de forma efetiva. O senhor Sérgio Neves compara o olhar sobre as construções e as estruturas:

Hoje tem aquela coisa da preservação do patrimônio, se você vai mexer em algum lugar deste, “logo, logo” tem um fiscal para te cobrar, mas não parte do poder público uma política de preservação de cuidado com isso (com as estruturas da mineração).⁴⁵

As narrativas trazidas pelos agentes sociais nos permitem compreender a urgência de se criar formas de preservação e valoração dessas ruínas que não apenas perpetuem para as próximas gerações os significados que carregam, mas que possam dar visibilidade para a questão habitacional e auxiliar na melhoria da qualidade de vida da população local, visando um turismo de base comunitária, por exemplo.

Ainda hoje a solução para a ocupação no Bairro do Veloso, assim como para o restante da Serra, gera discussões. Seria possível remanejar famílias que sofrem maior risco e suscetibilidade geotécnica? Para onde a cidade de Ouro Preto vai crescer? São inúmeras questões que deixamos para as discussões posteriores, sendo importante indicar que o discurso presente nas falas dos entrevistados que trabalham na administração pública trata da criação de polos residenciais fora do distrito sede de Ouro Preto.

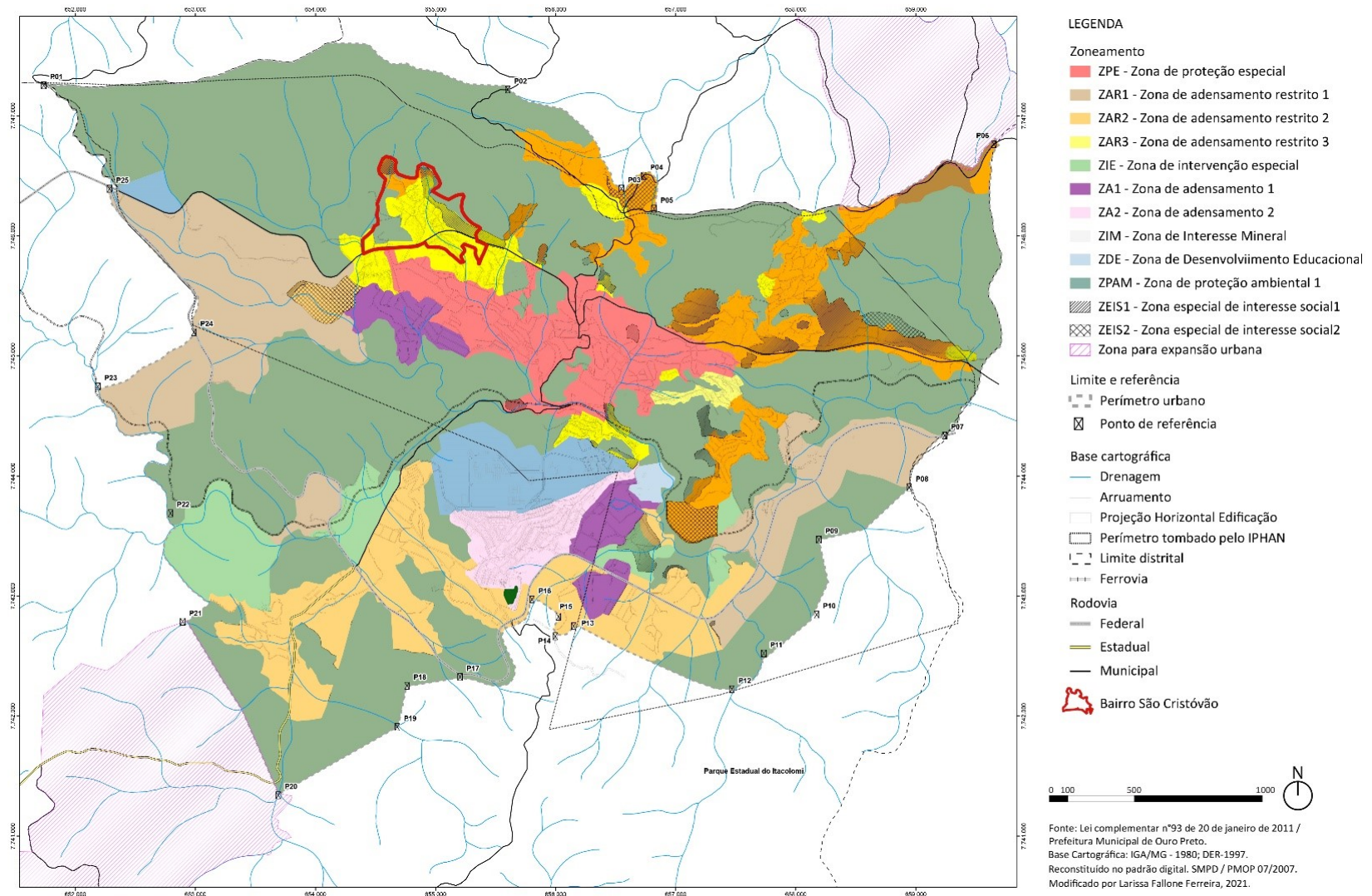
⁴⁵ Entrevista do Sérgio Geraldo Neves – Funcionário público federal da UFOP e presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão, desde 2017 – concedida à autora, em 15 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 08, p. 165.

Assim como o IPHAN possui as normativas que auxiliam na gestão do território, a prefeitura possui o Plano Diretor Municipal – PDM com critérios a serem seguidos em cada região da cidade. Quase todos os entrevistados citam a necessidade de um planejamento urbano bem aplicado para que haja a preservação do conjunto urbano e das estruturas remanescentes da mineração. Contudo, sabemos que desde a década de 1960 o planejamento urbano tem sido aplicado em algumas cidades brasileiras e ele não foi capaz de solucionar as complexas dinâmicas e problemas sociais presentes nelas. Todavia, é sim, um elemento essencial para o norteamento da gestão do território.

O Plano Diretor Municipal de Ouro Preto, promulgado pela Lei n. 29/2006, apresentou mecanismos de política urbana para a gestão territorial da cidade. Ele está em processo de revisão, conforme nos foi informado em entrevista pelo atual prefeito, escritor, curador de arte, jornalista e advogado Angelo Oswaldo. Ainda que sejam previstos instrumentos de produção da cidade no PDM, como o Direito de Preempção, Cobrança Progressiva ou Regressiva do IPTU, Utilização Compulsória, Operação Urbana Consorciada, Transferência do Direito de Construir, Estudo de Impacto de Vizinhança, não existem leis municipais que regulamentem esses instrumentos, fazendo com que os mesmos não sejam aplicados na gestão territorial.

Há de se considerar que alguns instrumentos foram regulamentados por lei, como é o caso da Lei Complementar n. 93, de 20 de janeiro de 2011, que definiu normas e condições para o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano. Ainda assim, essa lei possui incongruências diretamente relacionadas com nosso local de pesquisa, considerando que os zoneamentos propostos sobrepoem zonas de interesse social 1 (ZEIS 1) sobre áreas de risco geotécnico e de adensamento restrito 3 (ZAR3), conforme pode ser observado no mapa da Figura 36.

Figura 36 – Zoneamento Urbano de Ouro Preto com delimitação não administrativa do Bairro do Veloso



Fonte: Autora (2021).

Conforme observamos no mapa apresentado, o bairro do Veloso⁴⁶ possui zona de preservação ambiental 1 (ZPAM), caracterizada pelo PDM como uma área de interesse ambiental e risco geológico, além de possuir um patrimônio arqueológico a ser preservado. Não há nenhuma lei que proteja de forma efetiva a área, estando a região sempre exposta à especulação imobiliária informal. Segundo o atual prefeito da cidade, que cumpre seu quarto mandato, Angelo Oswaldo, nessas áreas seriam necessárias a criação de parques, como o Parque do Morro da Queimada, que hoje é Monumento do Morro da Queimada, o Parque das Andorinhas, o Parque do Passa Dez, para que essa área fosse efetivamente preservada e livre de invasões. Nos questionamos se tal ação realmente seria efetiva, haja visto que as ações presentes nos territórios urbanos são muito complexas para serem solucionadas apenas com normas e demarcações.

Também está delimitada na região a zona de interesse especial 1 (ZEIS 1), local destinado à ordenação dos assentamentos urbanos precários ou para implementar empreendimentos habitacionais de interesse social e requalificação ambiental através da regularização fundiária e recuperação urbanística. Observa-se que a setorização das ZEIS está sobre áreas de vulnerabilidade tanto ambiental quanto social, não possuindo valor para o “mercado formal”.

Por fim, o bairro possui a zona de adensamento restrito 3 (ZAR 3), na qual o adensamento urbano poderia ocorrer desde que fossem seguidos parâmetros específicos para driblar o alto risco geotécnico do local. Conforme vimos ao longo do primeiro Capítulo 1, o pressuposto de que a área pode continuar sendo adensada é equivocado, dados os estudos geotécnicos para o local, portanto, tais zonas e suas sobreposições deveriam ser revistas.

O zoneamento atual do bairro do Veloso tem uma ação permissiva com a ocupação irregular, ainda que não de maneira intencional. Existe um grave problema de gestão municipal relacionado à fiscalização, que enfrenta dificuldades para chegar até os locais necessários. A situação de invasões e vendas irregulares de terrenos, comercializados muitas vezes a preços baixos, sem qualquer tipo de garantia jurídica

⁴⁶ O bairro do Veloso foi delimitado a partir do mapa que nos foi cedido pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP), considerando que não há uma delimitação administrativa dos bairros de Ouro Preto.

e institucional é recorrente não apenas no Bairro Veloso, como em toda a Serra de Ouro Preto.

Toda a ocupação na Serra, como já citamos, acontece por uma questão de especulação imobiliária muito forte presente na cidade de Ouro Preto. A fala do estudante de psicologia, diretor de promoção da igualdade racial da Casa de Folclore de Ouro Preto e reinadeiro, Kedison Guimarães, exprime a vida da população ouro-pretana face à ausência de política pública habitacional efetiva.

[...] eu vou lá, quero comprar um terreno “ah, é 200 mil reais”, quando que a pessoa vai conseguir comprar, entende?! Ela vai e fala assim, “tá vendo aquele pedacinho de terra no morro ali?!” “ah tá”, “ali naquela serra ali, 20 mil reais”, “ah eu passo para você”. Na beira do barranco, mas você puxa uma coluna ali, puxa uma aqui, e pronto, “ali é pedra, não vai cair não”, isso é o que você mais escuta... E aí é perigoso. E eu fico vendo, tá crescendo, é casa em cima de casa, e tem que tomar uma... Tem que ver o que vai acontecer... Uma providência.⁴⁷

A legitimação da ocupação é feita pelo administrativo municipal quando o IPTU é regularizado e a administração pública leva infraestrutura para esses locais, sem garantir qualquer melhoria na qualidade de vida das pessoas. Assim como Angelo Oswaldo afirma que houveram políticos populistas que alimentaram a ocupação, Sérgio Neves nos apresentou uma confirmação a respeito da doação de lotes por políticos há alguns anos:

Aqui é uma área que foi densamente ocupada e boa parte dos terrenos foram doados, “doados” entre aspas, porque não podia doar, por políticos, candidatos a vereadores, prefeitos, que deu para a população... “Ah, eu vou dar um lote para você construir lá no Veloso”... Então assim foi construído na época, então o poder público, eles não tem muito cuidado com essas estruturas.⁴⁸

Desde o Plano da Fundação Israel Pinheiro realizado no final da década de 1970, existe essa idealização de retirar as pessoas do distrito sede e levá-las para os outros distritos da cidade de Ouro Preto, no caso do plano citado, para a Passagem de Mariana. Seria possível, por meio da regulamentação das políticas urbanas instituídas no PDM, que aqueles mais necessitados exercessem o seu direito à moradia dentro

⁴⁷ Entrevista do Kedison Geraldo Ferreira Guimarães – Estudante de Psicologia, diretor de promoção da igualdade racial da Casa de Folclore de Ouro Preto – concedida à autora, em 23 de fevereiro de 2021. Anexo – Entrevista 01, p. 122.

⁴⁸ Entrevista do Sérgio Geraldo Neves – Funcionário público federal da UFOP e presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão, desde 2017 – concedida à autora, em 15 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 08, p. 176.

do distrito sede, considerando que há vários imóveis subutilizados ou não utilizados dentro do conjunto tombado que poderiam abrigar famílias.

A população de baixa renda se instala na Serra e exerce o seu direito à moradia. Porém, como já dito, a chegada de novos moradores aumenta o risco das pessoas que já habitam o local. Alguns agentes do poder público, como Angelo Oswaldo, Benedito Tadeu, Kedson Guimarães e o vereador e morador do Veloso Alex Brito, acreditam que a solução seria criar zonas de habitação de interesse social fora do distrito sede, nos outros distritos da cidade de Ouro Preto. Nós nos indagamos se essa seria realmente a melhor forma de permitir que a população exerça seu direito à moradia, pois a localização da moradia fora da cidade implicará no custo de enfrentar maiores distâncias entre a suas residências e seus trabalhos e de arcar com o preço e oscilação da qualidade do transporte.

Devemos compreender que retirar as pessoas da Serra, do Bairro do Veloso, não garante a preservação, menos ainda a valoração das estruturas da mineração ali presentes. É necessária uma política pública consistente e persistente, que englobe as complexas questões de habitação, patrimônio e valor presentes nesse contexto urbano.

Relembramos que o campo do patrimônio cultural é eminentemente político, como nos apresenta o professor, historiador, museólogo e arqueólogo Ulpiano Menezes (2009). O que é eleito patrimônio representa a nossa sociedade e seus valores, suas disputas. Consideramos o silenciamento da história negra em nosso país e a desinformação a respeito das estruturas da mineração um testemunho dessas dinâmicas sociais.

[...] o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente *político*. Político, não no sentido partidário, mas de *pólis*, a cidade dos gregos, isto é, aquilo que era gerido compartilhadamente pelos cidadãos; a expressão correspondente entre os romanos, *res publica*, representa a outra face da moeda: a coisa comum, o interesse público. (BEZERRA, 2009, p. 38)

Tendo em vista essa leitura a respeito do patrimônio, observamos que as narrativas trazidas pelos agentes sociais fazem com que aqueles que têm acesso a elas observem o patrimônio presente na Serra de forma mais cuidadosa, sendo um ato político em si conhecer e difundir tal narrativa.

Pensar que os próprios moradores têm valorizado essas estruturas e buscado formas de dar visibilidade a elas e torná-las fonte de renda nos permite refletir sobre a importância da valorização do patrimônio pela comunidade que o circunda. A fruição

pelos moradores locais desses bens é essencial para a valoração e preservação dos mesmos. Tal fato vai de encontro com as teorias recentes, como aquelas apresentadas por Ulpiano Menezes (2009), que assinalam a necessidade de a comunidade local usufruir de seus bens.

Apresentaremos aqui uma visão de como o patrimônio institucionalizado no Brasil durante muito tempo valorizou o discurso dos vencidos, algo que vem mudando principalmente desde a Constituição de 1988 e com a criação de políticas voltadas para o patrimônio imaterial. Porém, ainda está longe de ter uma representatividade de todas as camadas dos grupos que compõem a nossa sociedade.

Esse é um dos motivos para pensarmos em salvaguardar e fomentar discursos que tratem de outros tipos de tecnologias e conhecimentos, como aqueles presentes nas ruínas da Serra de Ouro Preto. Acreditamos que o valor daquilo que deve ser preservado não está no objeto, mas nas pessoas que atribuem seu valor.

As discussões a respeito do patrimônio da Serra de Ouro Preto são inúmeras e não se restringem apenas aos pontos aqui apresentados. Todavia, nos propusemos neste trabalho tratar também da paisagem, que se modifica com a nossa constante releitura do mundo. O assunto a respeito do patrimônio não acaba aqui; ele perpassa na paisagem e na nossa busca de ter uma visão decolonial a respeito do mundo, a qual não é simples, mas é urgente.

Uma atitude decolonial deve ser capaz de produzir estranhamentos, a começar por si próprio, e sobre o que o rodeia, em qualquer direção, questionando os agentes autorizados a definir o valor de patrimônio; os valores e significados essencializados que fazem uma cortina de fumaça nos processos vividos; os modos como se conectam com a gestão da sua proteção e salvaguarda ou as contradições dessa gestão. (CHUVA, 2020, p. 31)

Concordamos com Chuva (2020) e concebemos que as narrativas trazidas pelos agentes sociais nos permitiram olhar para o patrimônio institucionalizado de Ouro Preto de forma mais abrangente e crítica. Também acreditamos, assim como a maioria dos entrevistados, que é necessário o IPHAN, para além da aplicação de normas e fiscalização, tome uma atitude política, de alinhar com a população as medidas de intervenção, focando na educação de base e no diálogo. Garantindo assim o caráter participativo na gestão do patrimônio nacional, previsto na Constituição Federal de 1988.

Essa forma de repensar o patrimônio vem sendo feita com projetos de educação patrimonial nas escolas municipais de Ouro Preto. Concordamos com Ana Amaral, arte-educadora e coordenadora do Programa Sentidos Urbanos Patrimônio e Cidadania, do Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto, quando diz que a forma mais efetiva de se preservar essas estruturas é por meio da educação e do diálogo, principalmente com a primeira infância⁴⁹.

Os agentes da administração pública possuem uma visão mais pessimista a respeito da preservação das ruínas remanescentes da mineração. Alguns acreditam que o cercamento seria uma forma de preservá-las, outros falaram a respeito de inventários participativos, porém todos esbarram na questão da gestão desse território, que é muito complexa. Por isso a necessidade de se pensar uma política pública que analise de forma participativa esse local, que possa caracterizá-lo a partir da leitura da paisagem.

Como nos disse Lia Motta, “como patrimônio, o que mais importa são as relações sociais que se estabelecem”⁵⁰ e que é necessário “repensar o patrimônio consagrado”⁵¹. É isso que as narrativas trazidas pelos agentes sociais e apresentadas nos tópicos anteriores nos impulsionam a fazer.

4 – A PAISAGEM

Compreendemos a paisagem como tema que abrange questões sensíveis e políticas. Utilizaremos este capítulo para tratar da paisagem existente no Bairro do Veloso, por meio de uma visão que tem como base autores da filosofia e da geografia, buscando confirmar a potencialidade de modificação de leitura da paisagem utilizando as narrativas afrodescendentes que estão sendo contadas.

Salientamos que partiremos de uma leitura do assunto que sucede os questionamentos a respeito da “paisagem cultural” que tem como principal expoente desse pensamento a Escola de Berkeley⁵², que, de maneira resumida, divide a

⁴⁹ Entrevista da Ana Amaral – Arte-educadora e Coordenadora Executiva do Programa Sentidos Urbanos Patrimônio e Cidadania do Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto – concedida à autora, em 03 de março de 2021. Anexo – Entrevista 03.

⁵⁰ Entrevista da Lia Motta – Arquiteta e Urbanista, técnica do IPHAN desde 1977 – concedida à autora, em 22 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 09, p. 188.

⁵¹ Entrevista da Lia Motta – Arquiteta e Urbanista, técnica do IPHAN desde 1977 – concedida à autora, em 22 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 09, p. 189.

⁵² A Escola de Berkeley surge na Califórnia, no início do século XX, e utiliza como base os pensamentos dos geógrafos Carl Sauer, Siegfried Passarge e Otto Schlüter. Propõe explorar a paisagem cultural como um conceito, analisando como as culturas modificam a forma como o meio é apropriado. A

paisagem cultural na relação das pessoas e sua cultura com a natureza. Tal definição de paisagem foi muito abordada por estudiosos do assunto ao longo das últimas décadas⁵³.

Não utilizaremos tal definição de paisagem cultural, pois pensamos as discussões acerca do tema para além da dicotomia “homem” e “natureza”, “material” e “imaterial”. Pontuamos que a cultura é um termo muito complexo para ser definido de forma generalizada, como nos aponta o geógrafo James Duncan, em sua crítica à paisagem cultural da Escola de Berkeley. Duncan refuta a ideia trazida pelos geógrafos culturais que desconsidera as vontades dos indivíduos, sua subjetividade, homem apresentado nesta vertente sendo o da geografia como “passivo e impotente” (DUNCAN, 1980, p. 191, tradução nossa) perante a cultura, como se essa fosse por si só determinante.

Também estamos de acordo com a análise de Duncan (1980) a respeito da visão crítica da geografia cultural quando tratamos das disputas de poder dentro da sociedade:

Quando as instituições são vistas como produtos da cultura, o fato de que são o resultado da interação social e muitas vezes representam os interesses de certos grupos em oposição a outros é frequentemente esquecido. (DUNCAN, 1980, p. 191, tradução nossa)

Portanto, propomos aqui pensar o termo paisagem para além das discussões trazidas pelos geógrafos da geografia cultural, que tratam a paisagem cultural. Nosso intuito é observar o âmbito mais subjetivo, que considera os poderes existentes em nossa sociedade, as narrativas que esses poderes fomentam e, como isso, nos afeta enquanto indivíduos, influenciando diretamente na leitura que fazemos da paisagem, entendendo essa como um termo completamente subjetivo.

Não há como desassociar quem somos de onde vivemos, das nossas memórias e sentidos. Tudo isso influencia na forma como apreendemos o meio à nossa volta. Os lugares influenciam na formação das pessoas, porém não determinam aquilo que somos, nem como iremos experimentá-lo. Acreditamos que a paisagem possa direcionar os estudos para a criação de políticas públicas, considerando o contexto sensível e subjetivo que ela nos apresenta. Entendemos que a paisagem é uma leitura mutável, que se dá por meio das experiências vivenciadas pelo sujeito que a lê.

metodologia aplicada foi alvo de várias críticas, porém serviu de base para que, na década de 1970, a “nova Geografia Cultural” passasse a estudar a paisagem cultural de forma científica.

⁵³ Para um melhor entendimento sobre esse tema, ver Ribeiro (2007) e Freitas (2007).

Portanto, a busca e o conhecimento de outras narrativas históricas possibilitariam ao sujeito uma nova compreensão da paisagem.

Para a construção deste capítulo, utilizaremos teóricos que tratam do assunto da paisagem sensível, como Alain Corbin (2022), Michel Collot (2013), Luisa Bonesio (2003), Yu-Fu Tuan (2012) e da paisagem política, como Denis Cosgrove (1998) e James Duncan (1980), compreendendo como tais noções são aplicadas à paisagem do Bairro do Veloso. Salientamos que não pretendemos aqui criar uma nova referência sobre a paisagem e sim trazer um entendimento de qual referência de paisagem estamos tratando e, quem sabe, possamos fomentar discussões acerca do assunto que é tão amplo, um campo fértil para novas pesquisas.

4.1. A paisagem do sujeito político

A paisagem que tratamos aqui é uma leitura que fazemos do mundo, utilizando nossos sentidos, as nossas camadas invisíveis para interpretá-la. Ela é aquilo que sentimos quando observamos um local, o recorte e apreciação que fazemos do meio ambiente que nos circunda por intermédio de nossas emoções e memórias.

A forma como apreciamos uma paisagem depende muito da memória que possuímos, dos lugares que já vivenciamos, da nossa história, da história que nos foi contada e das nossas referências culturais. A relação de amor que desenvolvemos com os lugares, a toponímia, está diretamente relacionada com a interpretação que fazemos do meio ambiente em que estamos inseridos. (TUAN, 2012)

O termo “toponímia” foi criado pelo geógrafo humanista chinês Yi-Fu Tuan, um dos precursores da geografia humanista. O autor destaca que a relação que desenvolvemos com o meio ambiente está diretamente ligada aos nossos conhecimentos, portanto, se apreendemos algo novo sobre uma paisagem, podemos desenvolver uma toponímia diversa. Ele nos afirma que “A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar.” (TUAN, 2012, p. 144), o que nos permite reafirmar a importância das narrativas afrodescendentes trazidas pelos agentes da Serra na leitura que fazemos da paisagem. O autor ainda afirma que a apreciação da paisagem é mais profunda se tiver relação com a memória:

A apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos. Também perdura, além do efêmero, quando se combina o prazer estético com a curiosidade científica. (TUAN, 2012, p. 139)

A cultura, a história, as memórias que possuímos fazem parte das relações subjetivas que desenvolvemos com os lugares, da leitura que fazemos da paisagem. Tuan (2012) trata ainda da importância dos nossos sentidos para que percebamos de forma integral o meio que estamos inseridos. O autor apresenta a visão como o sentido considerado o predominante, mas também cita e demonstra a relevância dos outros. Como o tato que nos permite descobrir em qual material estamos nos sentando, o calor ou o frio do ambiente, o vento; a audição que nos possibilita apreciar as paisagens sonoras e o olfato, que abarca muitas memórias afetivas. Todos os sentidos influenciam na percepção que temos do espaço, portanto eles também instigam aquilo que será lido na paisagem.

Assim como para os sentidos, Tuan (2012) mostra que a percepção do meio que nos circunda está diretamente relacionada à cultura. A maneira como cada sentido é demandado está muito relacionada à estruturação e criação de uma criança, por isso, em algumas culturas o olfato é melhor desenvolvido, em outras a noção espacial, outras a visão e assim por diante. Todos os sentidos influenciam na percepção que temos do espaço, portanto por eles lemos a paisagem.

O poeta e professor de literatura Michael Collot também nos apresenta a importância dos sentidos para a leitura da paisagem. O sujeito, seu corpo físico e mental, fazem parte da paisagem: “A paisagem visível é, assim, limitada por duas zonas invisíveis: a do horizonte, em direção à qual vai o olhar da personagem e a do seu próprio corpo.” (COLLOT, 2013, p. 97).

Nos cabe lembrar aqui a vivência da paisagem do senhor Sérgio Neves. Ele cita no presente a declividade dos terrenos no Bairro Veloso, como algo fatigante para o seu corpo maduro.⁵⁴ Esse exemplo nos permite pensar que a paisagem íngreme vivenciada por senhores de idade com mobilidade reduzida não é a mesma vivenciada pelas crianças e jovens do bairro⁵⁵. O mesmo acontece com as memórias daqueles que estão no local há mais tempo e veem as mudanças que ocorreram nessa paisagem ao longo dos anos. A paisagem para Alain Corbin é uma “forma de

⁵⁴ Entrevista do Sérgio Geraldo Neves – Funcionário público federal da UFOP e presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão, desde 2017 – concedida à autora, em 15 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 08.

⁵⁵ A questão da gravidade, do corpo e da edificação foi objeto de estudo de Paul Virílio, arquiteto e filósofo francês no início de sua carreira, que, ao lado de Bruno Fortier, cria o movimento Arquitetura oblíqua. Nele se destaca a importância do espaço concreto para a vida social e se propõe o fim da vertical como eixo de elevação e da horizontal como plano permanente em detrimento do plano inclinado. (ARMITAGE, 2001)

experimentar e apreciar o espaço” (CORBIN, 2019, p. 4), utilizando todos os nossos sentidos para isso, pois são eles que nos ajudam a “construir as emoções que ela proporciona.” (CORBIN, 2019, p. 4)

Além do nosso corpo, dos nossos sentidos, a paisagem é uma leitura das nossas memórias, dos nossos conhecimentos. Pensar em como apreciamos um lugar e como as nossas vivências influenciam na leitura que fazemos dele nos permite afirmar que as pesquisas e difusão de narrativas históricas influenciarão na forma como vamos apreciar uma paisagem. O historiador Alan Corbin trata a paisagem justamente como essa leitura que não possui separação do sujeito que a lê.

A paisagem é uma maneira de ler e analisar o espaço, de representá-lo, se necessário, fora da apreensão sensorial, de esquematizar a fim de oferecê-la à apreciação estética para carregá-la com significados e emoções. Em suma, a paisagem é uma leitura inseparável da pessoa que contempla o espaço considerado. (CORBIN, 2022, p. 4)

Quando pensamos a respeito do sentimento que os locais nos trazem lembramos de algumas falas dos agentes sociais do Veloso em entrevista, a respeito da paisagem que circunda a cidade. As suas memórias afetivas positivas, mas também negativas, como a questão da violência nos bairros serranos, a dificuldade de chegar em casa pelos morros íngremes, a carência de transportes públicos. Conforme nos apresenta Michel Collot (2013), a forma como vivenciamos a paisagem se modifica de acordo com os indivíduos ou grupos, isso é visualizado nas entrevistas quando observamos que os agentes sociais que vivenciam o bairro têm uma visão diversa do local, possuindo uma maior afetividade e leitura de importância das estruturas minerárias, do que aquela narrada pelos agentes da administração pública.

Observar as narrativas trazidas pelos agentes sociais da Serra nos permite compreender que as paisagens não são representadas apenas por paisagens “extraordinárias”, mas também por paisagens “ordinárias”, como nos mostra a professora de estética e estudiosa de geofilosofia Luiza Bonesio:

As paisagens não são simplesmente as belas vistas, ou paisagens excepcionais, portanto, lugares de cartão postal, lugares famosos que turistas vão visitar, mas qualquer lugar é paisagem. Então, até mesmo lugares desagradáveis, degradados, lugares onde se fazem a atividade produtiva [...] paisagem é a totalidade, é a dimensão de vida da população e a expressão da sua identidade cultural histórica. (BONESIO, 2003, tradução nossa, 0:10-0:53min)

Portanto, acreditamos que paisagem do Veloso deva ser observada e lida para além do recorte da “paisagem cartão postal” do centro histórico. A paisagem presente no

Veloso e na Serra possui uma importância histórica, uma população com seu modo de viver e que tem descoberto referências fortes nas narrativas afrodescendentes, e se esforça para disseminar essas narrativas. Quando tomamos conhecimento dessa leitura histórica, observamos esse local de uma forma mais abrangente; esse movimento que os agentes sociais estão fazendo é uma forma de se construir um olhar coletivo e subjetivo para esse lugar:

Não se trata neste percurso de crescimento, de consciência do lugar, simplesmente de defender uma comunidade histórica, de identidade passada, mas de construção de uma comunidade que cresce no exercício do conflito e reencontra a construir um “pacto” de cuidado com o ambiente e com o território, desenvolvendo a própria identidade e os próprios saberes no objeto comum; e então que o cidadão começa a olhar para o território, o ambiente, o próprio lugar de vida [...] (BONESIO e MICOTTI, 2008, posição 3532-3535, tradução e grifo nosso)

Vemos a paisagem conforme nossas experiências precedentes. A utilização de outras narrativas históricas, como a afrodescendente aqui apresentada, é essencial para a modificação da leitura que fazemos a respeito do Bairro do Veloso e de toda a Serra de Ouro Preto. Pois essas narrativas nos permitem acessar outros conhecimentos, silenciados nas narrativas oficiais, e repensar esse lugar como um espaço de luta, disputas e extração, e também como um espaço de construção e utilização de tecnologias afrodescendentes. Esse lugar deixa de ser apenas a moldura, o fundo da paisagem do centro histórico e passa a ser um local que conta uma parte da história ouro-pretana, conforme nos indicou Douglas Aparecido:

[...] Ouro Preto antes de ser uma pérola barroca portuguesa ela é uma máquina africana de extração de ouro e essa máquina africana ela foi esculpida nessa Serra, então pra mim, se há algo para ser exaltado na cidade é a Serra, apesar das pessoas terem pouca noção do que é essa Serra de fato. Primeiro, assim, acho que a gente nunca conseguiu olhar pra Serra enquanto essa estrutura, essa máquina africana [...]⁵⁶

É possível perceber que a leitura da paisagem não é isenta de conflitos, justamente porque ela depende dos indivíduos e grupos que estão inseridos em uma sociedade com muitas disputas pelo poder. A leitura que os agentes sociais estão fazendo da Serra de Ouro Preto demonstra uma subversão aos poderes impostos pela nossa sociedade e pela história oficial.

Além das nossas subjetividades, não há como dissociar nós como sujeitos da sociedade que vivemos e da forma como ela é constituída, por isso é importante

⁵⁶ Entrevista do Douglas Aparecido da Silva – Poeta, artista plástico e produtor cultural, bacharel em filosofia, um dos atores que trabalharam na Mina Du Veloso – concedida à autora, em 09 de setembro de 2021. Anexo – Entrevista 06, p. 160.

entender que ler a paisagem é um ato também político, compreendendo como as leituras e produção das paisagens são resultado das individualidades e dos grupos, de seus contextos sociais, técnicos e econômicos:

[...] a ideia de paisagem representa uma forma de olhar – uma forma na qual alguns europeus têm representado para si próprios e para os outros o mundo sobre eles e seu relacionamento com este. [...] Cosgrove fala em grupos dominantes e paisagens alternativas. A primeira seria um meio através do qual o grupo dominante mantém seu poder, enquanto a segunda seria produzida por grupos não dominantes e que, por isso, teriam menor visibilidade (COSGROVE, 1984 *apud* RIBEIRO 2007, p. 26 e 27).

Devemos ter em mente que, assim como a história oficial foi criada calcada em relações de poder, a paisagem também é lida por meio dessas relações. Existem as paisagens que possuem maior visibilidade perante o Estado justamente por todas as disputas de poder que vivenciamos. Ouro Preto possui essa paisagem que foi acautelada e recebeu os olhares cuidadosos do Estado e da sociedade. Enquanto a Serra sempre foi considerada como o limite visível ao norte a partir do centro histórico, não possuindo o acautelamento em relação às ruínas da mineração e a história afrodescendente que elas abarcam.

Pensar as paisagens que foram tombadas e que possuem políticas públicas de preservação pelo Estado nos reafirma o constante silenciamento histórico e busca pela invisibilidade dos morros da Serra com seus assentamentos. Essa leitura que foi feita da paisagem acautelada é, por si só, um ato político e que diz muito da nossa sociedade e dos poderes hegemônicos que a constituem. James Duncan nos fala sobre a leitura da paisagem e essa relação com a nossa sociedade:

Mas as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextricavelmente ligadas aos interesses materiais de várias classes e posições de poder dentro da sociedade. (DUCAN, 1990, p. 32)

O que os agentes sociais que trazem a história afrodescendente estão fazendo é uma leitura da paisagem por um viés decolonial. E têm um interesse explícito em se questionar a forma como todos nós, as instituições e seus agentes, lemos essa paisagem antes e após o conhecimento das narrativas históricas.

A perspectiva de paisagem que utilizamos neste trabalho é subjetiva e política. Os adjetivos “subjetiva” e “política” podem ser considerados como redundantes, considerando que não existem sujeitos dissociados da política quando vivemos em

sociedade – somos todos sujeitos políticos. Todavia, utilizamos aqui os dois termos para compreendermos melhor as nuances daquilo que denominamos paisagem.

A paisagem é aqui entendida como a leitura de um lugar feita por sujeitos e grupos abrangendo camadas imateriais da nossa sociedade. Acreditamos que ela poderia servir para a caracterização de lugares e para as tomadas de decisões públicas, considerando o seu caráter subjetivo e político. Para tanto, seria necessário criar uma metodologia para essa leitura da paisagem, levando em consideração a participação de todos os cidadãos interessados e impactados presentes no local a ser caracterizado. Não proporemos aqui essa metodologia, considerando que isso abarcaria discussões teóricas mais aprofundadas a respeito da paisagem nos campos da sociologia, antropologia, filosofia e geografia que ultrapassam os limites da produção da dissertação de mestrado.

4.2. As políticas públicas e a paisagem

Neste subcapítulo, após a paisagem ser definida no nível sensível e político, traremos a compreensão de sua utilização para a criação de políticas públicas, considerando seu grande potencial de caracterização dos lugares.

Em um país onde desigualdades sociais construídas na colônia persistem, a criação de políticas públicas que visem melhorar a qualidade de vida da população é de extrema importância para a construção de uma sociedade mais igualitária. Criar uma política pública que leve em consideração as particularidades de um lugar possibilita uma maior inclusão das pessoas nas tomadas de decisões públicas, diminuindo uma das maiores desigualdades que possuímos que é justamente a capacidade de tomada de decisão pela população, estando as decisões públicas concentradas nas mãos de poucos (SILVA, 2012).

As políticas públicas deveriam ser norteadoras para que impactassem positivamente as comunidades locais. Porém, muitas vezes elas são influenciadas pelos interesses do mercado, deixando de lado as necessidades da população (SANTOS, 2012). Os governos deveriam desenvolver, regulamentar e fiscalizar as políticas públicas, todavia, como são transitórios, fazem com que as decisões e políticas sejam sempre modificadas de acordo com o foco e interesses do governo atuante, estando associadas a mandatos políticos.

Quando um governo deixa de tomar uma atitude em prol do coletivo ele está criando uma política pública, pois suas escolhas afetam a coletividade (SILVA, 2012). Portanto, tudo aquilo que já apresentamos e discutimos a respeito das precariedades presentes na Serra e a falta de visibilidade e preservação das ruínas é a política pública, que podemos chamar de política pública reversa, que ignora a população e, em especial, os grupos mais vulneráveis, e que tem sido perpetuada na história da cidade brasileira.

A partir do início do século XXI, observamos uma mudança nas políticas públicas patrimoniais, que passaram a ser mais inclusivas e participativas, buscando abarcar setores da sociedade que eram deixados como coadjuvantes. Contudo, o caminho para a efetiva implementação de políticas públicas patrimoniais mais inclusivas com uma visão decolonial ainda é longo. Acreditamos que a leitura subjetiva da paisagem é um caminho para analisar os lugares onde as políticas públicas serão implementadas.

A criação de políticas públicas para o Bairro do Veloso e para a toda Serra de Ouro Preto é urgente, dada a situação de suscetibilidade e vulnerabilidade que as pessoas que vivem ali estão expostas. Essas políticas devem abarcar as narrativas históricas trazidas pelos agentes sociais, considerando que são essenciais para a leitura que fazemos da paisagem desse local.

As políticas serão públicas desde que sejam participativas para que de fato se estabeleçam com o apoio e contribuição dos agentes sociais locais, conforme é previsto na Constituição Federal de 1988. E como toda política pública, deve ser construída coletivamente e aprimorada ao longo dos anos. (SILVA, 2012)

As políticas públicas buscam solucionar problemas socioespaciais, melhorando a qualidade de vida da população e as dinâmicas sociais, por meio da execução de ações que podem acontecer, como proposição de programas ou criação de leis. Com o intuito de que sejam criadas é necessária uma análise da situação que se pretende melhorar; acreditamos que a leitura da paisagem pode ser um norteador para a criação de políticas públicas mais inclusivas, considerando a sua característica sensível e subjetiva.

5 –CONCLUSÃO

Propusemos neste trabalho apresentar elementos usados na construção de narrativas históricas afrodescendentes e que estão sendo pesquisadas pelos agentes sociais da Serra de Ouro Preto. Elas possuem o poder de transformar a nossa visão a respeito da história, do patrimônio e da paisagem. Tratar de partes silenciadas da história nos permite compreender melhor a nossa própria história e a nossa sociedade, tendo o poder de modificá-la. A paisagem pode ser um conceito norteador para as tomadas de decisão pública, por meio de áreas, estratos que são definidos conforme a decisão dos grupos que a vivenciam.

A pesquisa e o desenvolvimento da dissertação ocorreram ao longo do período da pandemia de SARS-CoV2. A escolha do local a ser estudado, o Bairro do Veloso, se deu pela afinidade com os agentes sociais, que trabalham na região há alguns anos e a disponibilidade dos mesmos em dialogar com nossa pesquisa. Além disso, o bairro tem sido um dos principais expoentes das narrativas afrodescendentes, considerando o empenho dos agentes sociais em divulgar esse conhecimento, principalmente na Mina Du Veloso.

O Bairro do Veloso é caracterizado pela ocupação espontânea que aconteceu a partir da década de 1950 sobre as ruínas da mineração do século XVIII. Possui uma população vulnerável socioeconomicamente e alto risco geotécnico. O adensamento do local oferece risco à população ali presente e o Estado viabiliza infraestrutura mínima para o bairro. A cobrança do IPTU legitima essa ocupação. Porém a Prefeitura não assume os investimentos necessários na área para cumprir o dever do Estado de garantir em sua integralidade o direito à cidade a sua população. Dessa forma, os sucessivos governos têm responsabilidade sobre aquilo em que o bairro tem se tornado, ignorando os seus problemas e contribuindo com sua ausência para o agravamento da suscetibilidade geotécnica da região.

Além de ser a entrada da cidade, quase um portal para o centro histórico, podemos considerar que o Veloso representa a passagem do presente para o passado. A cidade atual, onde as pessoas constroem conforme suas necessidades, com materiais e estéticas próprias. Diferente de algumas edificações do centro histórico, que respondem muitas vezes com pastiche às restrições postas pelos Órgãos de preservação.

Salientamos que as pessoas que vivem no bairro do Veloso e na Serra de Ouro Preto são os trabalhadores que fazem a cidade de Ouro Preto ser uma cidade viva. São eles que prestam os principais serviços no centro histórico, trabalhando como atendentes, motoristas, pedreiros, servidores públicos, constituindo as dinâmicas sociais da cidade. Ainda assim, muitas vezes essas pessoas são invisibilizadas pelo poder público, pelos Órgãos de preservação e até mesmo pelos moradores do centro e turistas.

O olhar díspar do IPHAN em relação ao Veloso e ao Morro da Queimada acontece não apenas pelos fatos históricos ocorridos no segundo, mas pelo desconhecimento da importância das estruturas presentes em toda a Serra de Ouro Preto. Também devido ao sucateamento da fiscalização dos órgãos competentes. E pela falta de visibilidade direta a partir dos principais pontos de visada do centro histórico, sendo o Veloso, para a Instituição, uma moldura menos visível.

A visão da Serra como moldura do centro histórico é algo que veio sendo construído pelos agentes do patrimônio ao longo dos anos e ela é muito atual. Nossa época ainda tende a recortar espacialmente os locais e dar ênfase ao visual. Discordamos do discurso de alguns agentes da administração pública que defendem que a Serra não deveria possuir qualquer tipo de ocupação, pois acreditamos que essa paisagem já está consolidada.

Não há motivos para deslocar pessoas de sua morada, alterar o seu modo de viver se elas não estiverem em situação de risco ou suscetibilidade. É essencial avaliar geotecnicamente quais as áreas e edificações realmente estão em risco dentro do Veloso, e quais delas não possuem soluções de contenção para o solo. Após essas análises, será possível aferir as famílias que devem ser realocadas.

As políticas públicas devem considerar o espaço que já está consolidado e que possui sua própria cultura. Todavia, o adensamento da região é comprovadamente um fator que gera maiores riscos aos habitantes do local, sendo necessária a criação de uma política pública efetiva para a região, a fim de conter a ocupação que continua ocorrendo.

Os silenciamentos que ocorreram ao longo da construção da história oficial também foram perpetuados dentro do sistema de acautelamento de estruturas consideradas de interesse nacional. Tal afirmação pode ser atestada nas referências de tombamentos realizados a partir da década de 1930, que são majoritariamente ligados

à cultura europeia. Essa invisibilidade, perante o Estado, das estruturas e dos mais diversos bens que possuem relação com a cultura afro-brasileira reforça o abismo racial que vivenciamos em nossa sociedade.

A construção de uma sociedade melhor e mais igualitária exige diálogos entre a sociedade civil e a administração pública. Deve ser baseada no intercâmbio de ideias e na educação, principalmente a educação primária. A presença do Estado é imprescindível, principalmente nessas áreas de maior vulnerabilidade social; por isso, a urgência de se pensar políticas públicas para a Serra de Ouro Preto, que abarquem a paisagem, o patrimônio e as questões habitacionais.

É necessário utilizar as narrativas históricas apresentadas pelos agentes sociais como forma de fomentar discussões a respeito do assunto e para que possam criar políticas públicas efetivas para o Veloso. A paisagem subjetiva e política poderia ser um meio para a leitura e caracterização desse lugar, auxiliando nas tomadas de decisão. A criação de uma metodologia para a caracterização da paisagem poderia ser feita de forma participativa, utilizando mapas interativos, mapas afetivos, entre outros recursos. Contudo, não apresentamos aqui uma proposta metodológica, considerando a complexidade do assunto, que poderia vir a ser uma tese.

Por fim, acreditamos que um dos pontos mais relevantes a serem considerados nesse local é o fato dos agentes sociais da região estarem se mobilizando socioeconomicamente para reivindicar a preservação e a valorização das estruturas remanescentes da mineração pelo Estado. Essa movimentação já é uma política e representa aquilo que a Constituição de 1988 prevê: a participação da população na preservação de seus bens patrimoniais e, mais que isso, reflete uma busca por uma história e uma sociedade decoloniais.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. P. P. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.
- ARMITAGE, J. (org.). **Virilio Live Selected Interviews**. 1. ed. Londres: SAGE Publications, 2001.
- BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. *In*: **Obras Escolhidas**, v. 1, p. 222-232. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BONESIO, L. e MICOTTI, L. **Paesaggio: l'anima dei luoghi**. Parma: Edizioni Diabasis, 2008. Ebook.
- BONESIO, L. **Intervista alla prof. Luisa Bonesio sulla Convenzione Europea del Paesaggio**, 2003. 1 vídeo (4:50min). Publicado pelo canal infopoint Stradella. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RwXuE-NroS4&t=111s>. Acesso em: 09 set. 2021.
- BORGES, V; LAUDARES, S.; LIMA, H. M. Georreferenciamento e construção de um banco de dados dos sítios arqueológicos da mineração de ouro do século XVIII na região de Ouro Preto, Minas Gerais. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 15., 2017, Salvador. **Anais** [...] XV SIMPURB, n.p. Disponível em: <http://www.inscricoesxvsimpurb.ufba.br/>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto- Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Publicado no DOU de 6.12.1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de dezembro de 1988. Texto constitucional de 5 de Outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BUENO, F. A. B. **A paisagem de Ouro Preto como espacialização no tempo: a experiência e a vivência do Morro da Queimada**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- BURTON, R. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2001.
- CALIL, M. R. **Morar na cidade do ouro: os desafios de ocupar encostas mineradas, Bairro São Cristóvão como estudo de caso**. 2015. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.
- CERTEAU, M. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÉSARIE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHUVA, M. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, A. (ed.). **Seminários DEP/FLUP**, v. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35, 2020.

COLLOT, M. **Poética e filosofia da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

CORBIN, A. O homem na paisagem. In: LOPES, B. M. (org.). **Paisagem**. 1. ed. Belo Horizonte: NEHCIT, p. 4-11, 2022.

COSGROVE, D. **Social Formation and Symbolic Landscape**. 2. ed. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1998.

COSTA, E. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo**. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DALGLEISH, W. S. Ashanti and the gold coast. **Scottish Geographical Magazine**, Escócia, v. 12, n.1, p. 10-21, 1896.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil 1917-1945. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DUNCAN, J. The superorganic in American Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Nova York, v. 70, n. 2, p. 181-198, 1980.

DUNCAN, J. **The city as text**. The Politics of Landscape Interpretation in the Kandyen Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ESCHWEGE, W. L. von. **Plutos Brasiliensis**. v. 2. Brasília, Senado Federal, Conselho editorial, 2011.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA, L. F. **Caracterização da Paisagem do Patrimônio Minerado**: a Serra de Ouro Preto. 2017. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

FERREIRA, E. E. **Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG**: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Naturais) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

FONSECA, J. F. de M. **Tradição e modernidade**: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital. 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

FREITAS, J. M. F. **Paisagem urbana: uma abordagem geográfica contemporânea**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. **Coronavírus: Perguntas e respostas**. Rio de Janeiro, 04 fev. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/coronavirus/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 01 jun. 2021.

GAGNEBIN, J. **História e Narração em Walter Benjamin**. 2. ed. Campinas-SP: Perspectiva/FAPESP/UNICAMP, 2009.

GAGNEBIN, J. **Walter Benjamin os cacos da história**. 1. ed. São Paulo-SP: Brasiliense, 1982.

GAGNEBIN, J. **Lembrar escrever esquecer**. 1. ed. São Paulo-SP: Editora34, 2006.

GOMES, E. A. dos S. *et al.* Contribuição Para o Envolvimento da População nos Processos de Gestão de Risco Geotécnicos – O Caso de Ouro Preto/MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO MECÂNICA DOS SOLOS E ENGENHARIA GEOTÉCNICA, 18, 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: COBRAMSEG, n.p., 2016.

GONÇALVES, A. L. Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII. In: Seminário sobre a economia mineira, 11., 2004. Diamantina. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004. p.1-23. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A031.PDF>. Acesso em: 24 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados dos setores censitários**. Ouro Preto: IBGE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **População negra conquista espaço no ensino superior**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35896. Acesso em: 20 maio 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria n. 312**, de 20 de outubro de 2010. Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. Brasília: IPHAN, 2010a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo SEI IPHAN 01450.002839/2010-27**, de 20 de outubro de 2010. Contém os documentos que tratam do Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, bem como as discussões acerca da normatização do Conjunto. Belo Horizonte: IPHAN, 2010b. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?il3OtHv

PARITY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0laDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWWlqQ8LsLXnLoA7YiXQabCaZfKGo4Nhfdlcqw7m_C-gx4TA5. Acesso em: 20 jun. 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de Tombamento n. 0070-T38 volume 1**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1938a.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de Tombamento n. 0070-T38 volume 2**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1938b.

JENKINS, K. **A História Repensada**. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

LOPES, M. B. **O Rio em Movimento: quadros médicos e(m) história 1890 – 1920**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. E-book.

LOPES, M. B. (coord.). **O Morro da Queimada no século XVIII**. Ouro Preto: FIOCRUZ, 2008a. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LOPES, M. B. (coord.). **O Morro da Queimada no século XIX**. Ouro Preto: FIOCRUZ, 2008b. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LOPES, M. B. (coord.). **O Morro da Queimada no século XX**. Ouro Preto: FIOCRUZ, 2008c. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: o planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARQUES, V. R. B. **A Medicalização da Raça: médicos Educadores e o Discurso Eugênico**. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

MAWE, J. **Travels in the interior of Brazil**. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, And Brown, 1812.

MENDES, M. A. L. **Dossiê de Restauro** Conjunto de Residências dos Operários da Antiga Fábrica de Tecidos de Ouro Preto. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Conservação e Restauro de Bens Móveis) – Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Preto, 2016.

MENEZES, U. T. B. de. O campo do Patrimônio Cultural, uma revisão de premissas. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, Ouro Preto. **Anais [...]** Ouro Preto: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 1., p. 25-39, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; NETO, V. C. L. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: 06 jun. 2020.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, M. C. de S (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 51-66.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 05 set. 2019.

OLIVEIRA, L. D. **Ocupação Urbana de Ouro Preto de 1950 a 2004 e atuais tendências**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

OURO PRETO. Lei Complementar n. 93, de 20 de janeiro de 2011. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. **Diário Oficial**: seção III, Ouro Preto, MG, 21 jan. 2011, n. 241. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/transparencia/diario-publicacoes/1526>. Acesso em: 15 ago. 2020.

REIS F. M. da M. **Entre faisqueiras, catas e galerias**: explorações do ouro, leis e cotidiano nas minas do século XVIII (1702/1762). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RODRIGUES, A. Quem eram as negras e os negros minas da capitania de Minas Gerais no século XVIII?. *In*: LIMA, I. S.; FARIAS, J.; RODRIGES, A. (org.). **A diáspora Mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2021.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RUGENDAS, M. **Malerische Reise in Brasilien**. 1. ed. Paris, 1835. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227417>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda Viagem à província de São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo**. Brasília, Senado Federal, Conselho editorial, 2002.

SALGADO, M. **Ouro Preto: Paisagem em transformação**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora CRV, 2010.

SANTOS, Á. R. dos. **Cidade & Geologia**. 1. ed. São Paulo: Editora Rudder, 2017.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, A. da C. e. **A Manilha e o Libambo: a África e a Escravidão, de 1500 a 1700**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, B. O. **Reverberações Urbanas outras práticas de urbanização: bairro São Cristóvão Ouro Preto**. 2014. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2014.

SILVA, C. S. (org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local** – Instrumentos e proposições de análise para o Brasil. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SOBREIRA, F. G. Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. **Quaternary and Environmental Geosciences**, Curitiba, v. 5., p. 55-65, 2014.

SOBREIRA, F. G.; FONSECA, M. A. Impactos físicos e sociais de antigas atividades de mineração em Ouro Preto, Brasil, **Geotecnia**, Lisboa Portugal, v. 92, p. 5-28, 2001.

SOUZA, M. M. **África e Brasil africano**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

SPIX, F. ; MARTIUS, Johann B. von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. v. 1. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

TEIXEIRA, L. O. **Estruturas Remanescentes da Mineração: registro dos mundéus do Bairro São Cristóvão**. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.

TUAN, Y. **Topofilia** um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. 1. ed. Londrina, 2012.

VASCONCELLOS, S. **Vila Rica**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

APÊNDICE – ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com onze pessoas, agentes sociais do Bairro do Veloso e agentes sociais da administração pública. A transcrição foi feita utilizando as expressões coloquiais empregadas pelos entrevistados. Para a realização dessas conversas, foi criado um roteiro semiestruturado, conforme pode ser observado a seguir.

Os objetivos das entrevistas é compreender como as pessoas leem a paisagem, a ambiência da Serra de Ouro Preto e do Bairro Veloso. Além disso, buscamos entender como as outras narrativas históricas influenciam na percepção do espaço. O material gerado é rico em informações a respeito do patrimônio tombado da cidade de Ouro Preto, da gestão territorial presente nesse local e das dinâmicas existentes no Bairro do Veloso.

ENTREVISTA 1

Data: 23 de fevereiro de 2021

Nome: Kedison Geraldo Ferreira Guimarães

Ocupação: Estudante de Psicologia, diretor de promoção da igualdade racial da Casa de Folclore de Ouro Preto, reinadeiro.

Naturalidade: Ouro Preto-MG

Eu agradeço, Larissa, por essa oportunidade, por essa visibilidade, eu fiquei bem satisfeito com a sua pesquisa, com o movimento que você está fazendo que é uma outra visão, uma outra linguagem, principalmente para nós, negros e negras, muito obrigado.

O que você entende por paisagem?

Paisagem para mim, quando você fala isso... Eu até fiquei pensando na pergunta, porque lembra horizonte, e horizonte te remete a várias coisas, a várias memórias, a vários momentos. Então, quando você abre a janela e se depara com um cenário, seja um horizonte onde tem serras, onde tem casas, principalmente Ouro Preto, onde você abre a janela e vê mais Serras e casas, você se depara com toda uma memória, de um povo que passou por aqui e... Se estabeleceu e isso faz mostrar o quão forte foi o nosso povo negro, de poder fazer erguer essa paisagem. Esse paisagismo em Ouro Preto que é rico, e belíssimo, e quando você fala: “O que é paisagem para mim?” Eu acho que é isso, acho que traz essa memória, do tempo todo tá ali mostrando: “Olha o que a gente construiu; olha o que a gente fez.” O que é Ouro Preto, né?! Ouro Preto, acho que é uma paisagem que você admira, que te traz tranquilidade, ao mesmo tempo te traz uma revolta, ao mesmo tempo te traz uma questão de poder, eu acho que é uma mistura... Igual uma amiga minha fala: “Uma salada de frutas de sentimentos”.

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto?

A gente vai se reconstruindo todo o dia, todo o tempo, você não é a mesma pessoa que você foi há um ano atrás, então, hoje eu me sinto mais maduro, mais certo de mim, dos meus ancestrais. Antes o que era passado para gente, que eu imaginava era assim, quando você olhava: “Poxa, olha, isso é uma casa colonial, dos portugueses”, “Essa igreja foi os portugueses que fizeram”, a gente ficava ali... O que passava para a gente que a gente fazia. Assim, quando eu falo “a gente” é os nossos ancestrais. Era as telhas coloniais... Isso eu não esqueço, passava na escola... “Olha os casarios, tá vendo as telhas?! As telhas eram as negras que faziam. Elas

modelavam as telhas nas coxas, algumas saíam mais finas porque a negra tinha a coxa mais fina, a outra saia mais grossa, porque a negra tinha a coxa mais grossa. Ficava meio desigual, por isso que falam: ‘Você tá fazendo as coisas entre as coxas’”. Então era a única coisa que ficou para mim, mas você vai olhando ali, você vai pegando informação, você vai lendo, você vai se informando, você vai entrando em contato com outras pessoas, com outros olhares, você vê que tem mais coisa por detrás. Hoje eu vejo com outros olhos, hoje eu vejo que... nosso povo, ele construiu de um formato diferente, ele mostrou que ele podia fazer, que ele era capaz, não simplesmente... que o que passam pra gente, o que até pouco tempo muitas pessoas, e até eu mesmo, entendia é que o negro chegava, é... analfabeto, pagão, e aí falavam... “Constrói essa casa aí, desse jeito”, mas a pessoa tinha que ter uma noção... de como fazer um alicerce, de como fazer uma coluna, uma base. Então eles sabiam isso, eles não simplesmente pegavam o papel, eles também desenhavam, eles entendiam... hoje eu tenho esse olhar, de uma forma, dessa inteligência africana que foi trazida para o Brasil e em especial para Ouro Preto.

Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

Mudou, hoje mudou – O entrevistado já havia respondido à pergunta anteriormente.

Como você vê a Serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto? Qual seria a importância dessa região?

Então, antes eu via também com outros olhos... O trabalho que o pessoal da Mina do Veloso fez foi muito bacana, porque esse trabalho fez a gente ver a Serra com outros olhos. Porque você tem a história que conta, “Olha, aquela Serra lá, o bandeirante, ele veio de lá, ele passou, ele resolveu beber água. E na hora que ele bebeu água ele viu uma pedra com uma coloração diferente e viu “era o ouro coberto com o minério de ferro””, isso que você aprende. Aí de repente eles começaram a explorar, trouxeram os negros pra cá e pronto. Não... Hoje, depois desse trabalho, que em especial a Mina do Veloso fez, você vê toda essa leitura que os africanos também fizeram quando eles foram trazidos para cá. Primeiro, os portugueses chegam, os europeus chegam, vê que é rico, buscam os negros específicos que tinham domínio da mineração, eles chegando em Ouro Preto veem essa serra, eles já sabem “Oh, dessa forma a gente pode escavar, dessa forma...”. Não perdem a ancestralidade, a fé deles, não perdem, porque eles não eram pagão... Pagão eu acredito que o que a igreja impõe, a Igreja Católica. Eles chegam aqui em Ouro Preto, dominam essa técnica, já dominavam. Então eles chegam aqui e dominam mais ainda. Onde eles podem cavar, onde eles

podem fazer a água sair, onde eles podem escorar, pedem permissão a toda espiritualidade que tá ali naquela localidade e aí é... Eu tenho essa visão da Serra... As serras são ricas e essa riqueza, ela aumentou graças ao trabalho e inteligência africana, que fez com que enaltescesse o nome de Ouro Preto, até mesmo a bandeira de Ouro Preto antes tinha o dizer racista que “É precioso ainda que negro” hoje “É precioso ouro negro” e quem é o ouro de Ouro Preto?! Somos nós, negros. Tem uma música que a gente canta no reinado, foi até composta por Maurício Tizumba, que é: “É ouro é ouro, povo preto de Ouro Preto, é ouro”. É isso, nós somos o ouro daqui. Se não fosse a inteligência africana, acredito eu, que não existiria essa riqueza arquitetônica, essa riqueza de patrimônio que é hoje esse Conjuntos, que é hoje Ouro Preto.

Qual leitura você faz a respeito das estruturas remanescentes da mineração presentes no Bairro São Cristóvão?

Então, você vai crescendo, você vai ficando adulto você vai olhando com vários formatos, igual lá no bairro Piedade, tem o mundéu, que é uma outra questão que os negros usavam para poder pegar o ouro, você vê o formato diferente da Mina do Veloso, você vê outras minas. Tanto que a gente fala que Ouro Preto é um queijo suíço, todo lugar tem mina. Você vê essas estruturas todas não só... Porque parece que quando você tá estudando, quando você tá mais novo, parece que essas estruturas ficam mais ali em volta do centro, as minas em volta. Mas quando você pega essa Serra, os bairros mais distantes do centro, você vê que tem riqueza aqui também. Você vai no Morro São João, São Sebastião, Piedade, Padre Faria, você vê: “Opa! Tem traços aqui de antes, do período colonial”. Aí, o que a igreja ela faz para dominar isso tudo, se você pegar Ouro Preto, todas as partes tem uma igreja. Acredito eu, isso é uma opinião minha, não li em livros e tal... A igreja, ela chega, porque tinha na época colonial essa aliança entre igreja e governo. A igreja tinha também um domínio muito grande, então eles chegam e veem as riquezas, eles vão colocando as capelas para dominar ali aquele lugar. Você vê, no Morro São João, que é bem lá no alto, tem uma Igreja... no São Sebastião, Piedade, tem igreja histórica, Padre Faria... Cada canto de Ouro Preto, por mais longe que seja, você vai achar um pedaço histórico, uma capela, uma igreja, um cruzeiro, ou uma casa, alguma coisa. A igreja, ela fecha todo esse conjunto, onde ela detém todo o poder, onde que massacra mais ainda a população negra que está aqui. Porque eles tinham medo da população negra, segundo o livro, acho que é Carla Maria Júnio Anastasia, ela fala desse medo que os

portugueses tinham dos negros... Acho que é “Vassalos e Rebeldes” o nome do livro, vou recordar e te falo. No livro ela conta várias cartas que os homens de poder mandavam para o governo do Rio e de várias localidades. Tem até uma carta, acho que do governador de Minas, falando assim que, para tomar cuidado com as formas que eles tratam os negros lá porque não acontecer o que acontece em Pernambuco, que é o quilombo do Zumbi dos Palmares. Então esse conjunto todo que eu vejo hoje, essa briga, não só de contra o negro, mas essa ganância de poder... Ouro Preto tem muito isso... Ouro Preto rolou muito sangue inocente. Então eu tenho essa visão... desses conjuntos hoje, essas minas, todo mundo queria ali tirar uma riqueza, todo mundo queria... em vários cantos de Ouro Preto.

Você tem conhecimento da outra narrativa histórica levantada pelos agentes sociais da Serra a respeito das tecnologias trazidas da África?

Então, eu sou congadeiro, né?! Reinadeiro, e a gente já vai vendo um pouco da inteligência do negro ali... Quando eu falo inteligência, é em todas as suas partes, né?! A gente entende que a inteligência não é uma só, ela tem várias partes... A gente vai conhecendo algumas coisas... Como a abertura da Mina Du Veloso, nos ajudou a mostrar.... Porque também a visão que você tinha de uma mina de ouro é a de que o negro entrava para lá para “cavucar” os buracos e saía com o ouro... aí você tem uma outra visão. O Du, a Sidnéia, o pessoal fala: “olha aqui, ele puxava a água, aqui ele fazia uma coluna, aqui ele colocava a pedra para escorar para o muro não cair, aqui ele batia o ouro no couro de égua, ou no couro de boi, aqui ele peneirava o ouro”. Então você começa a ter uma outra visão... A minha visão foi por ser congadeiro e também por ver esse crescimento da Mina Du Veloso.

Você acredita que essas outras narrativas históricas deveriam ser consideradas para as tomadas de decisão pública?

Sim... Eu acredito que sim, porque quando você não conhece a história de um povo, você vai tomar uma decisão. É meio que apagar, surge um apagamento, aqui em Ouro Preto tem um apagamento da história da população negra, né?! Você vê a história como se fosse uma cidade europeia. Os portugueses chegaram, fizeram as casas, as igrejas, e o negro foi uma mão de obra somente. Então, eu acho que, nas tomadas de decisões, nas questões do poder público, deveria de mostrar mais, assim como mostra na Mina Du Veloso, devia de mostrar mais essa inteligência do negro, da população negra. Devia mostrar mais esse conjunto de informações.

Como você avalia que seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas com a comunidade?

Eu acredito que com a ajuda do poder público, da nossa universidade e de vários outros meios, eu acredito que isso pode ser conservado, pode ser passado em escolas. O futuro é ter o museu negro aqui em Ouro Preto, essa foi uma das propostas do prefeito. Não um museu onde vai mostrar o sofrimento, mas onde vai mostrar a inteligência. Isso eu acho que ajuda a preservar a história, e dá para passar tanto no ensino fundamental, quanto no médio, quanto no superior. Então, uma parceria entre o poder público, poder privado, a universidade, acredito que dá para preservar não só em Ouro Preto, mas em Minas. Porque você vê também em Minas Gerais o apagamento do negro, não só em Minas como no Brasil, né?! Da população negra... A gente chegou, trabalhou, trabalhou... Perdeu a família, perdeu os direitos, veio a Lei Áurea, foi só um papel, né?! “Gente, tá todo mundo livre”; “Tá, beleza, e agora?”; “Agora vocês se virem aí, vocês estão livres, vocês não querem isso?!”. O que me incomoda é que chegam os outros imigrantes, que não eram escravos, eram imigrantes, aí eles têm direito à terra, passagem, eles estão nos navios e começam a trabalhar nas lavouras, mas não tem chibata, não perdem os direitos... Mas aí fala “Ah, eu sou descendente de italiano, eu sou descendente de português, eu sou descendente disso, daquilo”, chega para uma criança negra: “Você é descendente do quê?!”; “De escravo”. Então se isso for passado nas escolas, vai tirar da criança negra isso, que ela é descendente de escravo. Não, eu sou descendente de um povo, que foi corrompido, sou descendente de um povo que tem uma história, tem uma riqueza, eu sou desce de agricultor, de minerador, de rei, de rainha, de príncipe, de contador de história, de poeta, é isso que tinha na África, então se você passa essa riqueza, se você preserva esse conjunto, ali na cidade... você consegue fazer um trabalho, até mesmo um trabalho social, de educação patrimonial, para as crianças, para os adolescentes, para ajudar nesse pertencimento.

Um exemplo eu tenho da minha mãe, a minha mãe ela é de uma localidade que é próxima a um distrito, o distrito chama Santo Antônio do Salto. A minha mãe é do Engenho, que é uma localidade de Santo Antônio do Salto, e a gente foi lá uma vez conhecer... Infelizmente lá não tem praticamente nada, deve ter duas casas, que a população saiu de lá para vir para a cidade. Com o crescimento urbano eles saem e vêm pra cidade, mas a minha mãe me conta histórias que eu fico fascinado. Tipo, uma reza, um remédio para dor de cabeça, como fazer isso, como fazer aquilo, e aí eu fico

assim: “Tá vendo a riqueza que tinha?!”. No dia que a minha tia mais velha faleceu, a minha mãe pegou os documentos dessa minha tia mais velha. Essa minha tia mais velha guardava os documentos que eram da minha avó e dos irmãos da minha avó. E eu fui ver a carteira de trabalho da irmã da minha avó, ela era de 1898, aí eu fiquei assim pensando... eu pensei, se a minha tia avó era 1898, que tá na carteira dela. Porque também tinha essa questão de às vezes nascia em uma localidade e ia para outro lugar para registrar, então pode ser que a data esteja alterada. Mas aí eu estava olhando lá, nossa, se a minha tia avó nasceu em 1898, então os meus bisavós foram escravizados, né?! Ou não, ou foram resistentes e ficaram naquela localidade ali, porque é como se fosse, hoje não tem mais nada, mas é como se fosse um quilombo, onde existiram... A minha mãe fala: “Ah, a comida era feita no pilão”, e a minha mãe está com sessenta e poucos anos e ela saiu de lá com quatro anos, ela tem a memória boa. A gente foi lá e estávamos andando na localidade, no terreno da família dela, a gente tropeçou e foi ver... A gente tirou assim a terra para ver no que tinha tropeçado... Foi ver era o pilão que a família dela fazia comida... E ficou conservado porque é feito de madeira de canela. A gente pegou ele, limpou ele, tirou o barro. Assim, não está totalmente preservado, mas tá bem preservado. Levamos ele para a casa da minha irmã, onde ele fica guardadinho lá. Então você vê toda uma história de um povo que não é contada. Você vê esse apagamento... Nesse livro da Carla Anastasia, os portugueses pensam assim no livro, ela fala: “se a gente não tomar conta desses negros aqui em Minas Gerais, eles vão dominar e vão fazer daqui a nação deles”. Aí foi proibido batuque, foi proibido as negras de tabuleiro, foi proibido negro a partir das nove horas da noite que estivesse na rua ele era preso, se fosse negro livre ele ganhava 30 dias de prisão e três oitavas de ouro, se ele fosse negro do cativo ainda, cativo, o senhor dele que decidia qual seria o castigo dele... Foi uma forma mesmo de oprimir. Porque as negras de tabuleiro elas levavam as informações. No livro mesmo fala, na Serra tal as negras estão subindo pra levar informação na boca da mina pros negros, é... Aqueles negros, que tinha alguns que vendiam tecido, roupas, também ficam no caminho para poder passar informações e aí, “Opa, não vamos deixar” ... E aí, tá jogando capoeira, eles (os senhores): “Não, não. Não vamos deixar, porque ali não é capoeira, às vezes também é outra coisa”. Daí também que associa o nome macumba... “Tá tocando macumba?!”. Quando tá tocando macumba vai acontecer alguma coisa ruim, porque ou o negro vai fugir, ou vai ter uma revolta, não por conta da magia, mas por conta ali do movimento que eles estão fazendo ali. Nós

congadeiros temos isso, de no canto passar o verso para outra pessoa. Então, tipo, “Vamos cortar isso”. E aí, você vê em Minas Gerais, esse apagamento, onde esse, todo esse conjunto de mina, de casario, é uma ideia, idealizado, é construído pelo branco, é isso que é passado pra gente.

Inclusive a festa de reinado é uma outra estrutura política também, eles falam: “Não, a gente vai fazer festa de reinado porque a gente vai fazer aqui a nossa nação”. Só que vêm várias formas de nos destruir, né?! Porque você vê esse ataque dos negros, quando ele era preso e tal, no período colonial, e você vê a violência policial hoje. E aí, você vê também é... falando da Serra... aqui em Ouro Preto, onde o negro mora?! Na Serra, onde infelizmente é um lugar perigoso, quando eu falo perigoso é de estrutura terrena, é... geograficamente falando... é perigoso desabar, é perigoso cair barranco... que é o único lugar que sobraram, é o único lugar que ninguém queria... e você vê no centro essa invasão: “Ah, eu sou descendente disso, eu sou descendente daquilo...”. Acredito eu que muitas casas foram invadidas porque Ouro Preto tem um abandono da cidade em um certo período da história... e é isso que você vê em Ouro Preto, entende?! Eu falando do reinado, você tem também essa forma política que os negros usaram de poder se fortificar, por isso que infelizmente em Minas Gerais não cresceu tanto a religião de matriz africana, por conta disso, desse massacre.

A Nene Gonzales e a Neusa Souza Santos, elas falam... a Neusa Souza Santos fala em seu livro “Tornar-se negro” e a Nene Gonzales foi uma grande ativista negra, uma intelectual assim como a Neusa foi psiquiatra, a Nene teve sua questão histórica e estudiosa também. Elas falam que para nós, negros, você se torna negro, porque, porque é isso que a gente tá falando, né?! Dessa questão dessa outra visão. A Nene Gozales fala que se tornar negro é um pouco doloroso, porque você tem que ir absorvendo várias coisas, você vai se transformando ali, né?! E completando o que ela fala... Um exemplo: eu, até dois anos atrás, eu raspava o cabelo, e eu raspava ele e tal, pra mim eu falava: “Ah, eu raspo meu cabelo, porque eu não gosto dele grande, eu sou preguiçoso às vezes para pentear o cabelo”. E aí, eu comecei a fazer terapia... E comecei entender porque eu raspava o cabelo: “Porque é feio”, “Cê tá sujo”, “É coisa de bandido, você ficar com o cabelo grande”, “Seu cabelo é duro”, “Seu cabelo é ruim”. Eu passei a deixar meu cabelo crescer de um ano pra cá, deixo meu cabelo crescer, faço o corte que eu quero, eu tranço meu cabelo. Se tornar negro mesmo, além da sua alta estima, você tem essa visão da história, que é você ver como funciona a questão da história do negro. Agora eu sei quando eu vejo um guia de turismo falando:

“Ah, aquela igreja ali, ela foi construída por um negro”, aí a Leda Maria Matis, ela fala assim, que um dia ela estava em Ouro Preto e tinha um guia com ela e com o amigo dela e o guia falou: “Vamos lá que vou levar vocês numa igreja que é dos negros, que foi construída pelos negros” e o amigo dela respondeu assim: “E qual que não é construída pelos negros aqui?!”. Aí o guia ficou assim, né?! A gente tem que a Igreja de Santa Efigênia é a igreja dos negros, que foi construída pelos negros. Se se dá entender que as outras eram dos brancos, construídas pelos brancos. E você vê algumas torres de igrejas, tem aquela questão parecendo aquelas coisas mulçumanas, né, as torres, né?! As mesquitas... Você vê algumas igrejas lembrando isso... Por quê?! Porque tinha os negros que eram mulçumanos. Salvador, você vê a Revolta dos Malês, que eram os negros mulçumanos que queriam pregar o islamismo ali. E você pensa: “Opa!”. Até mesmo a questão do negro mandinga, o negro mandinga carregava o patuá que era uma bolsinha de couro, dentro dessa bolsinha de couro tinha os versos do alcorão e você sabia se o outro negro era mandinga porque: “Pega a sua bolsinha e lê aí o que tá escrito” e se ele lesse o que estava ali que era no idioma do alcorão, ele é mandinga. Então, “Quem não pode com mandinga, não carrega patuá, né?!”. Ou seja, se você não sabe ler, para que que você vai carregar, se você não sabe o significado...

Como você acha que essas narrativas corroboram, ou não, para se pensar a preservação dessas estruturas?

Eu acredito que sim. Vai mudar muito, aí Ouro Preto deixa um pouquinho de ser só uma cidade europeia e tem vários outros olhares para Ouro Preto. Onde a gente tem 70% da população considerada negra segundo dados do IBGE, se essas informações são passadas, vamos desmanchar esse apagamento que tem da história dessa população negra. Ouro Preto é a segunda cidade do Brasil mais negra, depois de Salvador.

Em Ouro Preto existem, que eu conheço, apenas duas casas de Candomblé, mas são bem camufladas, camufladas assim: “Vamos fazer dessa forma para ninguém incomodar a gente?!”, porque assim não cria muito alarde. É assim... Minas Gerais é assim... Você pega a região de BH, você vai encontrar pai de santo e mãe de santo brancos, por quê?! Era os brancos que na época tinham dinheiro que disseram: “Opa, vamos lá, vamos começar a enaltecer essa religião”. Porque os negros já estavam cansados de tanto sofrimento. Só na ditadura vinha rádio patrulha e quebrava tudo. Quem fala isso é o meu pai de santo, ele é uma excelente pessoa, ele é branco e tal.

E ele fala: “Olha, eu sou branco, eu sou pai de santo, mas é por isso, porque na época era tão oprimido. Chegava a rádio patrulha ali e pá, pá, pá”. E os brancos tinham dinheiro e foram e pegaram. E aí vai passando de geração em geração o terreiro, a casa... E olha que doideira em Ouro Preto, o meu pai de santo, ele tem a casa dele em BH. No candomblé, é assim, tem o terreiro, né?! A casa, e tem a roça. A roça é onde você faz a festa dos orixás, onde tem os assentamentos, onde tem as camarinhas. E tem a casa do meu pai, lá em BH, que é a “Casa Raiz do Bate Folha de Salvador” e a roça onde faz a festa dos assentamentos fica em Ouro Preto, mas é num lugar tipo assim, não tem Cachoeira do Campo?! Você vai seguir sentindo Itabirito, saindo de Cachoeira do Campo, antes um pouco de chegar em Itabirito você entra ali, floresta Tripuí, Serra do Capanema... Você entra ali e vai seguindo toda vida direto, direto, que é um asfalto, que é muito longo. Aí chega um portão, lá é a roça do Candomblé que fica em Ouro Preto. Então pra você ver como foi as estratégias também do negro: “Vamos ficar aqui no mato... Ninguém vai incomodar a gente... Tamo na natureza”... porque na África também o candomblé africano era cultuado dessa forma aberta, chegando no Brasil ele tem que se reconstruir. Por isso o Candomblé é brasileiro, porque tem que se reconstruir em local fechado. Tem um pouquinho também dessa questão do mulçumano, de tampar a cabeça, de toda sexta-feira ser santa, não se come carne vermelha, não bebe bebida alcoólica, veste branco. E você vê na igreja católica uma apropriação disso tudo, né?! Você vai observando e vê como teve uma apropriação aí, né?!

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

Aqui em Ouro Preto eu acho bacana o trabalho que fazem aqui, sabe? Dessa preservação do patrimônio cultural, não desmerecendo outras cidades, mas você pega – eu sei que é um conjunto diferente – mas você pega Congonhas, Sabará, Mariana, você já vê que não tem tanto uma preservação como tem em Ouro Preto. Aqui em Ouro Preto eles tentam preservar, acredito que falta um pouco mais, em especial mesmo enaltecer essa inteligência africana e falta sim mais eficiência de alguns trabalhos, tanto do poder público, como do IEPHA, do IPHAN, falta ainda um pouquinho de atenção para algumas coisas... Eu vejo aí algumas igrejas, alguns casarios que eu não sei como funciona essa questão da igreja com a Arquidiocese, eu acho que tem algumas coisas que são falhas, infelizmente, aqui em Ouro Preto, na preservação. É muito boa a preservação, mas... tem algumas coisas que são falhas...

acho que tem que ter uma equipe estruturada e eu acho que falta muito isso, sabe? Essa questão... Tanto na prefeitura quando nos Órgãos, falta uma equipe mais estruturada, mais condensada, no sentido do que está fazendo mesmo.

Falta braços, às vezes é uma equipe que já tá estagnada já. Eu vejo isso aqui onde eu trabalho. Nós mesmo aqui que fazemos ICMS, fazemos tudo. E você vai lá no patrimônio tem uma enxurrada de coisas: é urbanização, é conservação, é tombamento. Eu fico pensando que tem que ter uma direção, uma pessoa de pulso firme, que fale, vamos fazer um concurso, vamos fazer um processo seletivo, vamos contratar pessoas, porque aí contratando pessoas, olha, “Fulano, eu vi que você é mais voltado para essa área”. Ou então vamos separar Secretarias, “Vamos deixar só patrimônio e preservação”, “Vamos deixar urbanismo e outra coisa mais voltada para isso” ou então “Vamos deixar uma Secretaria de Patrimônio Urbanismo e Conservação”. Ter uma direção só, eu acho que fortalece. A mesma coisa, por exemplo, a Secretaria de Turismo, tem que ter o foco no turismo, cultura tem que ter o foco na cultura. Se junta, perde o foco. Aí sempre alguém vai ficar no plano B, e é o que acontece às vezes com o patrimônio e a cultura, fica sempre debatendo ali. Imagina que a gente tinha uma secretaria aqui de cultura e patrimônio, são duas demandas potentes e acaba que as duas ficam falhas ali, então falta um pouquinho. Acredito que a gente tem que tirar um pouco essa ideia de Ouro Preto vende por si só. Vende, ok, mas a gente não pode cruzar os braços e deixar, se não a gente vai perder tudo, vai perder essa formação que a gente tem.

Ouro Preto tá crescendo, se não começar a explorar os distritos, onde o povo vai construir?! Eu, por exemplo, eu moro de aluguel com a minha família, toda a vida eu morei de aluguel, desde quando me conheço por gente eu morei de aluguel, o que me dificultou um pouco também nessa questão de pertencimento de bairro. Quando eu vi a pergunta do São Cristóvão eu pensei: “Nossa, eu não morei no São Cristóvão”, mas eu conheço o São Cristóvão pela história do Du e da Sid, mas a minha mãe conta que já morou no São Cristóvão com as minhas irmãs. Eu já morei em vários bairros, e acaba que quando você vai discutir, “Ah, eu sou da favela, eu sou militante, eu sou do bairro, eu sou da comunidade”, você fica ali meio perdido, porque você é de aluguel, então não se sente pertencente àquela comunidade. Igual, eu já morei em vários bairros, e eu estava conversando com a minha esposa outro dia, “Nossa é tão ruim, porque você mora de aluguel, você tá ali, você é criança, você fez amizade com um vizinho, ali seu melhor amigo, aí de repente você tem que mudar...”. Você vai

crescendo, você vai virando adolescente se fica ali, “Será que eu pertenço a essa comunidade, será que eu não pertenço?!”. Você chegou menino novo ali no bairro, você vai brincar de bola, às vezes toma uns coro, né?! Porque os meninos do bairro as vezes: “Opa, o menino diferente”. Então é muito isso, essa questão de pertencimento mesmo. Eu acho que Ouro Preto tá crescendo e onde vão ficar essas pessoas que precisam construir, entende? Infelizmente é um absurdo você comprar terreno, você comprar casa em Ouro Preto, é preocupante, muito preocupante isso... Se não explorar, como vai fazer a preservação, e como vai continuar a crescer Ouro Preto, como vai ser?

Eu acho que tem que mostrar pra população, ter munição, armas para mostrar para a população, “Olha, vamos abrir loteamento em tal lugar, em tal lugar”, “Vamos criar estrutura, vamos trazer empresa para Ouro Preto que vai gerar emprego”, que não dá para ficar só do turismo e nem da mineração só. Não podemos ficar refém disso e nem do comércio que são os estudantes, porque, igual, estamos na pandemia, os estudantes estão em casa, e aí?! Então vamos mostrar para população, não é porque você vai construir ali em cima, não é porque a gente quer só preservar, além de preservar, é arriscado você construir ali, vem período de chuva, pode cair, entendeu? Não é porque... O que às vezes a população entende, que eu vejo muito, “O IPHAN é um Órgão chato, a Secretaria de patrimônio é um Órgão chato, porque eles querem tirar a gente da casa, querem colocar”. Não. No Morro Santana mesmo tem um condomínio de luxo, entende? Mas fica bem distante, distante assim, de subir né?! E eu fico pensando, olha esse espaço poderia também ser... Porque, às vezes, as empresas chegam lá na Secretaria de patrimônio tudo com loteamento: “Ah, beleza”. Aí, eu vou lá, quero comprar um terreno: “Ah, é 200 mil reais”, quando que a pessoa vai conseguir comprar, entende?! Ela vai e fala assim, “Tá vendo aquele pedacinho de terra no morro ali?!”, “Ah tá”, “Ali naquela serra ali, 20 mil reais”, “Ah, eu passo para você”. Na beira do barranco, mas você puxa uma coluna ali, puxa uma aqui, e pronto, “Ali é pedra, não vai cair não”, isso é o que você mais escuta... E aí é perigoso. E eu fico vendo, tá crescendo, é casa em cima de casa, e tem que tomar uma.... Tem que ver o que vai acontecer... Uma providência.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto e das estruturas remanescentes da mineração?

Vejo... Acho que um planejamento urbano, né?! É... Eu não entendo muito de geografia, de arquitetura, mas acho que um planejamento urbano, no sentido de

valorizar os distritos. Valorizar os distritos você traz para Ouro Preto empresas, é... Fonte de renda, né?! Empregos... A pessoa pode morar lá no distrito tal, ter um asfalto, ou se não puder asfaltar, ter uma estrada boa, bem estruturada. E aí, vai enriquecer o distrito, se tiver empresas de fonte de renda, de trabalho para a população... “Ah, ele pode trabalhar no distrito, vem pra Ouro Preto de vez em quando”. Isso eu acho que é a solução... Esse plano urbano, com essa questão de trazer mesmo, fomentar a economia em Ouro Preto, sabe?! Porque, por exemplo, eu fico muito preocupado... Eu faço psicologia, não faço em Ouro Preto, porque aqui não tem na faculdade, mas o que me preocupa é o Instituto Federal, que era o antigo CEFET, tem vários cursos, mas você tem que ficar ali assim oh: “Eu quero mudar de Ouro Preto?!”, “Não. Então se eu fizer metalurgia, técnico em metalurgia, onde eu vou trabalhar?”. Se eu fizer engenharia metalúrgica na UFOP, onde que eu vou trabalhar? Se eu fizer arquitetura... Não tem concurso da prefeitura, eu fico preocupado se eu posso aprovar um projeto ali, se eu fizer edificações. Tem vários cursos na faculdade que as pessoas fazem e já pensam: “Vou ter que ir embora de Ouro Preto”... E eu acho que isso é muito arriscado pra gente... Não tem área. Por isso que com esse planejamento urbano, e você trazendo coisas para Ouro Preto, a pessoa pensa: “Ah, eu vou formar, vou ficar aqui”. Eu tenho uma amiga minha que ela formou recentemente em arquitetura também, teve processo seletivo na prefeitura, ela conseguiu fazer estágio lá, ela fez um trabalho até com o pessoal dos atingidos da barragem, fez um trabalho com a Renova. Depois ela saiu da prefeitura e teve que ir para Belo Horizonte, porque não tem área para ela aqui, né?! Eu acho isso preocupante, porque tem um amigo meu que fala que se continuar assim Ouro Preto vai virar uma cidade aposentada, vai todo mundo embora.

Observação que pode servir para outras pesquisas: A mãe dele acredita que em Engenho, a localidade perto de Santo Antônio do Salto, era um quilombo, porque lá morava mais essas pessoas: negros, que era um lugar de resistência. A mãe dele é de 1952 e foi para lá com 4 anos de idade, quando a Alcan (1950) se instalou em Ouro Preto, o pai dela veio para trabalhar na empresa e seus irmãos foram servir o exército.

ENTREVISTA 2

Data: 25 de fevereiro de 2021

Nome: André Henrique Macieira de Souza

Ocupação: Chefe do Escritório Técnico de Ouro Preto de 2014 a 2021. Atualmente é Diretor de Aprovação e Fiscalização da Diretoria do Patrimônio Histórico.

Naturalidade: Itabirito-MG

O que você entende por paisagem?

Paisagem... Possui conceitos ainda muito discutidos e ainda em evolução, consolidação. O que eu entendo como paisagem cultural, eu entendo assim, a grosso modo falando, é muito difícil discorrer sobre isso, mas é o resultado da interação humana com a paisagem natural, né?! É o retrato da manifestação, da ação humana sobre a paisagem. Por isso que culturalmente ela é tão rica, ela fala muito mais do que o físico, a leitura política da paisagem é a interpretação daquela característica física. A grosso modo é mais ou menos isso que eu entendo.

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto?

Agora como eu vejo a paisagem de Ouro Preto... Eu tenho uma certa dificuldade para responder porque tem muito da minha percepção individual, da minha vivência, né?! O olhar de quem vê a paisagem tem muito da contaminação da minha ação de fiscal neste sítio tombado, tem muito da influência do meu trabalho numa Instituição que trabalha com preservação. Então eu entendo a paisagem de uma forma muito mais ampla, de uma forma pouco direcionada... Se você me perguntar, por exemplo, “como você entende a paisagem cultural de uma maneira tal”, talvez eu consiga direcionar, mas eu vejo a paisagem da cidade de modo geral como uma... E aí eu vou direcionar para os morros, onde você está dirigindo no seu trabalho, que essa paisagem cultural muitas vezes está dissociada. O cultural nesse caso, tem horas que é um preconceito de estudos da paisagem. Porque quando você pensa na paisagem cultural, a grosso modo, fora das questões mais contemporâneas, tende a direcionar aquela parte mais constituída, da cidade, do caminho tronco... Tomo se tivessem coisas distintas, quando na verdade, nós estamos falando de dois lados da mesma moeda se é que a gente pode falar que são dois lados, né?! Porque são contemporâneos, com a mesma motivação e o produto de mesmo contexto, econômico e espacial, onde tem a área privilegiada e tem a área menos privilegiada em termos de infraestrutura urbana. A paisagem cultural que é carregada desse sentido histórico, e do reconhecimento Institucional já de 80 anos e de 40 anos de patrimônio Mundial, se confunde, se perde

um pouco no que seria o entendimento com a paisagem cultural de um modo geral, né?! Agora, eu vejo uma interação perfeita, a constituição de um corpo apenas, é uma situação apenas, não há paisagem histórica e a paisagem dos morros, toda ela é histórica e toda ela é cultural. Eu vejo para além da visão do turista convencional, para além da visão do arquiteto convencional e também do arquiteto convencional que trabalha aqui, é uma visão mais crítica do espaço, sob a perspectiva de quem trabalha com cultural, né?!

Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

Sim, ela vai mudando muito com a vivência do trabalho e com as experiências, a medida também que eu conheço o espaço e as pessoas, né?! Mas eu não consigo mensurar ou qualificar essa mudança. Ela está muito relacionada com o próprio entendimento de referência cultural que vem ganhando discussão mais ampla dentro do campo da preservação do patrimônio. Então, à medida que eu também interajo com a paisagem, e à medida que eu estudo e aumento o meu vocabulário tem uma relação direta, mas eu cada vez mais reafirma para mim essa equivalência das áreas da cidade.

Como você vê a serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto? Qual seria a importância dessa região?

É engraçado, porque em termos de paisagem, em termos visuais, ela não tem nenhuma coadjuvância, ela tá no mesmo plano. Você entra pela cidade vindo de Belo Horizonte, por exemplo, você vê tanto a Igreja do Carmo, quanto você vê o São Cristóvão, em termos visuais ela tem o mesmo protagonismo. O morro é protagonista na percepção visual da cidade, mas ele é coadjuvante na dimensão econômica, política e social, a atenção do poder público para as áreas de morro. O morro aqui, embora também tenha a mesma origem histórica, a mesma relação de ação e reação, ela tem um aspecto de periferia, e que também é curioso, porque quando a gente pensa em periferia, pelo menos a minha experiência morando em Belo Horizonte, a gente imagina algo distante, fisicamente distante, que os acessos são difíceis porque é fisicamente distante e deslocar custa, mas não é o caso daqui, deslocar não custa. Por exemplo, eu que morava em Venda Nova em Belo Horizonte, para eu ter acesso a equipamentos de cultura gratuitos eu gasto com deslocamento, então, não adianta ter um show de graça no centro se eu tenho que sair lá do Santa Luzia para ir, mas aqui não é o caso. Aqui com dez minutos andando para cima e para baixo, claro tem que ter uma perna forte, mas você está lá. A distância não é física, mas existe uma

distância. Belo horizonte também é curioso, porque a gente tem também a feira hippie, que é uma ocupação popular em massa, com grande extensão geográfica e a gente tem um espaço a margem dessa feira que em tese era para ter um uso democrático que é o palácio das artes, ele tá aberto, você não paga para entrar. A feira lota, a feira acaba e o palácio fica vazio, ou quando enche não são as mesmas pessoas que estavam na feira. Não tem barreira física nenhuma entre eles, agora você pensar aqui que gente que está no morro, que com 10min está na Casa dos Contos e nunca foi nela, porque também é um espaço democrático, ele também é aberto, qual que é a barreira?! O Museu da Inconfidência...Paga-se normalmente, mas tem um dia que quem é de Ouro Preto não paga, a gente não tem essa estatística, né?! Mas quantos ouro-pretanos que moram na Serra de Ouro Preto nunca entraram no Museu da Inconfidência?

Qual leitura você faz a respeito das estruturas remanescentes da mineração presentes no bairro São Cristóvão?

Eu acabo tendo uma visão um pouco mais pessimista sobre a possibilidade de conservação desse acervo. Porque eu também tenho a experiência do Órgão e tem esse conhecimento de ponta, então assim, eu vejo muito pouca possibilidade de expandir. Agora, falar que não existe, não é possível... Não, eu acho que tem vários caminhos e todos eles parecem deste entendimento de referência cultural de valorização do sujeito, de inventários participativos. Olha só, conversando com a Márcia Arcuri, professora de museologia aqui, e a Alenice Baeta, e também com os arqueólogos da superintendência, elas me fizeram pensar muito sobre a distância da arqueologia de gabinete arqueologia e como isso se reflete nas cidades do ponto de vista arquitetônico e urbanístico. A dificuldade que a gente tem de fazer uma política de regularização, de modo geral, a maior parte das cidades é irregular, aceita. Com IPHAN, ou sem IPHAN. Eu li um artigo da Raquel Ronilk, há mais tempo, que ela falava de uma expectativa de que dois terços da cidade é irregular. Bom, olha como é difícil a gente trabalhar com a perspectiva de regularização, com elaboração de projetos, aquela coisa toda, imagina como isso é ainda mais difícil e complicado pra arqueologia, porque nós estamos trabalhando com outra velocidade e com outros valores. Arqueologia é quase um cheque em branco, quem vai fazer um serviço de arqueologia praticamente garante que ele vai fazer um serviço do tamanho que for, em uma coisa que ele não conhece que está ali debaixo da terra e ele assume o preço que for, porque ele também não sabe o que está ali debaixo da terra. Então, é algo

completamente fora da realidade da regularização e da dinâmica das cidades, de aspectos periférico, principalmente. Como a gente vai lidar com esse acervo, que já está protegido, em tese, há 80 anos, que a gente não conhece, porque a gente não conhece. Não tem nenhum mapeamento oficial completo, total, institucional. Tem levantamentos de alguns estudiosos, que por interesse pela área acabaram se especializando e fazendo. E quando a gente fala aqui do Veloso, talvez o levantamento maior seja o do próprio Du, que ele fez no trabalho dele, quando a gente fala do Morro da Queimada, talvez seja o do Carlos Magno que até hoje é referência. Nós mesmos não sabemos. A Márcia Arcuri, estava falando dela, ela veio com um projeto que eu nunca vi, também não sei que desdobramento tem, mas de uma arqueologia comunitária. Que é um trabalho de arqueologia trabalhando o conhecimento do sítio com a própria comunidade, então é como se fizesse uma pesquisa de arqueologia a partir da ocupação do território. Não sei se eu vou conseguir explicar muito bem, mas ela tinha a ideia de um museu itinerante, porque é muito comum, é muito fácil encontrar cachimbo nos quintais, e é muito comum nas áreas de mineração ter tido muita força escrava, de trabalho. É tão dura a legislação de arqueologia, mas ela pensava por exemplo, nesse museu itinerante, que era uma espécie de uma maletinha, onde, com a comunidade ia se fazendo a coleta dos objetos de interesse arqueológico que ela própria encontrou nos seus quintais, para depois ter um local de referência para deixar esses objetos. Então eu imagino que essa abordagem dessa arqueologia comunitária, de inventários participativos, de interação, de participação coletiva sejam caminhos que podem tornar viável a preservação de um acervo tão complicado como esse espaço.

Como você avalia que seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas com a comunidade?

A ideia do planejamento urbano contemporâneo também é essa, de não ter a pretensão do controle das cidades, mas de direcionar o seu desenvolvimento a partir da voz comunitária. A gente assume que não tem esse controle... Achar que tudo se resolve com uma taxa de ocupação e um coeficiente de aproveitamento não funciona. Como diria Raquel Ronilk, dois terços da cidade são irregulares: “Aceita”. Mas são caminhos. São caminhos a percorrer com uma distância muito longa, porque você pensa, quando a gente conversa sobre esses conceitos, sobre esses entendimentos, sobre as referências culturais com os técnicos que trabalham nas Instituições, você vai ver que todos eles entendem e reconhecem. Agora me fala, até que ponto isso

passa do reconhecimento técnico de quem trabalha para uma ação efetiva em política pública?! Na década de 80 a gente já entendia, a Lia Motta escreveu o artigo criticando o fachadismo, você acha que os técnicos, que nós, não entendemos? A gente compreende muito bem. Agora, você pega uma Portaria que foi feita em 2010 com aspectos fachadistas, assim, qual foi a evolução? Bom, já trabalhamos com processos participativos desde o Estatuto da Cidade, que tudo tem que ser feito audiência pública, foi um pontapé, mas as cidades não conseguem elaborar ainda os seus planos e quando elaboram não conseguem revisar. O problema é mais estrutural, você vê que tem falhas na vontade política, mas tem a negação coletiva.

A gente já tem 80 anos de experiência de “apagar incêndio”, a gente já tem 80 anos que sabemos que o ideal não é trabalhar com restauração, mas com a manutenção e com a conservação para que não precise. E quanto a gente guinou a nossa atuação?! Mas por outro lado os incêndios continuam, se na década de 30 a inspetoria que antecedia o IPHAN estava preocupada com igreja caindo, hoje com PAC Cidades Históricas 80 anos depois, o que ainda tem? Igreja caindo.

Você tem conhecimento da outra narrativa histórica levantada pelos agentes sociais da Serra a respeito das tecnologias trazidas da África? Você acredita que essas outras narrativas históricas deveriam ser consideradas para as tomadas de decisão pública e como você acha que essas narrativas corroboram ou não para se pensar a preservação dessas estruturas?

Eu acho sim que há atributos e valores, principalmente quando a gente trabalha com essa questão da referência cultural, do protagonismo, da pessoa na valorização do patrimônio, então o valor está na pessoa, o valor não está no objeto, é inegável. E se a gente for olhar pelo aspecto tradicional (mais material, que é o mais consolidado na política da preservação), tem justificativa por aí também, principalmente quando a gente coloca em discussão o próprio entendimento de Patrimônio Cultural colocado na Constituição no Artigo 216, nós estamos falando de manifestações culturais que remetem a todos os grupos formadores da nação brasileira, e até onde os bens institucionalizados, reconhecidos, inventariados, pelo IPHAN, dentro do conjunto tombado expressam essa realidade? A gente estava conversando essa semana sobre isso, inclusive, é difícil comparar, porque a gente não tem inventário completo, nem mesmo do que o IPHAN 80 anos trabalhou focando, que é o Caminho Tronco, quiçá, os morros que ao longo do próprio processo de patrimonialização de Ouro Preto, da própria história de atuação da Instituição em Ouro Preto, e da própria evolução do

patrimônio cultural, mostra avanços. A gente tem em 1938 aquela coisa da cidade monumento tombada, pegando o entorno, mas o entorno no sentido de que ele valoriza aquele miolo, e nisso inscrito no Livro de Belas Artes. A gente tem também acompanhado a evolução dos conceitos, uma extensão desse entendimento mais amplo do entorno de Ouro Preto justificando uma inscrição em outros dois livros de tomo já na década de 80. A gente tem um reconhecimento da cidade como patrimônio mundial na década de 80, a gente tem portarias, normativas, que incluem as áreas de “entorno”, entre aspas porque é perímetro tombado, mas que incluem essa áreas, porque a 312 é a nossa terceira normativa em Ouro Preto. Tem muitas cidades que não têm nenhuma, mas é a primeira vez que o IPHAN normatiza, que é parâmetro, para além do caminho tronco. A portaria 122 definia todo o perímetro de tombamento, mas ela instituíam parâmetros só para quase onde é a área preservação especial 01 hoje... Você vê que tem uma extensão do entendimento. Aí vem mais recente a política de imaterial, os registros, mas ainda está muito aquém de entender, de reconhecer e de ter ferramentas de proteção específicas para esse acervo que expressa todo esse conhecimento de origem africana. Essas narrativas eu entendo que elas sim devem ser reconhecidas e devem ser reconhecidas do ponto de vista da preservação cultural de maneira mais ampla, porque são áreas de ocupação consolidada, de grande carência urbanística e de grande identidade cultural que permanece por iniciativas pontuais. São abrangidos, mas não são contemplados.

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

Talvez a palavra que avalia a gestão dos órgãos públicos, eu não vou nem falar de preservação só não, é insuficiência. E aí eu quero cair naquele velho clichê da falta de estrutura, da falta de recursos humanos, da falta de recursos material, da falta de fiscal, mas é insuficiente. Você vê que a ação política não acompanha nem a filosofia do próprio direito. Se a gente já tá em 88 com uma definição tão ampla de patrimônio cultural e a gente só vai ter política de preservação de patrimônio imaterial em 2010, né?! O Estatuto da Cidade só em 2001 que vem aí regulamentar os artigos de política urbana 182 e 183 da Constituição, quer dizer, a velocidade da política e da ação no território não acompanha a evolução do próprio esclarecimento conceitual e da própria filosofia do direito. A distância ainda é muito grande. Agora, se a gente já sabe que, pela forma como a gente pensa, não vai ser possível executar, porque a insuficiência de recursos em todas áreas sempre existiu, porque que a gente não muda então a

forma da abordagem, né?! E aí as ações educativas, os inventários participativos, o protagonismo das pessoas faz muita diferença. Parque, enquanto lei, já nasceu um pouco morto, porque primeiro pressupõe que as áreas sejam públicas, se as áreas não são públicas elas têm que ser desapropriadas. Existem grandes propriedades particulares dentro do perímetro, da Fundação Gorceix, do Toledo, do pessoal do Budismo. Então surge essa discussão para o Monumento, muita gente falou que haveria uma hierarquia de proteção sendo quebrada. É como se tivesse uma lei mais restritiva e colocado uma lei menos restritiva. Mas ali já é tombado. Qual é a efetividade da restrição legal se ela não pode ser fiscalizada, acompanhada, monitorada?! A categoria de Monumento não compete com a propriedade privada, você pode ter dentro de um monumento natural propriedade particular. Um trabalho de regularização fundiária cria um limite de cercamento do parque muito mais efetivo do que aquele já realizado. Isso também é uma ferramenta de proteção, o que é mais difícil nisso?! É o trabalho de gestão e de organização. A minha crítica é em relação a nossa capacidade de gestão, só fazer uma lei mais restritiva não é garantia, só tomba não é garantia de preservação.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto e das estruturas remanescentes da mineração?

Eu acho o seguinte, que o que a gente tem hoje, se for do ponto de vista da fiscalização é pensar que a gente tá enxugando gelo. De certa forma inibe, porque a fiscalização tem um efeito multiplicador e ainda paira aquela visão impositiva e autoritária da Instituição. Que gera algum medo, que gera alguma pressão para não ocupação, mas a solução seria o planejamento urbanístico participativo, como se defende desde a década de 80. Mas parece que é simples e a gente já está desde a década de 80 tentando ter efeitos positivos nesse sentido e fracassando. Eu acredito que a solução é o planejamento urbanístico nessa concepção da Constituição de 88 aprimorada pelo Estatuto da Cidade, trabalhando com valor da terra, pensando em programas assistenciais de moradia, pensando em direcionamento de expansão urbana. Entendendo que você consegue controlar um pouco, diminuir a distância entre os extremos, trabalhando o valor da terra, podar os excessos e dar um pouco de oportunidade de voz e espaço para vozes com menos alcance econômico e político. A gente tem que entender que as pessoas que ocupam essas áreas de risco, longe do centro, de difícil acesso, não estão lá porque acham bonita a paisagem, ou algo do tipo, é porque, geralmente, elas não tiveram muitas escolhas, elas não têm condições

de estar em um outro lugar. Claro, existem as pessoas que estão ali fazendo a especulação, utilizando terreno para depois vender, mas a grande maioria das pessoas que ocupam esses locais estão ali porque não tiveram outra opção. Nesse sentido, esses instrumentos, que aparentemente não estão diretamente relacionados com a preservação do patrimônio e que os órgãos de preservação não têm gestão sobre eles, têm ação direta e talvez mais efetiva sobre essas situações. Se a gente tivesse uma direção de política pública para moradia popular, a pressão de ocupação dos morros seria diferente. E também não é só a ocupação que interfere na preservação desses bens, existem inúmeros outros fatores. Eu fui falando pelo viés da legislação urbanística, mas, assim, as ações educativas, de fortalecimento das ideias de identidade e pertencimento têm resultado direto na preservação. Não é a curto prazo, e nem é algo que se pode medir de maneira quantitativa, é uma análise mais qualitativa, talvez por isso, por esse resultado não poder ser quantificado dessa maneira, não tem investimento. As ações educativas têm o poder, sim, da pessoa cuidar daquilo que ela entende que é dela e que é importante para ela. A gente tem uma cultura muito ansiosa por efeitos, muitas ações não têm continuidade porque não geram resultados a curto prazo.

ENTREVISTA 3

Data: 03 de março de 2021

Nome: Ana Amaral

Ocupação: Arte-educadora e Coordenadora Executiva do Programa Sentidos Urbanos Patrimônio e Cidadania do Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto.

Naturalidade: Ouro Preto-MG, Bairro São Sebastião

O que você entende por paisagem?

Paisagem, eu acho que é algo que nos conecta com algo mais profundo do que a gente possa imaginar. Talvez o nosso contato verdadeiro com nossa espiritualidade, com as nossas raízes, com as nossas essências. Acho que existem muitos tipos de paisagens... Existem as paisagens visuais, existem as paisagens sonoras, existem as paisagens que são as nossas memórias. Então eu acho que a paisagem é muito múltipla, mas quando eu penso em paisagem, eu penso em conexão com a minha espiritualidade, quando a gente fala de um deus físico... Talvez a paisagem... Eu vejo nela a presença de um deus, eu talvez não veja a imagem física dele, mas sinto Deus na paisagem, na natureza. Porque para mim a paisagem é a natureza, é, principalmente, quando você fala em paisagem, imagens naturais, sem que elas sejam realmente naturais, quanto nessa paisagem também que é modificada pelo homem. Às vezes é uma paisagem incômoda, a paisagem da mineração ela me traz um incômodo, por exemplo. Agora a paisagem, que você uma igreja, que você vê o Pico do Itacolomi, que você vê as casas coloniais, ela é uma paisagem que me agrada, que me traz paz, a paisagem das montanhas inteiras, sem pedaços de mineração me trazem tranquilidade, me trazem paz. Agora tem as paisagens que irritam, que é a paisagem normalmente destruída pelo o homem, essa me traz um incômodo.

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto?

Eu vejo a paisagem de Ouro Preto como uma mistura, é uma paisagem que preserva muitas vezes o país de muitos anos atrás, uma época antiga, mas é uma paisagem atual também. É uma paisagem que mostra as diferenças sociais, o abismo social presente no nosso país, e isso é muito explícito em Ouro Preto. Embora, dentro das normativas, exista uma tentativa de manter uma paisagem preservada, mas também moramos, vivemos em um país com sérios problemas sociais e essa paisagem ela também está exposta e ela existe, e ela não deve ser escondida, né?! Ela deve ser trabalhada e valorizada. A paisagem de Ouro Preto ela é muito maior do que o turista vem ver, então a verdadeira paisagem da cidade ela é muito maior do que aparece

nos comerciais de TV e no que é divulgado. Então Ouro Preto tem uma paisagem natural enorme, tem a Serra de Ouro Preto, os morros das comunidades que não são vistas quando você chega na Praça Tiradentes, ou elas estão distantes da Praça Tiradentes. A paisagem de Ouro Preto não é só o Centro Histórico, ela vai muito além, ela vai na cachoeira das andorinhas, ela vai aos distritos. No Salto (distrito de Ouro Preto) a gente tem grandes cânions, muitas cachoeiras... As ruínas do Morro da Queimada, ela é uma paisagem não tão visitada pelo turista, mas é uma paisagem presente no morador que mora no Morro da Queimada, no Morro Santana, no Morro São Sebastião. Eu acho que é isso... São múltiplas essas paisagens, elas não são uma só, e elas também dependem de cada morador, de cada um que passa por essa cidade. Eu vejo uma desvalorização de algumas paisagens e uma supervalorização de outras paisagens, então eu acho que isso faz pensar num trabalho de ecoturismo, ou turismo de base comunitária, que não é tão explorado ainda, por exemplo, nos distritos, nos bairros periféricos ou nos morros, nos lugares que tem as ruínas, que tem atrações históricas, culturais, artísticas e atrações naturais. E num momento como esse de crise, temos que repensar as nossas atividades econômicas. E talvez um caminho interessante seja nas comunidades locais, e partindo do público local também.

Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

Acho que sim, com certeza. Eu acredito que na nossa vida há sempre mudanças. Andar por Ouro Preto é sempre uma novidade. Se você passar pelo extra cotidiano como acontece nos “Roteiros Sensoriais” que são uma criação do professor Juca Vilaça, que eu participei muito como mediadora, como orientadora desses roteiros. E toda vez que eu andava, às vezes fazendo o mesmo roteiro, não teve nenhuma vez que não vi alguma novidade. Toda vez tinha algo novo na cidade, olhando essa perspectiva, sempre há algo novo, algum detalhe, alguma cruz em uma porta que você nunca tinha percebido e que ela surge numa nova caminhada quando você sai do olhar cotidiano, quando você entra nesse extra cotidiano. A paisagem de Ouro Preto, urbanisticamente, tem mudado muito sim, tem tido uma ocupação bem grande nos morros, a cidade tem crescido bastante. Existem várias questões de necessidade de ela crescer e não tem muito por onde ela crescer mais, então tem uma grande ocupação nos morros. E tem essa cidade que ela vai se modificando sempre, a visão talvez mais subjetiva sobre a cidade, com o contato com as pessoas. Quando eu era criança eu via a cidade de uma forma. Por exemplo, quando eu era criança eu fiz um

trabalho sobre o Morro da Queimada, o Parque do Morro da Queimada não estava em ascensão nessa época, as pessoas tinham esquecido desse parque. Não existia um movimento a favor desse parque, eu lembro quando eu era criança. Então eu conhecia essa história, quis trabalhar na escola com meu grupo, a história do Morro da Queimada, esse trabalho teve uma grande visibilidade, nós fomos para a Unesco falar desse trabalho e a partir daí outros grupos, Instituições começaram a olhar de volta para o Morro da Queimada. Tem boa parte da história de Ouro Preto, de Minas Gerais e do Brasil, a gente tá falando da “Revolta de Felipe dos Santos”, da “Revolta de Vila Rica”, 1720 e 1722, era uma história que eu criança já sabia e foi uma paisagem que fazia parte da minha vida. Crescendo e fazendo universidade, o curso de licenciatura, eu comecei a andar mais com as comunidades, ter mais contato direto. E vi que as paisagens de Ouro Preto são as mais diversas possíveis e que elas, sim, estão em constante modificação. Então, como as pessoas entendem essas paisagens? Muitas pessoas não se identificam com essa paisagem de Ouro Preto, outras não gostam mesmo, outras pessoas aprendem a gostar, outras pessoas contam muitas histórias em torno dessa paisagem. Dependendo do lugar que você está e com quem você está, essa paisagem também vai mudando. Existe um público estudantil que tem uma relação muito diferente com essa paisagem, existem as pessoas de cada bairro, cada bairro tem uma relação com a paisagem, e essas relações, elas também vão se modificando ao longo do tempo e a minha relação com ela também vai se modificando. Eu tenho um sentimento muito positivo em relação as paisagens das cidades, eu gosto muito, mas em muitos momentos essa paisagem já me incomodou. Então, a minha relação com essa paisagem ela tá em constante modificação, mesmo porque a gente também tá evoluindo e crescendo junto com a paisagem. E aceitar as mudanças dessas paisagens as vezes também não é tão fácil.

Como você vê a Serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto? Qual seria a importância dessa região?

A Serra de Ouro Preto é de extrema importância, eu acho que a gente recebeu uma história, uma série de informações muito eurocentradas. A cidade é muito valorizada na questão histórica, nas influências portuguesas e muitas vezes a gente não reconhece as questões africanas dentro dessa história... indígenas... A história africana, ela tá muito presente na Serra de Ouro Preto, então, quando a gente fala das influências africanas que foram muito importantes na história da cidade e do Brasil também, elas estão presentes principalmente na Serra de Ouro Preto. E eu vejo que

não é tão valorizado como deveria ser. Como eu comecei a falar no início, como o centro histórico, que tá muito centrado na cultura europeia, na cultura portuguesa, então as nossas raízes, africanas e indígenas, elas talvez estejam muito mais presentes na Serra também.

Quando você começou a ter contato com essas narrativas?

Com a questão aqui do Morro da Queimada, a gente tem uma questão muito grande do trabalho negro, africano... Começa aí. Mas eu acho que ainda assim essas informações, essas narrativas não foram aprofundadas e eu começo a ter mesmo junto aos Programa Sentidos Urbanos, que eu faço parte desde 2009, e em contato com a Mina Du Veloso. Conhecendo a Mina Du Veloso mesmo, porque eu acho que antes a gente não tinha tanta informação... dentro da escola quando eu estudava não recebia muito essa narrativa. Mesmo aqui no contato com o Morro da Queimada e com a Mina da Encardideira, porém eu acho que o contato que nos trazem essas histórias, essas narrativas, ela é muito na questão do sofrimento negro. Por exemplo, do sofrimento do africano, mas eu acredito... – eu me sinto um pouco incomodada de falar... pela questão do lugar de fala um pouco – mas eu vejo que a cultura negra ela é muito rica, então, nós devemos pensar muito além do sofrimento, que é real e existiu, mas é sempre colocado dentro da história, dentro dos museus, dentro dos trabalhos o sofrimento, a imagem da senzala. Mas as questões das manifestações culturais, do conhecimento do trabalho do negro, realmente não chegam muito... E isso é real.

Qual a importância dessas estruturas presentes na Serra e qual a leitura você faz a respeito das estruturas remanescentes da mineração presentes no bairro São Cristóvão?

A importância da Serra eu acho que é porque é uma parte essencial da história da cidade e eu acho que ela tem um grande potencial ecoturístico, histórico. É também de uma questão histórica e econômica, pensando também em um lugar com problemas sociais, problemas econômicos, problemas de desemprego, e ao mesmo tempo com uma riqueza muito grande histórica, cultural e natural. É uma grande potência para o turismo, o turismo de base comunitária, valorizando o que tem naquela comunidade, que é a Serra. Então, existe uma importância histórica e tem um potencial turístico, que deve ser investido... E foi essencial para a construção da cidade de Ouro Preto, é a base da construção da cidade, ela é a base, a raiz da cidade. O Morro da Queimada tem me preocupado bastante, pois existem construções atuais que têm ocupado ainda aquele parque, usado ainda daquelas construções

remanescente de canga. Existe uma ocupação muito forte ali no entorno, que começa a quase passar os limites do Parque, isso me preocupa, porque ali é uma história viva. Na Serra do Veloso, acredito também que tenha esse mesmo problema, não vivo ali do lado, mas acredito que tenha esse mesmo problema da ocupação onde tem as minas, e isso é realmente preocupante. Os dois lugares eu acho que podem ser trabalhados junto com a comunidade como fonte de renda, eu acredito que se deve investir mais em trabalhos educativos, de troca com a comunidade mesmo, pensando na valorização desses lugares... Enfim, é uma história viva. A Serra de Ouro Preto, as minas, as ruínas, elas contam a nossa história, a história viva. A mineração ela sempre esteve presente em Minas Gerais... Eu comecei falando da paisagem da mineração que me incomoda, mas qual é a paisagem que me incomoda? É a paisagem da mineração atual, porque a paisagem da mineração do século XVIII ela não me incomoda, ela me traz história, mas ela não é agressiva como a mineração que a gente tem hoje né. Eu vejo as montanhas de Minas sendo picadas... E o trabalho da mineração antiga, o perigo é a gente cair dentro do buraco, dentro do sarilho, mas é a história viva. Eu vejo a mineração, as minas, os sarilhos, como parte de uma história viva, a gente tem o “Romanceiro da Inconfidência” que conta isso, ele conta em alguns poemas sobre esses lugares, sobre essa Serra. Cecília Meireles fala da “destruição de ouro podre”, que foi o incêndio no Morro da Queimada.

Você tem conhecimento da outra narrativa histórica levantada pelos agentes sociais da Serra a respeito das tecnologias trazidas da África? Você acredita que essas outras narrativas históricas deveriam ser consideradas para as tomadas de decisão pública?

Bom, hoje o Parque do Morro da Queimada, ele é um parque arqueológico. Então ele tem um certo grau de proteção, só que ainda assim, um controle total... Ele é complicado... A gente tem um crescimento desordenado... E relações que devem ser trabalhadas com a comunidade mesmo. Eu acho que o que vale do poder público trabalhar em diálogo contínuo com as comunidades, isso é algo muito importante. Além, lógico, de um investimento financeiro... Um investimento econômico... Como eu falei, nesse turismo de base comunitária, mas como eu falei, algo além disso né?! Algo que trabalhe com perspectivas educativas, com perspectivas de diálogo contínuo, de troca. Eu acho que isso deveria ter um investimento maior em todas as esferas, tanto municipal, estadual, federal. A maior forma de preservação é através das próprias comunidades... Guardiões desse patrimônio, para que ele seja lido. Sendo que eles

também são parte desse patrimônio... Eu acho que a melhor forma seria através de processos educativos, e esse investimento ele precisa ser maior.

Como você avalia que seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas com a comunidade?

Eu acho que isso que disse antes, e trazendo sustento, então às vezes se existe uma forma de exploração ou de, enfim... É também uma questão econômica, uma questão social. Eu acho que além das questões educativas, precisa trazer soluções econômicas... Todo mundo precisa viver, né?! E se viver a partir de algo que eu preservo, que eu cuido. Esse cuidado não tem que ser por dinheiro, ele tem que ser através do afeto, e se algo pode trazer um retorno para a comunidade, então por que não?! Por que não pensar no turismo de base comunitária, por que não pensar que existe o potencial do senhorzinho ali do boteco que tem uma costelinha com angu que é uma delícia, sabe?! Ou pensar na dona que tem condições de receber e transformar aquele lugar em uma pousada, ou pensando aí nas histórias das pessoas também, nas pessoas como guia, eu acho que tem que envolver a comunidade de uma forma socioeconômica. Além claro da prática educativa, desde a criancinha, desde a educação infantil, para reconhecimento mesmo, para compreender esse lugar. Mas eu acredito que as pessoas têm muito mais a contar do que a gente levar a elas. Mas uma troca mesmo, um reconhecimento... Partilhar desse lugar em processos educativos, desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, ao ensino não formal, mas também envolver de forma econômica essa comunidade. Vivemos num mundo que a gente precisa de recursos financeiros para viver, e cada vez mais, eu acho que as formas que a gente vive hoje, que a gente capta recurso, elas vão ter que ser repensadas e transformadas, então eu acredito muito nessa potencialidade desses lugares como trabalho econômico para as pessoas locais.

Como você acha que essas narrativas corroboram ou não para se pensar a preservação dessas estruturas?

Eu acho que o pessoal da Mina do Veloso traz uma perspectiva que muitas vezes a gente não tinha pensado até então. Muitas vezes é um choque de forma positiva. Ele te tira daquele lugar de conforto que você estava até então que você não tinha pensado. Eu acho fundamental o trabalho da Mina Du Veloso, ele surge de pessoas que moram naquele lugar e trabalham naquela comunidade, envolvem aquela comunidade e trazem perspectivas sobre a cidade que até então não eram apontadas e são de extrema importância. Quando ele (Du) fala de técnicas, por exemplo, eu não

sabia de nada daquilo, entende? Porque também aquilo nunca foi trazido pra mim. Não tinha até então, e acredito também que grande parte das pessoas que vivem aqui e que é algo extremamente importante para a nossa história e talvez a nossa verdadeira história, as nossas verdadeiras raízes. Acho que a gente vive muitas vezes numa cegueira, num “ensaio sobre a cegueira”, e aí acho que eles começam a nos tirar disso. Pera aí, é só Tiradentes, é só a Inconfidência Mineira?! Qual que é a história desse lugar?! Tem esse trabalho negro nas serras, tem essa cultura que não é só portuguesa, então eles trazem uma grande perspectiva da verdadeira história. Acho que a gente só sabia um pedacinho... E uma boa parte da história é muito inventada também. A gente tem a figura do Tiradentes como um herói nacional, até que ponto isso é real? Até que ponto isso é algo tão importante... Eu acho que ele (Du) traz uma importância histórica muito maior do que a gente aprendeu, ele traz uma perspectiva que não está nos livros. Ela está contada nas minas, ela está contada na serra, mas ela não tá nos livros de história, eles trazem as nossas raízes, as nossas histórias reais, verdadeiras, não só aquela que tá no livro.

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

Eu acho que é uma série de normativas e questões que devem ser repensadas, sejam jurídicas, sejam de parâmetros. Eu acho que o IPHAN é um órgão extremamente importante na preservação da cidade, acho que ele cumpre um papel de guardião do patrimônio no Brasil. É papel não só no âmbito do IPHAN, mas no âmbito municipal, estadual. Acho que há um diálogo e que ele deve continuar, um diálogo entre essas três esferas, ele é super importante... É, na verdade, essencial. Eu acho que ele pode ser maior, mas a gente sabe às vezes da realidade de cada Órgão, de cada Instituição, né?! Mas eu acho que esse diálogo constante; acho que ainda assim precisasse se pensar em políticas que ouçam mais as comunidades, que ouçam mais os seus representantes, que seja feito muito mais do que é feito hoje, em constante partilha mesmo dessas ideias e questões. A potencialidade acredito que seja disponibilizar encontros e conversas, né?! Partilhar essas experiências mesmo. E acho que a questão do desafio é a questão muitas vezes das normas e das regras que entram em conflito com os desejos, com as pretensões que a comunidade tem, que a população tem, então eu acho que isso é um desafio. Talvez flexibilizar alguns lados, em algumas instituições... para conseguir chegar a um objetivo comum que seja justo, que atenda também as necessidades da comunidade, dentro das possibilidades.

Também a comunidade entender que existem alguns limites, mas pensando aí num bem comum e na preservação da memória coletiva, como um bem maior. Acredito que tudo está no diálogo, o diálogo pode ser a solução e o diálogo pode ser também o maior desafio, mas para ultrapassar, vencer desafios é preciso flexibilizar, respeitando a memória coletiva.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto?

Eu acho que é uma questão mega delicada, inclusive precisa mexer com muitos aspectos sensíveis. Não acho que é uma coisa fácil... Acho que há solução, mas talvez a solução não seja uma solução justa também. Eu acho que a solução é conversar, normalmente eu falo a mesma coisa... E chegar em um diálogo e em uma solução coletiva... Se você for pensar “Ah, tal Órgão; Ah, tal Instituição”, talvez ela fale algo que não agrade a comunidade, por exemplo, demolir é uma solução?! Eu realmente não sei te dizer. Algo que já está, entende?! Mas, também, por outro lado, se começar uma grande ocupação aquilo vai deixar de existir, e aquilo é uma memória coletiva, é a questão de preservar aquela memória coletiva. E aí, isso também destrói a chance de ter um trabalho de turismo de base comunitária, a chance de ter uma solução socioeconômica para aquele lugar. A partir do momento que ali é completamente ocupado e deixa de existir. Eu acho que a solução é o diálogo... Quem vai impor?! Ninguém tem que impor nada. Mas a gente tem que pensar na própria comunidade como guardiã. Eu acho que é muito o diálogo e os processos educativos, então como é que é isso: vai demolir?! Acho muito complicado. Se for demolir, as pessoas vão para outro lugar, elas vão deixar de fazer parte daquele lugar. Eu acho muito complexo, eu acho que tem que haver muito diálogo mesmo.

Você acha que é possível criar uma política de educação patrimonial, ou algo do tipo?

Sim, eu acho que é possível, que ela existe já, a educação patrimonial, mas tem pouco alcance pelo tamanho da cidade e pelas potencialidades. E, pensando que deve ser um trabalho contínuo, e junto disso, um projeto muito maior com a comunidade, não só ações educativas, ações de desenvolvimento de sustentabilidade, pensando na sustentabilidade mesmo, né?! Enfim, eu acho é o diálogo. A solução não é só ir demolindo o que já está feito, mas também se permitir que isso seja ocupado. E é o que me preocupa, por exemplo que tenho visto, se a gente deixar isso acontecer nós vamos perder esse museu aberto, esse museu vivo, e essa potencialidade que ele

tem de desenvolvimento para as próprias comunidades locais. Aí eu acho que entram todas as esferas, quando se pensa em trabalhar junto educação e economia é porque educação é a base de tudo, então educação é a base da economia, a base da saúde, do desenvolvimento urbano, ela é a base de tudo. Você quer manter um diálogo, você quer construir um diálogo com a comunidade, então você trabalha com todas as esferas dessa comunidade. E qual é a base? A base é a infância, tem que trabalhar desde a infância, trabalhando as outras esferas. Quando a gente é criança a gente aprende a andar, as primeiras palavras, aprende a contar uma história, aprende tanta coisa na infância, por que não aprender e valorizar mais a história do meu lugar, a memória do meu povo?! Isso é tão pouco trabalhado na nossa infância, né?! As nossas manifestações culturais. Então na Serra de Ouro Preto, desde criancinha... que bom ouvir essa história, que talvez eu não tenha ouvido, mas como seria bom eu desde pequeninha ouvir sobre a tradição africana, afro-brasileira, que tá presente sobre esses ofícios também. Se tudo isso, se a memória do meu povo, a memória coletiva, as minhas questões culturais foram trabalhadas desde pequena, é muito melhor. Mas partindo agora, se começasse agora, hoje, vamos começar um trabalho com as comunidades de preservação... Vai ser um projeto enorme, vai começar junto com a escola, vai ser junto com o posto de saúde, vai ser junto com o boteco, junto com a igreja, em todas as religiões. Então eu vou conversar com o pastor, conversar com o padre, vou conversar com o pai de santo e vou envolver toda a comunidade de alguma forma, e também a Associação de Bairro, enfim... Eu acho que tem que ser o todo... Porque, se não, não adianta, ou adianta de uma forma muito pequena, né? E também oferecer a formação e aprimoramento profissional para as pessoas, incentivando a construir e fortalecer o comércio local, a possibilidade de receber pessoas na comunidade, de valorização dessa história. Pensando que já existem restaurante locais, ou pessoas que têm essa vontade... Até de hospedagem também e formação profissional em geral também. Tem que se pensar no todo, até no posto de saúde.

ENTREVISTA 4

Data: 11 de março de 2021

Nome: Luiz Cláudio Alves Viana

Ocupação: Turismólogo, mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – UFMG e um dos agentes sociais que trabalharam na Mina Du Veloso.

Naturalidade: Ouro Preto-MG, Bairro São Cristóvão/Veloso

O que você entende por paisagem?

Embora eu tenha feito a disciplina de paisagem eu tenho uma visão ainda muito limitada sobre a paisagem em si. Mas paisagem para mim é tudo aquilo que o ser humano possa enxergar, sentir. Eu acho que o princípio da paisagem passa por aí...

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto?

A paisagem de Ouro Preto hoje, eu vejo ela como uma paisagem mais autêntica da história de Ouro Preto, eu acho que é essa que nós temos aqui agora. Porque agora não tem como esconder mais nada, se você tiver no centro você vê os bairros periféricos, e no mesmo tempo que você está no bairro periférico você também vê o centro, então eu acho que hoje em dia não tem como você ocultar a paisagem geral, a paisagem total de Ouro Preto, então eu acho que a paisagem de hoje ela é bem autêntica.

Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

Mudou... Mudou total, principalmente depois que eu comecei a estudar, a ter mais acesso a essas questões de espaço, de território, de patrimônio, cultura, né?! Mudou bastante. Antes quando eu era mais novo eu achava feio os morros, porque ficava muito naquela visão do centro e tal, mas hoje eu entendo que o morro de Ouro Preto... Ele tem a paisagem dele, ela faz parte da paisagem total da cidade e que os acontecimentos históricos, econômicos que aconteceram na cidade é porque a paisagem foi mudando, né?! E o espaço, ele vai mudando e as coisas vão se alinhando. Então, eu acho que esse entendimento pra mim, hoje, é algo para ver a cidade de outra forma, de outra maneira.

Essa mudança aconteceu quando você teve conhecimento das narrativas da Mina Du Veloso?

Na verdade, quando eu estava no curso de turismo, a gente tinha uma disciplina lá sobre patrimônio, sobre a geografia geral do turismo, então ali eu já comecei a ter uma mudança... Um pouco sobre a minha visão de paisagem, agora o trabalho na mina pra mim, foi importante para me reafirmar, para me dar mais sentido, para agregar

mais valor, nessa paisagem que ao mesmo tempo que faz parte cidade, para além desse centro de Ouro Preto. Então, para mim, o trabalho na mina, ele ressignificou e trouxe muito valor para a paisagem da periferia, dos morros de Ouro Preto.

Como você vê a Serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto? Qual seria a importância dessa região?

Eu vou te falar a verdade, que eu estou com a visão tão ampla que eu acho que a cidade de Ouro Preto que está na Serra, eu acho que o processo é o inverso. Porque a cidade de Ouro Preto, na verdade ela começou na Serra, na verdade a Serra aqui já estava. Tanto a serra de Ouro Preto mesmo, como a outra Serra do Itacolomy, eu acho que hoje eu vejo a cidade na Serra e não a Serra na cidade, sabe?! Eu acho que é mais ou menos isso. A Serra de Ouro Preto hoje, para as questões todas, hoje eu entendo que a Serra de Ouro Preto para a cidade de Ouro Preto só foi possível mesmo ser urbanizada, no sentido de habitar, não só de construir, por conta da Serra. Porque os primeiros que vieram para cá vieram para minerar, não vieram para ficar, então até nisso vai impactar. Os primeiros arraiais ali eram aqueles arraiais de passagem, não era para ficar de fato, mas depois que viu que a região tinha um grande potencial de ouro, além dos rios, que esse ouro estava na serra, o pessoal viu a possibilidade de ficar e estabelecer um território aqui. E aí eu entendo que a Serra ela que vai originar de fato todo o processo de urbanização e de habitação desse território aqui, tem um livro, que li ele na época que eu estava na mina e acho muito interessante, porque antes dos paulistas chegarem aqui e tal, o lugar já era habitado, mas ele não era habitado como um lugar fixo, porque os indígenas que passavam por aqui eles eram meio nômades, justamente porque é um território muito hostil de fato para você plantar, então eles eram meio que nômades, se eu não me engano o nome da tribo era os botocudos. A Serra que fez de fato esse processo de urbanização de habitação acontecer. Então hoje, eu entendo a Serra no contexto histórico de Ouro Preto desse jeito, e hoje ainda é, né?! Porque grande parcela da população da cidade hoje habita a Serra, já é um outro processo histórico, mas que faz parte da história da cidade.

Qual leitura você faz a respeito das estruturas remanescentes da mineração presentes no bairro São Cristóvão?

Essas estruturas de mineração aqui, pelo menos no meu caso... É muito doido esse processo, eu acho que é muito geral isso aqui do bairro, acho que se você fosse entrevistar outras pessoas elas iriam falar algo semelhante, porque a gente cresceu no meio dessas estruturas, mas ninguém entendia muito bem o que era e o que

significava e a função delas no contexto histórico. A gente vai crescendo no meio dessas estruturas, assim, a gente é habituado a ver os muros antigos, as entradas dos mundéus, os aquedutos que ainda estão bem evidentes na Serra aqui, onde a urbanização chegou, as minas. A gente cresceu dentro desse ambiente. Hoje eu creio que o bairro literalmente está em cima de uma planta de mineração do século XVIII, direitinho, porque a gente observa algumas imagens antigas, quando ainda não tinha urbanização, a gente consegue ver a posição das estruturas, dos mundéus e dos aquedutos, e os mundéus e os aquedutos hoje eles ganharam uma outra função. O lugar onde eles foram feitos e onde a urbanização chegou ganhou outra função. Os aquedutos, alguns deles, pelo nivelamento, pela posição, hoje são ruas, então deu esse traçado de via urbana aqui dentro do bairro. Os mundéus da forma que eles eram feitos, aqueles quadrados, um do lado do outro, o primeiro loteamento do bairro foi dentro de um mundéu. Na verdade, a morfologia urbana do Veloso começa dentro dessa estrutura de mineração, dentro dessa planta de mineração. Hoje eu consigo identificar que essas estruturas elas não só da mineração lá do século XVIII, mas como elas são hoje o próprio ordenamento urbano do bairro.

Você acredita que essas outras narrativas históricas deveriam ser consideradas para as tomadas de decisão pública?

Sim. Eu tenho pra mim que essas estruturas da mineração... É engraçado que quando dá o processo de tombamento da cidade de Ouro Preto, tombam tudo, né?! E a área é extensa. Depois com a chegada do turismo, por volta da década de 40, 50, por aí, e também com a chegada marcante da Alcan, que o pessoal começa a vir morar em Ouro Preto. A gente percebe que voltaram as atenções para poder manter o centro, do jeito que vai impactar menos o centro. Enquanto as políticas públicas não atenderam a cidade tombada como um todo, a área tombada como um todo. O crescimento da cidade de Ouro Preto começa nessas áreas de mineração, acredito até porque já era uma área que já havia de fato a ação humana ali. Então, o pessoal viu a possibilidade de utilizar os mundéus para fazer lote, os aquedutos para poder fazer rua. Eu acho que lá atrás eles tiveram uma certa percepção por esse tipo e começam a ocupar as serras. Só que essa ocupação ela foi tão ampla que passou, passou e ninguém fez nada. Ao meu ver, agora o pessoal está começando a discutir algumas coisas no campo patrimonial, no turismo, no meio ambiente e tal. Mas nada assim que seja realmente efetivo para poder tanto preservar, mas também fazer com que essas populações tenham um ambiente onde que ela mora, um pouco melhor,

porque esse processo também é característico da cidade de Ouro Preto como favelização, né?! Que foi amplo, não teve nenhum planejamento, nem nada, e essas estruturas foram engolidas aí pela construção de concreto... Mas, em relação à política pública, eu não vejo muita coisa sendo feita não. Até mesmo eu acho que deveria ter, porque os vertedouros de água de Ouro Preto é aqui, é a Serra, né?! Então assim, se você tem uma urbanização desenfreada, se você não trata a água da primeira casa que tá lá em cima, toda população vai sair prejudicada. Eu acho que primeiro as políticas públicas deveriam priorizar essa questão mais ambiental, que englobaria tudo, por conta desse princípio dos vertedouros de água de Ouro Preto que estão aí no alto da Serra.

Como você avalia que seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas com a comunidade?

Sim, eu acho que sim, porque eu tenho observado, lógico que a minha visão é minha, né? Eu tenho observado que de uns anos para cá o pessoal tem tido muito acesso ao IFMG e à UFOP, então eles deixam de ser estudados, para poder estudar o lugar deles, sabe?! E isso acontece aqui no Veloso, acontece no Morro Santana, na Piedade, Taquaral... Está acontecendo no geral. O pessoal está entrando em diversas áreas... Entrando no turismo, na educação, nas engenharias, medicina, o pessoal está conseguindo, de certa forma, acessar. Eu acho que isso é o primeiro passo. E aí depois que eles acessam, que eles começam a identificar o local deles de fato, dentro dessas diversas áreas acadêmicas, eu acredito que o olhar deles muda. E é exatamente por essa gama de pessoas que estão tendo acesso a essas informações e moram nesses lugares, eu acho que elas junto com a comunidade como um todo, são peças chave para poder fazer esse movimento. Mas não um movimento de hierarquia, mas um movimento horizontal, de juntar todo mundo, de conversar sobre essas estruturas, a importância delas para a cidade... No local onde elas moram... Acho que isso é um ponto forte, sabe?! Para poder preservar de fato essas estruturas, não preservar num sentido de engessar, mas preservar no sentido de manter a memória viva, eu acho que isso é um fator importante. Eu acho que, igual a gente, a gente vai estudando, vai lendo, vai vendo os professores, em palestras e tal, a gente vai percebendo essa questão do patrimônio não poder mudar, que isso já passou, isso não funcionou em Ouro Preto, não funcionou e não funciona mais. Então, você tem que entender exatamente as mudanças, eu acho que a mudança é o foco principal da patrimonialização.... Tudo está mudando o tempo todo.

Você teve conhecimento da narrativa histórica afrodescendente na Mina Du Veloso, ou em outro lugar?

Olha, quando eu comecei a trabalhar na Mina Du Veloso, eu estava no final do sétimo período na universidade, e eu já tinha passado por uma disciplina que era “História Geral de Minas Gerais”, algo assim. Eu lembro que professor mencionou algo do tipo, mas assim, muito superficialmente mesmo, foi uma fala assim de 2 a 3 minutos dentro da sala, dentro de uma disciplina. Quando eu comecei a trabalhar na Mina eu lembrei, na verdade eu nunca esqueci disso, que quando eu estudava aqui na Escola Padre Carmelo que fica aqui no bairro, no ensino fundamental, eu estava na sexta série, o professor, você até conhece ele, o André Castanheira, um dia ele do nada pediu pra todo mundo para olhar pra Serra. Aí todo mundo foi pra janela e olhou para a Serra, então ele foi e explicou um pouquinho para a gente assim: “Tá vendo aquelas linhas ali, pessoal”, que eram os aquedutos, todo mundo “Tá, támo vendo” ... Isso foi muito.... Essa paisagem da Serra que tá aqueles aquedutos tudo marcado, todo mundo pensa que, sei lá, que é alguma coisa. Aquilo ali é do homem, né?! Porque não é possível a natureza fazer aquilo, retinho daquele jeito. Aí ele foi explicou: “Aquilo ali, pessoal, é que o bairro aqui era uma mina de ouro, então aqueles cortes ali tem uns canais assim...”. Aí já tinha alguns alunos que conheciam e disseram: “Então eles faziam aqueles canais ali para desviar a água, pra poder trazer a água aqui para fazer a mineração, isso que é os fazeres africanos”, ele falou assim. Eu lembro direitinho como se fosse ontem. Mas o embasamento mesmo, foi na Mina que eu tive acesso. Tanto na questão de material e de narrativa, porque eu mesmo entendia que o processo era todo vindo da Europa, que eles pediam para fazer, que tinha um lá, como se fosse um engenheiro, um encarregado, “Faz isso, faz aquilo”, mas nunca passou na cabeça de poder criticar nesse ponto que a Mina faz: “Opa, pera aí... Os caras já mineravam ali na África, eles vieram para cá sabendo disso”. Então, esse processo assim, de questionar de fato a história, igual o trabalho da Mina faz, o primeiro lugar que tive acesso de fato foi lá.

Como você acha que essas narrativas corroboram ou não para se pensar a preservação dessas estruturas?

Acho sim, acredito que pela realidade de Ouro Preto hoje, como já disse, a população de Ouro Preto hoje está na Serra. Então, o que acontece?! A população de Ouro Preto hoje, se não me engano, quase 70% é autodeclarado preto. Quando você traz essa narrativa, que destoa da narrativa da história oficial, e você traz essa narrativa para

poder interpretar a estrutura da mineração o lugar onde você vive, eu acho que isso ajuda bastante... As pessoas que estão aqui hoje, de alguma forma, são herdeiros desse pessoal que veio para cá... Não necessariamente o pessoal que veio da Costa da Mina, não é isso que estou falando, estou falando que são herdeiros dos africanos escravizados e vieram para cá. Então, de certa forma, isso ajuda bastante a questão da identificação de fato da história de vida das pessoas, com as estruturas e também com esse link lá no passado lá, de exaltar esse conhecimento. Esse meio, eu acho que é uma amarração perfeita, para poder fazer com que as pessoas enxerguem o outro lado da história, pra entender a própria história deles, como sujeitos, né?!

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

O patrimônio da cidade de Ouro Preto é, assim, eu não sei se é porque talvez eu seja turismólogo, mas no caso de Ouro Preto, eu acho que não tem como desviar o patrimônio do turismo, não, eu acho que hoje as duas coisas caminham juntas, uma vai influenciar na outra. Mas eu acho que justamente por conta do turismo, ainda acho que as questões de políticas públicas, de preservação do patrimônio, para onde os incentivos financeiros que a cidade consegue pra esse setor são aplicados, eu acho que ainda hoje é voltado para o centro histórico. O que vem para o morro, acho que parte muito da ação popular, das associações de bairro, por exemplo. Quando faz alguma certa pressão, de algum político ou outro que às vezes consegue fazer alguma coisa na área, mas as iniciativas políticas ainda estão muito centralizadas porque o turismo tá centralizado ainda. Eu acho que a partir do momento que a cidade de Ouro Preto entender de fato a importância de preservar mais essas questões das estruturas da mineração que estão na Serra. E entender que a cidade de Ouro Preto mudou, a paisagem mudou, não é só o centro. Não tem como maquiagem esses morros, e começar a propagar o turismo nesses locais, e a população querer também, porque a população tem que querer, eu acho que quando isso acontecer, essas políticas elas vão voltar mais para a parte periférica, onde essas estruturas estão. Acho que é mais ou menos por esse sentido. Mas eu acredito que ainda estão muito focados no centro.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto e das estruturas remanescentes da mineração?

Eu acho que você deve ter ouvido falar, porque na época você estava aqui em Ouro Preto ainda, mas aquela ocupação “Chico Rei”, o movimento, um dos focos deles, das coisas que eles falavam ali e exatamente para poder tirar o pessoal que estão na área

de risco e grande parte deles estão próximos dessa estrutura de mineração, né?! Ou dentro das estruturas de mineração, tem isso também... Era poder fazer com que esse pessoal que está na área de risco saísse da área de risco, mas não aquela saída no sentido de expulsar e a pessoa não saber para onde que vai, é uma saída no sentido de tirar ele de um risco de vida que ele está correndo, ele e a família dele, e levar para um lugar seguro para ele poder continuar a vida. Acredito que esse é um movimento que na teoria funciona... Na época que eu ia, porque agora não frequento mais, eu lembro que o pessoal batia muito nessa tecla. Mas hoje eu acredito que a cidade de Ouro Preto crescer pra Serra não tem mais jeito mais. Continuar urbanizando e expandindo essa malha urbana da área de Ouro Preto pra Serra, eu acho que o pessoal já começa a desafiar até a própria física. Porque a gente vê umas estruturas saindo, para e pensa “Não vai dar certo”, mas o pessoal, por falta de opção, faz. Um outro processo que acontece, vamos dizer assim, nessa arquitetura dessas casas é que é muito difícil uma pessoa começar, principalmente quanto tem o nicho de família aqui, dentro de um núcleo, isso é muito característico também, às vezes você tem três quatro casas ali, mas é tudo da mesma família. É muito difícil a gente ver uma pessoa que começa a construir e coloca telhado nas casas, elas sempre deixam uma laje, para quando os filhos dela vier, vai fazer em cima. E agora a gente tá nesse processo, aquelas pessoas que chegaram aqui na década de 60 já estão velhas ou já faleceram, os filhos vieram e esses filhos que são agora a segunda geração subiram. E agora a gente já está na terceira geração, que é a minha. E o pessoal já está ficando no bairro e construindo em cima, então já está começando a verticalizar, não é nem expandir. Esse é um processo que eu tenho reparado aqui, mas eu não acredito que para a Serra assim de fato tem como crescer. E acredito que os olhares que agora a administração pública, municipal, estadual, qualquer uma que seja, é de não deixar crescer mais, é de não deixar e fazer com que surjam outros lugares para que esse pessoal possa construir, possam viver ali dignamente, né?! Eu acho que isso tem acontecido aqui no Veloso, lá no Morro Santana, no Taquaral, então... Eu acho que isso é geral nesses bairros. Em relações às estruturas, eu acho que tem sim como se preservar, a prática de preservação, a preservação física, vamos assim dizer, no que que está ali, já está ali... Derrubou e usou para construir a casa... Se está ali e lá dentro tem uma casa hoje e ao redor você consegue ver os muros dos mundéus, se tampou a boca da mina, que acontece demais, no Veloso acontece demais isso. Eu acho que o que já foi feito, já feito. Mas eu acredito que essa preservação, esse conhecimento,

essas estruturas de mineração, como um todo, as que estão em pé, as que foram destruídas e as que estão ali no meio das casas, eu acho que a preservação delas tem que passar por essa interpretação da bagagem da história. Entendendo que as coisas mudam, e que hoje está assim, mas ainda faz história. Eu acho que por esse viés a gente consegue contornar esse processo, sabe?! Então essa questão histórica, paisagística, de leitura do espaço como um todo, eu acho que passando por esse caminho, dá para preservar muito ainda. Essa preservação não pode ser uma ação que dependa unicamente do poder privado, eu acho que se for assim, para ter um retorno financeiro, provavelmente será o turismo massificado, ou tentativa de algo parecido. Então, eu acho que isso não seria viável. Mas quem que poderia investir? Tem muitos hotéis, pousadas, restaurantes, esse trade turístico aqui em Ouro Preto, se eles quiserem fazer alguma coisa para poder angariar recurso, para poder investir nessas estruturas com preservação, com pesquisa e tal, eu acho que eles conseguem, mas isso não vai sair deles não, sabe?! E em todo caso, se algo acontecer, eu acho que a intenção vai ser massificar o turismo nesses locais, que não é algo positivo. E quanto ao poder público, a dificuldade principal é poder, porque é tudo muito demorado, no poder público, então, às vezes, como a política de Ouro Preto ainda é muito “leva e traz”, o pessoal vai fazer por benefício próprio. E isso inclui até montar um restaurante ou alguma coisa assim, para poder atender visitantes, então isso também acontece, infelizmente. Eu acredito que tem que partir da própria população mesmo que tá ali nesses ambientes, para poder pensar o que é que faz, o que pode ser feito, e até mesmo poder gerir isso tudo aí. Mas com uma gestão que envolva todos aqueles agentes que estão ali naquele espaço que vão agir diretamente e indiretamente a vida de muita gente, porque muita gente vai ver como ruim, porque às vezes colocava animais dentro das estruturas, por exemplo, igual cavalo e tal... E isso tudo passa dentro desses espaços. E aqui no Veloso tem muito isso.

ENTREVISTA 5

Data: 02 de março de 2021

Nome: Eduardo Evangelista Ferreira

Ocupação: Engenheiro Civil, servidor público federal, empresário e idealizador da Mina Du Veloso.

Naturalidade: Ouro Preto-MG, Bairro São Cristóvão/Veloso

O que você entende por paisagem?

Bem, hoje a minha visão sobre paisagem é tudo aquilo que a vista alcança, incluindo no caso de Ouro Preto e da Serra de Ouro Preto. Incluindo também o subterrâneo, porque a gente tem essa paisagem subterrânea, que ela é muito importante, que foi a mola propulsora da ocupação desse território. Porém ela não é conhecida, ela não é catalogada como uma paisagem nossa aqui de Ouro Preto. Então eu entendo agora essa paisagem como um conjunto do que a vista consegue alcançar na parte superficial, externa da terra, e também, agora com esse trabalho que a gente faz aqui de valorização das estruturas de mineração, o subterrâneo de Ouro Preto que é uma paisagem que precisa ser valorizada e conhecida pelo povo ouro-pretano e pelas instituições de preservação e patrimônio.

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto? Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

Então, ao longo do tempo essa visão do que é paisagem ela foi mudando. Eu tinha visão do que é paisagem como diziam lá nas aulas de geomorfologia, que é esse filme super lento das mudanças que vão acontecendo na crosta terrestre, por processos naturais, quanto por processos também antrópicos. E agora essa visão, vamos dizer assim, técnica do seria paisagem, ela amplia quando a gente começa a ver esse valor cultural e histórica também. E essa parte não visível que está nas galerias subterrâneas e nos espaços da mineração, que está no subsolo da Serra de Ouro Preto. Então ao longo do tempo, essa visão minha de paisagem foi alterando e foi dando mais ênfase e mais valor a essa paisagem desconhecida do subterrâneo de Ouro Preto. Apesar do que, que esses momentos, que é o momento do ciclo do ouro né, que é a formação dessa história nossa moderna aqui, as atividades de mineração elas causaram impactos na paisagem externa, as grandes feições, construções que temos na superfície, mas tem também esse subterrâneo que é super importante.

Como você vê a Serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto? Qual seria a importância dessa região?

Atualmente a Serra de Ouro Preto fica muito pouco valorizada pelos órgãos de proteção e preservação do patrimônio. A Serra do Veloso é como se fosse a moldura desse grande quadro que foi Vila Rica e essa moldura tá meio comida por cupim, por caruncho. Então ela tá meio maltratada e precisa ser cuidada, porque ela que dá o suporte, que deu o suporte para a construção desse patrimônio edificado que se tornou a cidade de Ouro Preto. Então eu vejo muito a Serra de Ouro Preto um pouco desconectada das ações de preservação feitas pelo IPHAN e pela Prefeitura, aí ao longo dos anos. A visão de patrimônio ficou somente com a arquitetura e a arte barroca, e esqueceram da Serra que é essa grande estrutura geológica que é o patrimônio primeiro, que é onde estava a riqueza, que deu origem a todo o processo de ocupação do território.

Qual leitura você faz a respeito das estruturas remanescentes da mineração presentes no bairro São Cristóvão?

A Serra de Ouro Preto ela tem várias importâncias. No passado, por ser essa estrutura geológica, quando estava a grande quantidade de ouro que fez todo o ciclo acontecer. Então, a estrutura geológica que é a Serra de Ouro Preto que também tem uma grande importância por ser um divisor de águas de duas grandes bacias hidrográficas, as duas maiores que a gente tem em Minas Gerais, a Bacia do Rio São Francisco, o Rio das Velhas, né?! Que é formado pelo Rio São Francisco e a Bacia do Rio Doce, que vai juntar o Rio Funil e o Rio do Carmo, que mais abaixo vira o Rio Doce. Essa Serra de Ouro Preto é o divisor de água dessas duas grandes bacias, ela tem uma importância ambiental muito grande, ela divide ecossistema, ela faz a cabeceira desses rios. E tem uma quantidade de água que sustenta a vida em Ouro Preto nos dias de hoje, boa parte, metade da Sede do Município de Ouro Preto, é abastecida por nascentes que estão na Serra de Ouro Preto. A principal dela é a nascente do Jardim Botânico, onde tem a estação de tratamento de água que abastece mais da metade da população de Ouro Preto. Então, ela tem uma importância muito grande hoje pra gente por ser esse espaço ambiental fantástico. E no passado foi muito importante por ser o local onde tinha essa grande jazida de ouro que deu mote a todo os eventos que a gente teve aí a partir de mil oitocentos, quando a história oficial conta desses achados, esse encontro desses sertanistas aí com a região.

Você acredita que essas outras narrativas históricas deveriam ser consideradas para as tomadas de decisão pública?

Eu dediquei meu trabalho de mestrado a fazer detalhamento dessas estruturas, porque acredito que elas são um legado da inteligência africana nos processos da mineração, elas são patrimônios arqueológicos culturais, dessa presença africana aqui em Ouro Preto. E teve toda a importância na formação de Minas Gerais e do Brasil. Então, essas estruturas deveriam ter uma valorização muito maior do que têm dentro do contexto de preservação da cidade. Eu fiz esse trabalho de pesquisa em 2017, mas a gente vem estudando a história da mineração na Serra de Ouro Preto desde 2006, de lá para cá pouca ou nenhuma ação foi feita no sentido de preservação desse patrimônio que a gente tem, não só aqui no São Cristóvão, mas na Serra de Ouro Preto como um todo, né?! O único espaço que teve uma intervenção pública de preservação foi o Morro da Queimada, mas que não resultou em ações específicas de preservação. Criou o Parque Natural do Morro da Queimada, porém poucas ações de preservação e de salvaguarda do patrimônio foram realizadas. Então ele ainda tá muito preso na burocracia e não conseguiram deslanchar o Morro da Queimada. Aqui no Bairro São Cristóvão a gente tem esse patrimônio, está cadastrado nesse trabalho de mestrado que eu fiz no departamento de geologia da UFOP, está cadastrado todo esse patrimônio. O que a gente fez é que esses espaços deveriam ser alvo de ações efetivas de valorização, de reconhecimento da população, de preservação e usufruto das comunidades que moram nessa região, porque é um espaço que tem um potencial geoturístico muito grande e precisa ser concebido dentro do contexto do Município de Ouro Preto.

Em relação à narrativa afrodescendente, em que momento essas narrativas começam a chegar até você, ou você passa a procurá-las, a pesquisar sobre o assunto, de onde veio essa vontade, esse conhecimento?

Eu comecei a estudar a história da Serra de Ouro Preto em 2006, quando eu retornei. Eu me formei em 2001, já engenheiro civil, fui trabalhar fora, fiquei fora de Ouro Preto um tempo e depois eu retornei em 2006. Para poder começar um trabalho de pós-graduação, e no primeiro momento eu vi a Serra como a grande maioria das pessoas de Ouro Preto a vê, como um lugar de problemas de escorregamento e de deslizamento de encosta em épocas de chuva. Eu voltei com essa vontade, sendo engenheiro já, tendo uma experiência de trabalho já de profissão, tendo nascido e sido criado nessa Serra, eu voltei com vontade de minimizar esses problemas de deslizamento de terra em épocas de chuva, esses problemas que a gente tem de áreas de risco. Então quando eu retorno para Ouro Preto eu começo a ver a Serra

com esse olhar de área de risco e vou entrando em contato com trabalhos a respeito da Serra. E nesses trabalhos eu começo a identificar esse outro lado da Serra, que é a questão de um grande acervo arqueológico, e nos trabalhos do professor Sobreira e do professor Hernani eu começo a identificar a história da mineração. Como desde criança eu andei por esses espaços, passado férias brincando nesses lugares, eu comecei a me reportar à infância. Quando eu vi as imagens nos trabalhos mostrando os aquedutos, a lagoa azul, a lagoa da prata, como um tanque de reserva de água, na minha memória vinham os lugares de infância da gente brincar, da gente nadar, de curtir o sol e tal e aquilo ali eu fui aprofundando mais, então o canal, o aqueduto que busca água a mais de 3km era o caminho que a gente fazia para ir nesses lugares para brincar. Eu comecei a ter essa visão, essa mudança de perspectiva que é o bairro, quando você olha a Serra de Ouro Preto, lá do Campus da Universidade, você consegue ver toda essa mina toda, essa grande extração de ouro, e isso foi me encantando, mais do que os problemas geotécnicos. Então, eu migrei um pouco a pesquisa ao invés de entrar nessa seara de gestão de risco, eu comecei a entrar na seara de inventariar o patrimônio ligado à história da mineração. Foi aí que eu comecei a fazer os trabalhos, não só no Veloso, mas na Serra toda, com esses professores da UFOP. A partir de 2015 eu entro no mestrado para formalizar, para fazer esse inventariamento da Serra do Veloso, aqui no Bairro São Cristóvão, então a mudança de perspectiva, para mim, começou nesse trabalho. Quando eu comecei a estudar a história da mineração, nós fomos vendo a importância das pessoas que estavam com as ferramentas na mão, não é?! Porque muito se fala na nossa historiografia das pessoas que estão nos comandos, nas elites, e nunca falam das pessoas que estão com a ferramenta na mão, que estão criando calo na mão para executar efetivamente as ações do recurso da história. Quando a gente começou a pesquisar quem eram essas pessoas que estavam tirando ouro, aí remeteu aos nossos antepassados africanos que vieram pra cá nos regimes de trabalho escravo, mas independente de tudo, eles vieram porque... independente desse processo desumano, eles vieram por causa do conhecimento que eles já tinham de mineração no passado. Isso tudo fruto da pesquisa, a gente foi vendo, da região que vinha da África, quem era essa África antes da chegada do europeu e fomos vendo que eram grandes reinos mineradores, principalmente de ouro, como Mali, Gana, Togo, Benin, então a gente foi aprofundando nessa história das pessoas que fizeram as estruturas aqui de Ouro Preto e aí chegamos a esse conceito que a gente chama de Ouro Preto que é esses

africanos e africanas super dotados de conhecimento de mineração, de mineralogia, de metalurgia, que vieram pra cá forçadamente, mas que chegando aqui deixaram esse patrimônio fantástico. Então isso aí deu uma virada na nossa forma de entender a Serra, de entender esse espaço onde a gente nasceu e de fazer a ressignificação dos nossos antepassados que trabalharam nesse espaço, então a gente cria esse conceito “Outro Preto” aqui na Mina Du Veloso e apresenta isso para a sociedade e temos tido muito boa aceitação. Tanto que fomos premiados pelo IPHAN em 2019, como “Ação de Valorização da Cultura do Estado de Minas Gerais”, a única no estado de Minas Gerais a ganhar o prêmio nacional do IPHAN. A gente segue nesse caminho, mostrando que essa outra narrativa, mostrando o lado de que estava com a ferramenta na mão, é muito importante, porque nela a gente consegue fazer uma desconstrução do racismo que o racismo coloca nós negros e negras como incapazes de produzir conhecimento né?! E tal, e aqui a gente vê o contrário, quem estava fazendo as ações de mineração aqui tinha conhecimento total de engenharia, de matemática, de topografia, de nivelamento, porque as estruturas, mesmo sendo feitas com ferramentas manuais sem muitos recursos tecnológicos na época, eles conseguiram fazer coisas aqui espetaculares. Como por exemplo essa linha de aqueduto, que busca a água a quilômetros de distância e somente com a força da gravidade consegue transpor as nascentes aqui de um ponto ao outro da montanha e fazer todo o trabalho de desmonte, usar essa água também no beneficiamento do ouro nos mundéus. Então, mostra toda uma genialidade dessa turma que estava aqui fazendo a mineração. A gente sabe que quem estava com a ferramenta na mão eram negros e negras, porque o trabalho manual não era muito bem-vindo pela elite portuguesa que estava aqui nessas terras, o trabalho manual todo ficava por conta desses africanos, mas nesse trabalho manual tem uma engenhosidade muito grande. Porque era um trabalho pesado, difícil, mas tem uma ciência por trás deles muito grande, as escavações subterrâneas dão aula pra qualquer estudante de engenharia de minas que queira entender os processos de escavação subterrânea. Tanto que hoje quando a gente vai em uma mineração moderna, as técnicas que foram usadas aqui ainda são aplicadas até hoje na mineração moderna. Claro que com uma outra roupagem, com uma outra visão e com outros apetrechos tecnológicos que o nosso tempo nos permite, mas a essência do método está colocada por eles lá há trezentos anos, que veio lá da África por milênios de amadurecimento do conhecimento. Essa narrativa foi importante para a gente fazer essa inversão da visão que a cidade de

Ouro Preto era sempre vista como a pérola barroca fora da Europa e aí a gente acrescenta, até nas palavras que o Douglas usa muito, nas falas aqui da mina é “Ouro Preto antes de ser uma pérola barroca, fora da Europa, ela é uma máquina de extrair ouro africano”.

Como você acha que essas outras narrativas deveriam ser consideradas na criação de políticas públicas?

Bom, essas outras narrativas elas já foram consideradas desde lá quando foi feito o Estatuto da Igualdade Racial, quando foi feita essa lei de 1939, de promoção da igualdade racial nas escolas. Já foi dado como que deve ser, como elas devem ser consideradas dentro das tomadas de decisões da política, o problema é que elas não são implementadas, porque esse mote, esse conceito que a gente levanta aqui e que a gente mostra nessas estruturas que estão aqui na Serra de Ouro Preto, elas são formidáveis. Para se fazer um trabalho de educação patrimonial com viés de promoção da igualdade racial, porque a partir do momento que a gente mostra o valor que esse africano e essa africana têm por ter feito essa estrutura aqui, a gente está trabalhando pra combater o racismo, pra promover a igualdade racial. Então, a gente acredita que elas devem ser consideradas de acordo com que essas leis já falam, o estatuto da igualdade racial, essa lei de promoção da igualdade racial nas escolas, a gente acredita nisso, que elas tem que ser colocadas nessas tomadas de decisões públicas, atendendo essa leis de combate ao racismo, porque é muito fácil a gente desconstruir a visão racista que foi construída sobre o negro, com esse processo do epistemicídio, que é tirar de uma etnia, de uma classe, de um grupo, a condição de produzir conhecimento. Com esse trabalho aqui a gente consegue quebrar esse epistemicídio, criado pelo racismo promovido pelo estado ao longo dos 500 anos nossos de invasão portuguesa, então a gente precisa usar essa narrativa pra poder fazer essa quebra desse paradigma.

Como você avalia que seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas com a comunidade?

Bem, a gente até meio já faz algumas ações aqui nesse sentido, a primeira é mostrar para a população o que são essas estruturas, o valor cultural, arqueológico, histórico, humano e tudo. Então, primeiro é mostrar, a gente faz muito trabalho aqui de percorrer a serra, de fazer caminhadas orientadas, todas com acompanhamento de bombeiros voluntários, de brigadistas de incêndio, as equipes de trilhas que tem no bairro, então a gente faz sempre caminhadas com segurança, com a população de criança, idoso.

A gente caminha por esses espaços mostrando esse valor que a Serra do Veloso tem, e, a partir do momento que as pessoas têm a noção desse valor, desse patrimônio, elas vão ajudar na preservação. O sentido de integrar a população tá nisso, para aumentar, a condição de entendimento desses espaços e auxiliar na preservação. É uma outra ação que a gente faz aqui na mina que é o turismo orientado, as visitas guiadas a essas estruturas, tirando o trabalho e renda para a juventude aqui do bairro e, com isso, a gente consegue um acesso de preservação com a participação efetiva da comunidade local.

Como você acha que essas narrativas corroboram ou não para se pensar a preservação dessas estruturas?

Sim, corrobora, porque quando criança eu lembro que a gente tinha muito mais ruínas aqui na Serra, e que ao longo do tempo elas foram sendo desmontadas, a ocupação urbana... Porque as pessoas não tinham a noção do valor desse patrimônio; hoje, após esses anos de trabalho que a gente faz aqui, essa consciência está mudando. Você vê muito menos ataque a essas estruturas arqueológicas, frutos já desse trabalho de conscientização da comunidade, no valor desse patrimônio e o que ele pode trazer de geração de trabalho e renda com turismo de base comunitária, um turismo sustentável.

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

A avaliação que eu faço dos órgãos de preservação é que eles foram construídos com a lógica colonial, onde o que é bonito, o que deve ser preservado é aquilo que remete à Europa. E aí foram as arquiteturas da cidade, os prédios, as construções, a arte que está dentro das igrejas, tudo isso muito ligado à Europa. Com essa visão eurocentrada, toda essa parte de conhecimentos ligados à chegada dos africanos e africanas aqui em Ouro Preto ficou meio abandonada. Os órgãos públicos de preservação de Ouro Preto eles focam somente nessa parte eurocentrada e esquecem o restante. A minha avaliação, que eu faço dos órgãos, é que ela precisa mudar, precisa mudar essa forma de visão e valorizar mais esses outros espaços que não igrejas e museus. E mais, precisa ampliar a visão do que é patrimônio para essa questão ambiental também, porque nós temos muitas estruturas ambientais importantes que não são valorizadas, porque não são tratadas também como um grande patrimônio. Pensando patrimônio como esse legado que a gente vai deixar para os nossos descendentes, não só patrimônio artístico cultural e arquitetônico. O

maior desafio que a gente tem é de fazer com que esses Órgãos entendam e precisam também demandar tempo e recurso para a preservação desses lugares da Serra de Ouro Preto. Para você ter uma ideia, se a gente pegar lá esse ICMS Cultural que é dado para quem faz as preservações de patrimônio, Ouro Preto sempre se gaba de ser primeira na lista de inventariamento, mas a gente não tem nenhum bem ligado à história da mineração, lá você vai ter inventariado até o prego da cadeira que D. Pedro sentou, sabe?! Mas você não vai ter lá inventariado o complexo de mineração, por exemplo, do Veloso, então essa visão distorcida precisa mudar, esse é o desafio, e incluir isso no patrimônio da cidade, no sistema de preservação. O ICMS Cultural ele busca, ele traz recursos para a cidade e quando você vai ver a aplicação, ele é aplicado somente na parte de igrejas, de museus, casarios, sabe?! E não aplicado de forma ampla no município. Esses são os desafios que a gente tem com os Órgãos de preservação, mudar a visão deles do que é patrimônio e eles entenderem que esse patrimônio ligado à mineração está intimamente ligado ao nosso patrimônio, à nossa herança, dos nossos ancestrais que vieram para cá forçadamente, e que isso precisa ser valorizado e ter investimento de recursos para cumprir a missão. E sobre potencial, há um potencial imenso, porque quando você vai na Serra, além das estruturas de mineração, você tem todo esse potencial ambiental que eu falei também, nascente, matas, plantas raras medicinais. A gente tem um complexo de patrimônios aqui que são um potencial para mudança até da visão do que é o turismo em Ouro Preto. Se o poder público entender esse patrimônio mais amplo que está no entorno da cidade, a gente aumenta muito a potencialidade que é o turismo para que dê sustentação para essas comunidades que vivem aqui.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto e das estruturas remanescentes da mineração?

A ocupação de toda Serra é um problema sério que põe em risco a ocupação das estruturas, porque a ocupação urbana vai subindo na Serra por causa da especulação urbana aqui em baixo, na parte central, por falta de um plano de desenvolvimento urbano eficiente, sabe?! Duradouro na prefeitura, então isso tudo causa.... que as pessoas subam o morro para ir morando e isso vai impactar nas estruturas de mineração. A gente acredita que a primeira ferramenta para poder cuidar da Serra ela já está em andamento pelo ministério do Desenvolvimento Regional, é o Plano Municipal de Redução de Risco, esse plano abrange todo o município, não só aqui o Distrito Sede, mas todos os 12 Distritos que compõem o Município de Ouro Preto.

Esse plano ele está fazendo esse levantamento em todo o município nas questões de risco geológico, inundação, enchente, deslizamento de terra e coisas do tipo. Ele já vai delimitar áreas para a expansão urbana, e essas áreas da Serra, a delimitação dessas áreas, vão vir a somar na preservação do patrimônio, porque as estruturas da mineração estão fora da área urbana, elas estão em área íngreme, de difícil acesso, que a ocupação deve ser barrada. E aí, eu acredito que o Plano Municipal, que já está em andamento, liderado pela Universidade Federal de Viçosa, com apoio da UFOP e com o Ministério da Integração, a gente consiga barrar um pouco esse crescimento desenfreado que está tendo na Serra de Ouro Preto, e com isso a maior preservação das estruturas remanescentes da mineração. O Ministério da Integração faz esse estudo, passa ao município e o município tem que fazer disso um projeto de lei, porque lá ao final do plano de redução de risco tem a hierarquização das áreas de risco, o plano de retirada de moradias, o plano de investimento para poder minimizar os riscos nos locais, então isso vira um projeto de lei que vai para a câmara. Então, é responsabilidade do executivo de implementar o plano, e a câmara, fiscalizar, assim como nós cidadãos e cidadãs também. Já houve dois estudos e agora será iniciado o trabalho de campo.

ENTREVISTA 6

Data: 09 de setembro de 2021

Nome: Douglas Aparecido da Silva

Ocupação: Poeta, artista plástico e produtor cultural, bacharel em filosofia

Naturalidade: Ouro Preto-MG, Bairro Padre Faria

O que você entende por paisagem?

Acho que a paisagem é um conjunto de elementos que a gente observa, que a gente vê no mundo... Montanha, mar, mata, deserto, seja lá o que for... Aquilo que a gente vê no mundo.

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto?

Vejo uma paisagem complexa, porque... primeiro pela própria natureza, formação geológica e tudo o mais. A gente está num dos solos talvez mais antigos do planeta e, depois, pela ação do ser humano nessa natureza, com o propósito de extração de mineração. E aí, não só de mineração, mas também de constituição dessa cidade. Então, a natureza fez uma estrutura complexa, veio o ser humano e complexificou mais ainda essa estrutura... Mais ou menos assim que eu vejo.

Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

Eu posso dizer que ela muda constantemente, ainda mais agora assim, esse trabalho de artes plásticas que eu venho fazendo, né?! Então, assim, a mais ou menos dois meses atrás eu produzi uma imagem da Serra, uma pintura, e foi uma experiência que eu pretendo replicá-la, porque... O tempo que eu tive para produzir foi muito curto, né?! Foi um edital que eu participei e ficaram faltando elementos que eu quero acrescentar. Então observar a paisagem é constante, né?! E com esse olhar curioso, vamos falar assim, você está de fato em busca das mudanças, se você está olhando sempre nesse sentido, a intenção é isso de ver o que mudou, o que não mudou, se mantém a mesma coisa, né?! Então eu acho que ela está constantemente mudando assim... Se você estiver sentado olhando pra paisagem, a paisagem vai mudando, o sol muda a paisagem, a nuvem que passa, a incidência de luz no lugar, dependendo do momento que você está vendo. Então, como está escuro você vai ver uma coisa, depois que a nuvem passou, o ponto fica claro... E se tiver uma pessoa do seu lado, ela vai estar observando uma coisa que você não está vendo ali, então é dinâmico...

Como você vê a Serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto? Qual seria a importância dessa região?

Então, eu costumo dizer, e aí a galera até tem usado essa frase, que Ouro Preto antes de ser uma pérola barroca portuguesa ela é uma máquina africana de extração de ouro e essa máquina africana ela foi esculpida nessa Serra. Então, pra mim, se há algo para ser exaltado na cidade é a Serra, apesar de as pessoas terem pouca noção do que é essa Serra de fato. Primeiro, assim, acho que a gente nunca conseguiu olhar pra Serra enquanto essa estrutura, essa máquina africana, normalmente o olhar que a gente tem sobre ela é dos bairros, da mata e acaba que se fosse escarpado a gente veria outra coisa, talvez a gente veria de fato o que foi essa estrutura que foi explorada ao longo desses 100 anos de mineração que a gente teve aqui.

Qual leitura você faz a respeito das estruturas remanescentes da mineração presentes no Bairro São Cristóvão?

Eu acho que elas demonstram um conhecimento extremamente complexo e que a gente foi educado a entendê-lo como uma coisa extremamente simples. E aí, só indo lá, entendendo as dinâmicas pra gente ter esse impacto, né?! Que de fato houve um trabalho de engenharia para que tudo que aconteceu, ocorresse. Então, essas estruturas, acho que tem muito a ser dito. Uma frase que eu acho interessante: “Há nessas estruturas muita coisa a ser lida que ainda não foi escrita”. E aí, a gente vai ter que ler na própria estrutura, já que não foi escrito em palavras e está ali cálculos matemáticos e vários elementos que se a gente for com esse olhar, a gente consegue acessar nesses lugares.

Quando você descobriu e/ou começou a se interessar pelas narrativas a respeito das tecnologias trazidas da África?

Acaba assim, que a gente que nasce em Ouro Preto, e quando a gente tende pra esse ambiente mais intelectual, vamos falar assim, automaticamente a cidade está o tempo todo passando pela gente. Só que a gente precisa de ter um crivo, um ponto que vai te orientar, vamos dizer assim. Esse ponto de orientação pra criar esse olhar sobre a questão da mineração da Serra de Ouro Preto eu encontrei junto com o Du (Eduardo Evangelista), mais a Sid (Sidnéia Santos)... Na verdade, o Du começa o processo de pesquisa dele na engenharia, aí ele traz ali algumas informações... A Sid por estar mais próxima dele, eles iniciam esse processo. A Sid enquanto historiadora e ele enquanto engenheiro, e aí eu chego com uma bagagem já da filosofia, e ao encontrar com os dois e ouvi-los e lidar um pouco com a pesquisa que eles já faziam individualmente, eu inicio uma terceira pesquisa, vamos dizer assim. E cada um na sua vertente a gente cria meio que esse movimento, que hoje ele recebe o nome de

“Outro Preto”, que acaba que a gente coletivizou as nossa intenções em torno desse conceito. A gente ao se encontrar abrimos essa perspectiva de fazer uma nova leitura sobre Ouro Preto.

Qual é sua opinião a respeito dessas narrativas serem consideradas nas tomadas de decisões públicas?

Olha, eu acho que é o que deveria ser, vamos dizer assim... É relativamente recente. Eu por exemplo estou desde 2014, acho que o Du está um pouco antes, eu não sei exatamente quando foi que ele começou a pesquisar, a Sid também um pouco antes de mim, né?! Então se a gente pegar tem em torno de seis anos, seis, sete anos que essas informações estão sendo reviradas. E vejo que ainda não deu tempo de isso amadurecer a ponto de isso ser incorporado de fato pelo poder público. Mas dá pra sentir que em determinado momento vai ter que ser, porque a gente tem lidado muito com informações que já foram produzidas, informações científicas, então a gente não está inventando nenhuma história. Acho que uma preocupação muito grande de nós três é de legitimar isso que está sendo dito, então a gente está em busca de documentos, em busca de outros pesquisadores que estão lidando com o assunto e aí, à medida que a gente vai avançando, igual o Du, ele fez o mestrado dele em cima dessa temática, eu retornei pra filosofia pra concluir meu curso e estou trabalhando essa temática também, acredito que a Sid está num esforço de conseguir entrar no mestrado também pra elaborar algo nesse sentido e outras pessoas, assim como você, também está lidando com esse assunto, acaba que a gente está reunindo forças. E criando um lastro, um conteúdo que num determinado momento ele passa a ser acessado com essa intenção também, então acho que é natural que as coisas caminhem nesse sentido.

Como você avalia se seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas com a comunidade?

Então, é outra coisa que é o que tem que ser, porque eu acho que tem umas coisas muito interessantes que é a gente pensar o papel da cidade de Ouro Preto. O ano que vem é 2022, e é o centenário da Semana de Arte Moderna, 2024 completa 100 anos da vinda dos modernistas à cidade de Ouro Preto, e a partir daí começa-se pensar uma política de preservação nacional, porque identificaram nessa cidade, nesse que haviam estruturas que deveriam ser preservadas e a partir daí constrói-se uma política de preservação de patrimônio. Então, assim como o ouro foi em 1698, em 1924 é como se Ouro Preto estivesse sendo redescoberta para gerar outras questões, vamos

dizer assim... Só que essa visão dos modernistas sobre a cidade é uma visão eurocêntrica, vai ter um olhar artístico, um olhar muito dentro da questão da arquitetura e não vai perceber essas estruturas da mineração. E, pensando bem assim, acho que é interessante a gente levar em consideração também que talvez não fosse possível para eles naquele momento ter outra visão que não fosse essa, mas que agora neste instante que a gente vive, não é mais possível que essa visão não seja colocada. Então eu acredito que esses cem anos eles devam ser comemorados, uma espécie de revisão do que foi feito 100 anos atrás e agora nesse momento trazendo a questão da mineração e entendendo que essas estruturas da mineração não estão no centro histórico “consagrado”, vamos dizer assim, e está onde está boa parte da população ouro-pretana. Então, não existe outra forma de se fazer que não seja incorporando a comunidade no processo, já que é a comunidade, é isso que a gente tá falando. Esses conceitos, de museu de território, de turismo de base comunitária, eu acho que é por aí... As coisas já estão prontas, eu acho que é boa vontade política e essas movimentações, pessoas que se encontram e se engajam para que essa construção de fato ganhe visibilidade. Porque ela já vem acontecendo, como eu disse na outra pergunta, eu acho que é um caminho natural, mas eu acho que outras pessoas empenhadas para que isso aconteça, né?! Porque ele pode acontecer em dois anos, vamos considerar de 2022 a 2024, ou ele pode levar aí 30 a 40 anos para acontecer.

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

Então, a minha pesquisa na filosofia eu tenho pesquisado o Achille Mbembe, que é um pensador camaronês, talvez o primeiro filósofo negro retinto considerado dentro do cânone filosófico. E ele é considerado hoje um dos principais expoentes da filosofia decolonial, que é como que a gente pensa o mundo fora dessa esfera eurocêntrica. Eu acho que um bom desempenho do poder público, das instituições, está ligado a pensar decolonialmente, porque quando a gente pensa colonialmente, dentro desse aspecto eurocêntrico, a gente não consegue valorizar efetivamente o que aconteceu. Então às vezes as instituições elas têm dificuldade de reconhecer esses patrimônios, porque para eles não está num ambiente “consagrado” e ele está colocado em um ambiente inferior, inclusive. Considerando a maneira como historicamente esse legado dos povos africanos é abordado. Então, eu acho que a questão é bem profunda neste sentido, assim, é necessário haver uma quebra de paradigma, de perspectiva, com relação a olhar para essas estruturas e para esse patrimônio... E aí precisa iniciar

um processo de valorização efetiva e reconhecimento efetivo do legado africano nesta construção deste mundo moderno e talvez a gente ainda não tenha tido um avanço efetivo nesse processo por conta disso, porque, por mais que tenham acontecidos esforços nesse sentido, acho que ainda falta fôlego, falta esse mergulho de falar “Não, o buraco é mais embaixo”.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto e das estruturas remanescentes da mineração?

Sim, eu acho que o caminho é o que vem sendo feito, eu acho que em questão das potências, que tu havia perguntado, eu acho que é dá folego para isso que vem acontecendo. Acho que assim, uma junção dos poderes, igual, no caso, a gente está numa cidade que tem uma Universidade, então a mesclagem da universidade com a prefeitura, com a Câmara Municipal, com o IFMG, né?! Essas instituições que estão aqui, a gente tem instituições de conhecimento e pesquisa, sabe? Eu acho que o ensino público municipal ele tinha que ser um ensino exemplar, porque a gente tem tudo que precisa pra se construir... Eu acho que a gente tem pessoas que conseguem criar uma jornada de construção de uma grade curricular que esteja ali contemplada, né?! Que a gente demore dois, três anos para fazer isso, mas acho que é possível fazer isso... É um ponto a educação, porque se você começa a educar a molecada desde já, quando eles estiverem mais velhos e tal eles já vão estar com essa bagagem, já vai estar absorvido. Outra questão é essa multidisciplinaridade que a gente tem na universidade, a gente reunir pessoas de área diferente, mas que conseguem atuar em cima do mesmo propósito, aí você vai gerar arquivo, descobrir outras estruturas. Então você vai criar um “burburinho” e isso vai sendo repassado. Acho que tem que se criar situações onde as informações circulem, o boca a boca: “Nossa a galera daquela pesquisa lá descobriu uma coisa nova”; “Oh, você viu que aquela galera estão lá em outro bairro?!”, eu acho que precisa de ter essa dinâmica... E é um trabalho assim, intenso, eu acho que tão intenso quanto foi a atividade de mineração, precisa ser essa atividade de redescoberta, não sei se é essa expressão. É quase um trabalho de erradicação do analfabetismo, como se a gente de alguma maneira fosse analfabeto com essas questões, sabe?! Tem um pensador, é o Thomas Kuhn, da filosofia da ciência, ele é que fala sobre a questão da quebra de paradigma, a visão dele é a seguinte, vai se mantendo os paradigmas científicos, e em um determinado momento surge uma pesquisa inédita e ela começa a demonstrar que esse paradigma é falho e à medida que vai conseguindo demonstrar a falha do

paradigma isso vai despertando a curiosidade de outros pesquisadores e isso vai meio que erodindo a estrutura do paradigma.

Qual é sua relação com o bairro São Cristóvão? Você tem memórias de infância?

A minha reação com o São Cristóvão ela se tornou mais forte por conta deste meu trabalho lá com a Mina, mas Ouro Preto como é uma cidade pequena, você sempre tem parentes, né?! Eu me lembro que eu tinha uma tia avó que morava lá no bairro e quando eu era moleque eu ia visitar a minha tia lá... Mas eu nunca imaginei que em algum momento da minha vida lá pudesse ser esse ponto de encontro onde tudo isso que aconteceu ao longo desses últimos seis anos acontecesse. É interessante assim, o despertar que para que toda cidade é essa estrutura, por exemplo, a partir dessas pesquisas que a gente foi fazendo, tem aqui no Padre Faria, o Vale Ojo, que, possivelmente, é onde os bandeirantes ficaram no primeiro momento pela referência que a gente tem. Que eles chegaram no morro São João e desceram a Serra até a parte mais baixa, então lá tem uma gruta gigantesca e é possível imaginar que quando a galera chegou ali era possível se abrigar. Quando você vê o volume de água que passa lá e as estruturas que tem, que lembra muito as estruturas da canoa que eram essas estruturas que eram construídas por processo de apuração. E aí, eu consegui ligar a professora Márcia Arcuri, que é a professora da museologia e arqueóloga, e ela ficou encantada, e ela acredita que se fizer um trabalho de arqueologia lá é possível descobrir muitas outras coisas, e é possível entender que lá é um território originário. Então, como isso se expande, né?! Porque no primeiro momento dava e a entender que a genialidade maior estava concentrada ali na região do São Cristóvão, mas aí à medida que a gente foi circulando e a gente foi vendo. O fato de a gente afirmar que a máquina africana de extração de ouro de fato é toda Serra. E tem outra questão também que é possível que sejam várias etnias, como a questão do Benin, porque você consegue ver semelhanças nas estruturas, mas você consegue ver diferenças também, então é possível que você tenha uma espécie de “sotaque da mineração”, igual você tem o sotaque nordestino, mineiro, então assim... Essas discussões são bem a longo prazo para descobrir e é mais a galera da arqueologia, mas eu acho que talvez seja possível identificar “sotaques” formas diferentes de como essas estruturas foram construídas.

Qual lugar você mais gosta mais no bairro?

Uai... a Mina, não tem um outro lugar, porque foi onde eu cheguei. Foi uma experiência muito curiosa inclusive, a primeira vez que eu fui na Mina Du Veloso foi a convite do

professor Maurício Leonard. E não era nada a ver com a mineração, com a história de africano, nada disso, foi uma proposta de fazer uma espécie de quadras para a molecada e como eu tinha experiência de aplicar oficinas para o pessoal de audiovisual, a intenção do Maurício era que eu desse uma oficina para os meninos e eles registrassem esse processo de construção dessa quadra, mas não caminhou o projeto da quadra, acabou que uma vizinha não permitiu, mas aí nessa ida lá foi quando eu comecei a conversa lá com o Du e aí a partir daí a gente está aqui trocando essa ideia sobre esse assunto.

Douglas quis falar um pouco sobre sua monografia, considerando que tem relação com o tema, também transcrevemos aqui:

O tema da minha monografia é a descolonização e reinvenção do sujeito, são três capítulos, então o primeiro eu trato do princípio de raça, que é onde tudo começa, que a Europa constrói essa lógica que os seres humanos eram divididos em diferentes grupos e cria uma escala de quatro tipos humanos. A partir daí começa a se construir a ideia de superioridade de umas raças em relação a outras, então, meu capítulo é tratar disso a exaustão... É para entender que tem uma origem. O segundo passo é “o labirinto do eu”, o sujeito africano, o sujeito negro e o sujeito, então o labirinto é quando esse indivíduo que foi denominado enquanto inferior, enquanto negro, a palavra negro ela é criada para designar pessoas comercializáveis, então não existia essa ideia de negro, os africanos nunca se chamaram de negros, até que os europeus começaram a chamá-los assim quando estão consolidando o processo de escravismo, né?! À medida que isso vai avançando, esse conceito ele vai ganhando mais robustez. O labirinto é isso, o primeiro é o sujeito africano, porque quando você fala África também é a mesma coisa, quem constrói esse nome a ideia toda por trás desse nome são os europeus, então por isso que a África define um território de tantas mazelas, porque foi feito para definir isso, da mesma maneira que o negro. O labirinto do eu é ir lidando com essas camadas de nomeação até que chegar no sujeito em si, o sujeito é o ser humano, então tem todo um esforço, uma movimentação, até você se tornar sujeito. No meio desse processo, ao a gente falar “outro preto” é quando a gente se dá conta do labirinto, então quando a gente se torna sujeito a gente tem que abrir mão do “outro preto”. Porque se não a gente tá fazendo uma afirmação puramente identitária e aí se a gente faz uma afirmação identitária a gente tá dando fôlego para o fascista falar “eu sou branco”, por isso, a gente tem que afirmar a humanidade, então afirmar a humanidade é sair do labirinto... Essa é a parte mais

difícil. Porque a maior armadilha é a “identidade”, e aí o Mbembe, esse pesquisador camaronês, ele é muito sagaz, ele é o cara que inventa o conceito de micropolítica, ele também traz a ideia de “devir negro”, o momento que a gente vive hoje é quando toda a humanidade torna-se negra, não é mais uma questão de tom de pele, é uma humanidade subalternizada. Então assim, toda pessoa que está em território X... E aí que vem a ideia da necropolítica, que é quando você faz a gestão da morte, e quando a gente vem uma situação como a que tá acontecendo agora na pandemia, que em determinados territórios vão morrer mais gente do que em outros é porque está havendo uma gestão de quem deve morrer e de quem deve ficar vivo. Se a gente está o tempo todo afirmando “ah, o negro”... A gente não consegue criar fôlego para tratar da humanidade em si. O último ponto, o último capítulo, ele chama “território de vestígio”, que ele traz uma ideia de que exatamente por ser uma construção a questão racial, então, essa questão do silenciamento ela é uma prática tradicional, ela é uma prática necessária de ser feita assim. Porque se não, toda a sociedade da maneira como ela é concebida, ela se desestrutura, o território de vestígio é o lugar onde podemos acessar informações como essas. Não é a gente estar afirmando o negro ou o africano, é a gente estar reconhecendo o que que rolou aqui... E aí o que que rolou aqui ele não está só ligado a terem construído uma cidade monumental e bonita, tem a ver com terem extraído daqui a matéria necessária para a construção da modernidade, que é o ouro. Então, o debate é nesse lugar: “Não tô falando de preto, não tô falando de africano, eu tô falando de seres humanos”, que foram responsáveis por extrair mais de mil toneladas de ouro de um lugar e esse ouro é que bancou tudo o que aconteceu, esse é o debate. Pensar-se em um processo evolutivo, é pensar-se enquanto ser humano, então se a gente fica recobrando: “Não, porque tem que falar disso são os pretos”, poxa, nunca vai ser dito, se a gente ficar disputando esse lugar de quem vai falar e quando e como... A gente tem que construir juntos. Igual eu estava falando no início, a garantia de que essa história nova vai vir é quanto mais pessoas tiverem envolvidas e lidando com ela, e lidando e reconhecendo a sua humanidade nisso. Ao fazer isso você está se reconhecendo enquanto ser humano. Não me cabe mais me reconhecer enquanto homem negro, eu tenho que me reconhecer enquanto homem, porque por baixo do tom da minha pele é um ser humano que está aqui. E a quebra de paradigma é essa lógica, é como se a gente não tivesse sido autorizado, e de fato não fomos, ao longo de muito tempo, só que agora mudou. E aí vai se entender que mudou a partir de quando histórias como essas elas sejam apresentadas em

várias vozes. A gente tem que afirmar essa pluralidade, não dá mais para dizer, é X ou Y... é X,Y, Z, W. Quando se cria um princípio de raça você estabelece um sujeito e esse sujeito escolhe quem é o outro, então o que é sujeito é super bem elaborado e aquilo que é outro é descartável, é exterminável. A gente tem que desfazer essa relação entre o sujeito e o outro. Quando a gente fala “outro preto”, é como se a gente estivesse chovendo no molhado, porque a gente está falando da inteligência desses povos e tal, a gente está mantendo as coisas tal qual como querem. Quando eu falo raivoso, “Porque sou preto”, aí o cara fala, “Tá vendo, tá lá o preto afirmando a pretitude dele”, eu não avanço e ninguém avança. Às vezes você ganha palmas daqueles que se identificam, mas de modo geral, não resolve o problema, eu acho que tem que de alguma maneira partir desse planeta mais leve e deixar ele mais leve pra quem for ficar aí.

ENTREVISTA 7

Data: 15 de setembro de 2021

Nome: Alex Silva de Brito

Ocupação: Empresário do ramo de festas e alimentação e vereador no primeiro mandato.

Naturalidade: Ouro Preto-MG, Bairro São Cristóvão/Veloso

O que você entende por paisagem? O que te lembra quando falamos “paisagem”?

Me lembra muito as Serras de Ouro Preto, principalmente a Serra do Veloso ali, as características nossas da cidade de Ouro Preto, o Pico do Itacolomi, essa nossa região. Essa nossa Ouro Preto mesmo cercada por montanhas. O Parque do Itacolomi, no entorno do Pico do Itacolomi, o Manso, né?! A Casa do chá... As montanhas de Lavras Novas, é isso... É essa natureza.

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto?

Eu tenho duas leituras de Ouro Preto, eu acho Ouro Preto fantástico e ao mesmo tempo eu acho degradante, assim, em alguns pedaços, sabe? Que foram ocupados irregularmente, mas eu também entendo que as pessoas têm que construir, elas precisam morar e elas também não têm muito o que fazer.

Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

Mudou, mudou sim, alguns bairros de Ouro Preto, eles vêm crescendo absurdamente, eu falo isso enquanto morador do São Cristóvão. Dez anos atrás, eu tenho 36 anos, então há 10 anos, 15 anos atrás você não via, você não conseguia enxergar as casas lá do alto, onde chegaram agora. Tem muitas casas, existem muito mais casas do que 15 anos, 10 anos atrás, está muito maior o bairro. Para todos os sentidos, em todos os lados, você consegue ver tanto o alto da Serra, quanto o lado direito e o lado esquerdo do Bairro estão muito maiores do que era.

Como você vê a Serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto?

Eu a acho extremamente importante, acho característica mesmo ouro-pretana, só que acho que é pouco valorizada. Acho que a gente deveria ter um projeto maior de turismo ecológico, sabe?! Para valorizar melhor essa Serra de Ouro Preto. Como é feito inclusive em algumas outras cidades, Gramado e Canela me remetem muito isso. A exploração de tudo que se pode explorar, desde coisas que não existiam inventaram, o museu de cera, o museu de carros novos, supercarros e carros antigos,

até o Parque do Caracol em Canela que nada mais e que uma cachoeira no meio de uma Serra, o que nós temos em abundância em Ouro Preto.

Qual leitura você faz a respeito das estruturas remanescentes da mineração presentes no bairro São Cristóvão?

Me preocupa muito, me preocupa muito... Inclusive tivemos vários debates sobre os deslizamentos de terra, foi a primeira reunião do meu mandato foi juntamente com a Associação de Moradores e vários atores do momento em que fizemos, o secretário de obras, o diretor da Saneouro, a empresa que está chegando em Ouro Preto agora para cuidar da nossa água e esgoto, e várias outras pessoas, a vice-prefeita esteve presente, falando sobre as encostas do São Cristóvão que são perigosíssimas. Já tivemos deslizamentos, vários deslizamentos de terra, já morreram pessoas ali, e nós estamos num risco eminente de acontecer de novo, então cada casa a mais no lugar de risco, cada escavação, cada desfalque, nessa natureza ao redor é muito perigoso para as vidas humanas.

Você acha que deveria ter algum tipo de preservação dessas estruturas remanescentes da mineração?

Acho que sim, inclusive acho que nós deveríamos ter algum Órgão voltado pra isso, sabe?! Haja visto Ouro Preto ser uma cidade com potencial histórico, cultural e ambiental que tem, acho que nós deveríamos ter uma secretaria para cuidar disso, uma secretaria específica, que não seja só de meio ambiente, mas uma secretaria que cuidasse especificamente disso.

Quando você descobriu as outras narrativas históricas que estão sendo contadas pelos agentes sociais do São Cristóvão, a respeito das tecnologias trazidas da África?

Então, eu sou vizinho a vida toda da Mina, assim, desde o dia que eu nasci nunca mudei de casa. Ali era a casa da Dona Maria Clara, que era a nossa vizinha, e é tão interessante isso... Você imaginar que nós tínhamos uma mina presente numa casa de uma senhora que achava que aquilo no final era um problema, porque a água que saía da mina para ela era um problema muito sério, aquilo para ela era terrível. E aí com a vinda do Du para o bairro para a exploração da mina acho que todos os vizinhos e todo o bairro começou a conhecer melhor sobre o nosso passado mesmo, sobre tudo o que foi feito, sobre a importância dessas minas, sobre a importância da Serra do Veloso, o Morro das Tintas.

Qual é sua opinião a respeito dessas narrativas serem consideradas nas tomadas de decisões públicas?

Eu acho extremamente importante, eu acho que tem que ser levado em consideração pelos gestores públicos, tanto pelo legislativo, quanto pelo executivo, e acho também que o judiciário deveria participar deste momento, né?! Eu acho que deveria existir uma preocupação dos três poderes enquanto a isso, unidos, trabalhando juntos, para que pudéssemos fazer a conservação deste material histórico, tão grande que é nosso, que é um pertencimento nosso ouro-pretano.

Como você avalia que seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas com a comunidade?

Eu acho que o primeiro trabalho tem que ser um trabalho patrimonial, mas de educação mesmo, as pessoas não conhecem ainda, então eu acho que a informação tem que chegar nas escolas e principalmente de primeira à quarta, que é onde as crianças estão começando a desenvolver uma leitura de onde elas vivem, de onde elas moram, de onde elas estão crescendo. Então, eu acho que aí sim, começando pelas escolas municipais de Ouro Preto, de primeira à quarta série contando mesmo a história sobre tudo, sobre as nossas ruínas, sobre as nossas montanhas, sobre tudo que aconteceu e o quão importante é a preservação desses locais, começando assim... Eu acho que deveria ser inclusive matéria escolar, principalmente em Ouro Preto e nas cidades que tem essas características, porque as crianças sabendo da importância, elas vão saber preservar também.

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

Eu avalio que existe sim uma preocupação e secretarias afins, Secretaria de Patrimônio e Cultura, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, mas eu acho que deveria ser feito, como eu tinha dito anteriormente, deveria ter uma secretaria específica para isso. Que as atenções vão se voltar para isso, lembrando que também é uma grande fonte de renda para a cidade de Ouro Preto... Seria... Porque não é explorado hoje. Seria uma grande fonte de renda para a cidade de Ouro Preto, eu acho que só de se haver uma conversa já tem o primeiro passo. Acho que esse primeiro passo é importante, ele já fomenta, falar de um assunto ele já melhora um pouco a condição, mas eu acho que tudo isso é um conjunto... As escolas, estudar, falar sobre, levar para as crianças, a criação de uma secretaria específica e também o estudo do potencial financeiro, do impacto financeiro que isso pode trazer para o

município. Essa semana nós vimos que São Bartolomeu (distrito de Ouro Preto) está concorrendo entre uma das vilas mais interessantes para ser visitada do mundo, no Parque do Uaimii, então nós estamos aqui, né?! É isso aqui, sobre o Parque do Uaimii e você sai na Serra do Veloso, então eu acho que quanto mais se estimula esse tipo de projeto, de programa, melhor para todo mundo. Para as doceiras de São Bartolomeu, pro pessoal de Lavras Novas, porque vai ter um outro tipo de turismo, para o pessoal do Bairro São Cristóvão, pra hotelaria, para as minas de ouro, pros restaurantes, para os guias de turismo e precisamos de uma especialização dos guias, que hoje eles falam da parte central da cidade de Ouro Preto. Então teria que se haver uma especialização... Nós falamos um pouco mais desses outros nossos potenciais.

Qual é sua opinião a respeito dessas narrativas afrodescendentes e como elas corroboram para a preservação dessas estruturas?

Eu acho de extrema importância, essas nossas raízes, essas minhas raízes, principalmente por morar em uma cidade que eu acho que tem a maior história do Brasil voltada para a... Assim, tudo aqui foi construído pelos nossos antepassados. Eu inclusive me sinto um dos poucos representantes na Câmara Municipal de Ouro Preto, que é uma das primeiras Câmaras do Brasil, eu acho de suma importância e de extrema importância, a preservação das nossas raízes, dos nossos costumes, do nosso patrimônio, do nosso acervo. E acho que existe sim um trabalho sendo feito por alguns atores, mas acho que deveria ser mais, ainda é pouco, falta muito.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto e das estruturas remanescentes da mineração?

Eu acho que existe sim, existe criando novos locais para as pessoas morarem, e aí as pessoas dizem: "Ah, mas já não existem locais para as pessoas morarem em Ouro Preto", existem sim, um exemplo desses locais é o Dom Bosco, ali em Cachoeira do Campo, é uma área que se não me engano são quase 250 lotes, de mais de mil metros quadrados. Você imagina quantas e quantas residências podem ser feitas ali... E eu acho que a gente tem outros distritos que tem grande potencial de terra também, um exemplo clássico é Antônio Pereira. Nós temos outros locais, acho que a gente tem que discutir mais essa questão da moradia. Porque as pessoas não vão morar no alto do morro, no local de risco porque elas querem, elas vão morar por falta de outra forma mesmo, do poder público levar até elas um caminho a ser seguido, para conseguir a sua terra, a sua casa, a sua moradia. Eu converso e vivo com muita gente, sei da dificuldade mesmo, nua e crua das pessoas, então não adianta você cobrar que

a pessoa não construa em um local se você não dá condição que ela construa em outro, né?! E Ouro Preto por si só é uma cidade extremamente cara para se viver. Para se ter ideia, hoje eu estava um pouco mais cedo na reunião da Câmara, na parte da manhã, estava dando uma olhada em uma imobiliária que está vendendo um lote em bairro bem afastado do Centro, de 360 metros, um lote bem pequeno por 160mil reais. Então você imagina, como uma pessoa assalariada vai ter condições de comprar um lote de 160 mil reais, mínimo, e depois disso ainda tem que construir sua casa... É muito difícil mesmo. Por isso que nós temos que dar condições dessas pessoas terem a casa delas, ter dignidade, terem o lugar para construir a sua moradia. E nós temos que alinhar essa moradia com toda infra né?! Com esgoto de qualidade, com uma água de qualidade, com transporte público, com ruas boas, com qualidade de vida mesmo.

Qual lugar você mais gosta no bairro?

Da entrada do bairro, ali Rua Padre Rolim, quando você está entrando no bairro São Cristóvão... Eu tenho uma memória muito afetiva, porque ali tá tudo, ali estão os comércios, ali tem o Cuia, o barbeiro, que é amigo de todo mundo, que sabe de todas as notícias. Ali tem a padaria que é a padaria central do bairro, ali fica a escola de samba que eu acho muito importante, haja vista ser a campeoníssima, né?! Já é o quarto ano consecutivo que ganha o carnaval de Ouro Preto. Ali você tem a vista da Capela do São Cristóvão e você vê o bairro todo, encontra com todas as pessoas, as pessoas saindo dos ônibus e entrando no outro, e tem o macarrão com espetinho ali, que está por conta de dar as notícias do dia a dia para as pessoas, eu acho que isso que é legal, essa interação.

Você tem alguma memória de infância no bairro? E essas memórias têm relação com as estruturas da mineração?

Tenho sim, tenho muito... Eu tenho uma memória de quando eu era mais jovem, nós brincávamos ali, dentro dos mundéus, eu tenho uma tia que faleceu há poucos dias, que a casa dela é construída dentro de um mundéu. Isso é muito legal, eu sempre vivi dentro de uma estrutura... É muito vivo pra gente que mora ali... Não é uma coisa "Ah, ouvi falar", não a gente vive ali, eu sempre convivi com a dona da casa de onde hoje é a mina, e ela reclamando daquela água que saía por ali, colocando latão para tampar a água, e que hoje é uma fonte inesgotável de conhecimento, né?! Para tanta gente, visita de gente de tantos países... Então eu sempre vivi no meio ali.

O que você vê que faz você pensar que está chegando em casa?

Exatamente entrar na Rua Padre Rolim, que é a maior da cidade, saindo da Praça, onde eu estou agora, por exemplo, na Câmara, eu chego na Padre Rolim pra mim já é Veloso, a gente tem uma mania de falar por ali que da Praça pra lá já é Veloso, mesmo tendo outros bairros, Água Limpa por baixo, São Francisco por cima, mas é meio que tudo Veloso.

O que você vê que você sente falta no bairro?

Hoje em dia eu sinto falta de mais segurança... Algumas coisas estão faltando, mas algumas a gente consegue, graças a Deus estamos conseguindo resolver. Como uma agência do correspondente bancário, mas na verdade não seria nem um correspondente bancário, seria mesmo uma agência para recebimento de contas, uma Casa Lotérica de fato, que não tem no bairro e é um dos maiores bairros de Ouro Preto. Nós já estamos em negociação com a Caixa e com o Superintendente, está caminhando bem, graças a Deus. Eu sinto falta de uma Casa Lotérica e sinto falta de mais segurança. E hoje, uma coisa que nós pedimos muito também e eu sinto falta é de mais sinalização, sinalização ali na beirada do asfalto, de semáforo, pois é um bairro extremamente populoso, então eu sinto falta deste tipo de situação.

Qual é o lugar de encontro para você no bairro?

Na frente da padaria.

ENTREVISTA 8

Data: 15 de setembro de 2021

Nome: Sérgio Geraldo Neves

Ocupação: Funcionário público federal da UFOP e presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão, desde 2017.

Naturalidade: Ouro Preto, Ouro Preto-MG, Bairro São Cristóvão/Veloso – “nascido e criado, na época que nasci, nascia em casa, não era no hospital, não.”

O que você entende por paisagem?

Paisagem eu entendo como o cenário que a gente tá inserido, aquilo que nos rodeia, as montanhas, as casas, a rua, né?! A onde a gente mora, então é uma paisagem...

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto?

Eu acho que é uma paisagem... Claro, primeiro que a gente aprende logo de início, que é histórica, que tem um passado longínquo e é uma paisagem que tá em constante modificação, aqui mesmo onde eu moro quando eu era menino era de outra forma... As ruas eram sem calçamento, era muito menos casas, as montanhas eram mais preservadas, tinha mais áreas verdes. Tinham os locais quando criança para a gente brincar, por exemplo para gente correr, brincar nos córregos com água, a gente podia pisar nas águas, que a água ainda era limpa, hoje não tem mais isso. Então assim, é uma paisagem que está em constante modificação, em constante alteração, né?! Mas é uma paisagem interessante, porque guarda muita história, tanto pra gente como coisas que a gente viveu aqui, como do passado histórico da nossa cidade.

Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

Mudou... Mudou, porque as coisas foram se alterando, né?! Você vê que o bairro era um bairro menor. Eu falo do bairro, porque eu sempre vivi aqui, fiquei um pouco tempo fora daqui, mas pouco tempo, e eu lembro dele no início, com as ruas sem calçamento, todo mundo podia brincar na rua, todo mundo se conhecia, era uma coisa mais família. Hoje o bairro é muito grande, a gente não conhece todo mundo, é um movimento muito grande, é muita gente, é barulho, é confusão, é essa questão de droga, de violência que infelizmente cresceu aqui. Então é uma paisagem que vai mudando constantemente, não é a mesma dos meus tempos de criança, nem de juventude. Eu não sou velho, né?! Mas nos tempos de juventude...

Como você vê a serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto?

Uai, a Serra é uma, já que a gente tá falando de paisagem, é uma paisagem marcante, qualquer lado que você olha você vê os contornos da Serra. E a gente mora na Serra,

porque o bairro São Cristóvão está na Serra, você tem que subir o morro. Eu particularmente moro na parte alta do bairro, então tem que subir morro. Todos os lugares que você vai em Ouro Preto você tem que ou subir ou descer morro, você não tem um plano. A Serra é uma presença marcante em nossa vida. Em todos os lugares que você vai, você vê a Serra, e ela influencia na maneira de você ver, na maneira de construir, na forma que as pessoas fazem as coisas, então é importante, é uma presença marcante, vamos dizer assim.

Qual seria a importância dessa região?

A Serra primeiro... Agora eu me lembrei que está tendo uma queimada ali pro lado do bairro São Francisco, pro lado da Rodoviária, né?! Então ela tem essa importância com a questão da preservação ambiental, né?! Ela regula a temperatura, ela traz menos calor, se bem que agora está muito quente... Ela tem essa questão dos animais e dos pássaros que lá tem... E também a importância das nascentes de água, né?! Todas as nascentes de água que a gente tem em Ouro Preto, são da Serra. Além de ser um espaço de, para mim hoje não é tanto mais, porque eu não subo a serra tanto assim... Pra gente nadar, pra gente passear, correr. Tinha umas frutinhas lá do mato que a gente buscava, né?! Então a gente ia muito pra lá... É um local de lazer também.

Qual leitura você faz a respeito das estruturas remanescentes da mineração presentes no Bairro São Cristóvão?

Olha, pra gente sempre foi um significado que muitas pessoas passaram por aqui antes da gente. A partir do momento que a gente vai conhecendo a história, buscando entender... Antes a gente achava interessante que eram uns lugares “sombrísticos”, aqueles muros antigos de pedra, para a gente brincar, era um local que a gente, que não tinha muito o que fazer, nem locais para ir... Então a gente brincava aqui em cima onde é a Capela São Cristóvão e onde é a sede da Associação. São os mundéus onde a gente jogava bola, a gente às vezes, em um desses mundéus ali pra cima, era o lugar de gente jogar lixo, porque era um buraco lá para a gente jogar lixo, porque não tinha coleta de lixo. Eram lugares assim que serviam para a gente utilizar, para alguma finalidade naquele tempo, né?! Hoje a gente vê que é uma lembrança do passado nosso, que lembra as primeiras pessoas que aqui vieram, a importância que isso aqui teve na história da nossa cidade e para a história do país também. Alguém me dizia outro dia que boa parte do ouro que está na Matriz da Igreja do Pilar saiu daqui dessa região. Com essa questão da Mina Du Veloso que hoje tem aqui, fala-se que na época tinha mais de 300 escravos. Então a gente lembra, que aqui muita gente

sofreu, viveu e lutou. Assim, a gente tem um olhar diferente, não é mais um espaço para brincar. Quando eu era menino, a gente ajudava a construir as casas, a gente tirava pedra do muro para ajudar a construir as casas, alguns muros nem existem mais, por causa disso. Hoje a gente vê como uma lembrança de um passado histórico e de pessoas que viveram aqui, que tem uma história aqui e que construíram uma vida aqui e que às vezes a gente descende delas. Eu não sei se a gente tem alguma ligação, algum antepassado nosso que viveu aqui também... Pode ser também.

Vocês têm a data de quando aconteceu a construção da Associação de Moradores sobre o mundéu?

Não... Porque onde é a sede da Associação era uma escola, antiga Escola João Bolinha, então a data exata que ela foi construída... Ela foi construída no governo do Prefeito Alberto Caram, aí você vai ter que ver quando foi a administração dele, eu não lembro a data. Foi nos anos 70. Onde está a Capela São Cristóvão, segundo me disseram outro dia, ela foi inaugurada em 1969, foi construída um pouco antes e em 1969 foi inaugurada, então essa eu sei mais ou menos a data. Mas a da Associação nós estamos lá desde a época do prefeito Lúcio Milagre, quando desativou a Escola João Bolinha e passou o prédio para a Associação.

Quando você descobriu e/ou começou a se interessar pelas narrativas a respeito das tecnologias trazidas da África?

Olha, pra ser exato com detalhes mesmo, foi agora recente com a Mina Du Veloso, que o pessoal da mina faz uma pesquisa histórica maior e eles mostram que os negros daqui vieram de um lugar que tinha uma tecnologia mais avançada na exploração de ouro. Foi mais ou menos de uns 7 anos pra cá que tem essa ideia da tecnologia envolvida nesses equipamentos que a gente via, mas não sabia como era a exploração, como se fazia e agora que a gente tem mais noção de como a coisa acontecia.

Qual é sua opinião a respeito dessas narrativas serem consideradas nas tomadas de decisões públicas?

Eu não acho que eles levam muito em consideração não, sabe?! Eles fazem as coisas de qualquer maneira sem levar em conta essas estruturas, de qualquer maneira as vezes até destrói o que já existe para construir alguma coisa. Aqui é uma área que foi densamente ocupada e boa parte dos terrenos foram doados, “doados” entre aspas, porque não podia doar, por políticos, candidatos a vereadores, prefeitos, que deu para a população: “Ah, eu vou dar um lote para você construir lá no Veloso”. Assim foi

construído na época. O poder público, eles não têm muito cuidado com essas estruturas... Poderia inclusive aproveitar para captar água, esgoto, alguns lugares eu sei que tinha até uns tubos antigos de cerâmica e que não existem mais e que poderiam estar sendo utilizados. A captação de água também, que antigamente se usava para poder tirar o ouro, eles não aproveitam nada disso. Eles não levam muito em conta isso que tem não. Sem dúvida eles deveriam levar em conta. Hoje tem aquela coisa da preservação do patrimônio, se você vai mexer em algum lugar deste logo, logo, tem um fiscal para te cobrar, mas não parte do poder público uma política de preservação de cuidado com isso.

Como você avalia que seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas com a comunidade?

Eu penso que Ouro Preto é uma cidade turística, né?! E o turismo significa dinheiro, e o povo vive... O povo aqui da comunidade é muita gente carente, muita gente que não tem uma formação profissional adequada, não tem emprego. Ouro Preto hoje é uma cidade que não oferece muitas oportunidades hoje de emprego, então... Poderia utilizar essas estruturas para atrair turistas para cá, pra contar a história da mineração que tem aqui, trazer turistas e as pessoas ganharem dinheiro com isso. Por exemplo, uma época a gente até pensou isso na Associação, os meninos serem guias turísticos, para mostrar não só essas estruturas, mas como o alto da Serra tem resquícios da mineração lá... Tem canais de captação de água e também as pessoas poderiam vender por exemplo, água, lanche, almoço, até hospedagem. Teve uma secretária do governo, não sei qual governo foi aí pra trás, não sei se foi Júlio Pimenta, um desses governos pra trás aí, que ela sugeriu de fazer igual no Rio, que as pessoas pagam pra ficar na favela, para dormir nas casas. Aqui não é uma favela, apesar de ser morro, mas as pessoas poderiam se hospedar aqui pelo próprio ambiente histórico, turístico, mas teria que ter uma formação, uma capacitação das pessoas da comunidade para isso, tanto na questão do conhecimento histórico, quanto na questão de língua, de como receber, de como fazer as coisas... O que não tem... O poder público não pensa nisso. A gente pensa, mas depois a gente não caminha muito, porque falta recurso.

Qual a sua opinião sobre as narrativas corroborarem para a preservação dessas estruturas?

Eu acredito que a partir do momento que as pessoas conhecerem de fato o que aconteceu aqui, elas saberem do valor que isso tem, da importância que isso tem pra cidade e pro país, porque foi muito ouro que saiu daqui, e esse ouro ajudou a construir

muita coisa. Aqui em Ouro Preto e fora daqui, e fora do Brasil. Alguém outro dia comentava sobre um terremoto que houve em Lisboa, não sei quando, no século XVII ou século XVIII, por aí, e que Lisboa foi totalmente destruída e foi reconstruída com o ouro que saiu daqui, inclusive daqui do São Cristóvão. Então, as pessoas conhecendo isso, sabendo da importância dos fatos que ocorreram aqui, sem contar das vidas que se perderam aqui... Muitos negros morreram aqui e brancos também, porque era uma condição de vida muito insalubre da época. Se isso tudo chegar nas pessoas elas vão aprender a valorizar isso e saber que tem muita história, muito sangue, muita vida que perdeu aqui, que hoje deve ser valorizada com isso que tem aqui... A importância que isso tem.

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

O trabalho de preservação... Eles se preocupam muito com o centro da cidade... Aqui eles não veem aqui como uma área histórica importante que precisa de ser preservada, eles só lembram da preservação quando algum morador, alguma pessoa vai construir e começa a interferir nessas estruturas. Ou então em períodos de chuva, que nós temos muito problema com deslizamento da Serra, que é uma área muito instável, aí também tem que preservar, além das vidas, tem que preservar o patrimônio, então normalmente eles pensam nisso. Mas não existe uma política de preservação patrimonial para essa área, não existe. Poderia sim pensar... A forma de fazer seria investir na educação das pessoas, na educação para esses fatos que ocorreram aqui... A história nas escolas aqui de Ouro Preto, eles não contam a história daqui, quando eles contam a história daqui eles falam muito no Aleijadinho, mas mesmo assim, pouco, e na Inconfidência, só. Mas não conta as coisas que aconteceram de fato, tudo que aconteceu por aqui, tudo que se passou, então precisava formar a consciência das pessoas para a importância disso. O que tem esse patrimônio, e inclusive, como ele influencia na nossa vida hoje culturalmente falando, as expressões que a gente fala, as coisas que a gente usa que são desse período. E também a gestão seria tentar trazer para cá essa questão do turismo, eu acho que o turismo, que boa parte da cidade continua hoje sendo preservada, por causa da questão de atrair o turista. Porque o turista significa dinheiro, significa emprego, significa de certa forma renda para as pessoas, então eu acho que deveria pensar em ir por esse caminho aí, que preservaria e chamaria a atenção para a importância dessas estruturas.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto e das estruturas remanescentes da mineração?

Além do que eu já falei, eu acho que deveria ter uma política habitacional, Ouro Preto não tem uma política habitacional, criar áreas onde as pessoas possam construir e morar de maneira mais sustentável, mais barata, porque até para construir aqui na Serra, no morro, é mais difícil. Porque conforme o lugar as pessoas têm que carregar os materiais nas costas, não chega um carro, a acessibilidade é muito complicada... Então assim... Uma das coisas que precisa ser feita é uma política habitacional séria. Criando áreas em que as pessoas pudessem construir e a cidade crescer, porque por aqui já não tem mais onde a cidade crescer. Vai subindo a Serra e vai destruindo, vai cortando, vai causando problema, vai desestabilizando cada vez mais o solo. Uma coisa importante seria isso, né?! A política habitacional, que tirasse um pouco essa pressão que tem pelo crescimento urbano. E outra coisa é investir no turismo, tirar um pouco essa visão do turista só no centro da cidade e mostrar também essas áreas, além do turismo dessa questão histórica que nós estamos falando, tem a questão ambiental também, tem a questão ecológica, você tem nascentes de água, você tem cachoeiras, você tem paisagens bonitas, você tem orquídeas que dá lá no alto da Serra, aquelas frutinhas que dão lá, pássaros... Tem algumas espécies de macaco e até de esquilos assim, são poucos, mas tem... Tem uma água, uma água limpa, locais para as pessoas que quiserem nadar em cachoeiras. Então precisava de investir nessa questão do turismo para esses locais, porque aí as pessoas vão valorizar e preservar.

Qual lugar você mais gosta mais no bairro?

Ali na minha casa, obviamente, e eu gosto muito da área onde está a Associação e a Capela São Cristóvão, são áreas que me lembram muito a infância, né?! A gente ajudou a construir... então eu gosto muito de ficar nesses lugares. E a Serra também, que hoje eu não vou muito, porque a idade não ajuda, não estou velho assim, não, mas é ruim para subir, as trilhas não são tão boas, mas eu gosto muito. Tem a Lagoa Azul que a gente chama, que tem uma água gostosa, que tem um lugar tranquilo para passear.

Você tem alguma memória de infância no bairro em alguma ruína?

Eu lembro muito do meu período de infância da casa da minha avó, que é o local onde é a Mina Du Veloso hoje, meus tios depois venderam o espaço para a pessoa que hoje explora a mina lá, eu lembro muito lá desse lugar. E tinha uma casa velha, eu

morava na parte de baixo da Rua Tomé de Vasconcellos e tinha uma casa muito antiga lá que tinha moradores e depois a casa começou a cair, porque era uma casa de pau a pique, adobe, não era tijolo... E era um lugar que eu gostava muito de brincar, tinha muito pé de jabuticaba, tinha água, né?! Ali perto também, na Rua Thomé de Vasconcellos, que eu vivi mais tempo lá, na minha infância, tem um reservatório de água, um reservatório de três, tem um chafariz antigo lá, que até ficou um tempo escondido debaixo da terra que caiu, e agora eles descobriram lá. A gente brincava muito lá também, era um lugar que eu gostava muito de ir, de ficar, tem umas ruínas, tem um muro, tem uma mina antiga, que eu gostava muito de ficar lá brincando. Onde hoje está a secretaria de obras, Upa, ali era mato, era descampado, a gente chamava ali de escola técnica, porque na época o IFMG seria construído ali, mas o patrimônio na época embargou, porque seria um prédio moderno, e não foi feito. A gente chamava ali de escola técnica, era um lugar de mato, mas tinha uns campinhos pra gente brincar, era um lugar que a gente buscava... minha mãe costumava arear panela com areia branca, tinha uma areia branca lá, então era um lugar também que a gente brincava muito, era um lugar que tinha água também que era úmido, é um lugar também que eu me lembro muito.

O que você vê que faz você pensar que está chegando em casa?

O morro que eu tenho que subir (risos). Quando eu chego aqui, eu desço da UFOP, paro ali na Padre Rolim. Aí, quando eu olho pra cima, já vejo aquele morro, mesmo lá quando eu estou na UFOP eu consigo avistar aqui... Então eu desço do ônibus e quando eu começo a chegar aqui na Rodoviária para cá, a gente tem aquela visão da Serra, das casas... Aí a gente já “Opa, tô em casa”.

O que você vê que você sente falta no bairro?

Primeiro de algumas pessoas que já não estão mais aqui, e a convivência que a gente tinha, a tranquilidade que a gente tinha, era um bairro. As pessoas eram muito próximas umas das outras, conversavam mais, eram muito mais amigas, a gente tinha as festas que a gente fazia, tinha festa junina, tinha o mês de maio o pessoal juntava ali onde que é a Capela, que antes não tinha capela ainda, era um salão, e o pessoal reunia lá para rezar o terço no mês de maio, fazer coroação de N. S., tinha barraquinha de canjica, quentão, cada um levava uma coisinha, um bolo, um doce. Hoje isso não tem mais, você não consegue fazer essas coisas mais, hoje uma festinha que você faz ali dá até briga, tem que ter polícia, porque esses jovens de hoje em dia enfiaram com a droga e álcool, né?! E isso perdeu um pouco, você não tem mais aquela

convivência, aquela coisa de estar juntos, de participar, de uma ajudar o outro... Eu ia mudar, o outro ajudava a carregar a mudança... Encher uma laje na casa... Hoje em dia não tem mais esse negócio de mutirão para encher a laje, não tem mais. A gente juntava pra limpar rua, para capinar a rua, porque não tinha serviços públicos aqui. Hoje você não faz mais isso, não tem mais essa coisa da participação de estar junto, isso não existe mais, infelizmente.

Qual é o lugar de encontro para você no bairro?

É a beirada... A gente fala a beirada do asfalto, ali na Padre Rolim, tem a padaria, tem os supermercados, é onde se encontra mais, né? Eles fizeram há pouco tempo, tem uns 20 anos, a quadra esportiva, mas a quadra virou um ponto de consumo de droga, então a gente quase não vai lá. Mas é um ponto de encontro ali na beirada do asfalto, a gente sempre encontra as pessoas, bate papo. E a Igreja, a Capela São Cristóvão, que a gente sempre vai lá, tem as missas, tem as festas do padroeiro São Cristóvão, ainda tem essa questão do mês de maio apesar que não é tanto como era antes, mas ainda é um local de encontro.

E essas festas do mês de maio têm relação com algum santo?

É Nossa Senhora, no início era N. S. do Pilar, porque aqui era paróquia do Pilar, tinha uma imagem de N. S. do Pilar que ficava aqui, depois a paróquia buscou essa imagem que foi para o museu. E daí tem uma outra imagem de N. S. que é de Lourdes, mas é uma festa de N. S., a gente reunia para rezar terço e assim, ouvia música, tinha as pessoas do bairro que tocava violão, que cantava, tinha os locutores, um sistema e autofalante que ficava ligado à noite, que as pessoas ofereciam música, "Fulano de tal oferece música para menina tal como prova de amor e carinho", ainda tinha isso... Falava, colocava aquelas músicas de Agnaldo Timóteo, aquelas músicas antigas, então ficava aquela música o dia inteiro de Agnaldo Timóteo. Também tinha coroação de N. S. e no último dia do mês de maio tinha procissão, tinha uma banda de música, o padre Simões vinha, celebrava a missa, e depois nós construímos o salão, construímos a Capela. Então assim, era essa festa, e hoje é a festa de São Cristóvão, a festa do mês de maio tá esvaziada, não tem mais com o brilhantismo de antes, mas é a festa do São Cristóvão que tem essas coisas, música, dança, barraquinha, forró, essas coisas.

Se você tivesse que escolher uma imagem para o Bairro feliz, qual seria?

Olha, uma coisa que hoje é boa, que começou com um bloco... É a escola de samba, o carnaval, os ensaios da escola de samba, é uma imagem assim, dá uma ideia de

alegria, de felicidade, é um dos momentos que a comunidade está junta, né?! E tem o bloco, nosso bloco que a gente faz dia de domingo. O carnaval, vamos dizer assim. Além, claro, da festa da igreja, que hoje é mais reduzida.

ENTREVISTA 9

Data: 22 de setembro de 2021.

Nome: Lia Motta

Endereço: Rio de Janeiro-RJ

Ocupação: Arquiteta e Urbanista, técnica do IPHAN desde 1977.

Naturalidade: Rio de Janeiro/RJ

O que você entende que seja paisagem?

Paisagem... é o todo, não é à toa que a paisagem vem ganhando uma expressão tão grande no campo do patrimônio, como a paisagem cultural que tem mais de um entendimento. Eu gosto muito do entendimento brasileiro, que é uma porção de território que agrega aos diversos modos de fazer da sociedade – da Portaria do IPHAN da Cancela da Paisagem Cultural. Você tem a paisagem pela estética, que foi a que o patrimônio usou antes, e tem hoje uma ideia de paisagem ainda mais bacana, que é o HUL – sigla da Paisagem Histórica e Urbana em inglês. O que acho importante é trazer o tema para as cidades, onde hoje a gente tem que ter uma grande preocupação, porque é onde mora a maior parte da população, é onde os conflitos estão se dando de maneira mais intensa e por aí vai... O HUL recupera uma noção bacana que foi usada no Brasil, vinda da Europa, a ideia de cidade-documento, de valorizar a cidade pelas várias camadas e processos de crescimento, isso foi adotado usando a noção da “Nova História”, da ideia de que tudo é documento, e serviu para fazer alguns trabalhos importantes pelo IPHAN na década de 80, e por outras instituições, com a discussão de novos conceitos. Tivemos aquela primeira fase com Rodrigo e depois Aloísio Magalhães, que inovou a partir de demandas sociais, de comunidades. A Carta de Washington, é outra referência em que o valor da cidade está no todo, nas marcas nos territórios, nos lotes etc. E agora, o HUL, recupera isso, mas de uma maneira abrangente, pensando no território como um todo, na paisagem como um todo, no território urbano como os geógrafos entendem: o espaço apropriado, socialmente, que tem significados, sentidos. Então o HUL traz uma noção de paisagem que podemos usar para pensar na leitura do território associada aos processos sociais, modos de vida, modos de fazer. De alguma maneira funde a noção de paisagem cultural com a histórica urbana. Então, seja lá como ela for adjetivada, a paisagem é um conceito que nos ajuda a incluir a diferença, a diversidade, o outro, tudo que se buscou desde as reivindicações sociais da década de 1980. Então eu

acho que é isso, a paisagem é o todo, que pode ser visto como documento, como território apropriado, como lugar, também da geografia, que ganha sentido.

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto? Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

Acho que mudou. A gente tinha um ideal de que a cidade ia se manter com alguns padrões especiais. Você tem o investimento inicial do Lúcio Costa, eu digo Lúcio Costa porque ele era o consultor do Rodrigo e acabava valendo o que ele queria. Tem aquela discussão famosa sobre Ouro Preto de retirar ou não a platibanda, acho que era do Cine Vila Rica, com um parecer curto, mas lindo, do Paulo Thedim Barreto dizendo que não deveriam retirar a platibanda, que era parte da história, que a cidade tem história. E Lúcio Costa vem e diz que é um elemento bastardo, que é uma aberração ... e valia sempre o que Lúcio Costa dizia. Tinha aquela ideia, que é clássica, que todo mundo sabe, de que a cidade não ia mais crescer, então uma outra casa que se fizesse, ficaria como se fosse um retoque numa pintura. Quando eu entrei no IPHAN (em 1977), aquilo me parecia por um lado meio absurdo, porque a cidade se transforma e sou de uma geração, na faculdade, que viu as cidades crescerem e se transformarem. Então eu ficava achando aquilo um pouco estranho. Achei mais estranho ainda quando eu fui fazer a pesquisa sobre Ouro Preto, que foi motivada por um professor da cidade que ficou danado, porque eu fiz um parecer dizendo que ele não podia fazer um segundo andar na casa dele para filha que ia se casar e morar ali. Ele dizia “Por que não?! O IPHAN já autorizou esse tipo de coisa.”... E eu disse “Bom, se o IPHAN já autorizou vamos ver ...”. E o que eu vi foi como a gente não trabalhava com pesquisa, estou dizendo: o IPHAN não trabalhava com pesquisa. Se eu me sentasse com Silva Teles, que era meu chefe, e dissesse: “Olha, o professor está dizendo isso ...”, ele diria: “Não sei não, será que aprovou?!...” ou seja, não sabíamos e estava tudo dentro do arquivo, podendo ser pesquisado. Mas nesse período realmente houve uma mudança, mas a cidade ainda era pensada do ponto de vista da mancha histórica, digamos assim, da arquitetura mais antiga... De como você cria critérios internos para ela. Então, se você ficasse fazendo casas coloniais, só quem mergulhasse no arquivo é que iria saber que a rua era um antigo caminho que virou uma rua colonial em 1980, por exemplo. Os planos urbanos tinham fracassado, você que está estudando Ouro Preto e foi do Escritório Técnico deve saber que eram planos no nível ideal, com a pretensão de trabalhar o todo, a paisagem, mas deixavam a parte mais antiga por conta do IPHAN. Então ficava assim: “vamos tratar dessa parte mais

antiga e o restante fica para o plano". Só que os planos eram feitos em gabinete... Pessoas ótimas, mas em um momento assim: "Nós somos os técnicos, nós somos os donos do saber, nós vamos aqui aplicar as nossas verdades os nossos conhecimentos" ..., mas já havia vereadores poderosos, as câmaras dos vereadores já funcionavam, e eles disseram: "Não. Não correspondem aos nossos interesses", ou nem examinava os planos... Não é que eles fossem bem-intencionados. Tinham lá o público deles. Era um momento muito rico para dizer: "E agora o que fazer?!". E por que que estou dizendo isso?! É porque os critérios têm que ser urbanísticos, diferenciando a cidade nova, que se desenvolve, mesmo dentro do tecido antigo, e isso é muito difícil. As normas do IPHAN para Ouro Preto, que se baseiam em "face de quadra"... não sei em que medida eles trabalham com esse urbanístico, marcando diferenças. Acho que é interno, para aquela mancha que o plano na pré-história deixou por conta do IPHAN. Acho que o cuidado deveria ser deixar a leitura da cidade clara e ao mesmo tempo com padrões urbanísticos em que o novo não se sobreponha ao antigo. Eu sei que é difícil fazer isso, mas... Quando criaram o IBPC e todo mundo achou que o IPHAN tinha acabado, se você documentar nessa mancha mais antiga o que foi feito naquela época, poderá fazer um catálogo do que não se deve fazer. Foi uma chuva de "vamos aproveitar", então, são construções que pela fachada você diz "olha mais uma casa colonial", mas do lado, na paisagem, vira aquela coisa enorme e tal... Mas por que eu pensaria Ouro Preto de maneira diferente, hoje? Embora eu não possa dizer que tenho um pensamento sobre Ouro Preto, vamos dizer que a cidade não está no meu radar neste momento, acho que vale para a Ouro Preto o que a gente tem que fazer para qualquer Centro Histórico, Conjunto Urbano, Sítio Urbano, que é pensar dentro da realidade brasileira. Hoje o discurso da virada decolonial está crescendo e é importante aprendermos com isso e não pensar a partir da centralidade europeia, com suas verdades. São discursos bastante difíceis, mas na sua essência são simples, palpáveis, fáceis de entender, com um princípio: estamos tão submetidos a centralidade europeia que a gente nem se dá conta de que estamos submetidos. Temos Pierre Bourdieu, que fala do Poder Simbólico... somos submetidos a um poder e nem sabemos que estamos submetidos a ele. O poder simbólico é perverso por isso, você acha que Ouro Preto tem que ser somente o antigo, o colonial, porque na verdade o IPHAN nos submeteu há uma ideia e o IPHAN era tão poderoso que a gente se perguntava "como fazer uma coisa diferente em Ouro Preto?!"... e hoje temos o discurso da decolonialidade, num esforço de passar a ser menos colonizado. Mas

quem me surpreendeu pensando assim foi um francês. Acho que foi 1998, durante o estudo sobre Diamantina Patrimônio Mundial, quando fui ciceronear o canadense que ia fazer o parecer pelo ICOMOS, porque ele não falava português. Outro especialista, o francês Jean-Pierre Halevy, que já tinha morado no Brasil e falava português, participou e acabei fazendo as gentilezas, pelo IPHAN, de acompanhar os dois. Na volta ele pediu para ir a Ouro Preto e o IPHAN pediu para que o acompanhasse. E foi a coisa mais espantosa ver aquele senhor francês, um homem aposentado consultor do ICOMOS e da UNESCO, ficar em pé na Ladeira que desce para a Igreja de São Francisco, dizendo: “Poxa, que interessante, Ouro Preto hoje é uma cidade histórica em um país pobre, com o crescimento urbano desordenado” e eu achei que ele ia dizer “que lamentável...” mas ele disse que não, ou a gente passa a entender os valores nos contextos ou os únicos valores vão ser aqueles europeus. Fiquei pensando que temos que entender os contextos, não podemos esperar ficar apenas naquela eterna briga para não ocupar para não fazer.... Mas tem uma coisa perversa, as prefeituras, e eu vou generalizar, que fazem intervenções, vamos dizer, desqualificadores, que não precisavam ser assim. Uma cidade como Ouro Preto, a mais importante simbolicamente do Brasil colonial, é uma cidade que está neste contexto. Só que quando a prefeitura faz, a segunda Ladeira de Santa Efigênia, a terceira e acho que estava já na quarta, que era exatamente a vista que Jean-Pierre estava observando comigo, aí você vê o investimento que podia ser outro. Podemos dizer assim: “ah, mas as pessoas precisam morar perto não tem transporte”. Verdade, mas a prefeitura podia prover meios ou construir as ruas em outras condições, ou pelo menos dar uma distância para valorizar a leitura da antiga Santa Efigênia. Aí voltamos para cidade-documento, para leitura da antiga Santa Efigênia ficar clara e não se dissolver em uma nova malha urbana promovida pela prefeitura seriam necessários alguns cuidados. Então, sobre Ouro Preto temos que ver não só o contexto de um país com dificuldades socioeconômicas, mas ver, para combater, quais são os interesses em jogo. Ao invés de ter uma eterna briga do IPHAN com a prefeitura, ter algum sistema que possa alertar para quais interesses estão direcionando investimentos. O que fica comprometido quando você atende a população de uma rua? Qual é a outra população que fica fora? Ou que pode ser prejudicada com as várias consequências disso? Hoje a gente tem que ver Ouro Preto como uma cidade viva e ainda bem que ela é viva em múltiplos aspectos, não é como Tiradentes onde a vitalidade depende daquele turismo: virou um Shopping. Ouro Preto é uma cidade

viva num contexto determinado, e aí eu acho que todo pensamento sobre Ouro Preto tem que se desenvolver a partir daí, inclusive os valores de patrimônio.

Como você vê a Serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto? Qual seria a importância dessa região?

Eu não sei, mas posso responder de modo semelhante ao que falei na resposta da paisagem, nas relações que se estabelecem, em pensar a paisagem cultural, a paisagem histórica urbana. A paisagem histórica urbana dialoga com essa Serra, com a mineração e com a produção. E aí eu vou arriscar dizer uma coisa sem ter certeza dela. Acho que foi Tarquínio Barbosa, historiador antigo ouro-pretense, que foi citado numa conversa com Dora Alcântara, que além de ser minha professora na faculdade foi minha colega no IPHAN durante anos e até hoje, com 90 anos, é superativa no IAB. Ela disse que o este historiador traz uma história de Ouro Preto, que pouco se prestou atenção, embora tenhamos mapas antigos lindos, com as chácaras marcadas, são umas preciosidades ..., vestígios daquela população que sobrevivia de produtos do local. Mas parece que ele traz uma coisa mais ampla, fala de uma rede de fazendas em volta de Ouro Preto e sua produção, eu não sei se fala da produção do ouro, mas o que a Dora dizia é que a gente tem que entender Ouro Preto também neste contexto e isso envolve a Serra. Acho que essa área é fundamental. Tem trabalhos, hoje, sobre o Morro da Queimada, numa escala mais próxima, o que é melhor. Se você olhar aquela cartografia antiga deve achar os sítios ocupados ali. Não sei se você conhece a história... que Juscelino mandava pegar pedras daquela parte da cidade, que até hoje está mais visível, das ruínas do Morro da Queimada, para fazer as arquiteturas modernas, aquelas pedras rústicas. Essa história deve estar contada em algum lugar, não sei onde ... se você procurar no Google... porque estou falando de memória, porque isso era muito falado, relacionado como os modernistas. É claro que Juscelino estava de braços dados com Oscar Niemeyer, que por sua vez estava de braços dados com Lúcio Costa, e com o Rodrigo, então era toda uma noção do moderno e do antigo que não incluía uma coisa arruinada, aquilo não era visto como tendo um potencial arqueológico, de conhecimento fantástico, como vemos hoje. Então era assim, o que se dizia é que iam caminhões para pegar as pedras e levar para as construções modernas para os projetos do Juscelino Kubitschek. Eu acho que valeria a pena, até pela história, você falar do assunto... Porque isso era a coisa mais normal do mundo, falada dentro do IPHAN... que tinha outra noção de patrimônio. Estávamos na década de 80 falando da arqueologia, falando da produção

de conhecimento, por termos trazido a ideias de documento, diante de demandas sociais pela diversidade. Momento em que teve o caso mais famoso, que é o Terreiro da Casa Branca. Para tombar o Terreiro tiveram que dar um nó na cabeça e deixar, numa prateleirinha, os critérios antigos, da beleza, da historiografia da arquitetura, da excepcionalidade, então eu acho que essa Serra é a cara do nosso momento hoje. E por que estou dizendo o nosso momento hoje?! Eu podia dizer “de 80 para cá”, mas acho que aquele foi um momento importante, final de 70 e década de 80, dentro do contexto da redemocratização, com avanços conceituais e um esforço pelo patrimônio imaterial, porque trazia o popular e o processo de produção, mais do que na coisa produzida. O que importa no acarajé, por exemplo, é o processo de produção e as relações sociais, e não acarajé que a gente come... Como patrimônio, o que mais importa são as relações sociais que se estabelecem. Tem uma entrevista com José Quintas, em que ele diz que importava mais o processo do que o produto, então no patrimônio imaterial trazia o popular, a novidade, a diferença no contexto. Para o patrimônio material a gente teve que correr atrás da ideia de cidade-documento e tal... Mas o que aconteceu depois da Constituição (1988) foi que as coisas ficaram paradas. Não sei se foi porque entrou o governo Collor e o IPHAN virou IBPC e a luta era para manter a Instituição, mais do que repensar conceitos. O patrimônio imaterial conseguiu alcançar um lugar importante com o Decreto 3551, do registro. Quando entendo que hoje, acho que de uns 10 anos ou mais para cá, é que o patrimônio material está sendo revisto é porque vejo a geração de vocês pensando: “eu vou olhar Serra, vou olhar para essas pessoas que estão vendo uma cidade tão consagrada, considerada, e nós aqui. Não somos parte disso?”. Então, eu acho que a Serra traz a possibilidade de repensar o patrimônio, inclusive o patrimônio do centro histórico de Ouro Preto, certo?! Leva a pensar em onde estavam as pessoas que moravam na cidade? Como era a multiplicidade social que se dava e se dá ali?! É muito difícil não revalorizar e repensar o patrimônio consagrado quando a Serra provoca isso. Principalmente essa delimitação que você falou, que trazem uma outra dimensão, também da vida social, que talvez tenha na materialidade mais informações se você olhar essa Serra como documento e como esse documento foi sendo apropriado e o que ele virou hoje. Por isso é sempre bom trazer a história, os conceitos.

Falei a respeito das narrativas afrodescendentes que estão presentes nas estruturas da mineração da Serra e como os agentes sociais da região estão se movimentando para valorar e preservar essas estruturas:

Só assim o patrimônio se transforma, porque quando a gente fala, “ah, Aluísio Magalhães e a década de 80”, eu amava Aluísio Magalhães, mas não foi só mérito dele. Ele era a pessoa certa no lugar certo e na hora certa. Se não tivessem os movimentos da redemocratização, com demandas sociais fortíssimas, não teríamos tido os avanços que tivemos e isso que você está falando da sua dissertação é a cara disso, são outros grupos... ou nem tão outros. Certo?! Porque se você pensar no Terreiro da Casa Branca foi um movimento importantíssimo, os afrodescendentes têm um lugar que tem que ser respeitado e considerado no nível do patrimônio nacional... Eles já tinham conseguido uma proteção para o sítio no nível do município de Salvador, mas queriam uma outra escala de reconhecimento. Agora temos outros terreiros protegidos. Quando vemos movimentos assim em Ouro Preto, podemos dizer que estamos em um momento especial para consolidar uma história que já tem 40 anos, para botar ela em prática, novamente. Porque o problema é que o discurso é fácil. A gente elabora discursos maravilhosos, mas na hora de dizer “vamos tomar tal coisa”, “vamos fazer uma legislação urbana que restrinja tal coisa” ... vira uma coisa difícil. Por isso temos que fazer pesquisas muito bem elaboradas e ter grupos sociais que as sustentem.

Como essas narrativas podem contribuir para se pensar a preservação dessas estruturas e as tomadas de decisão pública?

Eu vou voltar ao Terreiro da Casa Branca. Você leu esse processo? Eu acho que você deveria ler, se eu tiver aqui em casa mando para você, ou você pode pedir ao IPHAN. O processo está escaneado. E por que estou recuperando isso? Porque na verdade esse movimento dos afrodescendentes de Candomblé provocou novas narrativas para o patrimônio material. Hoje inclusive tem uma discussão grande “por que não Umbanda?”... que mostra uma disputa simbólica e faz avançar mais ainda. Entra até a discussão de autenticidade, porque tem quem diga que a Umbanda não é autêntica, porque misturou a Igreja Católica, Espiritismo... São discussões tradicionais relacionadas ao valor de patrimônio. Mas lá naquele momento era aquele grupo da Casa Branca pedindo para ser reconhecido, usando na sua linguagem, os códigos do IPHAN, como diz Cecília Londres, as populações aprenderam a usar nossa linguagem. São táticas para serem aceitas: “Olha, pode gostar de mim, porque eu sou o mais antigo. Pode gostar de mim, porque eu sou o primeiro. Pode gostar de mim, porque eu sou do estilo tal.” Era o primeiro terreiro, era o mais antigo... Por isso que é muito legal ler o processo, porque é uma narrativa deles, mesmo que apoiada por

antropólogos. Eu não sei se aí em Ouro Preto os grupos estão de braços dados com antropólogos “da pesada”, como foi no movimento em Salvador. Foi muito bacana, o movimento lá tinha um nome, uma sigla, mas no fim era um movimento pela cultura afrodescendente, entendendo que Salvador era a cidade mais negra, ou preta do Brasil. E o que aconteceu?! Quando pediram o tombamento do Terreiro... Com aquelas casinhas e lugares em que você não pode entrar por motivos religiosos... Ficou complicado. Mas o Terreiro da Casa Branca é um conjunto paisagístico e você está falando de paisagem. É um terreno muito grande, com construções espalhadas, com a Árvore Sagrada, com toda uma relação com aquela religiosidade e uma dimensão paisagística. Então também não importava ter casas populares... o templo maior – não sei se chama de templo, mas enfim... – com uma platibanda típica do Nordeste. E por que eles pediram o tombamento?! Porque o dono do terreno queria fazer um conjunto de espigões, aí entra a tensão com a especulação, com o capital, e o IPHAN entra como um recurso, o patrimônio como recurso para se opor a esse tipo de crescimento urbano, de política urbana. E o que acontece?! Quando eles pediram o tombamento montaram um discurso que tinha os códigos do patrimônio, conforme diz Cecília Londres, e uma história muito legal que a comunidade conseguiu articular junto com os antropólogos. Mas o IPHAN dizia: “e se o dono desse terreno disser ‘está bom, está tombado, não posso derrubar as casas não posso cortar as árvores, mas eu não quero mais alugar para eles’; uma igreja barroca mantém a sua característica artística excepcional mesmo sem manter a função religiosa. E essas casas?!”. Mas, aí, se você entrar com discurso do documento, pode entender aquele sítio como um documento mesmo sem a prática viva, ele é um documento de um templo religioso afro-brasileiro, e essas discussões estavam em cena. Não sei se o discurso do documento está no processo. São minhas lembranças, com a história oral. Ficávamos muito atentos, eram os casos especiais, toda moçada como eu, que era muito jovem na época, ficava animadíssima com as discussões. E tem algumas reuniões, e alguns pareceres muito interessantes para você ver o repensar do valor de patrimônio material a partir desse tipo de demanda social. Tem muito diálogo com o que você está fazendo e eu acho que essas coisas fazem repensar o que é o patrimônio dessa Serra?! O que você falou do turismo comunitário é muito importante, está sendo uma saída para Porto do Capim, em João Pessoa, onde estão tentando tirar a comunidade de lá. Eles mostram, entre outras coisas, que já trabalham com o turismo cultural. Eles podem não ter a mesma arquitetura da parte consagrada do

centro histórico, mas têm seus modos de vida que interessam a esse turismo de base comunitária, têm outros recursos para se apropriar do turismo; para valorizar coisas que não eram valorizadas até há pouco tempo e transformá-la em patrimônio. Esses momentos e isso que você está trabalhando, são fundamentais para avançar, para repensar o patrimônio, e nos colocam em uma encruzilhada, ou pelo menos contra a parede. É preciso responder às demandas sociais. Juntar as diferentes formas de conhecimento foi importante. Falei dos antropólogos, mas não eram só antropólogos no grupo de estudos do Terreiro da Casa Branca. Tinha arquitetos, como Márcia Sant'Anna, que era estagiária deste grupo lá em Salvador. Juntavam um saber técnico com um saber popular comunitário, tem quem diga leigo, acho que é o Boaventura Santos. Coloquei isso num texto e alguém riscou, corrigiu para “não universitário”. Você pode ser taxada de politicamente incorreta se usar o termo errado, mas, enfim, são os diferentes saberes, das pessoas que vivenciam, se juntando com quem está estudando, como você. Devemos isso à sociedade de uma maneira geral: a soma de conhecimentos como uma força para preservar o patrimônio.

Comentei que muitas pesquisas acadêmicas também estão sendo feitas pelos próprios moradores, que isso tem sido bastante importante para a comunidade:

Isso está cada vez mais comum, devido ao tempo das cotas criadas nos anos 2000, isso aí abriu portas para fortalecer esse tipo de coisas. O complexo da Maré é um exemplo, a quantidade de pessoas que foram estudar e agora estão em mestrados e doutorados falando da identidade local com uma propriedade de quem é de lá e de quem traz um conhecimento acadêmico. Tem o caso do Porto Maravilha no Rio, eu fui numa reunião, e teve um líder do movimento afro, porque lá o grande impacto está sendo sobre a população pobre, que levantou e disse “eu estou fazendo mestrado porque eu não aguento mais ter que ouvir os que não são de lá falando da gente de uma maneira que muitas vezes é equivocada”... “vou fazer o mestrado porque eu quero me legitimar para falar das coisas, estou cansado de ouvir dizer ‘ah, mas se você estudasse’”, como se o saber da vivência não fosse um saber até mais legítimo do que o de quem estuda.

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

Temos que pensar que historicamente, pelo menos desde a década de 70, ficou claro que se trata de uma gestão que necessariamente deveria ser compartilhada, Estado, Município, Governo Federal, principalmente Município e Governo Federal, o Estado

entra de uma maneira importante porque pode valorizar as coisas de um ponto de vista mais regional, estadual, o que dá coisas muito bacanas, resultados muito legais. Por exemplo, no Rio de Janeiro o Estado se encarregou de tombar os arquivos e bibliotecas que foram constituídos na antiga capital. Com isso, você abrange um período importantíssimo, do Império, da República, e é uma coisa que só o estado ou o município poderia fazer pela cultura do Rio de Janeiro, porque a ideia era não tirar esses acervos do local onde eles foram constituídos. Então deram um sentido cultural à cidade por ter esses documentos, como referência de uma fase da história que proporcionou isso. A Lei Robin Hood, de Minas Gerais, o ICMS Cultural, é o Estado dando dinheiro, mas a responsabilidade pela preservação dos bens é dos municípios. Então o estado tem sempre um papel muito importante que podia até ser mais potencializado. Mas os municípios e o IPHAN quando tomba o sítio histórico e vira responsável, têm mais condições de proteção, ainda mais depois da Constituição de 1988, e do Estatuto da Cidade, com mecanismos novos. Embora desde a década de 70 tenha se constituído uma ideia de compartilhamento entre instâncias do poder público, principalmente pelo Programa das Cidades Históricas, que entrava com recursos financeiros, o sistema que temos hoje não funciona, porque não tem estabilidade, e não se caracteriza como política de Estado. De repente entra um presidente que questiona o patrimônio imaterial: “Afinal a quem ele beneficia? Às populações afro? Porque que o governo vai investir nisso?”... Então você vê que é fácil mudar até por uma questão ideológica partidária. As prefeituras por sua vez atendem aos interesses do capital especulativo, aos interesses eleitoreiros imediatos... Quando Diamantina foi estudada para declaração como Patrimônio Mundial foi feito um plano diretor, exigido pela Unesco, que tinha que ser aprovado na Câmara como condição para obter o título. Então houve um esforço enorme, quem fez foi o Rodrigo, que tinha feito o plano de Ouro Preto na década de 80, ele era o coordenador. Fizeram um plano bacana, mas quando chegou na Câmara dos Vereadores, começaram a diminuir os lotes etc. etc. ... E aí você vê que é um poder muito forte, mesmo que você tenha um prefeito, que era o caso de lá, o Doutor João, que tinha se envolvido, que estava feliz com o plano... Não adianta, as cidades estão submetidas... Se interessar, por exemplo abrir uma avenida na Serra vão abrir... E abrir pra beneficiar quem?! Então, a pressão popular pode incidir sobre vereador, mas eu acho que o que vale mesmo é o capital, o que vale é o pagamento da campanha. O poder de fogo das comunidades é muito reduzido neste ponto. Vivemos agora a

questão do Palácio Capanema sendo colocado à venda... Dizem, não sabemos se é verdade, mas dizem que retiraram o prédio da lista das privatizações, porque teve uma gritaria danada, então a proporção do grito, a altura do grito pode influir, eu acho que o papel da gente é estar juntos. Então você tem esse problema seríssimo o poder municipal e você vai ao Ministério Público. O poder do Ministério Público também é reduzido. Mas tem uma outra coisa muito mais séria que leva a esse “sistema”. O IPHAN construiu um modo de ver o patrimônio, desde a década de 30, dizendo que o patrimônio é essa área nobre de Ouro Preto, são as cidades históricas coloniais, e depois ampliou para outros estilos. Aceitou o ecletismo, Art Décor e tal, porque são valorizados pela historiografia da arquitetura de influência europeia, e isso compromete o pensamento das pessoas. Eu me pergunto se as pessoas de Ouro Preto quando olham para o morro não dizem “Afinal, o que vão valorizar aí?! Porque o valor de patrimônio ainda não está relacionado ao que a Constituição adotou em 1988, como sendo referência de memória, identidade e ação. O valor de patrimônio que está na cabeça dos brasileiros é esse valor do excepcional, do belo, do colonial, ao que tem estilo. Ou o poder público e seus gestores fazem o que o Aluísio Magalhães fez, e fortalecem esses outros grupos, ou continuam com essa coisa que comprometeu muito, que dificulta muito, mantendo e reiterando valores consagrados. O que eu falei de João Pessoa, foi o que me fez pensar, no outro dia, em como a geração de vocês tem que trabalhar o desconhecimento dos lugares como referência de história, identidade, memória e ação. Porque quando João Pessoa foi tombado pelo estado na década de 1980, a delimitação incluía a área do Porto de Capim. Por quê?! Porque foi o porto da cidade que deu origem aquela arquitetura “bonita” e foi nessa área, abandonada pelo porto, que a comunidade que ali ficou construiu uma nova história com as pessoas que foram morar ali, e onde as famílias cresceram. Então é toda uma relação com a história da cidade. Mas em 2007, o tombamento do IPHAN eliminou a área do porto do tombamento, por causa de um critério arquitetônico, da historiografia da arquitetura europeia. Com isso excluiu uma população, e a fragilizou, levando a uma luta pela permanência no local, incluindo recursos como o turismo comunitário e indo ao Ministério Público, porque a prefeitura resolveu que quer fazer um calçadão e para isso quer tirar todo mundo e a mata da beira rio, importantíssima. Então é assim, ou a gente consegue dizer, “não, o Porto do Capim é tão importante quanto esse conjunto ao qual ele deu origem...” e constrói exemplos com a valorização da Serra de Ouro Preto, fazendo isso virar um holofote,

ou a gente vai continuar tendo a maioria da população dizendo “patrimônio são aquelas casas ‘lindas’”. E aí você compromete a paisagem. No começo da nossa conversa falamos sobre a paisagem ser o todo, então temos que ser capazes de ler o todo, esse é um desafio. E se nossos valores estão focados na qualidade arquitetônica de alguns trechos da cidade, o resto da paisagem pode virar ... um lixo. Então as instituições públicas têm que assumir esse novo modo de ver as cidades, trabalhar com exemplos para ver se os valores mudam e fazer com que os vereadores digam: “eu topo seu dinheiro, mas tem limites”.

Você vê algum caminho para a situação de ocupação constante que acontece na Serra de Ouro Preto, muitas vezes sobre as estruturas remanescentes da mineração?

Olha, eu acho que essa é uma pergunta que vale um milhão de dólares... É muito difícil, porque... Vou partir, para pensar, de uma coisa que é conversa de cidade grande, relativa às favelas. O Plano Diretor do Rio foi entregue ontem (23/09/2021) para a Câmara fazer misérias com ele, mas vai ter audiência pública e deveríamos nos animar e estar presentes. São muitos os temas. Um é do adensamento (minha filha está fazendo mestrado com esse tema estou aprendendo com ela). Como pensar em adensamento sem confundi-lo com a especulação imobiliária e ter uma possibilidade de crescer, de abrigar a população, sem a destruição e sem a construção de novas favelas. As pessoas vivem em favelas por necessidade. Depois elas criam um ambiente em que têm suas referências de memória de identidade, é toda uma ação que cria sociabilidades, sendo um erro dizer ... “a favela é horrível”. Não é horrível. As favelas precisam, sim, de uma série de melhorias, mas o modo de viver, a sociabilidade, o lugar como referência de memória e identidade funciona e é importante para seus moradores. É claro que depende da favela também, algumas favelas recentes são muito miseráveis e podiam ter solução se tivesse uma política de transporte, de ocupação de áreas urbanas que já estão bem servidas por infraestrutura e habitações populares, e ir adensando. Falta planejamento. Mas aí em Ouro Preto tem um problema seríssimo que é o do solo. Voltando para a década de 70, me lembro do investimento em um projeto de expansão urbana, em um local de onde não se via a cidade, não me lembro o nome, um lugar para ninguém enxergar. Aquela ideia de que o tombamento ia “até onde a vista alcança” e era preciso preservar o verde dos morros. Mas descobriram que o solo do local escolhido ao ser cavado em apenas 10 cm provocava erosões, ia tudo buraco abaixo. Depois fizeram

um mapeamento geológico e o que foi visto é muito difícil para o crescimento de Ouro Preto, pois o solo é frágil. A tendência é que as pessoas fiquem nas áreas já ocupadas. Ninguém sabe que tipo de técnica os antigos tinham. Quando você sobrepõe o mapeamento geológico, pode ver que eles escapavam das fragilidades do solo, era incrível. Então você precisa de uma ação de planejamento mais ampla e não é só um planejamento de gabaritos etc., é um planejamento que envolva todos os benefícios urbanos, de transporte, de novas centralidades, com comércios com escolas com hospitais. Sem isso, acho que temos que pensar em valorizar o que está sendo produzido a partir das comunidades se virando para sobreviver. Como condenar uma comunidade por ocupar um território? Por estar sobrevivendo e estabelecendo suas relações cotidianas, seu comércio. No complexo de favelas da Maré, no Rio, a economia que gira ali é impressionante. Sim, podemos dizer “ah, mas tem milicianos traficantes, bailes ilegais hoje sem máscaras contra Covid” ... Tem sim, uma tonelada de problemas, mas tem também uma tonelada de cidadão. É o que Jean-Pierre Halevy falou “Ouro Preto é uma cidade Patrimônio Mundial, maravilhosa, no contexto brasileiro de necessidades de sobrevivência”. Daí vamos brigar por um planejamento adequado, sim, não podemos deixar de brigar, porque a gente também não está falando no futuro imediato, mas estamos falando no futuro de longo prazo, para os seus netos... Temos que pensar nisso e no Estatuto da Cidade, brigar por isso, mas não desqualificar o que é possível fazer agora. Não tem jeito, a gente não pode achar que é o fim do mundo, é nossa cultura. Nós somos o mundo que criaram, somos o mundo capitalista globalizado que tem Norte e Sul... E nós estamos no Sul, Sul Sociológico, como diz Boaventura Santos, que carrega isso, que não é só econômico, é cultural, social... Enfim, é essa nossa matéria-prima para pensar em patrimônio como referência de memória, identidade, ação.

ENTREVISTA 10

Data: 11 de setembro de 2021

Nome: Benedito Tadeu de Oliveira

Ocupação: Arquiteto e Urbanista, ex-chefe do Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto e servidor público da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desde 1987.

Naturalidade: Cambuí-MG

Como surgiu a ideia da criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada?

Eu estou organizando um livro sobre este assunto, são 18 artigos, um “super livro” e três artigos vem de fora, um vem da Alemanha, outro vem da França e outro da Itália. Mas antes de você ler o livro..... te conto alguma coisa. Olha, eu cheguei em Ouro Preto em 2002, e eu fiquei indignado, sabe quando você fica indignado, com o que vê?! No primeiro dia eu fiquei assustado, para todo lado que eu olhava eu via aquela destruição da paisagem, eu olhava de um lado e falava assim “qual lado que tá pior”? Obviamente eu estou falando com ironia, eu só consigo enfrentar o mundo com ironia. Eu vi aquela destruição da paisagem, já fui pensando, se tudo foi tombado, se foi tombado o Conjunto Arquitetônico, se foi tombado todo o Conjunto Urbanístico e a Paisagem, porque que estão deixando ocupar as encostas?! E aí, eu comecei a escrever... Eu tenho artigos nos maiores jornais do país, no “Jornal do Brasil”, quando ele era impresso, no “Estado de Minas”, na “Folha de São Paulo”, na Revista “Projeto”, na Revista “AU”, batendo na mesma tecla. E qual foi a minha conceituação para bater nesta tecla?! Foi o seguinte, se tudo está tombado é como um quadro, no momento que você mexe no fundo do quadro você altera o quadro todo. E o que é esse quadro de Ouro Preto?! O quadro é composto pela figura que é o Conjunto Urbano e Arquitetônico, e o fundo que é a paisagem, isso é muito importante... Isso eu aprendi em Roma, depois de “muito sofrimento” na Escola de Restauro de Roma. Eu fiquei totalmente desconsertado e pensei que tinha que fazer alguma coisa por esse lugar. E olha que eu nunca imaginava que eu tinha essa força dentro de mim, e essa força veio através da indignação pela destruição da paisagem de Ouro Preto. Eu chegava no IPHAN de manhã e tinha vários problemas, mas vários e eu tinha a sensação que devia que fazer alguma coisa, e aí eu fiz, fiz, mas não resolveu como deveria ser resolvido, mas que foi bom, foi.

Então existia essa vontade em se preservar essa “moldura” e já existia uma vontade de se preservar também essas estruturas que não eram só do Morro da Queimada, ou também aquela que não tinha relação direta para o centro?

Dentro daquela paisagem toda tinha uma pérola ali dentro, onde nasceu Minas Gerais, onde nasceu a mineração... Onde surgiu a primeira rebelião contra os portugueses, tá tudo ali, entendeu? Falei: tem uma grande tragédia para enfrentar sozinho, porque o escritório do IPHAN era muito precário, tinha apenas 4 pessoas trabalhando... Na prefeitura não tinha nenhum arquiteto. A ideia era fazer uma movimentação. Em agosto teve um seminário em Olinda-PE, a proposta do evento era analisar as condições de preservação de todas as cidades brasileiras que eram na época declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade, então eu fui e articulei com uma grande amiga minha, a Briane Bica, que foi coordenadora da Unesco no Brasil; eu cheguei lá com um espírito diferente, falei de forma crítica sobre todas as questões de preservação de Ouro Preto e terminei no Morro da Queimada, o caso mais grave de abandono do patrimônio cultural na cidade. Então eles redigiram um manifesto e a Sônia Rabelo, que é advogada, leu o manifesto, para tomar providências no sentido de reverter a situação de Ouro Preto e que colocava em risco o título dado pela Unesco. E aí gerou uma comoção nacional que foi notícia também em Nova York e Paris... Foi maravilhoso, não resolveu, mas foi bom. Porque logo depois o Lula ganhou a presidência da república e o Gilberto Gil foi escolhido como ministro da cultura, e ele declarou lá no Rio de Janeiro assim: “vamos ter que cuidar de Ouro Preto”. Foi incrível, primeiro de tudo porque um dos assessores do Gil, era meu amigo e virou presidente do Monumenta. Ouro Preto tem a proteção do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico e da Paisagem, e isso forma um quadro, no momento que você desfigura o fundo do quadro, você desfigura todo o quadro. A definição que Briane Bica usava era: “A cidade de Ouro Preto e a paisagem são irmãs siamesas”. Então, se você mexe na paisagem, você mexe no todo. A denúncia foi feita em agosto de 2002 e a Unesco chegou em Ouro Preto em abril de 2003, apoiada pelo ICOMOS por meio do envio de um arquiteto de São Domingos e ficaram lá uma semana levantando os problemas de Ouro Preto. E criaram “os 10 mandamentos”, ou vocês fazem isso, ou vocês colocam o título em risco. E uma das 10 recomendações era para proteger o Morro da Queimada. A partir daí houve uma mudança significativa. Eu dei mais de 200 entrevistas na televisão. A prefeita ficou encurralada. E imediatamente ela contratou uma empresa para fazer o plano diretor, e uma outra empresa para fazer a ordenação do trânsito de Ouro Preto. Sobre a criação do Parque Arqueológico foi o seguinte, decidimos montar cinco grupos de estudos para a gente desenvolver o projeto e implantar o parque arqueológico. Outras consequências foram a criação pela FAOP

de um curso de preservação, o IFMG, antigo CEFET também criou outro curso e a UFOP criou um curso de arquitetura. Antes os profissionais que faziam projeto em Ouro Preto era a maioria engenheiros. A partir da visita da Unesco, a cidade começou a receber grandes investimentos principalmente do governo federal... O IPHAN e a prefeitura melhoram suas estruturas com a contratação de técnicos especializados etc. Em 2004 foram montados cinco grupos de estudo: pesquisa histórica, regularização fundiária, habitação, relação com a comunidade e o de implantação do parque. A gente conseguiu recursos da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás, da Novelis e trouxemos de Paris o “inventor” do conceito de Ecomuseu Hughes de Varine, sabe o que ele disse? Que achava melhor separar o grupo relação com a comunidade e criar um ecomuseu, independente do projeto do parque, mas os que dois projetos eles têm que funcionar como instrumentos complementares mas até hoje não conseguimos aprovar o projeto do parque. Fazem 40 anos que eu visito parques arqueológicos, já visitei na China, na Índia, na Rússia, na Grécia, na Itália, na Espanha, no Egito, México, Peru e sabe o que os teóricos italianos dizem?! Você não descobre nada; se você não consegue preservar aquilo que descobriu. Trouxe para a nossa consultoria um dos maiores nomes da preservação de bens culturais e de implantação de parques arqueológicos, o Ruggero Martinez, que já restaurou um Michelangelo. Ele montou três parques arqueológicos no sul da Itália em sítios de origem grega e foi superintendente de bens culturais e ambientais de Roma e do Lácio. Ele deu a seguinte declaração: *O projeto de implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada representa, no panorama internacional das iniciativas similares, um caso particularmente avançado, exemplar sob muitos aspectos, dos quais se podem deduzir muitos pontos passíveis de serem empregados em realizações futuras.* Também eu estava apresentando o projeto do Parque em Istambul, e a diretora do Irest, da Sorbonne, veio falar comigo, dizendo que esse projeto interessava ao Instituto de Pesquisa e Estudos Superiores em Turismo assim como uma geóloga da Universidade de Berlim que passou a monitorar a área do morro da queimada.

O que você entende por paisagem e como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto?

Sobre a paisagem de Ouro Preto a Briane fala muito melhor do que eu e dizia “que a cidade e a paisagem são irmãs siamesas”. A paisagem de Ouro Preto é Ouro Preto, não existe Ouro Preto sem paisagem, na medida que você começa a destruir a

paisagem, você começa a destruir Ouro Preto, é “uma matemática” muito simples, né? Agora tem uma coisa a mais. Essa questão foi alertada várias vezes, a primeira vez a partir do plano do português Viana de Lima... de fazer a expansão da cidade longe do centro histórico, que não é tão difícil ainda mais no Brasil que é grande em extensão territorial. Para que destruir a paisagem cultural da cidade se tem tanta terra para ocupar? Depois tem o plano da Fundação João Pinheiro que é muito mais bem detalhado. E porque esses planos não foram pra frente?! Porque escolheram deixar destruir Ouro Preto? Tem até uns urbanistas modernos que defendem que a cidade tem que se expandir..., que a cidade está autoconstruindo...Para mim não tem isso não, de destruir o fundo do conjunto arquitetônico e urbanístico com construções de baixa qualidade, às vezes até mesmo construindo em área de risco geológico três – onde o solo é o mais instável.

Você tem conhecimento da outra narrativa histórica levantada pelos agentes sociais da Serra a respeito das tecnologias trazidas da África? Principalmente essas que estão sendo tratadas no Bairro São Cristóvão, que tem como expoente a Mina Du Veloso.

Olha eu não conheço em detalhes – existem estudos a este respeito feitos na Escola de Minas – porque eu estou especificamente concentrado no Morro da Queimada, mas o que eu posso te dizer é que da região hoje ocupada pelo bairro de São Cristóvão até o Gogo e Santo Antônio em Mariana era uma Serra Pelada, tudo isso é um sítio arqueológico. Mas a gente tá concentrado no Morro da Queimada porque ali é um lugar simbólico, é um sítio dotado de rara beleza natural, “Um Lugar de Memória”; por estar ligado à figura de Felipe dos Santos e à Sedição de Vila Rica de 1720, além de ser o berço da mineração no Brasil. Como a Sedição de Vila Rica de 1720 foi um evento trágico o Morro da Queimada, que guarda em sua materialidade, dor e sofrimento, pode ser considerado também um “Sítio de Memória Sensível” ou um “Sítio de Consciência”. Uma das principais consequências da Sedição de Vila Rica foi a separação da Capitania de São Paulo de Minas Gerais. O italiano, Ruggero Martinez chegou no Morro da Queimada e disse: “Isso aqui é mais importante que o Monte Pasqual na Bahia”. A mesma função que eu tenho no Morro da Queimada, de 20 anos de luta incessante, a arqueóloga Alenice Baeta tem lá no Gogo e Santo Antônio, eles não eram mais importantes que o Morro da Queimada, mas estão mais preservados, e ela enfrenta lá grandes empresas de mineração que querem ocupar os sítios arqueológicos.

Como você acha que essas narrativas corroboram para se pensar a preservação dessas estruturas? Qual sua opinião a respeito dessas narrativas serem consideradas nas tomadas de decisão pública?

Sem dúvida. Eu escrevo que não são só ruínas, mas que elas representam as primeiras tipologias da arquitetura mineira e de Ouro Preto, que Sylvio de Vasconcelos levantou. Além das minas existem as infraestruturas da mineração como os mundéus, canais de irrigação, sarilhos etc. É possível ampliar os objetos de estudos... Eu estou trazendo a Fiocruz para o projeto em particular para as pesquisas na área da história natural e história da escravidão, o projeto não é somente de um Parque Arqueológico, o projeto é muito maior, é um de um *campus* avançado onde diversas instituições nacionais e internacionais possam interagir ali e estudar tudo que tem no Morro da Queimada, geologia, mineração, meio ambiente, botânica, saúde, ciências naturais, história e arqueologia, e por aí vai. As pessoas podem achar que é só arqueologia, mas não é só arqueologia, é muito mais. A gente projetou um pavilhão só para o desenvolvimento das pesquisas em diversas áreas.

Como você avalia que seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas com a comunidade?

Ah... Isso é tranquilo... Porque a comunidade desde o início está interessada e apoia de forma decisiva o projeto. Ouro Preto não utiliza todo o potencial do seu rico patrimônio histórico-cultural para o desenvolvimento de uma atividade turística adequada e vigorosa. A herança cultural recebida tem um valor turístico imenso, contudo é pouco ou insuficientemente explorada; um exemplo disso é que grande parte dos turistas que visitam Ouro Preto não dorme na cidade. Uma das possibilidades de reverter essa situação é a implantação de um grande projeto que possa retê-los na cidade. O exemplo do Museu Guggenheim, implantado em 1997 em Bilbao, na Espanha, é prova de que um grande empreendimento pode transformar totalmente a atividade turística de uma cidade ou até mesmo de uma região. O Parque Arqueológico do Morro da Queimada tem potencial para reverter essa situação, criando uma opção diferenciada de turismo fora do circuito tradicional de Ouro Preto, contribuindo assim para uma permanência maior dos turistas na cidade. A consequência dessa mudança vai ser a geração de mais postos de trabalho na cidade, melhorando a qualidade de vida, promovendo a inclusão social das comunidades vizinhas por meio da geração de emprego e renda, o que contribuirá para garantir a futura sustentabilidade econômica do empreendimento. No tratamento da questão do

turismo em Ouro Preto devem ser levados em consideração os diversos fatores sociais e políticos envolvidos nessa atividade, os aspectos de desenvolvimento econômico e urbano, além da preservação do seu rico patrimônio arqueológico, cultural e ambiental.

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

É muito difícil... Os órgãos públicos de preservação e gestão do patrimônio há décadas estão enfraquecidos. Em certos casos os Ministérios públicos (estadual e federal) às vezes tem mais força que os órgãos públicos de preservação e gestão do patrimônio. Existem outras iniciativas como aquela tomada pela Letícia Junger que é advogada especializada em defesa do patrimônio cultural e ambiental, ela criou um grupo dentro da OAB só para defender o patrimônio histórico e cultural.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto e das estruturas remanescentes da mineração?

Eu acredito em alguma coisa, mas essa coisa não vai acontecer. Por exemplo, Ouro Preto deveria há muito tempo parar de fazer ações pontuais de preservação e passar a atuar em projetos estruturantes, como a criação de parques na Serra de Ouro Preto... Mas isso não é um problema só de Ouro Preto, é um problema da falta de planejamento urbano e da política brasileira, que fecha os olhos diante da destruição do patrimônio cultural e ambiental promovido pela especulação imobiliária.

ENTREVISTA 11

Data: 13 de outubro 2021

Nome: Angelo Oswaldo

Ocupação: Atual prefeito de Ouro Preto, escritor, curador de arte, jornalista e advogado

Naturalidade: Ouro Preto-MG

O que você entende por paisagem?

Paisagem é um conceito geográfico e cultural que tem sido muito valorizado nos últimos tempos pela Unesco. Há uma nova compreensão sobre a noção de paisagem – o conceito de paisagem – tanto que a Unesco criou uma categoria de patrimônio mundial para a paisagem e foi exatamente nessa categoria que o Rio de Janeiro e o conjunto Arquitetônico da Pampulha se inscreveram como patrimônio cultural mundial na lista da Unesco. Então a paisagem é todo esse relacionamento que nós temos entre aquilo que é visto e aquilo que é vivido, entre o que se vê e o que se vive, todo um contexto geográfico e ao mesmo tempo natural e cultural, que definem um quadro paisagístico. A paisagem é uma noção cada vez mais enfatizada hoje no planejamento urbano, na qualificação e no agenciamento dos espaços públicos. Enfatiza-se muito o conceito de paisagem para que ele possa contribuir para a valorização do patrimônio ambiental, do patrimônio natural, do patrimônio edificado, do patrimônio arquitetônico e hoje esse conceito de patrimônio paisagístico.

Como você lê hoje a paisagem de Ouro Preto? Essa sua leitura mudou ao longo do tempo?

A paisagem de Ouro Preto mudou intensa e rapidamente ao longo do tempo, vamos dizer ao longo da segunda metade do século XX e agora já nesses dois primeiros decênios do século XXI. Vamos dizer que nos últimos 70 anos a paisagem de Ouro Preto sofreu uma transformação violenta, muito maior do que aquela operada desde a fundação da cidade nos últimos anos do século XVII. A partir de 1950, desde a implantação da primeira fábrica de alumínio do país em Ouro Preto, a Alcan, no bairro Saramenha, houve uma transformação urbana, com a fluência de vários grupos em busca de trabalho. A Alcan e o seu conjunto industrial chegaram a ter cerca de quatro mil empregados na década de 70, mas logo depois a fabricação de alumínio entra em decadência e ela nem existe mais no município, embora a Hindalco sucedânea da Alcan e da Novelis mantenha hoje a fábrica em atividade com cerca de 450 empregados. Dos quatro mil, nós temos 450 hoje. Mas nos anos 70 é que começa o

ciclo do minério de ferro. Digo que tivemos Ouro Preto, depois Alumínio Preto e hoje temos Ferro Preto, porque se inicia o ciclo do minério de ferro, que já vigorava em Ouro Preto nos distritos mais distantes da cidade, Miguel Burnier, desde o final do século XIX. Tivemos ali a Usina Wigg, depois o Grupo Votorantim presente na companhia siderúrgica Barra Mansa e hoje temos unidades da Gerdau e da Vale, e foi ali que correu o ferro pela primeira vez em 12 de dezembro de 1812, por iniciativa do Barão alemão von Eschwege, que se estabeleceu em Ouro Preto entre 1810 e 1821, exatamente para introduzir novas práticas de mineração e tentar fundir o ferro, que ele consegue já em 1812... Mas eu digo que o ciclo do ferro, esse ferro preto, começa realmente nos anos 70 com o estabelecimento da Samarco e da Samitre no distrito de Antônio Pereira, a nordeste da cidade, enquanto a sudoeste continuava a funcionar a companhia siderúrgica de Barra Mansa e logo depois veio se estabelecer a Ferteco que se transforma hoje em Vale, exatamente na área onde estão as ruínas da Fábrica Patriótica do barão Eschwege. Nesses ciclos de alumínio e de ferro, tivemos uma transformação muito grande da paisagem de Ouro Preto, especialmente com a ocupação das encostas. Muitas pessoas vieram das cidades empobrecidas ao sul de Ouro Preto, no Vale do Rio Ipiranga, em especial, a leste de Ouro Preto, dessa região rural que vai até Ponte Nova. Vieram se estabelecer em Ouro Preto na expectativa de um emprego, seja na Universidade Federal de Ouro Preto, que foi criada em 1969 e desde então vem se expandindo, seja especialmente na mineração e na siderurgia. E com isso a cidade cresceu, e atropelou todas as normativas de patrimônio cultural e muitas vezes, na maioria dos casos, os prefeitos nada fizeram para disciplinar, planejar ou controlar essa expansão desordenada do tecido urbano que subiu pelas encostas para o que houve até muitas vezes favorecimento da Prefeitura para que isso acontecesse à revelia do IPHAN que não tinha meios de atuar. Muitas tentativas de planejamento foram feitas desde 1970, com vinda do arquiteto português, Alfredo Viana de Lima, e isso veio resultar no plano da Fundação João Pinheiro, elaborado entre 1971 e 74. Na contramão dessas tentativas de planejamento e das missões que a Unesco mandou aqui como a do Viana de Lima, a cidade cresceu e cresceu mal. Todas as 5600 cidades brasileiras cresceram mal nesse período, mas isso em Ouro Preto é uma verdadeira tragédia, porque exatamente afetou a paisagem de Ouro Preto. O corpo histórico da cidade se conserva muito bem, esse “corpus” urbano e arquitetônico que remanesce dos séculos XVIII e XIX. Vemos o século XIX atravessando Ouro Preto com muita parcimônia, com muita

sobriedade, espalhando um chalé ou outro por aqui, acolá, uma casa de platibanda aqui, acolá, até 1930. Um prefeito de Ouro Preto em 1931, João Batista Ferreira Veloso, vai a legislação pioneira no sentido da preservação da arquitetura de Ouro Preto. Esses períodos históricos deixaram marcas muito, vamos dizer, delicadas, a não ser o Colégio Arquidiocesano de 1936. Temos poucos volumes que conflitam com a harmoniosa permanência das construções coloniais e aquelas da primeira metade do século XIX que se integravam perfeitamente no desenho setecentista. Então nos últimos tempos houve uma explosão... Quem contempla a Serra de Ouro Preto hoje fica chocado especialmente se você vai pela Rodovia Rodrigo Melo Franco de Andrade, que é a Rodovia do Contorno de Ouro Preto. Você vai ter uma visão impactante da Serra de Ouro Preto, você nem acreditará que está em Ouro Preto, é uma visão até agressiva, porque a cidade cresceu mal e com isso há uma dificuldade enorme de implantação de saneamento básico, de distribuição de água e até de um certo agenciamento desses arruamentos indisciplinados que estão em áreas de risco, porque a Serra de Ouro Preto ela parece um queijo suíço que é todo furado pelas minas, as antigas galerias, e pelos sarilhos, que são os respiradores das minas e viraram hoje dutos de esgoto para o esgotamento sanitário de vários bairros que explodiram na Serra de Ouro Preto. Então esse é um grande drama, a paisagem foi violada, e eu digo que toda área urbana violada acaba sendo a morada ideal da violência e por isso nós temos aí uma série de fenômenos urbanos que são próprios até de periferias metropolitanas que vieram se registrar também em Ouro Preto, porque a cidade cresceu, cresceu mal com todos os hábitos do espaço urbano deteriorado, tudo isso se importou e se pratica em Ouro Preto, infelizmente. E há um preconceito muito grande na cidade, porque a população de Ouro Preto não admite dizer que há favela em Ouro Preto, há uma repulsa muito grande em relação a essa palavra e a esse conceito, e como não há casas de construção precária, são casas de alvenaria de tijolo, são casas de concreto, hoje estão colocando até janelas de vidro blindex e fazem o varandão paulista, como é chamado, com telhas metálicas, eles acham que isso é o normal de uma cidade, e apesar de todos os esforços que ainda sobrevivem em termos de educação patrimonial, de ação do IPHAN ou da própria Prefeitura que tem uma Secretaria de Patrimônio Cultural, e na Secretaria de Educação diversos programas de educação patrimonial, apesar disso é muito difícil se controlar esse processo, porque ele se implantou, se assentou e se instaurou de uma tal forma, com uma tal virulência, que é muito difícil coibi-lo. Eu assumi a

Prefeitura pela quarta vez, é o meu quarto mandato, sempre tentei disciplinar isso, sempre tentei mostrar a questão paisagística, me preocupa muito a conurbação de Ouro Preto e Passagem de Mariana, e Mariana é uma região que seria a nossa Pompéia, como foi chamada por Dom Pedro II em 1881, por causa das ruínas do Morro da Queimada, depois do morro de Santo Antônio e do Gogô em Mariana, temos ali a estrada de ferro dentro daquele cânion, eu tenho vontade de criar ali o Parque do Cânion de Ouro Preto e Mariana, um nome africano ali Ojo, tem uma gruta do Ojo ali no início do cânion, aliás Ouro Preto está dentro de um cânion, formado por duas serras colossais, a Serra de Ouro Preto e a Serra do Itacolomi e nessa descida para Mariana temos uma queda enorme, um desnível que faz um cânion mais acentuado e ali também eu tinha vontade de criar um Parque, porque felizmente ainda estamos cercados de parques, embora ainda haja uma guerra entre essa expansão desordenada e os limites dos parques. O Parque Estadual do Itacolomi, a APA da Cachoeira das Andorinhas ou de São Bartolomeu e o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas e no sentido oeste, a Reserva Biológica do Tripuí. Falta um parque a leste, que seria esse cânion, “Cânion do Padre Faria”, como se diz, que é muito bonito. Então nós temos esses parques. Consegui transformar o antigo Horto Botânico de 1798 em Parque Urbano, nós vamos ter agora mais um parque urbano no Largo do Azedo, ao qual demos o nome de Parque das Candeias, uma área que foi depósito de rejeitos da Alcan durante 40 anos agora em processo de recuperação pela Novelis. Uma imposição legal fez a antiga Alcan e a Novelis como sucessora dela implantarem o parque. Vamos também fazer um parque municipal, um autoparque, estacionamento e parque na Bauxita, de maneira que essas iniciativas visam compatibilizar a cidade e a população com o sentido da paisagem. Uma área grande na encosta da Serra do Itacolomi que pertenceria ao parque já foi invadia, são novos bairros, o Bairro Novo Horizonte, o Jardim Itacolomi, o Bairro Nossa Senhora do Carmo na parte alta, também chamado de Pocinho, a própria Bauxita, tudo isso agrediu bastante a Serra do Itacolomi ao passo que a expansão desordenada do Bairro São Cristóvão, ou Veloso, que se instalou onde exatamente havia todos os mundéus, as grandes barragens de pedras enormes para a lavagem do ouro, isso praticamente desapareceu, embora haja ali alguns paredões ainda... A Associação de Moradores está dentro de um antigo mundéu, assim como a Capela de São Cristóvão. O bairro cresceu muito e ocupou todas as áreas, como o Morro Santana, a Piedade e o Taquaral... O Taquaral especialmente foi assentado sobre áreas de alto risco, porque

o terreno é de filito grafitoso sujeito a deslizamentos. Então vivemos o drama de ver o corpo histórico de Ouro Preto abraçado por uma paisagem dilacerada.

Como você vê a Serra de Ouro Preto dentro da cidade de Ouro Preto? Qual seria a importância das estruturas remanescentes da mineração nessa região?

Existe um projeto que enviamos para a aprovação do IPHAN, hoje com um quadro muito reduzido. Demora bastante essa análise para nos autorizar já o cercamento da área do Morro da Queimada e a implantação do Parque Arqueológico, que mudou o nome para Monumento Arqueológico do Morro da Queimada, porque parque impõe uma série de limitações para uma área urbana, então é preferível que se chame Monumento do Morro da Queimada, o que foi legalizado por uma lei municipal. Pretendemos fazer ali um grande espaço de trabalhos arqueológicos, de resgate de remanescentes daquela área da Encardideira e demais morros que eram ocupados e foram destruídos pelo incêndio de julho de 1720, que fez 300 anos no ano passado. Eu estou na tentativa de ter a autorização do IPHAN para iniciar pelo menos o cercamento. À medida que possamos fazer o cercamento e as portarias, teremos o controle. Muitas pessoas entram lá para retirar pedras, houve um incêndio grande agora no período de seca, em agosto e setembro deste ano de 2021, e muitas pessoas estão tentando invadir a área. Já temos o Parque das Andorinhas, no alto das Andorinhas já temos um terreno com as ruínas de um moinho de vento, que são importantíssimas, porque mostram que haviam moinhos de vento no alto da Serra, eles buscavam a água da Cachoeira das Andorinhas, do lado do Campo Grande, e essa água descia para os mundéus da Piedade. Existe um pequeno mundéu ao lado da capela da Piedade, alguns remanescentes de mundéus que nós vamos encontrando aos poucos pela Serra e os grandes do Bairro do Veloso, que eram do coronel Veloso, que explorava esses mundéus. E há o aqueduto da Serra lá na entrada da cidade que está a meia encosta, na montanha do Jardim Botânico do Passa Dez, que é uma área também para a qual já foi feito um projeto no meu governo anterior, teria inclusive patrocínio da Vale, os outros prefeitos descuidaram disso. Nós vamos tentar também resgatar o Parque Municipal do Jardim Botânico do Passa Dez, que seria complementado pela área de proteção da Cachoeira das Andorinhas e a APA dos Rio das Velhas e em seguida o Parque Arqueológico do Morro da Queimada, para sairmos lá no Parque do Cânion do Padre Faria, pegando o Parque do Itacolomi e a Reserva Biológica do Tripuí. Assim Ouro Preto estaria toda cercada de parques e nós poderíamos melhorar e aprimorar o trabalho com a paisagem da Serra. Eu

acredito, pois sou otimista, que com o tempo as próprias pessoas vão querer embelezar as suas casas, melhorar essas construções, desproporcionais, feias. Com o tempo vão ser integradas na “*civitas*” ou seja na “*urbis*” ouro-pretana. É muito difícil um prefeito falar isso na crueza, porque a opinião pública de Ouro Preto não aceita isso, muitos acham que têm o direito de fazer o que bem entendem, é muito complicado e por isso mesmo procuro diplomática e politicamente construir um diálogo e enfrentar, mesmo que seja com a mais lúcida análise, esses problemas com a mais ampla participação.

Como você avalia que seria possível fazer a preservação e integração dessas estruturas que estão presentes no bairro São Cristóvão com a comunidade?

Essas estruturas estão de uma certa forma preservadas, porque dentro de uma há uma capela e dentro da outra a Associação. As pessoas podem admirar, elas veem que existe ali uma macroestrutura que acolheu a capela e a Associação de Moradores que era a antiga Escola Municipal João Bolinha, construída justamente para que ninguém invadisse a área. Penso é que hoje, com a valorização das minas antigas, das galerias, nós temos uma mina fabulosa, a Mina de Chico Rei, a Mina do Palácio Velho, a Mina da Rua Santa Rita, a Mina da Treze de Maio, há uma série de minas... a Mina Du Veloso, o Du é um professor da UFOP morador do Bairro São Cristóvão e fez a Mina Du Veloso, dando-lhe o nome original do bairro, Veloso. A visitação traz recursos consideráveis aos seus proprietários e estimula muita gente a preservar as minas. Hoje as pessoas estão vendo que é uma fonte de lucro. Você mostra que as minas dão dinheiro, que os muros de pedra valorizam o ambiente, que a natureza convivendo com o patrimônio cultural edificado, o patrimônio urbano é muito importante, isso faz parte e constrói a paisagem com o cultural e o natural, acho que as pessoas estão cuidando mais, tomam a iniciativa de cuidar daquilo que até menosprezavam, como essas minas e os muros de pedra em alguns pontos da cidade.

Como você acha que essas narrativas sobre a tecnologia africana presentes nas ruínas corroboram para se pensar a preservação dessas estruturas? Essas outras narrativas históricas deveriam ser consideradas para as tomadas de decisão pública?

Sim, eu sempre me preocupei com isso, por conta da própria identidade da população de Ouro Preto, majoritariamente afrodescendente, mas que muitas vezes não se reconhecia como tal. Criei a Casa da Cultura Negra de Ouro Preto, ao lado da Igreja

de Santa Efigênia, isso desde o meu primeiro mandato entre 93 e 96, e só vi concluída a iniciativa com recursos que disponibilizei como Secretário de Estado da Cultura, entre 2015 e 2018. É um trabalho muito importante de recuperação da memória afro-brasileira, de construção mesmo, pois memória muitas vezes estava perdida. Consegui publicar um livro que é uma espécie de um dicionário, o vocabulário da Mina Jeje, escrito em 1730 em Ouro Preto, por um senhor de escravos que queria entender o que estavam falando. Saiu pela fundação João Pinheiro, na coleção Mineiriana, o estudo da professora Ieda Pessoa de Castro, uma das maiores etnolinguísticas do país, e fiz o prefácio. Temos procurado sempre valorizar o trabalho da Sidneia e do Du do Veloso, do nosso guia que é o Marcelo Hipólito, que faz a leitura dos signos africanos da talha da Igreja de Santa Efigênia uma série de ações. Recebemos o historiador Donald Ramos, um brasilianista dos Estados Unidos que estuda Chico Rei, e o Laurentino Gomes para escrever sobre escravidão... Estamos sempre procurando colocar na linha de frente tudo que diz respeito à cultura afro-brasileira em Ouro Preto.

Como você avalia a atuação dos órgãos públicos na preservação e gestão do patrimônio? Quais os maiores desafios e potencialidades nesse aspecto?

Nós vivemos um momento muito crítico na trajetória da preservação do patrimônio brasileiro por órgãos públicos, ao comemarmos 50 anos do IEPHA, uma Instituição muito esvaziada. Vemos o IPHAN minguar, com poucos funcionários, sem recursos, a extinção do Ministério da Cultura e do Ministério do Turismo, que abrigou depois a Secretaria de Cultura, tudo isso só trouxe prejuízo muito grande a projetos que estavam em franca expansão no país em termos culturais.

Você vê algum caminho a ser percorrido para a situação de ocupação da Serra de Ouro Preto e das estruturas remanescentes da mineração?

O primeiro ponto é implantar o Projeto do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Com novos programas habitacionais, tentamos implantar áreas que atraíam os moradores de Ouro Preto para a construção das casas próprias ou conjuntos habitacionais, especialmente nos distritos. Há muito tempo entendo assim, acho que a cidade, o espaço urbano de Ouro Preto está esgotado, saturado, a capital foi transferida para Belo Horizonte em 1897 exatamente por isso, porque a cidade de Ouro Preto não apresentava condições adequadas para expansão. E não apresenta ainda hoje, essa expansão se faz de maneira caótica. Por isso que é muito difícil atuar administrativamente no caos. É um choque entre uma medida governamental que pretenda organizar e essa erupção vulcânica da própria sociedade que estabeleceu

suas próprias regras. Houve ao mesmo tempo políticos populistas que alimentaram isso durante vários mandatos. Então há altos e baixos, há momentos de abertura, momentos de fechamento, em que se tenta planejar alguma coisa. Nós temos tentado atuar... A Universidade tem hoje curso de arquitetura, estamos tentando associar a um programa habitacional que está aí em curso, mas eu acredito, eu sou otimista, eu acho que nós temos ainda muita chance de reverter esse quadro e felizmente Ouro Preto, como diz Germain Bazin (grande estudioso da obra de Aleijadinho e diretor do Louvre, foi quem projetou Aleijadinho internacionalmente ao estudá-lo a partir de 1945) em 1991, pouco antes de morrer “Ouro Preto mudou, mas não perdeu o seu caráter, isso que é importante”. Repito Germain Bazin 30 anos depois, dizendo que Ouro Preto mudou sim, mas não perdeu o seu caráter, então por isso que acredito que a cidade tem força para resistir e continuar sendo o que é, um patrimônio do Brasil e da humanidade.

Essas áreas para atrair novos moradores, elas estão sendo previstas na revisão do Plano Diretor?

Fiz o plano diretor no meu primeiro governo, entre 93 e 96, quem o coordenou foi a arquiteta Jurema Machado, que depois veio a ser presidente do IPHAN. Pela experiência que ela já tinha tido na regional centro-sul de Belo Horizonte, veio coordenar nosso plano diretor. Depois fiz a revisão desse plano diretor, no meu segundo mandato e agora no quarto mandato estou fazendo a revisão, que já era para ter sido feita e está acontecendo agora. Lei é o que não falta, a nossa Constituição é uma das únicas constituições no mundo que tem um artigo só para patrimônio cultural. Até 1988 as constituições anteriores, inclusive do regime militar, tinham um artigo sobre a cultura, de 34 até 69. Na de 1988 foi introduzido, além do artigo robustecido e explicitado em detalhes sobre a cultura, um artigo sobre patrimônio cultural que é fantástico. É uma síntese maravilhosa. Então se estamos sob a regência de uma norma constitucional dessa abrangência, não há nem o que dizer mais, não temos que criar lei ordinária para explicitar. O importante é que consigamos praticar as leis. Ouro Preto tem um Tombamento de 1931, do prefeito João Veloso, depois o título de Monumento Nacional de 1933, do presidente Vargas, depois teve o Tombamento do IPHAN de 1938, depois teve a inscrição da Unesco, a Unesco já chegou quase a fazer uma recomendação para a retirada do título de Patrimônio da Humanidade, chegou a instar os órgãos de preservação e a Prefeitura a tomar uma atitude em relação a Ouro Preto. Então não falta nada. O nosso plano diretor é bom e está sendo feita uma

revisão. Você melhora aqui e ali, mas é mais ou menos a mesma coisa... Com relação a áreas de ocupação na cidade, não tem como, nós não vamos inventar nenhuma área com a revisão do plano diretor, porque não existe, quem dera houvesse. O município tem que recorrer a Cachoeira do Campo, a Antônio Pereira, que são distritos aptos a absorver as demandas que não encontram resposta no território urbano da cidade de Ouro Preto. Eu penso que esse é o caminho, e esses distritos agora com a melhoria dos caminhos e também das comunicações... por exemplo, agora com o asfalto da estrada do Salto, muitas pessoas do Salto vieram morar em Ouro Preto porque lá não tinha uma oportunidade de trabalho e 30km de estrada demoravam 2h para chegar lá, na época de chuva não chegava nunca, então com o asfaltamento muitas pessoas podem morar lá e trabalhar em Ouro Preto. Essas melhorias de comunicação internamente no município vão fortalecendo os polos descentralizados, e promovendo uma desconcentração da demanda que pesa ainda sobre a cidade. Isso é importante, quase todos os distritos hoje já estão servidos com asfalto, faltam três dos doze, isso vai facilitar que a pessoa fique ali no seu distrito e possa morar tranquilamente, melhor morar bem no distrito do que morar mal em uma área de risco em Ouro Preto.